n.º DEZ. 133 // 2025

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA



© Câmara Municipal de Braga | Arquivo Fotográfico

BRAGA
SOA A FUTURO

n.º 133 DEZ. // 2025

BRACARA AUGUSTA

REVISTA CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA

BRAGA
SOA A FUTURO.

Identidade editorial: *Bracara Augusta* – Revista Cultural da Câmara Municipal de Braga teve a sua origem no «Boletim do Arquivo Municipal». Esta sua primeira série é composta por 11 fascículos distribuídos por oito edições, publicadas entre 1935 e 1945. As duas edições do ano de 1949 constituem a segunda série da revista com a designação «Braga – Boletim do Arquivo Municipal». A terceira série, com o título «Bracara Augusta», teve início em 1950. Em 2025, a publicação modernizou-se mantendo o rigor, a identidade histórica e a matriz cultural. A imagem gráfica foi alterada e o sistema de submissão, avaliação, publicação e disseminação dos trabalhos foi ajustado pelos padrões internacionais e pelos princípios da globalização, digitalização e livre acesso à ciência.
O longo legado historiográfico e cultural da revista *Bracara Augusta* salienta-se pelo conteúdo científico rigoroso dos seus artigos e recensões que abrangem diversos temas, cronologias e campos da História, da Arqueologia e do Património, divulgando, sobretudo, assuntos de história local e regional respeitantes a Braga, ao Minho e à região norte de Portugal. Os trabalhos publicados prescrevem estas coordenadas geográficas de forma direta, quando as problemáticas em estudo se desenvolvem nestes espaços, ou indiretamente, quando se debatem sujeitos, instituições ou património de alguma forma relacionados com a cidade e a região.
Nascida por iniciativa e sob orientações da Câmara Municipal de Braga, no âmbito da promoção do acervo do Arquivo Municipal, a Revista *Bracara Augusta* é, atualmente, uma fonte informativa de referência nacional e internacional.

Editorial Identity: *Bracara Augusta* – a cultural journal published by Braga City Council – has its origins in the '*Boletim do Arquivo Municipal*'. This first series, comprised 11 issues across eight editions, published between 1935 and 1945. The two editions published in 1949 form the journal's second series, bearing the title 'Braga – Boletim do Arquivo Municipal'. The third series, titled 'Bracara Augusta', began in 1950. In 2025, the publication was modernised while maintaining its rigour, historical identity and cultural roots. The graphic design was updated and the system for submitting, evaluating, publishing and disseminating works was aligned with international standards, as well as the principles of globalisation, digitisation and open access to science.
The long historiographical and cultural legacy of the *Bracara Augusta* journal is underscored by the rigorous scientific content of its articles and reviews, which cover a wide range of topics, chronologies, and fields including History, Archaeology and Heritage, primarily focused on local and regional history related to Braga, Minho, and northern Portugal. The published works address these geographical areas either directly, when the topics under study take place within them, or indirectly, when discussing subjects, institutions, or heritage that are in some way connected to the city and the region.
Founded on the initiative and under the guidance of Braga City Council, as part of efforts to promote the holdings of the Municipal Archive, the *Bracara Augusta* journal is today a nationally and internationally recognised source of information.

Diretora / Director: Maria Marta Lobo de Araújo (U. Minho)

Comissão Diretiva / Executive Board: Francisco Azevedo Mendes (U. Minho) · Luís Ferreira (U. Minho) · João Cabeleira (U. Minho) · Porfírio Correia (C.M. Braga)

Comissão Científica / Scientific Committee: Agueda García Garrido (U. Caen) · Alexandra Esteves (U. Minho) · Andoni Artola (U. do País Vasco) · Armando Malheiro (U. Porto) · Arnaldo Melo (U. Minho) · Aurélio de Oliveira (U. Porto) · Cláudia Rodrigues (U. Federal do Estado do Rio de Janeiro) · Helena Paula Carvalho (U. Minho) · Hermenegildo Fernandes (U. Lisboa) · José d´Assunção Barros (U. Federal Rural do Rio de Janeiro) · Laurinda Abreu (U. Évora) · Luís Carlos Amaral (U. Porto) · Margarita Torremocha Hérnandez (U. Valladolid) · Maria Antónia Lopes (U. Coimbra) · Maria do Carmo Ribeiro (U. Minho) · Miguel Sopas Bandeira (U. Minho) · Ofelia Rey Castelao (U. Santiago de Compostela) · Paulo Teodoro de Matos (Instituto Universitário de Lisboa – ISCTE) · Raffaella Sarti (U. Urbino) · Sandra Saldanha (U. Coimbra) · Susana Serpa Silva (U. Açores) · Susani Lemos Franca (U. Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho)

n.133
BRACARA AUGUSTA
Dezembro 2025

Edição / Edition
©Câmara Municipal de Braga
Praça Municipal
4700-435 Braga
Tel. 253 616 060

Coordenação / Coordination
Divisão do Arquivo Municipal
revistabracaraaugusta@cm-braga.pt

Secretariado / Secretary
Epifânia Oliveira

Design / Design
Ana Brandão

Capa / Cover
Antigo Mercado Municipal – Praça do Município, Braga, AMB, Fundo Photographia Alliança, 1927

Old Municipal Market – *Praça do Município Braga, AMB, Photographia Alliança Collection, 1927*

Depósito Legal n.º 27697/89
ISSN 0006-8640

DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133

revistabracaraaugusta.cm-braga.pt

BRAGA
SOA A FUTURO.

ÍNDICE

7 **Editorial**
Maria Marta Lobo de Araújo

ARTIGOS

15 **A freguesia e couto de Gondufe entre a Idade Média e o foral da Terra de São Martinho**
Miguel Ayres de Campos Tovar

41 **«Esto he o que eu tenho». Cultura material nos testamentos de três cónegos da Colegiada de Guimarães (1465–1498)**
Maria do Céu Barros S. Neitzel

67 **Elementos e técnicas construtivas na Igreja de Vilar de Frades: Análise da campanha quinhentista de D. Diogo de Sousa**
António Pereira

97 **O sagrado e profano nos rituais festivos limianos, no Período Moderno**
António Francisco Barbosa

117 **Um espaço para os viajantes: o acolhimento dos passageiros no hospital de S. Marcos da cidade de Braga (séculos XVII e XVIII)**
Liliana Andreia Valente Neves

141 **Indumentária e masculinidade clerical na primeira metade do século XVIII: o caso dos cónegos seculares de São João Evangelista em Vilar de Frades (Barcelos, Portugal)**
Luís Gonçalves Ferreira

167 **Barão do Gravataí: um bracarense exponencial no Extremo-Sul do Brasil**
Véra Lucia Maciel Barroso

191 **As *Voltas de Macada*: um complexo patrimonial rodoviário integrado na viação oitocentista entre o Porto e Braga**
Miguel Sopas de Melo Bandeira

219 **Palácio Dona Chica: entre a retrospetiva da sua memória e uma perspetiva futura**
Cristiana Silva

243 **Apontamentos para o estudo da Igreja Católica em Braga durante a Revolução de Abril (1974–1975)**
Eduardo de Aguiar e Silva

263 **Um jornal na revolução: o *Correio do Minho* nas encruzilhadas da democratização do país e da região (1974–1975)**
Bruno Madeira

283 **Resgatar ecos: estratégias para a salvaguarda do património sineiro em Portugal**
Ângela Maria Rodrigues Calisto

RECENSÕES

305 **Khalidi, R. (2023). *Palestina: Uma biografia. Cem anos de guerra e resistência*. Ideias de Ler.**
Alexandra Esteves

307 **Bolufer Peruga, M., Guinot-Ferri, L., & Blutrach, C. (Eds.). (2024). *Gender and cultural mediation in the long eighteenth century.* Palgrave Macmillan.**
Ana M. Sixto Barcia

309 **Araújo, M. M. L. (2025). *O Visconde de São Lázaro e o Palácio do Raio: Modernidade e progresso em Braga na segunda metade do século XIX*. Edições Colibri.**
Paula Sofia Costa Fernandes

311 **Macleod, C., Shepard, A., & Ågren, M. (Eds.). (2023). *The whole economy: Work and gender in early modern Europe*. Cambridge University Press.**
Mikel Larrinaga Ortiz

313 **López Díaz, M., & Saavedra, M. del C. (Eds.). (2023). *Gobernar reformando. Los primeros Borbones en la España del siglo XVIII*. Comares Historia.**
Rubén Castro Redondo

315 **Amorim, M. N. (2023). *Raízes de uma vila industrial. As gentes de Ronfe (Guimarães) entre os séculos XVI e XX*. Casa de Sarmento.**
Antero Ferreira

Maria Marta Lobo de Araújo
Universidade do Minho

EDITORIAL

Bracara Augusta, 133 (2025), 7–12 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.48

O presente volume da Revista *Bracara Augusta* conta com 12 artigos e seis recensões e segue a linha editorial iniciada no número anterior. Inseridos em temáticas da cidade e da região, os trabalhos publicados abordam matérias diversas da Arqueologia, da História e do Património, confirmando a renovação historiográfica que propusemos.

O texto de Miguel Ayres de Campos faz-nos recuar ao século XI para dar a conhecer as vivências do couto de Gondufe, Ponte de Lima, entre a centúria referida e quinhentos. Nascida provavelmente entre os séculos X e XI, a paróquia de Gondufe contaria com um núcleo populacional de reduzida dimensão, que foi crescendo lentamente e originando a construção de uma igreja, onde se providenciassem os sacramentos e se enterrassem os mortos. Nos inícios do século XII a comunidade de Gondufe encontra-se já «perfeitamente consolidada».

Foi o cruzamento de várias fontes que possibilitou ao autor resgatar a memória de uma comunidade alto minhota na longa duração. A análise das inquirições permite conhecer a conjugação de vários poderes e, simultaneamente, acompanhar o desenvolvimento da vida quotidiana, com destaque particular para alguns homens, mas também para conflitos entre instituições e pessoas. A partir de 1399, Gondufe passou, para a posse de Fernão Anes de Lima, relevante família local, por mão de D. João I, dando origem a um importante potentado em toda a região do Alto Minho, ligado por um conjunto de redes de parentesco e amizade. Associada aos arcebispos de Santiago de Compostela, bem como outras terras minhotas, Gondufe foi ter às mãos da Casa de Bragança, mediante contrato assinado entre o representante do duque de Barcelos e a Sé compostelana.

O trabalho seguinte, da autoria de Maria do Céu Barros, analisa a cultura material dos cónegos de Guimarães em finais da Idade Média, demonstrado gostos pessoais, sociabilidades e quotidiano. O estudo baseia-se nos testamentos de três clérigos, da segunda metade do século XV, e aponta para a morte enquanto momento de conservação da memória, bem como de projeção de uma certa identidade, num período particularmente difícil para a Colegiada.

Nos casos analisados, a autora fornece dados biográficos interessantes, que auxiliam na definição de um perfil dos benfeitores e na contextualização dos bens deixados. A análise dos bens mencionados nos testamentos aponta para dados en-

cabeçados por objetos preciosos, têxteis domésticos e objetos de cozinha. Segue-se uma interessante lista de outros bens, onde se inclui também vestuário, mobília, livros, dinheiro, entre outros. O estudo demonstra uma diversidade de bens e encontra em Gonçalo de Carvalhais o seu número mais elevado. Através da lista de categorias estabelecidas no estudo dos bens, a autora caracteriza cada uma e atribui-lhes funcionalidades, ao mesmo tempo que as remete para o seu dono. É interessante verificar como estes homens ocupavam os tempos de ócio: João Álvares dedicava-se ao jogo do fito, enquanto Gonçalo de Carvalhais jogava xadrez e gamão. Os grandes beneficiários destes testamentos foram a família, herança normalmente sujeita a cláusulas, os criados e a Colegiada. Os níveis diferentes de riqueza apresentada demonstram um clero secular atento à construção do património, mas simultaneamente os valores sociais, culturais, mentais, económicos e simbólicos das elites vimaranenses no período em análise

Os inícios do século XVI são o tempo histórico que baliza o texto de António Pereira sobre os elementos e as técnicas de construção da igreja de Vilar de Frades, obras efetuadas durante a prelatura de D. Diogo de Sousa (1505–1532). Importante edifício de arquitetura religiosa do Noroeste português, o convento de Vilar de Frades encontra na Idade Média e na Idade Moderna um relevante tempo de construção. Foi, contudo, no tempo do arcebispo D. Diogo de Sousa, em Braga, que a igreja ganhou centralidade, o que levou o autor a debruçar-se sobre a capela-mor e o transepto da igreja, trabalhando os aspetos relacionados com a sua construção.

De origens medievais, a igreja foi sujeita a um programa de obras mandadas fazer durante os inícios de quinhentos, por se encontrar em ruínas e não responder às exigências do tempo. As obras efetuadas na capela-mor dotaram-na de uma nova visão arquitetónica, de rasgos renascentistas, ao mesmo tempo que lhe retiraram a sua feição arquitetónica medieval. Uma análise pormenorizada à construção da capela-mor e às obras que lhes foram feitas no século XX demonstra a complexidade da construção, mas simultaneamente os gostos estilísticos seguidos no século XVI. Já no que diz respeito ao transepto, a leitura feita evidencia os momentos da sua construção em quinhentos e as obras de intervenção realizadas nas centúrias seguintes. Estes dois espaços demonstram a renovação a que foram sujeitos durante a prelatura de D. Diogo de Sousa, que os revestiu de grande monumentalidade.

O trabalho de António Francisco Barbosa objetiva o estudo dos rituais festivos limianos, durante os séculos XVIII e XIX, centrado no desempenho das confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Carmo, mormente as diferenças existentes entre as duas. Partindo de uma reflexão sobre o universo confraternal da vila alto minhota e da igreja matriz como seu epicentro, o autor convoca o sagrado e o profano para abordar os rituais festivos. Com vários momentos festivos, estas instituições promoviam as suas festas e participavam nas das suas congéneres, o que potenciava um elevado número de festividades e de momentos de sociabilidades e convívio.

Missas, sermões e procissões compunham normalmente o programa religioso, ao que se associava o profano composto por fogo de artifício, música, bailes, corridas de touros e fogueiras, como se verificava na confraria do Santíssimo Sacramento. Eram momentos de ostentação, de pompa, de teatralidade e de grandiosidade! Mais restritiva nas suas festividades,

a confraria de Nossa Senhora do Carmo privilegiava a missa cantada, os sermões e a procissão no dia em que celebrava a sua padroeira, restringindo o seu programa ao sagrado. Ambas as confrarias são exemplo de um tempo de grande significado do religioso, mas também de diversas formas de o entender e viver.

Liliana Neves serviu-se das fontes do arquivo da Misericórdia de Braga para analisar a assistência aos viajantes no hospital de S. Marcos ao longo dos séculos XVII e XVIII, chamando a atenção do papel destas confrarias no auxílio prestado aos que se encontravam em viagem. Procurando conhecer estes homens e mulheres deslocados e os serviços que a Santa Casa lhes prestava, a autora busca nas fontes existentes respostas para as perguntas que formula.

A análise efetuada aos poucos livros de registo de doentes que se preservam no hospital de S. Marcos para a Idade Moderna possibilita verificar a baixíssima percentagem de viajantes, a sua naturalidade e as doenças de que eram portadores. A análise da sua naturalidade prova que a grande maioria era população portuguesa que se encontrava em trânsito e apenas 29% eram de outras nações. Destes a maioria era francesa, seguida dos espanhóis, entre outros. Todavia, como estamos perante números muito pequenos, as conclusões carecem de sustentação. A caracterização da população em movimento passa ainda pela análise do sexo e estado civil, sendo constituída maioritariamente por homens solteiros. As mulheres também estão presentes, mas em números muito menores. A documentação possibilita também verificar como viajavam. Com as informações que possuía, a investigadora foi traçando quadros de mulheres e homens em grupos pequenos ou de maior dimensão, viajando e provindo de diversos lugares e com alguns pertences, sinalizando ainda os que foram objeto de assistência espiritual no momento da morte.

O investigador Luís Ferreira discute indumentária e masculinidade, tomando para caso de estudo os cónegos seculares de São João Evangelista, de Vilar de Frades, na primeira metade de setecentos. Partindo de algumas questões meticulosamente pensadas, o texto vai discorrendo ao sabor da indumentária e dos acessórios, procurando conjugar roupa, condição social e regras da ordem religiosa.

Debulhando os inventários post-mortem elaborados entre 1733 e 1758, o autor deixa claro o lugar de destaque assumido pela indumentária nos bens inventariados. Estes instrumentos de descrição e avaliação serviam para criar rendimentos com os quais se pagavam as dívidas existentes, sendo o remanescente para a congregação e para beneficiar a alma do defunto. Apesar de terem votos de pobreza, os inventários provam a existência de bens que iam muito além dessa condição. Para além de exteriorizar níveis de riqueza, a indumentária identificava também diferenças de género. Através de uma linguagem específica adequada, o autor analisa a composição da indumentária dos padres, integrando-a nos estatutos e na sua condição de homens da Igreja. Analisada peça a peça, a indumentária dos padres é ainda observada em termos de peças exteriores e semi-interiores, do baixo e do alto corpo, bem como o tipo de tecido com que eram confecionadas. A análise recai ainda sobre o calçado, demonstrando como este corpo de homens cobria os pés. Prova ainda que o voto de pobreza não era integralmente cumprido.

O texto de Véra Barroso analisa o fenómeno da emigração para o Brasil e tem a particularidade de seguir o rasto de um bracarense no Rio Grande do Sul:

João Baptista da Silva Pereira. Partindo dos fundos das Misericórdias, a historiografia dos dois lados do Atlântico tem destacado figuras que ocuparam lugares proeminentes nestas instituições, fruto da ascensão social que protagonizaram. Para além do arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Porto Alegre, a historiadora investigou ainda em arquivos particulares e públicos procurando analisar e compreender melhor o futuro Barão do Gravataí na primeira metade do século XIX.

Saído de Braga em direção à cidade da Bahia onde se manteve algum tempo, João Baptista da Silva Pereira rumou a Porto Alegre, cidade em que acabou por formar família e morrer. Prosperou com a construção naval, mas rapidamente aplicou o seu capital em outras atividades produtivas e em escravos. O seu poder financeiro materializou-se ainda no solar em que vivia e no qual recebeu o imperador na sua deslocação a Porto Alegre, cidade onde integrou a Misericórdia, tendo nela assumido o posto mais elevado. Pelos serviços prestados enquanto comandante da Guarda de Porto Alegre na guerra do Uruguai, recebeu o título de Barão do Gravataí, em 1852, ao que se juntaram outras condecorações. O inventário dos seus bens demonstra a riqueza e os luxos de que se rodeava, onde se incluía um número alargado de escravos. A livraria era também recheada, assumindo particular curiosidade os volumes relativos ao Direito e à Jurisprudência, mas onde se assinalam outras matérias. O trabalho encerra com as dificuldades sentidas pela família após a sua morte.

É também sobre o século XIX que Miguel Sopas Bandeira escreve um texto em torno das «Voltas de Macada», no concelho de Braga. Recentemente aprovada a sua candidatura a bem patrimonial pela Câmara Municipal de Braga, a temática ganha atualidade ao pretender conservar um dos patrimónios históricos e rodoviários do nosso país. Testemunhos de um período histórico de construção de estradas no território nacional, as «Voltas de Macada» integravam a antiga estrada que ligava Braga ao Porto, traçada em oitocentos, e materializam a dificuldade da engenharia da época em ultrapassar as barreiras que se colocavam pela frente.

Considerada importante instrumento de desenvolvimento e de dinamização económica, a construção de estradas ganhou novo impulso com o Liberalismo. O caso do Minho reveste-se de interesse particular por se tratar de uma região muito populosa e dinâmica, mas, tal como o restante território, esteve sujeito à instabilidade política da primeira metade de oitocentos. Com a Regeneração, o processo acelera-se não somente através da construção de novas vias, como da reparação e melhoramento das existentes. Com ela, a ligação Porto–Braga vai ser inaugurada em 1852. Este texto vai, contudo, muito além das «Voltas de Macada», pois através dele se acede ao desenvolvimento viário português dos séculos XVIII e XIX, muito concretamente do Minho, e com ele se conhece a mobilidade de pessoas, bens, ideias e mensagens escritas, bem como a um programa consistente de novas vias, principalmente durante o Liberalismo.

Cristiana Silva debruça-se sobre o palácio de Dona Chica, edifício da segunda década do século XX. A autora baliza a sua reflexão entre o passado e o futuro e com ela pretende resgatar a memória que valoriza um património arquitetónico de relevante significado e que patenteia a ascensão social dos primitivos donos. Monumento de Interesse Público, o palácio de Dona Chica está associado aos «brasileiros de torna viagem», uma vez que a fortuna dos pais dos primeiros proprietários resulta da sua presença no Brasil. Foi construí-

do pelo arquiteto suíço Ernesto Korrodi, que deixou em Portugal vários trabalhos marcados pelo seu espírito visionário. O palácio de Dona Chica «apresenta uma arquitetura eclética e historicista inspirada na Idade Média», mas apresenta também elementos de Arte Nova.

A autora faz uma análise sobre a gramática decorativa do edifício e reflete sobre os elementos que compõem o jardim, nomeadamente um lago e uma gruta artificial. Na análise efetuada aos espaços do palácio, a investigadora realça também os destinados aos serviços, os de caráter social e os do domínio mais privado. Sujeito a uma assinalável rotatividade de proprietários e de algumas obras efetuadas por alguns deles, o palácio de Dona Chica acabou, já no nosso século, por ser vendido a uma empresa que pretende adaptá-lo a um hotel de charme, objetivo que se deseja concretizado.

O estudo de Eduardo de Aguiar e Silva sobre a Igreja Católica em Braga durante o período revolucionário de 1974 e 1975 aponta para tensões e conflitos existentes no seio da instituição no período pré-revolução e demonstra a sua oposição aos ideais marxistas. O texto é um importante contributo para conhecer o posicionamento da Igreja bracarense no período em análise, o que só por si é significativo, tendo em consideração a falta de estudos sobre o assunto.

Regida pela prelatura do arcebispo D. Francisco Maria da Silva entre 1963 e 1977, a arquidiocese de Braga manteve uma atitude colaborativa com o Estado Novo, pese embora a existência de sinais de tensão com alguns setores do clero, nomeadamente alguns clérigos que desejavam um maior aprofundamento das decisões conciliares do Vaticano II, o que causou a alguns deles a sujeição a penas canónicas aplicadas pelo arcebispo, em 1972. Para além deste, outros casos se seguiram, mostrando não somente o questionamento que faziam ao poder do arcebispo, como evidenciavam uma vontade de mudança. Esta era protagonizada por alguns setores do clero, mas também por vários leigos. Com a Revolução de Abril, esse movimento ganha nova força e em Braga a publicação de textos e a realização de conferências denunciam uma Igreja autoritária, pouco progressista, amarrada ao Estado Novo e com pouco sentido renovador. As críticas ao arcebispo subiram de tom e os conflitos agudizaram-se, mormente a existência de momentos de glória para a Igreja bracarense, como o que se verificou com o II Congresso Eucarístico Nacional, ocorrido em julho de 1974. Porém, os desenvolvimentos revolucionários a nível nacional, como, por exemplo, a intervenção na Rádio Renascença, foram incendiários para a Igreja bracarense, que convoca os seus fiéis a participar numa manifestação de apoio aos seus ideais, realizada a 10 de agosto de 1975. Na sequência a sede do PCP foi assaltada e queimada, mas outros edifícios de significado político foram igualmente assaltados por uma multidão em fúria. Com todas estas ações, a Igreja de Braga não somente demonstrava ser adepta da transição para o novo regime democrática, como discordava fortemente da «progressiva viragem à esquerda que se ia verificando na sociedade portuguesa».

É ainda o tempo da Revolução de Abril que serve de pano de fundo a Bruno Madeira para, através do jornal *Correio do Minho,* analisar como «os diferentes agentes políticos se apresentaram, organizaram e intervieram no concelho e no distrito». O trabalho que se apresenta com oportunidade historiográfica promove a dimensão da revolução em contextos mais distantes dos grandes centros urbanos, apontando para dinâmicas próprias e complexas.

É, pois, sobre a forma como o *Correio do Minho* viu, sentiu e apresentou a Revolução aos seus leitores que Bruno Madeira reflete, procurando «pluralidades de perspetivas». O autor procede a um itinerário de vida do jornal no pós-25 de abril, ligando-o a partidos políticos e a personalidades para demonstrar a linha editorial seguida e as mudanças a que esteve sujeito. Esta análise permitiu a Bruno Madeira acompanhar a forma como o jornal deu visibilidade à Revolução em Braga e evidenciar as transformações ocorridas.

Resgatar ecos e analisar o património sineiro é o pretexto para Ângela Calisto nos introduzir no mundo dos sinos e nas práticas sineiras de Braga, num momento em que são confrontados com vários desafios. Frente ao problema, a autora procura formas de salvaguardar e preservar um património relevante.

Recordando a trajetória dos sinos ao longo da História e as suas diferentes funções, a autora centra a análise na sua importância religiosa e social e propõe como metodologia de divulgação e preservação através de um filme documentário sobre a temática. Destaca também o trabalho realizado pela Fundição de Sinos de Braga para manter viva a paisagem sonora dos sinos, nomeadamente no que diz respeito à salvaguarda e à consciencialização para a importância deste património, que enfrenta, como foi referido, obstáculos na atualidade, desde logo pela mudança dos tempos, pela falta de um registo sistemático, mas igualmente pelo progressivo desaparecimento de sineiros.

Este volume integra ainda seis recensões, redigidas por investigadores nacionais e estrangeiros, nomeadamente das universidades de Santiago de Compostela, de León, do País Vasco e do Minho, bem como dos centros de investigação CITCEM e Lab2PT.

As minhas últimas palavras são de agradecimento: à Comissão Diretiva da Revista; aos autores, que cederam os seus textos; aos colaboradores do Arquivo Municipal de Braga pelo empenho e simpatia; e aos leitores, por continuarem a acompanhar de forma interessada o que publicamos na *Bracara Augusta*.

ARTIGOS

A freguesia e couto de Gondufe entre a Idade Média e o foral da Terra de São Martinho

The parish and *couto* of Gondufe between the Middle Ages and the foral of *Terra de São Martinho*

Miguel Ayres de Campos Tovar
IHC–NOVA FCSH / IN2PAST
miguel.ayresdecampos@courtauld.ac.uk
ORCID: 0009-0009-1725-0317

Bracara Augusta, 133 (2025), 15–40 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.49

Resumo // O presente artigo compulsa a principal documentação medieval subsistente relativa à freguesia e couto de Gondufe, unidade territorial integrada desde 1836 no termo do concelho de Ponte de Lima, procurando relevar a constituição dos elementos-chave da sua vida comunitária e administrativa. É seu fito, além de produzir o retrato possível da comunidade entre os séculos XI e XVI, ilustrar o modo como as abundantes fontes pré-modernas disponíveis para a região podem informar um conhecimento mais completo e aprofundado das realidades locais, entendidas organicamente como produto de processos históricos de longa duração.

Palavras-Chave
couto, freguesia, idade média, unidades administrativas.

Abstract // This article examines the main surviving medieval documentation relating to the parish and couto of Gondufe, a territorial unit integrated since 1836 within the municipality of Ponte de Lima, seeking to highlight the constitution of the key elements of its communal and administrative life. In addition to producing a portrayal of its community between the eleventh and sixteenth centuries, the panoramic approach undertaken here aims to illustrate how the abundant pre-modern sources available for the region can inform a more complete and in-depth knowledge of local realities, understood organically as the product of long-term historical processes.

Keywords
administrative units, couto, middle ages, parish.

Introdução

A circunscrição da atual freguesia de Gondufe, correspondente entre a Idade Média e 1836 ao couto do mesmo nome, ocupa uma área de 608 hectares no coração do vale do Lima, sensivelmente a meia-extensão do seu curso português. Implantada próximo da margem esquerda deste rio, mas arredada das suas águas cerca de um quilómetro em linha reta, dista da sede do concelho meros quatro; a pouco menos de 30, na foz, fica Viana do Castelo, histórica capital económica da região e empório portuário por via do qual esta se foi abrindo ao seu horizonte atlântico a partir do século XVI. Na direção oposta, a 9 e 12 quilómetros respetivamente, estão as vilas de Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, únicos dois polos populacionais salientes a montante, cuja consolidação se dá a partir do século XV. A 25 quilómetros, no sentido do sul, cumpre ainda referir a cidade de Braga, primeira urbe do Minho e assento da arquidiocese cuja autoridade eclesiástica o englobou, na sua totalidade, até ao terceiro quartel do século XX. Confronta-a a norte e noroeste a freguesia ribeirinha da Gemieira, e a nordeste a de Beiral do Lima; a oeste e a sul faceia as de Ribeira e Serdedelo, das quais está apartada por um imponente maciço de configuração aproximadamente semicircular, localmente denominado de São Lourenço em atenção à velha ermida que coroa o seu mais alto cabeço, prolongado a nascente pela serra do Oural.

É neste seu segmento que as terras altas do vale, onde o Lima flui apertado por avantajados montes, vão dando lugar a zonas ribeirinhas mais alargadas e de inclinação diminuta — não raro veigas férteis de considerável amplitude, como as que dominam a extensão corrente entre Ponte de Lima e Viana, focos privilegiados de povoamento e rentabilização a partir do período romano. Refletindo este caráter de transição, o alvéolo que nos ocupa reparte-se entre altos agrestes, declives florestados, encostas escalonadas e terras baixas, sensivelmente planas. No essencial da sua configuração orográfica, podemos evocar para este território a imagem dos «anfiteatros virados a norte» empregue por João de Pina Cabral no seu clássico estudo sociológico sobre as freguesias de Paço de São Miguel e Couto de São Fins, no vizinho termo de Ponte da Barca, onde «os socalcos nos evocam filas de lugares, com o rio, a estrada principal e as igrejas a formarem palcos» (Cabral, 1989, p. 30). Também aqui o principal foco de povoamento se veio a sedimentar a partir da Idade Média na zona de menor altitude, sem embargo de uma ocupação dispersa por pequenos casais ou vizinhanças um pouco por toda a sua extensão, compondo uma pequena economia multipolar e refletiva da relativa diversidade dos recursos disponíveis.

Os cimos, dos quais os mais altos excedem os 600 metros, convidaram desde muito cedo à atividade pastoril — conforme deixam aperceber claramente os traços do seu primeiro povoamento na Idade do Ferro, tais como arrolados por Carlos Alberto Brochado de Almeida (1990, pp. 109–112 e 121–124). Já os seus contrafortes proveram as gentes de madeira, mato para estrume e cama para os gados, mas também

de abundante caça; esta incluiu, em tempos mais recuados, espécies como o cervo, o javali, o lobo e mesmo o urso, documentando-se até ao século XIX a necessidade de periódicas montarias para controlar as populações lesivas aos interesses dos lavradores[1]. Foi de modo geral abaixo dos 200 metros, em terraços mais ou menos espaçosos — gozando na sua maioria de uma boa exposição aos elementos — e nas extensões de várzea, que se concentrou a partir dos primeiros séculos da nossa era o grosso do sistema agrícola desde então vigente, nomeadamente uma policultura de pequena e média escala; o milho, o centeio, o vinho e a forragem para o gado, bem como os hortícolas, configurarão de modo geral o forte da sua produção no tempo longo da história que documentamos. A grande fertilidade da maior parte deste torrão é acentuada pela temperança climática que bafeja praticamente toda a bacia do Lima, típica das zonas de forte penetração das influências moderadoras oceânicas, imprimindo-lhe os caracteres essenciais da divisão geográfica que Orlando Ribeiro designou o Norte Atlântico (Ribeiro, 1986, p. 149).

Outra linha de leitura saliente da realidade local reside no dinamismo socioeconómico impresso a todo este rincão do Alto Minho pela proximidade do rio Lima, que historicamente se deixou navegar entre a sua foz e o eixo latitudinal composto pelos modernos carregadouros de São Martinho da Gandra e São Paio de Jolda — ainda que em condições de desassoreamento ideais e fora do tempo da estiagem tenha sido possível subi-lo praticamente até Ponte da Barca[2]. Daqueles, o primeiro situa-se a uns meros 2.5 quilómetros; oferecendo um ponto de contacto privilegiado entre as terras circunvizinhas e a bacia do rio a jusante, as barcas e barcaças de água-arriba asseguraram-lhes por largos séculos o escoamento do grosso da produção agrícola, dos gados e de outras fontes de riqueza para os mercados que pontilhavam o vale — a começar pela quase milenar feira de Ponte, e terminando na de Viana — mas também a provisão de bens em falta na redondeza. Tomadas no seu todo, as potencialidades e precondições que estes caracteres territoriais encerram formarão a base para aquilo a que Carlos Alberto Ferreira de Almeida, um dos mais profundos pensadores da paisagem regional, considerou a «intrincada espessura humana e (...) longa sedimentação histórica» patente na típica freguesia altominhota

> com campos muito velhos e outros mais recentes, com as casas dispersas entre hortas, arvoredos e ramadas com uma organização espaço-social estruturada em redor de um campanário e de uma teia de caminhos (Almeida, 1987, p. 8).

[1] *Vd.* por exemplo Arquivo Municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), Câmara Municipal de Gondufe, Vereações, liv. 1, fl. 35, para 11 de Maio de 1743.

[2] O assoreamento do rio Lima, que muito contribuiu para a redução da sua navegabilidade, era já detetável no século XV, como aponta Amélia Aguiar Andrade (1990, p. 84).

No que toca concretamente à sua realidade medieval, primeira fase documentada da vida deste território, beneficiamos do testemunho de um pequeno, mas rico conjunto de fontes, produzidas por diversas entidades aqui investidas entre o século XI e os primeiros anos do século XVI. Tomadas no seu todo, estas facultam-nos uma panorâmica envolvente, conquanto não completa em todas as suas facetas, da respetiva realidade humana — refletindo a consolidação da paróquia, os interesses mantidos no seu termo pela Coroa (deixando entrever, pontualmente, o perfil de alguns outros poderes com eles coexistentes) e a administração do couto pela Sé compostelana, transitada no final da Idade Média para a nascente Casa de Bragança. Naquilo que esta documentação nos revela sobre o perfil pré-moderno da comunidade encontraremos, na essência, as bases do que será o seu funcionamento político, social e económico ao longo de boa parte da história local subsequente, só questionado já no dealbar da contemporaneidade.

1. A paróquia e a construção da comunidade

Não dispomos de quaisquer luzes acerca da formação da paróquia de Gondufe, que, a julgar pelo que sabemos ter sido o panorama entre as suas congéneres na região, teria acontecido com maior probabilidade entre os séculos X e XI[3]. Pelo final desta centúria já a encontramos arrolada no *Censual de entre Lima e Ave* compilado a mando do bispo D. Pedro de Braga, sob a invocação do padroeiro que manteve até à atualidade e taxada em sete moios «[d]e sancto Michaele de Gundufi VII modios» (Costa, 1959, II, p. 136). Como nota o P.e António José Baptista (2001, p. 163), a quantia corresponde a 168 alqueires de cereal, o que se afigura apreciável para as pequenas dimensões que hoje lhe conhecemos — avultando expressivamente, aliás, entre as cobradas às circunvizinhas, nenhuma das quais excede os três moios do devido neste género.

Se nesta época as paróquias se fundam, tipicamente, ao sabor da consolidação demográfica dos polos vicinais — «à medida que o número de fiéis da respetiva localidade aumenta e que eles desejam ter uma igreja», no dizer de José Mattoso (2000, p. 373) — o processo num território rural de povoamento disperso como este, desprovido de grandes núcleos aglutinadores como nalguns lugares o foram as *villæ* de raiz romana, teria forçosamente sido lento, e a comunidade inicial bastante pequena.

Não é patentemente no sentido clássico do termo *villa*, mas no que ele adquiriu durante os séculos VII a XI, que o encontramos nos primeiros documentos medievais subsistentes: designando, para usar a formulação sucinta de Mattoso, «uma aglomeração de cultivadores e o termo dentro do qual exploravam a terra ou até onde usa-

[3] Sobre a proliferação de paróquias rurais neste período são elucidativos os estudos clássicos de Miguel Oliveira (1950) e Avelino Jesus da Costa (1959).

vam o bosque; ou seja, aquilo a que se veio a chamar «aldeia» e ao mesmo tempo o respetivo território» (2000, p. 373). É o caso do testamento de Pedro Luz, lavrado pelo segundo quartel do século XII, por via do qual este doa à Sé de Braga parte de uma herdade por si possuída naquilo que designa «villa de Gondulfi» (Costa, 2016, I, p. 626 [doc. 445]). Fosse por pura iniciativa da população local, ou fosse esta coadjuvada por ricos proprietários rurais ou membros da aristocracia guerreira — cenário mais provável, dado que as Inquirições Gerais de D. Afonso IV a dão como sendo «de padroeiros», conquanto não nomeados[4] — a grege humana que se vinha consolidando deste modo viria a justificar a construção de uma primitiva igreja onde se exercesse a pregação e se distribuíssem os sacramentos aos *filii ecclesiæ* ou fregueses. Constituindo-se, além de âncora duma vivência ritual partilhada, como «factor unitário da vida rural» (Azevedo, 1993, p. 22) e principal pilar da sua identidade coletiva, estaria esta sede provida tanto do seu batistério como do seu lugar de enterramento, ao tempo já prerrogativas-chave do estatuto paroquial de um templo. A evolução organizacional da autoridade diocesana, nomeadamente no tocante à exigência dos dízimos e de outras imposições sobre estas comunidades, acarretaria para efeitos de uma cobrança rigorosa a progressiva definição das suas áreas de jurisdição e respetivas confrontações com as vizinhas (Mattoso, 1985, p. 50; Amaral, 1999, p. 347), que em Gondufe acharemos confirmadas (mediante costume antigo e o testemunho de documentos análogos anteriores, entretanto perdidos) no tombo paroquial de 1551.

Não nos parece haver qualquer justificação para supor que a paróquia de Gondufe tivesse originalmente estado sediada noutro lugar da freguesia, como pretendem algumas tradições populares — seja colocando-a no alto de São Lourenço, conforme plasma José Augusto Vieira no seu *Minho pittoresco* (II, 1887, p. 274), ou no lugar da capela de São Pedro, como no século XVII colheu o P.e António de Abreu Pinto junto de moradores deste lugar[5]. Com efeito, a presença de uma pequena ponte de feição românica a meros 130 metros da atual igreja, galgando as águas do ribeiro do Couto e assegurando a boa transitabilidade entre o templo e o lugar de Monterroso, oferece um sinal forte da importância revestida por este curto eixo desde tempos recuados. Tal preponderância não surpreende, tratando-se do coração da zona mais baixa e plana da freguesia, com acesso a propriedades lavradias férteis e dilatadas — por oposição às muitas áreas de encosta, onde a paisagem carece de ser talhada em socalcos e acomoda, tipicamente, superfícies bastante mais reduzidas; em 1515, data em que Gondufe é contemplada pelo foral manuelino da terra de São Martinho, a centralidade e saliência demográfica deste polo justificam a sua menção como «freguesia de Monterroso» (Marques, 2006, p. 153), aqui claramente no sentido de

[4] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fl. 109.

[5] Arquivo da paróquia de Gondufe, *Livro da confraria do glorioso apostolo Sam Pedro cita na sua Cappella de Sam pedro nesta freguesia de S. Miguel do Couto de Gondufe* (1672), documento sem cota atribuída, fls. 2–2v.

um núcleo vicinal comparativamente denso. Dito isto, o povoamento disperso que caracteriza a paisagem rural de toda a região podia ter propiciado, ainda em tempos medievais, a formação de um ou outro lugar de culto complementares, colocados ao serviço de pequenas vizinhanças isoladas pelo vigor do relevo e por maus acessos. A um quarto de légua da sede da paróquia, o topónimo *São Pedro* já nos surge consagrado numa carta de perdão do século XV, indicando ser o apóstolo de algum modo aí cultuado[6], e pelo terceiro quartel do século XVII as ruínas de uma capela desta invocação — com porta em arco e ara sob a forma de uma «lage lavrada posta sobre hũ Pilar de Pedra»[7] — tinham-se como um monumento de grande antiguidade, segundo o já aludido testemunho manuscrito do P.e António de Abreu Pinto. Sendo muito antigo o hábito de cristianizar cumes agrestes por via da edificação de ermidas, especialmente tratando-se de lugares associados a povoamentos pré-cristãos conotados com os *mouros* do imaginário popular (Almeida & Baptista, 1983, II, p. 301), também a capelinha de São Lourenço, no remoto cabeço que ainda ocupa, pode ter tido origens medievas, ainda que objetivamente não documentemos a sua existência antes do século XVII.

Certo é que em 1220, data em que D. Afonso II ordena a primeira das inquirições régias — fontes que consideraremos mais alongadamente na secção seguinte — a comunidade paroquial de Gondufe já se apresenta perfeitamente consolidada, pastoreando-a ao tempo um clérigo de nome Serrazino que aí recebe os mordomos do monarca e acompanha as suas diligências (*PMH*, Inq. 1220, pp. 24, 101, 181 e 225). Conhecemos o nome do seu sucessor aquando do inquérito de 1258, João Lourenço (*PMH*, Inq. 1258, p. 225), como de vários dos titulares a partir de finais do século seguinte: Gonçalo Lourenço, confirmado a 3 de setembro de 1389[8], Álvaro Rodrigues, a 13 de agosto de 1429[9], que renunciou menos de um ano volvido, Gil Anes, a 16 de julho de 1430[10], Álvaro Gonçalves, a 10 de novembro de 1432, por permuta com o pre-

[6] ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 43.

[7] *Livro da confraria do glorioso apostolo Sam Pedro...*, fl. 2.

[8] Teve carta de todas as ordens menores dada pelo arcebispo de Braga, D. Guilherme de la Garde, a 20 de fevereiro de 1361 e carta de subdiácono dada por D. Lourenço, bispo de Lamego, a 12 de junho de 1367; teve ainda «outra carta que se nom pode leer qual bispo a deu e de que ordens he ordenado», certamente de diácono, não chegando a receber a de presbítero; teve confirmação da «rraçom» da igreja de Ponte de Lima dada por Nicolau Martins, arcediago de Vermoim, na qualidade de administrador da arquidiocese de Braga na suspensão de D. Lourenço Vicente, recebeu confirmação da apresentação para a paróquia de Gondufe do mesmo D. Lourenço, entretanto reempossado na sua Sé, na data referida. Agradecemos ao Dr. Francisco de Vasconcelos a recolha e partilha destes elementos, extraídos de Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Mostras, liv. 1, fl. 60v.

[9] Confirmação dada em Mateus, Vila Real, pelo arcebispo D. Fernando da Guerra, como pároco *in solidum*, sendo clérigo de ordens menores. Agradecemos ao Dr. Francisco de Vasconcelos a recolha e partilha destes elementos, extraídos das Confirmações de D. Fernando da Guerra em ADB, Registo geral, liv. 329, fl. 22.

[10] Confirmação dada em Braga a 16 de julho de 1430, sendo clérigo de missa, como pároco *in solidum*, por renúncia feita em suas mãos pelo precedente. Agradecemos ao Dr. Francisco de Vasconcelos a recolha e partilha destes elementos, extraídos das Confirmações de D. Fernando da Guerra em ADB, Registo geral, liv. 329, fl. 27.

cedente[11], que permaneceu em funções até à década de 1460, e Álvaro Álvares, filho do anterior, a 15 de março de 1471[12]. Por meados do século XVI era abade Francisco Borges Coutinho, cónego prebendado da Sé de Braga e assistente na corte arquiepiscopal, e capelão Pedro Gonçalves de Ferreira[13], tendo-se a seu mando tombado de novo os bens da paróquia e fixado rigorosamente os seus limites e confrontações. Desta época em diante, a sucessão dos párocos reconstrói-se praticamente sem interrupção até ao presente, mercê da boa documentação do cartório arquiepiscopal.

2. Uma sociedade, vários poderes

Dos inquéritos régios conduzidos entre os reinados de D. Afonso II e de seu bisneto D. Afonso IV emerge, cumulativamente, a primeira panorâmica histórica de que dispomos sobre a freguesia de Gondufe. Os dados que nos facultam são, como é natural, condicionados pelo interesse dos monarcas ao promover estas recolhas de informação, que se prenderam no essencial com a inventariação do património e dos direitos da Coroa, bem como com a identificação de pontuais situações de abuso por parte de entidades concorrentes, que os afrontavam; a perceção que nos permitem formar, no entanto, é a de um mosaico de diversos poderes — políticos, eclesiásticos e particulares — coexistentes num espaço relativamente diminuto, cuja presença nos importa aqui considerar no grau de detalhe possível.

As inquirições de 1220 são a este respeito as mais esclarecedoras, elencando várias das entidades aí proprietárias. Da paróquia em si regista-se que detinha quatro casais, «senarias» ou terras de cultivo e «quebradas» — este um termo que devemos entender, seguindo Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (1865, II, p. 171), como referente a propriedades agrícolas mais reduzidas ou insignificantes, afinal não muito diferentes das pequenas parcelas interrompidas pelas irregularidades do relevo que

[11] Confirmação dada no mosteiro da Costa, junto a Guimarães, por D. Fernando da Guerra, sendo clérigo de missa, como pároco *in solidum*, por permuta feita com o anterior pela igreja de Oleiros, atual termo de Vila Verde, de que tinha previamente sido abade. Agradecemos ao Dr. Francisco de Vasconcelos a recolha e partilha destes elementos, extraídos das Confirmações de D. Fernando da Guerra em ADB, Registo geral, liv. 329, fl. 37v. Teve um filho de nome Álvaro Álvares, constatando-se que ainda pastoreava a paróquia de Gondufe a 21 de fevereiro de 1467, data da matrícula deste na Sé de Braga; *vd.* ADB, Matrículas, pasta 3, cad. 12, fl. 2.

[12] Filho natural do anterior, pelo que teve dispensa passada em Vila do Conde a 26 de novembro de 1458 por D. Álvaro Afonso, bispo de Silves, fez matrícula de ordens menores em Braga a 4 de abril de 1463, aí recebeu o diaconado de D. Gil, bispo de Tripoli, a 28 de março de 1467, e do mesmo a ordem de missa, em Viana, com licença para a diocese de Tui, a 23 de maio do dito ano. Recebeu confirmação da apresentação para a paróquia de Gondufe do arcebispo de Braga D. Luís Pires a 15 de março de 1471. Agradecemos ao Dr. Francisco de Vasconcelos a recolha e partilha destes elementos, que colheu nas *Mostras das confirmações e benefícios que se mostraram ao Arcebispo D. Jorge da Costa*..., ADB, Registo geral, liv. 320, fl. s/n.º; *idem,* Matrículas, pasta 2, cad. 11, fl. 7v; idem, pasta 3, cad. 12., fl. 2; *idem*, pasta 3, cad. 35, fl. 2v.

[13] Conforme se extrai do tombo dos bens paroquiais realizado a seu mando no ano de 1551, em ADB, Registo geral, liv. 4, fls. 150–157v.

ainda pontuam a paisagem regional. Tais posses constituiriam o núcleo do apreciável património paroquial tombado em 1551, que conhecemos da cópia deste levantamento então depositada no cartório da Mitra de Braga[14]. Já o rei possuía «certas» [*quasdam*] leiras — só em inquéritos posteriores acharemos as suas terras discriminadas — que lhe rendiam a terça-parte do pão do milho regado, a quarta do não regado e metade do vinho, não constando que lhe fosse sonegado nada do devido. Outra propriedade ainda, a herdade dita «de Tio Savarigo» (designação claramente correlacionável com o topónimo «Savarigo» nas inquirições de D. Afonso IV, que, entretanto, se perdeu) estava onerada do pagamento à coroa de *censuria* no valor de três teigas de pão «pela medida velha», sugerindo tratar-se de uma obrigação mais antiga (*PHM*, Inq. 1220, p. 101). Nas menções destes réditos consistem as referências de que dispomos à produção agrícola da freguesia ao tempo, e a primeira que alcançamos ao seu vinho, muito mencionado na documentação de séculos posteriores.

Como senhorios monásticos contam-se o mosteiro do Salvador de Bravães, com dois casais (um destes sabemos, graças a documentação mais tardia, corresponder à quintã de Ferreira, peça fundiária com continuidade até aos nossos dias, que ainda era foreira à respetiva comenda na Época Moderna), o vizinho mosteiro feminino de Serdedelo das Donas, com um, e o do Salvador de Palme, em Barcelos, com outro (*ibid.*, p. 101). Semelhantes unidades produtivas eram possuídas em Gondufe por outras paróquias, caso de um casal pertencente a «São Miguel de Goiaes» — invocação e forma antiga da atual São Pedro de Goães, no termo de Amares[15] — e de meio casal pertencente a Fojo Lobal. Não dispomos de documentação que nos permita seguir os destinos de todos estes bens, mas aqueles cuja vida ulterior nos é dado acompanhar, nomeadamente os casais da paróquia e o detido por Bravães em Ferreira, conheceram uma grande continuidade, vindo a ser aforados pelos seus senhorios muito para além do dealbar da modernidade. Acresceriam ainda entre o património eclesiástico os bens legados à Sé de Braga por Pedro Luz, pelo testamento já acima referido, e a herdade que foi deixada à mesma por Paio Gondesendes, doações da primeira metade da centúria anterior registadas pelo *Liber fidei* dessa igreja. Sabemos que a segunda havia antes pertencido ao tio materno do testador, Pedro Árias (Costa, 2016, I, p. 997 [doc. 179]), primeiro protagonista da nobreza terratenente a quem entrevemos posses na freguesia.

Já o testemunho das inquirições ordenadas por D. Afonso III em 1258 foca-se exclusivamente nos bens reguengos, que aqui se elencam detalhadamente, com as obrigações respetivas. Compreendem estes quatro leiras na Abobreira, taxados a nove alqueires; uma em Perrões[16] a uma teiga pela medida de Ponte de Lima; uma

[14] *Ibidem.*

[15] Hoje tendo por padroeiro São Pedro, surge invariavelmente referida por este nome entre 1124 e 1320, conforme explica Marques (2005, p. 56, nota 52).

[16] Não parece ter chegado aos nossos dias este topónimo, que o P.e António Baptista regista apenas com base na documentação medieval (2001, p. 166).

no cortinhal chamado «de domna Maria» pagando um almude de pão de *censoria*; uma em Souto de Marcos[17] a uma teiga na sobredita medida; uma em Casal Ferreiro, certamente correlacionado com o lugar de Ferreira, a um alqueire de vinho e um soldo; uma em Sequeiros pagando um de cada 15 quinhões do produto; uma leira na vinha de Pedro Martins de Vilarinho, taxada a uma quarta de vinho pela medida de Ponte; outras no alto de Fonte Cova e em Vila (este um topónimo perdido, que não se localiza), cujos lavradores entregavam um quinhão em 15; finalmente, uma em Azevido, de que davam quarta (*PHM*, Inq. 1258, p. 405). O pão a haver pela Coroa destes tributários era recolhido pelo mordomo do rei em Moções, lugar hoje meeiro entre as vizinhas freguesias de Beiral e Gandra, que como lemos na inquirição para esta última freguesia era «pousa et celeiro do Senor da Terra» (*ibid.,* p. 403). Das respostas dos jurados colhemos ainda aquela que é a primeira referência em fontes portuguesas à pertença do couto pela Sé de Santiago («et dizem que é Couto de Sancto Jacobo»), realidade sobre a qual o inquérito anterior é omisso e à qual tornaremos adiante. Testemunhada pelos inquiridos é ainda a vigência sobre os moradores da anúduva — obrigação de trabalhar na construção e reparação da infraestrutura defensiva da circunvizinhança, no caso do castelo de Albergaria de Penela (*ibid*., p. 405) — da qual viriam, contudo, a ser subsequentemente isentos, como também veremos, em atenção aos privilégios do mesmo coutamento.

Se bem que tangencial, não deixa de ser significativa a menção de Pedro Martins de Vilarinho como possuidor em Gondufe de uma vinha, já que este proprietário se identifica como um cavaleiro bastante ativo na região circundante — nomeadamente nestas mesmas inquirições como tendo comprado herdades na Gandra e Gemieira (*ibid.,* pp. 403 e 404), e nas de 1288 como tendo construído uma quintã honrada «en herdade que gaanhou de lavradores» na freguesia de Padreiro, atual termo de Ponte da Barca (*PMH,* Inq. 1288, p. 223). Rebento de uma dinâmica estirpe senhorial, provavelmente um ramo colateral dos senhores de Bravães, fundadores do não distante mosteiro do mesmo nome (Palmeira, 2025, pp. 386–389), as suas posses em Gondufe — fosse qual fosse a sua importância — enquadram-se no que apercebemos como um processo de ramificação de influência representativo das estratégias de afirmação da pequena e média nobreza regional.

A aparente ausência, na freguesia, de abusos perpetrados pela nobreza em detrimento dos interesses régios — que era, afinal, a principal preocupação dos inquiridores de D. Dinis — explicará o laconismo do depoimento aqui colhido em 1288. Com efeito, este limita-se a reiterar a pertença do couto a Santiago e a registar que o ónus da anúduva, a que os moradores haviam sido constrangidos por monarcas anteriores, salvo «os amos e as herdades dos cavaleyros», havia sido levantado por «el Rey (…) per sa carta» (*PHM*, Inq. 1288, p. 321). A liberdade que evocam foi primeiramente reconhecida por D. Afonso III por mandato dado em Lisboa a 5 de maio de 1265, que

[17] Topónimo então registado na forma singular «Souto de Marco», radicado provavelmente, como aventa o Baptista, na existência de um marco divisório *(ibid.).*

sobrevive graças à sua cópia no *Tumbo B* do cabido de Santiago, escusando dele os moradores dos quatro coutos minhotos desta Sé — Correlhã, Gondufe, Mouquim e Nogueira; o grosso do teor deste documento será depois confirmado por D. Dinis em ordem dada ao seu porteiro e casteleiro de Monção, a 11 de julho de 1270 (Viana, 1970, p. 614 [doc. 7]). A tais documentos tornaremos adiante ao considerar em maior detalhe a realidade do couto e a sua articulação com os poderes do tempo.

Novo testemunho nos chega das últimas inquirições gerais, as promovidas por D. Afonso IV em 1343, que como as de seu avô procedem a um levantamento dos bens reguengos, particularizando-os e atualizando o rol dos respetivos réditos. Algumas das propriedades reconhecem-se do documento mais antigo, enquanto que outras surgem provavelmente por nomes diferentes, amalgamadas ou desdobradas em novos itens: o monte de Fonte Cova paga agora o quarto da produção; a leira de «Peraes», que deve corresponder à de «Perrões» arrolada em 1258, rende-lhe uma teiga de pão; a «vinha da ffeira [*sic*]» corresponde provavelmente à leira de Casal Ferreiro que já um século antes produzia vinho, pagando agora dele um almude; no mesmo lugar um codeçal é taxado em dinheiro a três soldos, talvez a porção da propriedade que anteriormente pagara um. A leira da Lagarteira será a antes designada de Sequeiros, já que a encosta daquele nome comunica com este lugar, e é dada aqui como pagando renda parciária sob a forma de meia ração; já as propriedades sitas «na aboleira e nas vessadas e e*m* sendi*m* e no vardascal», integradas no casal do rei que então trazia certo Estêvão Brochal, serão talvez as quatro leiras não especificadas colocadas na Aboboreira (topónimo hoje perdido) pelos anteriores jurados[18]. Veremos no capítulo seguinte que algumas das principais peças deste património ainda se encontrarão claramente nomeadas entre os bens detidos pela Coroa no foral manuelino da terra de São Martinho, de 1515, em que se inserirá a freguesia de Gondufe, enquanto que outras são agremiadas sob designações distintas das empregues nas inquirições medievais, ou referidas apenas pelo nome dos seus foreiros. No cômputo geral, e não obstante estas dificuldades pontuais de identificação, parece-nos lícito supor que o grosso dos bens reguengos aqui sitos atravessou os séculos medievais e entrou incólume na Época Moderna.

Ao nível da presença e interesses da nobreza no pequeno território que nos ocupa, os últimos séculos da Idade Média oferecem-nos um panorama dinâmico, e bastante mais documentado do que foi o caso para as centúrias anteriores. A ação desta classe a partir da segunda metade de trezentos prende-se essencialmente com a emergência ou entrada em cena de novos protagonistas, correlacionáveis com desenvolvimentos na conjuntura político-militar e outras mudanças ao nível da estrutura das elites regionais. Foi o caso, primeiramente, de Gonçalo Pais de Meira — fidalgo principal do seu tempo, a quem Duarte Nunes de Leão (1600, fl. 191v) apodou de «cavalleiro de muita qualidade» — que em 1371 recebeu de D. Fernando doação dos

[18] ANTT, Feitos da Coroa, Inquirições de D. Afonso IV, liv. 1, fls. 109–109v.

direitos régios sobre as terras da Nóbrega, Burral (atual Beiral do Lima) e da «aldea de Gondufe». A mercê, «assy de posse como de pr*o*priedade (...) com seu misto e meyo imp*er*i*o* assy alto como baixo e com todos seus dir*ei*tos e p*er*teenças e com todas suas jurisdições assy civẽes como crime que nos hi avemos»[19], inscreve-se no quadro das muitas doações feitas a membros da nobreza guerreira durante o porfiado conflito com Castela que marcou o reinado do *Formoso*, como remuneração por serviços prestados por vassalos ou penhor de futuros préstimos, e pressupunha a canalização dos rendimentos da Coroa para o donatário; este devia, em contrapartida, assegurar a manutenção de determinado número de cavalos ou lanças ao dispor do monarca, em termos que neste caso não se especificam.

Documentado na corte a partir de 1355 e já falecido em 1383 (Gomes, 1995, pp. 50–51), Gonçalo Pais procedia de uma velha estirpe de origem galega que desde o século XIII vinha desenvolvendo relações a sul do Minho; os feitos bélicos que realizou em conjunto com seus filhos Estêvão e Fernão Gonçalves no contexto das guerras fernandinas são sobejamente conhecidos da cronística de Fernão Lopes, tendo-se notabilizado entre eles a defesa da praça de Guimarães, de que era alcaide desde o reinado de D. Pedro, havendo sido nomeado a 20 de junho de 1357[20], face ao cerco de Henrique de Trastâmara, naquele mesmo ano de 1371[21]. No cômputo do basto património e fartos rendimentos que reuniu, extensível a alguns domínios no sul do país[22], os réditos dos reguengos de Gondufe ocupariam decerto um lugar marginal, para não dizer insignificante; a mercê que lhos outorga também não parece ter-se traduzido em nenhuma relação significativa da linhagem com estes territórios altominhotos, aliás bem afastados da sua zona de implantação, na órbita da referida alcaidaria. Tanto estes como vários outros direitos que logrou vieram a ser perdidos pela família com a ascensão do Mestre de Avis, dado o alinhamento da geração de seus filhos com o partido de João de Castela — e especialmente, supomos, devido às ações de Fernão Gonçalves de Meira na alcaidaria de Torres Vedras, que lhe mereceram a inclusão no rol dos traidores à coroa portuguesa compilado pelo sobredito cronista (Lopes, I, 1897, p. 105 [cap. 160]).

Um segundo momento histórico significativo, posterior à crise de 1383–1385, é marcado pela asserção do poder da dinastia avisina e pela promoção dos seus principais partidários regionais. Esta conjuntura, vivida intensamente no Alto Minho na senda da campanha aqui empreendida por D. João, assistirá à fulgurante ascensão de outra família galaico-minhota, a dos Lima — a quem, na pessoa de Fernão Anes de Lima, o monarca fará outorga da terra de São Martinho, «com todas as herdades, e

[19] ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 87v.

[20] *Vd*. Marques (1984, p. 9 [docs. 22 e 22A]).

[21] Memoria este feito, acontecido poucos meses antes, a própria carta de doação das referidas terras, fazendo menção, entre outros não especificados, dos seus serviços «sendo cercado na vila de gimarãaes per el rrey dom anrrique seendo nosso imigo»; ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 87v.

[22] Nomeadamente de Colares e do seu termo, objeto de doação régia de 7 de maio de 1373; *vd.* ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fls. 122v–123.

casas, e rendas, e direitos, e foros, e pertenças», por carta de 2 de janeiro de 1399[23]. Vasto território abarcando quase todas as freguesias do atual concelho a norte do rio Lima e seis da margem sul, contando-se Gondufe entre estas[24], a sua doação será uma de muitas que cimentarão a posição de indisputável charneira gozada pela família entre a nobreza do Alto Minho a partir do início de quatrocentos, constituindo-a como principal poder aristocrático no quadro regional. Os direitos sobre esta e outras terras, destinados a serem transmitidos na descendência lídima do beneficiário, foram confirmados em 1429 a seu filho D. Leonel de Lima e em 1496 a seu neto D. João de Lima[25]; do vigoroso exercício dos mesmos pelo primeiro temos notícia já em 1439, ano em que os moradores da jurisdição protestaram junto da Coroa pelos onerosos pagamentos em pão aí cobrados a fim de financiar a sua participação na malograda tentativa de tomar aos marroquinos a praça de Tânger (Duarte, 1996, p. 377). Agraciados em 1464 com a alcaidaria-mor de Ponte de Lima[26], e em 1476 com o viscondado de Vila Nova de Cerveira[27], ambos a título de juro e herdade, os chefes desta casa radicar-se-ão (não sem vários atritos com as forças vivas locais) naquele primeiro burgo, aí construindo uma densa rede de dependências e uma verdadeira corte de província, com ramificações duradouras a toda a circunscrição envolvente. Os seus interesses neste segmento do vale são robustecidos a 25 de outubro de 1475 pela doação específica da terra de Beiral, aparentemente não abarcada pela mercê anterior (e aliás tratada como unidade autónoma mesmo no foral de 1511), lograda por D. Leonel em atenção aos seus préstimos individuais e igualmente extensível a todos os seus herdeiros «por linha direita»[28].

A renovação das estruturas do poder que estes desenvolvimentos acarretam favorecerá também, na microescala do meio que nos concerne, a afirmação de novos intervenientes — decerto, em muitos casos, a expensas da proeminência de elites anteriores. O fenómeno é bem representado pelos senhores do paço de Sequeiros, que desde cedo se apercebem claramente como uma fidalguia florescente sob o patrocínio da casa viscondal. Gonçalo Anes de Sequeiros, seu terceiro proprietário conhecido, dá-se já num alvará de 1445 como «criado de Leonel de Lima»[29]; não é inverosímil que a sua inserção na órbita destes magnatas, esteios locais do poder avisino,

[23] ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 12, doc. 2. Para um enquadramento da ascensão desta família e sua atuação no último trecho da Idade Média regional vd., entre outros, os estudos dedicados a D. Leonel de Lima por Humberto Baquero Moreno (1981) e Luís Miguel Duarte (1996), bem como a sucinta, mas expressiva contextualização dada à figura por Amélia Aguiar Andrade (1990, esp. pp. 26, 150).

[24] Era única exceção o couto monástico de Refóios; vd. a este respeito o mapa reproduzido por Marques (2006, p. 23).

[25] ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 30, fl. 66v.

[26] Mercê de 22 de abril deste ano confirmada a D. Francisco de Lima por carta de D. Manuel de 4 de março de 1508, em ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 13, doc. 20.

[27] Mercê de 4 de maio deste ano confirmada a D. João de Lima por carta de D. Manuel I de 27 de abril de 1496, em ANTT, Chancelaria de D. Manuel I, liv. 30, fl. 49.

[28] ANTT, Viscondes de Vila Nova de Cerveira, cx. 12, doc. 2.

[29] Conforme se dá num alvará de D. Afonso V transcrito pelo seu descendente Cristóvão Soares de Abreu no Nobiliário por si compilado, hoje na Biblioteca da Ajuda; vd. BA, Ms. 49.XIII.32, fl. 176.

lhe tenha vindo a facilitar em 1457 a obtenção de uma carta de perdão de D. Afonso V pelo homicídio de um vizinho, aqui cometido seis anos antes, com a condição de servir em Ceuta por um triénio[30]. Tais laços mantinham-se na geração de seu neto Pedro Martins de Sequeiros, que em 1510 veio a integrar o séquito de trinta escudeiros de cavalo do terceiro titular, D. Francisco de Lima, na tomada da praça de Arzila, conforme regista o *Memorial* de Diogo Lopes de Calheiros (1981, p. 159). Se bem que menos documentados por fontes coevas, parece-nos que também o surgimento nestas paragens da linhagem galega dos Salgado, primeiros proprietários que se alcançam aos domínios do paço de Jozim, se deve inserir no contexto das grandes migrações de famílias fidalgas entre o Minho e a Galiza em resultado das divisões e alianças ocasionadas pela campanha nortenha do Mestre de Avis — hipótese fortalecida pelas suas subsequentes ligações a outras da mesma pátria que haviam integrado as fileiras do pretendente português, nomeadamente a dos Pontes (Gaio, 1989, I, p. 402 [tt.º de Antas, § 1, N 7]). Nesta dinâmica nobreza de mercê aqui enraizada no final da Idade Média — e noutras estirpes de comparável perfil agraciadas pelos mesmos monarcas no quadro regional alargado, como os Calheiros, os Antas ou os Amorins — se entroncam, de modo mais ou menos direto, praticamente todas as casas senhoriais que conheceremos à freguesia na Época Moderna.

3. O couto, de Compostela à Casa de Bragança

A realidade jurídico-administrativa do couto de Gondufe e a sua pertença a Santiago de Compostela documentam-se pela primeira vez em 1118, data de uma bula do papa Alexandre III confirmando coletivamente os seus direitos sobre os coutos minhotos da Correlhã, Gondufe e Mouquim, dada em Latrão a 25 de julho desse ano e transladada no *Tumbo B* do cabido catedralício (Mansilla, 1955, pp. 245–249). Seguiram-se documentos de idêntico teor pelos seus sucessores Inocêncio III e Honório III, firmados respetivamente a 14 de julho de 1199 e 23 de março de 1225 (Viana, 1970, pp. 608–609 [doc. 1]), também zelosamente copiados pelos cartorários daquela Sé — e bem conhecidos dos historiadores da diocese compostelana, como vários outros que abaixo referiremos, graças à sua recolha por José Ignacio Fernández de Viana y Vieites (*ibid*., pp. 608–631). Se para a vizinha Correlhã ou *villa Corneliana* são sobejamente claras as circunstâncias do coutamento e doação a esta igreja, subsistindo o teor da sua entrega pelo rei Ordonho II da Galiza e Leão em 915 (López, I, 1899, ap. XXXVIII, pp. 85–87; Lucas, 1998, pp. 85–86), a documentação de que dispomos é silente quanto ao modo como o couto de Gondufe teria entrado na posse dos arcebispos galegos, o que deve ter acontecido entre os séculos X e XI. Uma doação por

[30] ANTT, Chancelaria de D. Afonso V, liv. 13, fl. 78.

parte de senhores seculares, talvez ligados à fundação da igreja e paróquia locais, e deste modo aí detentores de direitos, afigura-se um cenário plausível, a par com a doação por parte dos antigos monarcas asturo-leoneses como aconteceu no caso da Correlhã.

Como é consabido, o coutamento de determinada circunscrição sob a tutela de um poder eclesiástico pressupunha sempre um estatuto privilegiado, consubstanciado em determinadas isenções e imunidades face à autoridade régia e às investidas da nobreza, bem como em prerrogativas de autossuficiência funcional. Se tal condição não impediu, como vimos, a intersecção neste pequeno território de um apreciável número de poderes, ela acarretaria em vários aspetos um controlo do seu exercício pela entidade tutelar, mediante a asserção periódica de direitos e privilégios junto dos monarcas portugueses. Em relação às outras três *villas* senhoreadas pela igreja de Santiago no Minho — Correlhã, Mouquim e Nogueira — a primeira formulação que alcançamos de um tal reconhecimento por parte da Coroa ocorre num mandado de D. Sancho II emitido na própria Sé compostelana a 3 de agosto de 1244. O documento denota um desígnio de cercear abusos por parte da nobreza ativa nas imediações, que sabemos ter sido, de modo geral, vibrante e de índole expansiva[31]: depois de confirmar ao arcebispo todas as três, que diz já o haverem sido antes por seu pai, avô e bisavô, o rei proíbe que qualquer cavaleiro (*miles*) tome voz por moradores desses domínios, aí tenha maladia ou adquira herdades foreiras à dita Igreja (Viana, 1970, p. 603 [doc. 1]). Merecem talvez breve nota as primeiras duas destas formulações, sendo que a interdição de «tomar voz» lhes veda a faculdade de se imiscuírem no exercício da justiça, interpondo-se ente os habitantes e os juízes a que estivessem sujeitos, e a de ter maladia impede mais genericamente a dispensa de proteção a vilões ou *malados*, extensível à sua propriedade, subtraindo-os também tendencialmente à autoridade de direito e aos encargos a esta devidos (a este respeito, *vd*. por exemplo Herculano, 1874, pp. 483–485). Ambas as práticas configuram — comprova-o amplamente o testemunho das Inquirições — estratégias bastante difundidas por parte da classe senhorial da época com vista ao alargamento da sua influência. Aos infratores da primeira cláusula são impostas multas de 500 soldos, a pagar tanto pelos vilões como pelos cavaleiros envolvidos, metade ao monarca e metade ao cabido de Santiago.

Gondufe não se menciona no documento de D. Sancho, ainda que seguramente gozasse de idênticas prerrogativas, e também não se refere pelo nome noutro de muito semelhante teor dado em Ponte de Lima por D. Afonso III a 13 de julho de 1248; neste, contudo, é claramente dito que as disposições se estendem, para além das posses nomeadas, a todos os domínios coutados que essa Sé possuía no seu reino («et quidquid habeat [*sic*] in regno meo») (Viana, 1970, pp. 609–610 [doc. 2]). Quando a 18 de julho de 1260 o mesmo monarca emite ordem ao seu meirinho das

[31] *Vd*. a este respeito, por exemplo, Gonçalves et al. (1987, pp. 399–440) e Palmeira (2025, pp. 56–99).

terras ao norte do Douro, Martim Joanes, para que jamais permita a entrada de funcionários seus nas ditas circunscrições a fim de «chegar» aos moradores e inquirir das suas herdades, o couto que propriamente nos concerne está novamente ausente da formulação; a circunstância compreende-se, neste caso, pelo facto de ter sido movido à ação por uma queixa específica, que visava intrusões nos territórios dos três coutos citados («dixit mei quod vos et vestri homines [...] intratis in suis hereditatibus de Corneliana et de Nogueyra et de Mouquim»). Mais uma vez, contudo, é lícito supor que as disposições aí articuladas se tinham como válidas para Gondufe; podemos também depreender que este território se mantinha ao tempo substancialmente a salvo de tais investidas — talvez por se achar mais arredado das áreas de incidência dos homens do meirinho, assim como dos porteiros de Ponte de Lima e Cerveira.

O autor do protesto — um dignitário eclesiástico de nome Pêro, mestre-escola da catedral de Santiago — trazia ao tempo os ditos coutos em prestimónio, decerto mediante o regime de «tenências» arrendadas a membros da mesa capitular descrito por Francisco Javier Pérez Rodríguez (2000, pp. 77–78), que aí vigorava desde o terceiro quartel do século XII. Do zelo com que guardava este património, e os direitos que lhe ineriam, dá testemunho nova denúncia à Coroa portuguesa por si lavrada na década de 1260, desta feita a respeito da imposição do direito da anúduva sobre os moradores dos três sobreditos e também dos de Gondufe (Viana, 1970, p. 615 [doc. 8]). Tal encargo, que como ficou dito pressupunha um contributo para a reparação de castelos circunvizinhos, surge efetivamente consagrado para três dos quatro nas inquirições de 1258 (*PMH*, Inq. 1258, pp. 342, 352 e 405[32]), mas acabará por ser objeto de um rápido recuo por parte da autoridade régia. Cumpre assim, segundo os termos da ordem dada a 5 de maio de 1265 por D. Afonso III aos fiscais responsáveis, não constranger as respetivas gentes a esse serviço e despesa («mando vobis firmiter quod vos non constringatis ipsos homines [...] quod vadant ad annuduvam») e a deixá-los estar em paz («et leyxate eos stare in pace») (Viana, 1970, p. 614 [doc. 7]) — formulações que, como acima tivemos ocasião de ver, serão repetidas quase *verbatim* pelos jurados das inquirições dionisinas em 1288.

Nas contendas que este desfecho pressupõe temos um exemplo do recalibrar de relações entre poderes necessitado pela asserção das respetivas prerrogativas em situações de abuso – no caso uma tentativa de erosão por parte da Coroa de isenções que, por razões de distância e dificuldade de administração direta, a entidade tutelar nem sempre teria tido a capacidade de defender prontamente e de modo eficaz em épocas anteriores. A ordem é reiterada por um mandato que o mesmo rei emite em Lisboa a 3 de agosto de 1267, proibindo aos *castellariis* de Melgaço e de Chaves a entrada nos coutos de Compostela a fim de exigir a prestação desse serviço — sendo expressamente referido que havia notícia de o continuarem a fazer à revelia da carta anterior, o que suscitara nova queixa do mestre-escola (*ibid*., p. 615 [doc. 8]).

[32] Não localizamos referência quanto ao seu estatuto no couto de Mouquim, que foi objeto de foral próprio no ano das inquirições deste monarca.

Não se referindo aqui o funcionário responsável sobre o castelo de Penela do Minho, infraestrutura sobre a qual incidia a anúduva anteriormente imposta aos moradores de Gondufe, é de supor que aí a interdição de 1265 tenha sido mais prontamente acatada neste meio; ainda assim, D. Dinis voltará a referir este couto pelo nome a 11 de julho de 1270 ao reiterar o disposto, acrescentando a instrução de que se sanassem quaisquer eventuais abusos já cometidos («se a essos homẽes seus d'esses lugares algũa cousa fillastes por esta razon, entregadelo todo») (*ibid*., p. 620 [doc.12]).

A aparente resolução do conflito que pendia sobre a exação da anúduva não dispensou um controlo continuado sobre outros atritos, que parecem ter-se mantido no horizonte de preocupações dos representantes da autoridade compostelana, e, em consequência, pesado sobre o poder político português. Foi o caso das premissas relativas à administração da justiça, nomeadamente ao costume de «tomar voz» pelos moradores — não apenas por parte de cavaleiros, mas de escudeiros, donas e clérigos («militi vel scutifero vel done vel clerico») — justificando a 22 de dezembro de 1268 a renovação das coimas de 500 soldos de parte a parte pela ofensa (*ibid*., p. 617, doc. 10). A tributação parece ter sido outra das inquietações duradouras, dado que o diploma alargou expressamente a sobredita pena a toda a maladia e amádigo aí tentados pelos mesmos atores — esta última uma prática regionalmente muito difundida que visava, mediante a entrega de filhos de nobres para criação numa determinada propriedade, estender-lhe prerrogativas senhoriais e isenções face ao poder de direito (Palmeira, 2025, pp. 238–240).

Dos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I — respetivamente de 22 de setembro de 1335 e 15 de dezembro de 1362 — datam os últimos diplomas de monarcas portugueses reconhecendo os direitos dos arcebispos de Compostela sobre os seus coutos minhotos, em ambos os casos confirmações de caráter genérico que não nos deixam entrever a latência de quaisquer contendas como as acima referidas (Viana, 1970, resp. pp. 626–627 e 630–631 [docs. 17 e 20]). O período interveniente não foi, contudo, livre de fricções de outra ordem: sabemos, com efeito, que nos últimos anos do reinado de D. Dinis a Coroa se considerava credora de uma dívida apreciável daquela Sé, correspondente segundo a leitura de Fernández Viana à décima parte do imposto pelo trânsito de mercadorias em território português (Viana, 1970, p. 606.). O incumprimento do pagamento de 75.000 maravedis em *dinheiro branco* a que o mesmo cabido fora obrigado por sentença de D. Afonso, deão de Lérida, levara ao embargo «dos beẽs de Cornelhaa et dos outros lugares que esse Cabidoo a enno meu senhorio», portanto incluindo seguramente o couto de Gondufe. Este estado de coisas vigorou ao que parece até à primeira década do reinado de D. Afonso IV; tal se depreende do mandato emitido por este monarca no Porto a 5 de setembro de 1330, reduzindo o montante devido para 1.200 libras e instruindo o seu sacador da portaria, Rui Martim, para que fossem libertos ao cabido os bens «fillados et enbargados» (*ibid*., pp. 623–624 [doc. 15]). Os impactos concretos da medida na vida e administração destes territórios não são de todo claros, mas tanto a disponibilidade do rei para abdicar de parte da dívida

como a prontidão do cabido em saná-la nos novos termos (só lhe faltando à data do documento entregar 326 libras) dão a entender que ela não teria sido inteiramente desprovida de consequências, pelo menos, para os dois poderes envolvidos.

De meados da centúria colhemos aqueles que são os primeiros dados específicos para o couto de Gondufe em fontes compostelanas, registando-se que o «tenencieiro» a quem então cabia recolher os proventos das posses deste lado do Minho aí extraía de renda «doze libras de portueeses». Trata-se do valor mais baixo do pequeno rol, sendo que Nogueira rendia «ante da mortaldade çem libras de portugeeses» (referência, sem dúvida, à hecatombe que foi por toda a Europa a Peste Negra) e Mouquim estava arrendado por «çincoeenta et vellos de portugeeses» (Pérez, 2000, pp. 78–79). A fértil e populosa Correlhã não se achava à data arrendada como um todo, mas só a produção das suas quintas a entregar pelos couteiros montava a seiscentas libras portuguesas (*ibid*., p. 79), o que nos revela bem a diferença de escala da sua economia face à realidade produtiva dos restantes coutos da mesma Sé. A renda ânua de 260 maravedis já paga aquando da sua entrega em tenência a uns certos Gonçalo, Cornélio e Joanino cerca de século e meio antes é consentânea com esta acentuada diferença de escala (*ibid*.).

O reinado de D. Fernando é silente quanto aos bens em apreço, o que não surpreende dada a guerra que em 1369 estalou entre Portugal e Castela — prolongando-se até 1382, e renovada com a crise dinástica de 1383–1385. A quebra de relações transfronteiriças terá sido agravada em não pequena medida, ao nível eclesiástico, pelo cisma de 1378, em que os dois reinos seguiram obediências divergentes, circunstância que virá a ser reconhecida mais tarde num diploma de D. Duarte como tendo conduzido a uma suspensão *de facto* das respetivas jurisdições e privilégios (Sousa, III, 1764, pp. 481–486). Neste cenário de erosão das suas tradicionais prerrogativas político-administrativas — conduzindo também, por certo, à prolongada suspensão da cobrança dos seus réditos — os quatro coutos minhotos não podiam deixar de ter perdido grande parte do seu interesse para o cabido compostelano.

Tal situação ajuda a enquadrar o que será a sua venda em bloco ao prócere português D. Afonso, filho bastardo de D. João I, em 1426. Conde de Barcelos pelo seu casamento com Beatriz Pereira Alvim, filha de D. Nuno Álvares Pereira, e a partir de 1442 1.º duque de Bragança, o grosso do património-base da sua Casa concentrava-se no Minho, constituído que fora por bens deixados em dote pelo condestável — justificando certamente, em não pequena parte, a atratividade que para si teriam revestido estas terras, sob o ponto de vista da consolidação e incremento de um poder regional. A cessão, «com todas suas herdades, pertenças, Senhorios, e jurisdicçoens, meras, mixtas, altas e baixas», fez-se pelo montante de 2.000 coroas de ouro do cunho de França, remetido em dois pagamentos — o primeiro no dia de São João e o segundo no fim do referido ano — a transportar para a cidade de Tui em ouro ou prata fina que o valesse, às custas do comprador. Representou o conde de Barcelos na assinatura do contrato, mediante procuração, o seu confessor Fr. Francisco, do-

minicano e mestre em Teologia, sendo arcebispo de Santiago D. Lope de Mendoza. O estatuto destes bens como coutos eclesiásticos necessitou a obtenção de uma bula dispensatória do papa Martinho V, dirigida ao bispo de Lamego D. Garcia Rodrigues de Magalhães, tendo-se argumentado junto da Santa Sé que tais posses se haviam tornado efetivamente ingovernáveis pela anterior tutela. Obtida esta dispensa e consumada a transmissão da posse, o cabido entregou em 1432 a Fr. João do Rosário, procurador do conde, certidões de 13 documentos consagrando ou confirmando os privilégios dos coutos adquiridos — nomeadamente de alguma da documentação já aqui citada. Tais certidões integravam ainda o cartório da Casa de Bragança na primeira metade do século XVIII, tendo servido a António Caetano de Sousa na composição do sexto livro da *História genealógica da Casa Real* (1738, V, p. 19), ao tratar da figura de D. Afonso e da génese do património por si constituído.

Este desfecho colocará o couto de Gondufe, como os demais, sob a autoridade que viriam a conhecer ao longo de toda a Época Moderna — a seu modo também um poder distante, pouco dado a intervenção direta, mas não menos zeloso das suas prerrogativas tutelares do que o havia sido a Igreja compostelana. A nova realidade só será interrompida, como veremos mais adiante, pela dissolução definitiva dos seus privilégios e isenções no segundo quartel do século XIX, sendo as freguesias de Gondufe e Correlhã então absorvidas pelo concelho de Ponte de Lima, a de Nogueira pelo de Vila Nova de Cerveira e a de Mouquim pelo então recém-criado concelho de Vila Nova de Famalicão.

Uma última palavra sobre a vida medieval do território é devida ao pouco que se pode adivinhar do seu funcionamento interno, nomeadamente no tocante às prerrogativas autonómicas de que seguramente gozaria, em alguma medida, já nestes tempos recuados. Pese embora a total falta de documentação pré-moderna para o contexto específico de Gondufe, o que nos é dado entrever do seu pequeno aparelho autárquico em épocas posteriores revela um sensível alinhamento com as práticas documentadas para a Correlhã desde tempos muito recuados — fruto tanto do testemunho das inquirições régias como de questões pontuais levantadas entre os seus moradores e a autoridade compostelana — sugerindo um regime de continuidade desenvolvido a partir de órgãos medievais semelhantes. Não será inútil, pois, determo-nos brevemente sobre esta realidade.

Conforme explica António Matos Reis (2003, pp. 255–264) a partir de um documento de 1229 por si publicado, a *villa* da Correlhã surge já nesta época perfeitamente organizada como um município, encabeçando-o um juiz (*iudex*) eleito «por huun dia çerto do anno por uma assembleia de homens da terra e confirmado pelo cabido de Santiago» (formulação empregue em carta de D. Afonso IV dada em Coimbra a 1335, reconhecendo os direitos de nomeação de juiz pelos moradores do couto da Correlhã; *vd*. Viana, 1970, pp. 625–626 [doc. 16]); o inquérito régio de 1258 plasmará esta realidade, interpondo contudo que a nomeação carecia de ser subsequentemente validada pelo monarca português («et outorga o Sancto Jacobo de Gallecia,

et pois vam al Rey que o confirme»; *PMH*, Inq. 1258, p. 342). Idêntica denominação acharemos aplicada ao presidente da pequena edilidade de Gondufe na Época Moderna, invariavelmente intitulado de «juiz do senado»[33], o que substancia *prima facie* a radicação do encargo na mesma figura medieval. Na Correlhã, assiste-o um conselho formado por indivíduos com o título de «alcaide», aparentemente em número de três, correspondentes por certo ao que será mais tarde o cargo de vereador — este também documentado em Gondufe a partir do século XVI. Acresciam os agentes do policiamento local, que em documentos portugueses da época se chamam «saiões», e que posteriormente verão o essencial das suas funções entregues aos designados «quadrilheiros». À composição do elenco concelhio acrescia na Correlhã, decerto por nomeação direta da autoridade tutelar, um mordomo ou «chegador» tirado de entre os homens locais, que aí representava os interesses do senhorio e mediava o seu contacto com os moradores (Viana, 1970, pp. 625–626 [doc. 16]). Mais se sabe que, desde época indeterminada e pelo menos até 1335, soía aos seus juízes eleitos serem jurados como tal em Santiago de Compostela, o que pressupunha uma demorada e dispendiosa viagem; a 20 de setembro do mesmo ano, reconhecendo em tudo o mais os direitos antigos deste couto, D. Afonso IV solicitava ao senhorio que aí pusesse «huun home boo por sy» a quem pudessem fazer juramento os juízes, dispensando-os do antigo costume (*ibid*.). Não nos é dado conhecer se soluções de representação idênticas terão sido aplicadas nos outros coutos minhotos desta Sé, mas a existência de uma figura análoga à do mordomo — substituída a partir da alienação à Casa de Bragança pelo respetivo ouvidor na vila de Barcelos — teria seguramente sido um imperativo funcional para efeitos administrativos e tributários. No caso dos coutos da Correlhã e de Gondufe, dada a sua proximidade, não é inconcebível que um único funcionário deste tipo tivesse atendido às duas jurisdições.

A entidade subjacente a todo este pequeno oficialato camarário — a referida assembleia ou *consilium* de moradores — era a uma vez o gérmen e a base funcional das prerrogativas concelhias da comunidade; seria certamente um órgão de constituição orgânica e origens muito remotas, formado para tratar de questões locais e para fazer representar os seus interesses junto das autoridades exteriores, mormente do senhorio do couto. Com o tempo, as suas prerrogativas terão sido formalizadas – em parte, no caso da Correlhã, com o respaldo dos monarcas portugueses, como contrapoder à autoridade compostelana, segundo se depreende da documentação compulsada por Fernández Viana e Matos Reis. Formado por uma plêiade de «homes bõos» (*ibid*., pp. 629–630 [doc. 19]), na prática chefes de família representativos dos vários fogos da freguesia, a sua composição e função parece identificar-se *grosso modo* com o que sabemos ter sido em Gondufe o senado municipal, sobejamente documentado durante toda a Época Moderna.

[33] AMPL, Câmara Municipal de Gondufe, Vereações, liv. 1, mantendo-se a nomenclatura consistentemente através dos livros 2 e 3.

Fosse qual fosse a sua configuração exata nestes séculos mais remotos, a infraestrutura autárquica do couto de Gondufe irá perpetuar-se, não sem algumas transformações, até ao dealbar da contemporaneidade, como de uma forma ou de outra sucedeu em praticamente todos os coutos históricos do Entre-Douro-e-Minho. O século XVI trará a primeira documentação direta a respeito de alguns dos seus oficiais, e o século XVIII aquele que é o primeiro *corpus* de documentação subsistente por si produzido, sob a forma de vereações e outros registos administrativos.

4. O foral manuelino

Produzido já no raiar da Época Moderna, mas essencialmente num regime de continuidade com o teor das inquirições medievais, o último marco documental significativo da história de Gondufe para efeitos desta recolha corresponde à sua inclusão no foral outorgado por D. Manuel I à terra de São Martinho de Riba de Lima, a que já tivemos ocasião de aludir brevemente acima. Datado de 1 de maio de 1515 e inserido numa reforma administrativa transversal ao território nacional — saldada na emissão de umas cinco centenas de forais novos durante o seu reinado (Silva, 1991, p. 103) — este instrumento jurídico vai arrolar o património e os direitos da Coroa num vasto território, correspondente à quase totalidade do atual concelho de Ponte de Lima. O termo abarcava todas as suas atuais freguesias a norte do Lima exceto o couto monástico de Refóios, e na margem sul as de Beiral, Gemieira, Gondufe, Ribeira, Santa Cruz e São Martinho da Gandra, estas em tempos mais recuados pertencentes à terra de Penela do Minho[34]. Serão identicamente contempladas pela mesma altura, na região, as terras de Coura, Valdevez, Santo Estêvão da Facha, Souto de Rebordões e Geraz, tendo a vila de Ponte de Lima recebido o seu foral novo poucos anos antes, a 1 de junho de 1511 (Silva, 2012, p. 26).

A carta outorgada à terra de São Martinho configura, como notou na sua edição o P.e José Marques (2006, p. 17), um «foral *sui generis*», na medida em que não codifica nenhuma realidade jurisdicional ou princípio autonómico — cingindo-se praticamente às relações da entidade outorgante com os seus foreiros, e em especial à fixação das rendas, tributos e direitos aí vigentes. Destes eram à data donatários, como vimos, os viscondes de Vila Nova de Cerveira, na pessoa do 3.º titular D. Francisco de Lima, que assim canalizavam para si o grosso dos réditos devidos. Dada a ausência de prerrogativas municipais, como observa Marques, subentende-se a continuada

[34] Esta jurisdição abarcava além das referidas, no atual termo do concelho de Ponte de Lima, as de Anais, Arca, Calvelo, Cabaços, Fojo Lobal, Fornelos, Gaifar, Mato, Sandiães e Serdedelo; pertenciam-lhe ainda as de Arcozelo, Azões, Duas Igrejas, Godinhaços, Goães, Marrancos, Pedregais, Portela das Cabras, Rio Mau e São Martinho e São Mamede de Escariz, hoje englobadas no concelho de Vila Verde, além da de Lavradas, presentemente pertencente ao de Ponte da Barca. Vd., sobre a composição destas circunscrições e a sua evolução no tempo, António Matos Reis (2011, pp. 19–23) e Marques (2006, p. 23).

dependência deste território, do ponto de vista político-administrativo, face à sede representada pelo município de Ponte de Lima, a cujo histórico julgado aliás pertencera desde o reinado de D. Fernando[35]. Também aqui os Limas eram detentores *de facto* de uma autoridade senhorial, pertencendo à sua linha de representação a alcaidaria-mor do burgo e os direitos reais sobre ele pendentes; conquanto não lhes houvesse sido aberta mão da jurisdição, que se manteria realenga até às reformas do século XIX, esta família rapidamente soube adquirir, mediante um forte e nem sempre formal controlo das instituições, uma preponderância ímpar sobre a vida da comunidade (veja-se, por especialmente expressivo a este respeito, Duarte, 1996). Excetuavam-se a dependências desta ordem, naturalmente, as freguesias correspondentes a coutos, como o de Gondufe, o de Cabaços ou o de Queijada, que retinham (conforme adiante veremos em maior detalhe para o caso que nos concerne) as suas prerrogativas autonómicas locais e estruturas camarárias, bem como a tutela dos respetivos senhorios.

Dada a sua natureza, o objeto das disposições deste foral no tocante a Gondufe prende-se quase exclusivamente com o património aí detido pelo monarca — que seria ainda, no essencial, coincidente com o reconhecido pelas inquirições da primeira dinastia. Claramente identificáveis são as propriedades da Abobreira («hũa herdade a que chamam Aboboreyra») e o monte de Fonte Cova «todo ho reguengo de Fonte Cova que esta na freguesya de Gundufe paga de dezaseis quinhoes huum a El Rey quando se lavrar» (Marques, 2006, p. 157), já acima encontrados ao tratarmos dos levantamentos afonsinos. Outros bens elencam-se apenas sob o nome dos foreiros, ou agrupados sob categorias genéricas, sendo por isso de difícil ou impossível identificação — como sucede por exemplo com um reguengo trazido por certo Rodrigo Esteves, pelo qual pagava três alqueires de pão meado, que pelo seu posicionamento no rol se depreende ter sido sito na freguesia (*ibid*., p. 154). Um conjunto de terras indistinto à luz dos cadastros anteriores é o agremiado sob a tutela dos «herdeyros de Monterosso», que pagava anualmente oito alqueires de cereal, metade à responsabilidade dos próprios e metade às custas do abade (*ibid*., p. 153). A «forma imbricada» (*ibid*., p. 41) — para não dizer francamente desorganizada — com que se inventariam as propriedades e direitos régios neste documento, surgindo os respetivos a Gondufe entremeados com os possuídos noutras freguesias, concorre para dificultar um levantamento inequívoco. Cumpre ainda notar que, pontualmente, indivíduos da freguesia se perfilam entre os detentores de interesses em bens reguengos da zona circunvizinha. É o caso de certo Pedro de Gondufe, que à data trazia em seu nome o reguengo do Avelal na não distante freguesia de Santa Cruz do Lima, e de Martim Gonçalves de Sequeiros — este bem identificável como pertencendo à quarta geração conhecida do paço do mesmo nome — obrigado a um alqueire de milho pelo que lhe cabia da água do Rio Covo (*ibid.*, p. 17).

[35] ANTT, Chancelaria de D. Fernando, liv. 1, fl. 47v; AMPL, dep. 4, pergaminho n.º 5.

Somavam-se aos rendimentos de foro, pelo início do século XVI, em Gondufe como noutros lugares, os direitos de montado, incidentes sobre os donos de gado bovino e ovino quando os seus animais aproveitavam para pasto as terras realengas («[i]tem os do couto de Gumdufe do Duque de Bragança pagam cada huum anno de foro vymte e seis reaes»)[36]. Significativamente, não se exercia nesta freguesia o direito da lutuosa — imposto cobrado por morte do rendeiro, tipicamente na terra de São Martinho sob a forma da melhor peça do seu património móvel — que pesava sobre a maioria das restantes do termo. Esta constituía ao que parece uma das exações mais onerosas para o comum dos lavradores, reconhecendo o próprio foral que a sua cobrança havia suscitado no passado várias contendas com os foreiros régios destas terras (Marques, 2006, pp. 56–59).

Radicando as prerrogativas autárquicas da pequena comunidade do couto noutra autoridade que não a Coroa — nomeadamente nos velhos privilégios inerentes ao coutamento eclesiástico, de que se veio a tornar guardiã a Casa de Bragança — não se lhes reserva naturalmente qualquer lugar no documento em apreço. O escasso ou nulo aporte das suas disposições para todos aqueles que não se incluíssem no pequeno rol de foreiros à Coroa ajuda a explicar que, alguns séculos volvidos, a própria existência de um foral contemplando o território fosse objeto de ignorância por parte dos oficiais camarários, que em 1794 se representavam ao Desembargo do Paço como estando «sem foral p*ar*a tít*ul*o do referido Couto», e não tendo «nota do descaminho e existencia delle»; a fim de sanar a dúvida se pediram diligências a este respeito junto da Torre do Tombo, bem como certidão do documento relevante «ou certidão de como nella não existe»[37].

Conclusão

Várias das realidades locais formadas no amplexo cronológico balizado pela documentação aqui considerada extravasarão grandemente a Idade Média. É o caso, antes de mais, da realidade administrativa do couto, plasmada nos órgãos do seu pequeno município, só supressa a 6 de novembro de 1836 (*Collecção de leis…*, 1837, p. 69); é-o também, naturalmente, da paróquia, e ainda do grosso da infraestrutura económica que ditará a relação das suas gentes com o território ao longo dos séculos seguintes, caracterizada pela posse da raiz de substanciais porções da terra arável por um elenco de senhorios eclesiásticos e seculares muito resilientes.

Tomada no seu todo, a freguesia medieval encerra assim — como um pouco por todo o Minho sucede — importantes linhas de leitura para a subsequente gesta hu-

[36] Sobre este direito, também conhecido por montático ou montádigo, *vd*., por exemplo, Castro (1971, p. 100).

[37] ANTT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho e Trás-os-Montes, mç. 241, doc. 24.

mana da comunidade. Parece-nos que, além da sua utilidade para uma interpelação consequente desta pequena circunscrição no tempo longo da história, o seu valor se prende também, no caso específico de Gondufe, com um elemento de variedade a respeito dos poderes e agências documentados. A densidade da sua malha de intersecções neste pequeno palco, à partida inusitada para um contexto a todos os títulos periféricos, permite (como esperamos ter apontado) um entrecosimento bastante satisfatório do meio com os horizontes alargados do tempo, e constitui talvez a principal riqueza destas fontes. Se o exercício de leitura conjunta e articulada a que aqui as procurámos submeter tiver o condão de ilustrar, a título de estudo de caso, o valor que este tipo de documentação pode revestir para a historiografia local alargada da região e para o conhecimento aprofundado das suas pequenas comunidades, daremos o nosso principal propósito por cumprido.

Fontes e Bibliografia

Almeida, C. A. B., & Baptista, A. J. B. (1983). Castros e castelos de Ponte de Lima. Em *Colóquio Galaico-Minhoto* (Vol. 2, pp. 287–318). Associação Cultural Galaico-Minhota.

Almeida, C. A. B. (1990). *Proto-história e romanização da bacia inferior do Lima. Estudos Regionais.*

Amaral, L. C. (1999). Organização eclesiástica de Entre-Douro-e-Minho: O caso da diocese de Braga (sécs. IX–XII). Em J. Á. García de Cortázar (Coord.), *Del Cantábrico al Duero: Trece estudios sobre organización social del espacio en los siglos VIII a XIII* (pp. 313–351). Editorial Universidad Cantabria.

Andrade, A. A. (1990). *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima. Livros Horizonte.*

Azevedo, C. A. M. (1993). A paróquia ao longo da história. *Theologica*, 2.ª série, 28(1), 13–34.

Cabral, J. P. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva. A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Publicações Dom Quixote.

Calheiros, D. L. (1981). Memorial de Calheiros. *Arquivo de Ponte de Lima*, 1(2), 145–163.

Castro, A. (1971). Montado. Em J. Serrão (Dir.), *Dicionário de história de Portugal* (Vol. 3). Iniciativas Editoriais.

Collecção de leis e outros documentos officiaes publicados desde 15 de Agosto de 1834 até 31 de Dezembro de 1835 (4.ª série). (1837). Imprensa Nacional.

Costa, A. J. (1959). *O bispo D. Pedro e a organização da diocese de Braga* (2 vols.). Biblos.

Costa, A. J., ed., Marques. J., rev. (2016). Liber Fidei Sanctæ Bracarensis Ecclesiæ (Vol.1). Arquidiocese de Braga.

Duarte, L. M. (1998). D. Leonel de Lima: o bando e o barco. *Revista Portuguesa de História*, 33.1, 371–392.

Gomes, R. C. (1995). *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*. Difel.

Gonçalves, I., *et al.* (1978). O Entre Cávado e Minho, cenário de expansão senhorial no século XIII. *Revista da Faculdade de Letras*, 4.ª série, 2, 399–440.

Herculano, A. (1874). *História de Portugal desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III* (2.ª ed.). Viúva Bertrand.

Leão, D. N. (1600). *Primeira parte das chronicas dos reis de Portugal*…. Pedro Crasbeeck.

Lopes, F. (1897). *Chronica de el-rei D. João I* (Vol. 1). Escriptorio.

López Ferreiro, A. (1899). *Historia de la Santa A. M. Iglesia de Santiago de Compostela* (Vol. 1). Impr. y Enc. del Seminario Conciliar Central.

Lucas Álvarez, M. (1998). *Tumbo A de la catedral de Santiago.* Seminario de Estudos Galegos – Cabildo de la Catedral.

Marques, A. H. O. (Ed.). (1984). *Chancelaria de D. Pedro I (1357–1367).* Instituto Nacional de Investigação Científica.

Marques, J. (2005). O território do concelho de Vila Verde na Idade Média. *Boletim Cultural de Vila Verde*, (1), 49–72.

Marques, J. (2006). *Os forais manuelinos da terra de São Martinho*… Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Mattoso, J. (1985). *Portugal medieval: Novas interpretações.* Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Mattoso, J. (2000). Paróquia. I. Até ao século XVIII. Em C. A. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 372–376). Círculo de Leitores.

Moreno, H. B. (1981). Um Fidalgo Minhoto de Ascendência Galega: Leonel de Lima. Em *Actas do 1.º Colóquio Galaico-Minhoto* (Vol. 1, pp. 259–269). Associação Cultural Galaico-Minhota.

Oliveira, M. (1950). *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. União Gráfica.

Palmeira, G. V. (2025). *Nobres e camponeses do Minho: Um estudo das relações entre a nobreza e o campesinato a partir das Inquirições Gerais do século XIII* [Tese de mestrado, Universidade Nova de Lisboa].

Pérez Rodríguez, F. J. (2000). Los cotos de la Iglesia de Santiago en el reino de Portugal (siglos XII–XIV). *Minius*, (8), 75–81.

Portugaliæ Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones (Vol. I, fasc. I e II). (1888). Tipografia Academia das Ciências [= PMH, Inq. 1220].

Portugaliæ Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintum decimum. Inquisitiones (Vol. I, fasc. III). (1891). Academia das Ciências [= PMH, Inq. 1258].

Reis, A. M. (2003). Entre Braga e Santiago de Compostela: A 'Villa Corneliana' (freguesia de Correlhã, concelho de Ponte de Lima) na primeira metade do século XIII. Em L. A. da Fonseca, L. C. Amaral, & M. F. F. Santos (Coords.), *Os reinos ibéricos na Idade Média: Livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno* (Vol. 1, pp. 255–264). Civilização.

Reis, A. M. (2011). *Foral manuelino de Ponte de Lima*. Edição do autor.

Ribeiro, O. (1986). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Sá da Costa (4ª ed.).*

Silva, F. R. (1991). O foral da feira e terra de Santa Maria (1514). *Revista de História*, 11, 95–130.

Silva, F. M. F. (2012). *Os forais manuelinos do Entre Douro e Minho (1511–1520): direito e economia* [Tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Científico da UP. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/66352

Sousa, A. C. (1738). *Historia genealogica da casa real portuguesa*... (Tomo 5). Officina Sylviana.

Sousa, A. C. (1744). *Provas da historia genealogica da casa real portuguesa*... (Tomo 3). Oficina Sylviana.

Sottomayor-Pizarro, J. A. (2012). *Portugaliæ Monumenta Historica. Nova Série. Inquisitiones. Inquirições Gerais de D. Dinis de 1288, Sentenças de 1290 e Execuções de 1291* (Vol. IV, Tomo 1). Academia das Ciências. [= PMH, Inq. 1288].

Viana y Vieites, J. I. F. (1970). La feligresía portuguesa de Correlha y la sede compostelana: notas y documentos. Compostellanum: *Revista de la Archidiócesis de Santiago de Compostela*, 15(4), 599–631.

Viterbo, F. J. S. R. (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram* (2ª ed., Vol. 2). A. J. Fernandes Lopes.

«Esto he o que eu tenho». Cultura material nos testamentos de três cónegos da Colegiada de Guimarães (1465–1498)

«This is what I own». Material Culture in the Wills of Three Canons of the Collegiate Church of Guimarães (1465–1498)

Maria do Céu Barros S. Neitzel
Aluna de Mestrado em História,
Universidade do Minho
barrosmceu@gmail.com
ORCID: 009-0007-6034-4162

Bracara Augusta, 133 (2025), 41–65 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.31

Resumo // Este artigo examina a cultura material dos cónegos de Guimarães no final da Idade Média, a partir da análise dos testamentos de Gonçalo de Carvalhais, João Álvares e Pedro Afonso. A crise interna na Colegiada de Guimarães na segunda metade do século XV não impediu a continuidade do enriquecimento pessoal dos seus cónegos, permitindo a construção de um património cujo propósito ultrapassava o mero conforto pessoal. Consignada nos seus testamentos, a sua cultura material engloba preocupações com a validação social da posse material, o significado simbólico e o destino dos seus bens, permitindo aceder não só ao quotidiano material destes clérigos, como também às suas redes de sociabilidade e valores partilhados. Através de uma leitura cruzada entre os bens testamentários e as representações sociais e identitárias inscritas nesses gestos finais, este estudo examina como a materialidade, enquanto sistema integrado de objetos, práticas e significados, foi mobilizada pelos cónegos como estratégia de perpetuação memorial e projeção identitária para além da morte.

Palavras-Chave:
baixa idade média, clero, cultura material, testamentos.

Abstract // This article examines the material culture of the canons of Guimarães in the late Middle Ages, based on an analysis of the wills of Gonçalo de Carvalhais, João Álvares, and Pedro Afonso. Despite the internal crisis faced by the collegiate church of Guimarães in the second half of the 15th century, its canons continued to amass considerable personal wealth, enabling them to construct legacies that went beyond mere personal comfort. Their wills reveal a material culture deeply influenced by concerns with the social validation of ownership, the symbolic value of possessions, and their final disposition. These documents offer insights not only into the daily lives of the clerics, but also into their social connections and shared systems of values. Through a comparative analysis of testamentary bequests and the social and identity representations embedded within these final acts, this study explores how material culture, conceived as an integrated system of objects, practices, and meanings, was strategically employed by the canons as a means of memorialisation and posthumous self-representation.

Keywords:
clergy, material culture, late middle ages, wills.

Introdução

Em 1449, menos de um mês antes da batalha de Alfarrobeira, pela mão do arcebispo D. Fernando da Guerra (1417–1467), Afonso Gomes de Lemos substituiu Rui da Cunha, partidário do infante D. Pedro (1392–1449), no priorado de Santa Maria da Oliveira de Guimarães. Seguiu-se a inevitável purga dentro da Colegiada, situação que o duque de Bragança explorou para promover gente da sua casa. O priorado de Afonso Gomes de Lemos (1449–1487) ficou marcado pelo avolumar de tensões internas na Colegiada e desta com as instituições locais e os seus caseiros. A personalidade e a ação conflituosa do prior conjugaram-se com o declínio económico da Colegiada, para o qual contribuíram as consequências da crise que atingiu a Europa e o reino até meados do século XV, a diminuição da devoção a Nossa Senhora da Oliveira, refletindo-se no decréscimo na afluência de doações e de peregrinos, e a recolha da prata das igrejas, ordenada por Afonso V (1438–1481) em 1476, a fim de financiar a guerra com Castela (J. Marques, 1981).

Neste cenário de crise interna da segunda metade do século XV, movimentaram-se Gonçalo de Carvalhais (†1465), João Álvares (†1490) e Pedro Afonso (†1498), três cónegos que fizeram os seus testamentos entre 1465 e 1498, período que abrange os priorados de Afonso Gomes de Lemos, Fernão Coutinho (1487–c.1493) e D. Henrique Coutinho (1493–c.1501)[1]. De Pedro Afonso chegaram-nos dois testamentos, um de 1494 e outro de 1498, já estudados por Maria da Conceição Falcão Ferreira que aqui revisitamos (Ferreira, 1999).

Gonçalo de Carvalhais declarou no seu testamento que tudo o que possuía resultara dos seus bens patrimoniais e do que recebera dos seus senhores. O mesmo cuidado repete-se no primeiro testamento do cónego Pedro Afonso; tudo recebera através das suas Ordens, das funções exercidas como sacristão e do que herdara de sua mãe. João Álvares não manifestou a mesma preocupação. Estas justificativas, ou a sua ausência, sobre a origem dos seus bens, revelam expectativas e ansiedades ligadas às suas coisas e aos outros. De origens e estatutos diversos, as últimas vontades destes cónegos manifestam uma diversidade material que reflete modos de vida, capacidades e gostos pessoais diferentes. Por esse motivo, foram selecionados para uma abordagem à cultura material do meio em que estavam inseridos, tendo por objetivo a identificação do tipo de valorização atribuída aos bens legados. Entende-se por cultura material o conjunto dos objetos e das suas diversas camadas de significados, particularmente aquilo que os seus bens e a sua transmissão no fim da vida revelam sobre os valores, ideias e atitudes dos testadores (Appadurai, 1986; Kopytoff, 1986).

[1] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães (doravante CSMOG), Documentos eclesiásticos, mç. 8, n.º 6; idem, mç. 67, n.º 4; idem, mç. 68, n.º 28; idem, mç. 70, n.º 18. A transcrição paleográfica deste corpus documental encontra-se disponível em acesso aberto no dataRepositoriUM da Universidade do Minho: https://doi.org/10.34622/datarepositorium/JTZEW3

Foram analisados todos os bens mencionados nos testamentos, reunidos numa base de dados e classificados em dois grupos: legados indiretos, destinados à venda, e legados diretos, transmitidos a herdeiros. A circulação dos objetos oferece perspetivas de análise adicionais, pelo que se consideraram os detidos pelos cónegos a título de penhor, bem como a identificação dos respetivos devedores. Nos legados diretos, associados a uma extensão simbólica do testador, incluíram-se os beneficiários, a sua relação com os cónegos e as razões e condições da doação. Os itens foram distribuídos por dezoito categorias: alfaias agrícolas, alfaias de cozinha, alimentos, armamento, dinheiro, ferramentas, instrumentos musicais, jogos, livros, mobília, moeda, objetos preciosos, recipientes para armazenamento, têxteis domésticos, vestuário, imóveis e prazos. Na categoria «objetos preciosos» agruparam-se todos os itens em prata, na sua maioria taças. Nos recipientes para armazenamento (pipas e tonéis) incluíram-se as arcas destinadas ao acondicionamento e conservação de bens perecíveis.

Estabelecida a panorâmica global, este trabalho organiza-se em quatro partes. Inicia com a identificação dos testadores, explorando o seu percurso e as suas redes de sociabilidade. A segunda parte foca-se na composição global do espólio e na análise das suas diferentes categorias, examinando, de seguida, os legados diretos e indiretos e o tipo de valorização atribuída aos bens móveis e imóveis. Por fim, a quarta parte centra-se nos beneficiários, a sua relação com o testador e com os bens recebidos. A reduzida amostra não permite generalizar as suas conclusões, porém foi possível observar algumas tendências, tendo em conta o contexto e percurso de vida de cada um destes cónegos.

1. Os testadores

1.1 Gonçalo de Carvalhais, 1465[2]

Segundo as genealogias consultadas, Gonçalo de Carvalhais foi criado dos pais de D. Constança de Noronha **(**†1480), segunda mulher do duque D. Afonso de Bragança, (1377–1461). Veio com a duquesa para Portugal na companhia dos seus irmãos, Fernão de Carvalhais e Francisco de Carvalhais, após o casamento dos duques em 23 de julho de 1420 (Gaio, 1938, p. 187). Em 1451 era abade de S. Salvador de Ribeira de Pena, data da sua matrícula em Ordens Sacras (Fernandes, 2002, pp. 172, 177). Até ao final da sua vida foi sempre conhecido como vedor da casa da duquesa.

[2] Apesar de no testamento não constar a data, foi possível datá-lo a partir de elementos que constam do documento. O testador menciona as rendas que lhe eram devidas do ano que se iniciara em 24 de junho de 1465 e que acabaria no mesmo dia de S. João de 1466. Menciona ainda as suas casas de herdade, que alugara até S. Miguel (29 de setembro). O documento foi, portanto, redigido entre 25 de junho de 1465 e 28 de setembro do mesmo ano.

O seu percurso é ilustrativo da mobilização das mais altas influências que os indivíduos possuíam para se integrarem e prosperarem na instituição. Em 1456, o duque interveio junto do chantre e do cabido da Colegiada para que fosse facultada a Gonçalo de Carvalhais a primeira conezia que vagasse, devendo ter primazia sobre outros dois candidatos, um deles anteriormente apresentado pelo próprio duque[3]. Pouco tempo depois, obteve da Colegiada um benefício na igreja de S. Tomé de Caldelas, de apresentação do prior e cabido, novamente através de um pedido do duque de Bragança àquela instituição. Na posse do benefício, agindo em segredo junto do arcebispo de Braga, possivelmente através do duque, obteve do prelado a anexação da igreja à sua conezia. Inconformados, o tesoureiro e cabido apelaram ao duque de Bragança, acusando o cónego de ter agido «calladamente nom cumprindo o que prometera», solicitando a sua intervenção junto do seu protegido para que este lhes entregasse a anexa. Estes factos constam da resposta do duque, datada de 3 de julho de 146(?), na qual, sem mencionar o que tinha sido prometido pelo cónego, não se compromete; primeiro iria ouvir as razões de Gonçalo de Carvalhais[4]. Talvez por mediação do duque, a igreja foi anexada às mesas prioral e capitular de Guimarães pelo arcebispo D. Fernando da Guerra em 17 de dezembro de 1463, em seguimento à renúncia de «Gonçalo de Carvalhaaes, que a tijnha por anexa, polla nom poder comportar com os grandes carregos que paga»[5]. Para compensação das despesas com as benfeitorias que o cónego realizara na igreja, a instituição cedeu-lhe as rendas em sua vida sem quaisquer encargos[6]. Já não lhe restava muito tempo de vida, terminando o seu itinerário na hierarquia da colegiada na conezia[7].

Além dos rendimentos que já acumulava, possuía outros em S. Gens de Montelongo e em Santa Maria do Souto, com valores ainda a receber dos seus rendeiros. A isto juntavam-se as casas de herdade «junto com Sancta Maria da Oliveira», de que D. Constança lhe fizera doação, emprazadas a João Gião por 350 reais pagos em dia de S. Miguel. Apesar de listar o recheio da casa onde vivia, não refere a sua localização. Provavelmente, situava-se nas imediações do castelo, onde, no final da centúria, viviam dois parentes seus: Fernão de Carvalhais «o moço» era titular de um prazo, da Confraria de Santa Margarida, de umas casas novas de um sobrado na rua do Castelo; defronte, Fernão de Carvalhais «o velho» pagava quarenta reais pelo exido de um pardieiro, onde estava uma cavalariça[8].

No quadro das suas relações familiares, Gonçalo de Carvalhais identifica três sobrinhos: Fernão de Carvalhais, Pedro de Carvalhais, filho do seu irmão Fernão Afon-

[3] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 54, n.º 12b.
[4] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 56, n.º 11b.
[5] AMAP, CSMOGMR, Pergaminhos, 8–3–4–5.
[6] ANTT, CSMOG, Documentos particulares, mç. 57, n.º 33.
[7] Na hierarquia da instituição, ao prior seguiam-se as dignidades (chantre, tesoureiro e mestre-escola) e a estes os cónegos (A. G. Fernandes, 2019, p. 22).
[8] ANTT, Feitos da Coroa, Núcleo Antigo 272, Tombo das capelas, confrarias, hospitais e gafarias existentes na vila e comarca de Guimarães, fls. 275v–277.

so, e Mendo. Pedro de Carvalhais, cavaleiro, a quem o tio deixou uma taça de prata, casou com Filipa do Vale Peixoto, filha de João do Vale, escudeiro d'el rei, procurador do número em 1494, e de Isabel Peixoto[9]. Para o outro sobrinho, Fernão de Carvalhais, destinou as casas junto a Santa Maria da Oliveira, um conjunto de roupa de cama, diversas alfaias de cozinha e seis mil reais em dinheiro. Mendo, contemplado com dois mil reais, estava destinado a uma carreira eclesiástica, uma vez que apenas receberia o breviário do tio se ingressasse no clericato. Os Carvalhais permaneceram ligados às principais famílias da vila e à Casa de Bragança, exceto no período em que esteve extinta, no reinado de D. João II, em que estiveram ao serviço do rei. Fernão de Carvalhais, escudeiro de D. João, marquês de Montemor[10], foi nesse período escrivão do celeiro do pão e dos reguengos de Guimarães[11].

Noutro tipo de relações, o testador contemplou Maria Fernandes «boa cristã» com três mil reais pelo serviço e boas obras que dela recebeu. Para o filho desta, «que chamam fernandinho qujnze mjll rreaes por amor de deus e estes qujnze mjll rreaes lhe nom dem menos que elle seja de hidade de xx annos». Se morresse antes, esse valor deveria ser gasto no resgate de cativos. O montante envolvido, o nome próprio recorrente na família e a preocupação com o seu futuro sugerem um laço afetivo do tipo parental. Com efeito, após a morte do testador, Maria Fernandes tentou obter dos cónegos, testamenteiros do finado, uma pensão de alimentos e de criação de Fernandinho, argumentando ser filho de Gonçalo de Carvalhais, facto que o cabido negava. Invocando a sua condição de escrava moura da duquesa, numa estratégia de descredibilização, atribuíram a paternidade de Fernandinho a Mafamede, igualmente mouro, com quem a criança «se parecia mais que hũa landere outra»[12]. Estava em causa o elevado montante deixado pelo testador. Apesar dos conflitos entre as partes, os testamenteiros tinham entregado objetos da casa do testador e esmolas de mais de mil reais a Maria Fernandes para a criação do filho. Por caridade, dispuseram-se a mandá-lo criar e ensinar. Trata-se de um episódio demonstrativo dos conflitos a que a ambiguidade de algumas verbas, por vezes, dava origem.

O testador nomeou cinco criados; Fernão Anes, João Pensoso, Luís e Pedro Afonso, morador em Nespereira, receberiam quantias num total de 5700 reais; Afonso Esteves, clérigo, morador em Miranda, uma capa parda de Bristol, uma sobrepeliz e um pelote do testador. Mencionou ainda um compadre, Gonçalo Afonso, tanoeiro, a quem emprestara uma pipa.

Na esfera das suas relações com a Casa de Bragança, destinou a sua espada de ambas as mãos ao duque D. Fernando (1403–1478) ou ao filho deste, o conde D. Fernando (1430–1483). Maria Álvares, já falecida, criada da duquesa e moradora na Rua

[9] Arquivo Municipal Alfredo Pimenta (doravante AMAP), Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães (doravante CSMOGMR), Pergaminhos, 8–4–3–10. João do Vale foi também juiz dos resíduos, vereador e recebedor das sisas (Nóbrega, 1973, p. 28).

[10] AMAP, CSMOGMR, Pergaminhos, 8–3–3–6.

[11] ANTT, Chancelaria de D. João II, liv. 22, fl. 109.

[12] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 59, n.º 13.

do Castelo, foi a única alma, para além da sua, por quem este testador mandou rezar missas, a pagar com o que se arrecadasse pela venda de uma arca e de uma pipa que dela tinha em seu poder. Vasco Fernandes, Afonso Correia, criados dos duques, e Beatriz Fernandes, moça de câmara da duquesa, integram a lista dos seus devedores, onde se incluía a própria duquesa.

Gonçalo de Carvalhais faleceu antes de 9 de novembro de 1466. Nessa data, o conde D. Fernando pediu ao cabido e prior a conezia vaga pela sua morte para Pedro Gonçalves[13].

1.2. João Álvares, 1490

Quase nada se conseguiu saber sobre João Álvares, além do que consta do seu testamento. Nos livros de matrículas dos ordinandos de Braga encontram-se vários homónimos aí residentes, impedindo uma identificação correta. Documenta-se como prebendeiro do cabido em 1488, posição apetecível cujo salário rondava os dois mil reais anuais em meados do século XV (Ferreira, 1987, p. 187). Nesse ano, no derradeiro dia do mês de dezembro, nas casas da Rua das Mostardeiras onde então vivia o «honrrado Joham Aluarez conego e prebendeiro», não podendo percorrer os escassos passos entre a sua casa e a igreja, «porque elle estaua impidido de gota», impôs um censo de cem reais brancos sobre o rendimento das suas casas da rua da Arrochela, a pagar ao cabido pelas suas exéquias e um aniversário em sua vida e após a sua morte[14]. Junto a estas casas, possuía outras sobre as quais tinha já doado um censo de cem reais aos clérigos coreiros. No seu testamento, foi por aí que iniciou o destino dos seus bens, deixando ao cabido e aos coreiros a propriedade delas. Ao longo dos dois anos que ainda viveu, teve tempo de ir redigindo o seu testamento, acrescentando e acertando as suas contas. Assim se explica que antes de o datar, selar e outorgar, fosse emendando e riscando os valores que lhe deviam e que, entretanto, foi recebendo.

Desconhecendo-se os seus pais, tinha pelo menos um irmão, Tristão Álvares, cujos bens herdou e destinou a Branca, sua sobrinha, para o seu casamento: a casa da rua da Arrochela que pagava foro aos coreiros; outra na rua dos Fornos com foro a Santa Luzia; dois marcos de prata menos um real, uma caldeira velha e um caldeirão, para além de uns manteis e de uma coberta. Se não casasse, metade seria para a alma desse irmão e a outra metade para Pedro, seu sobrinho, talvez irmão de Branca. Para Violante, outra sobrinha, destinou dez mil reais, que receberia ainda que não casasse, desde que permanecesse casta. Outro sobrinho de apelido Gonçalves[15] devia-lhe três mil reais e nada herdava. Depois de satisfeitas as suas últimas vontades,

[13] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 58, n.º 26b.
[14] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 66, n.º 20.
[15] A mancha de tinta não permite a identificação do nome próprio.

tudo que restasse, incluindo a prata e o ouro, seria entregue a Álvaro Anes, seu filho, legitimado pelo rei. Por ser menor, nomeou por seu tutor o cónego Pedro Afonso, seu testamenteiro, para que «ho rrepaire e ensine e lhe mande por hũa legitimaçom a rroma pera aver ordens e poder teer beneficio».

O testador não faz qualquer referência a criados, mas talvez fossem seus servidores Leonor Damão, a quem legou duzentos reais, e Rodrigo Anes, contemplado com uma saia de palmilha e uma capa de pardo para a feira de agosto[16].

A sua lista de devedores revela valores muito mais baixos do que os dos outros testadores, com exceção do arcebispo D. Jorge Vaz da Costa (1484–1501), a quem emprestara sete onças de prata, e do seu sobrinho Gonçalves já referido.

1.3. Pedro Afonso, 1494 e 1498

Os dois testamentos de Pedro Afonso, datados de 1494 e 1498, foram estudados por Maria da Conceição Falcão Ferreira (1999) como já referido. Filho de Afonso Domingues «Gago», almocreve, e de Maria Fernandes, terá crescido na rua de Santa Maria onde os seus pais eram moradores. Matriculou-se em Ordens Maiores em 1457 (Fernandes, 2002, pp. 285, 291, 299). Declarou, no primeiro testamento, ter recebido a conezia por influência de Pedro Afonso, já falecido, sucedendo a Vasco Anes. Foi abade de Mesão Frio, no termo da vila, a cuja confraria legou um quinhão de herdade que comprara a João Afonso, outrora seu caseiro, um marco de prata para um cálice e uma vestimenta de zarzagania para dizerem missa nas festas[17]. Terá feito a doação em vida, uma vez que este legado já não se repete em 1498.

No seu testamento intitula-se sacristão, cargo que exerceu durante quinze anos. Contemplou a sua instituição nos dois testamentos, mostrando-se mais cauteloso no primeiro. Neste, revogava a doação das suas vestes litúrgicas, um cálice de prata dourada, seis toalhas francesas para cada altar e uma arca grande para guardar todas essas peças, na eventualidade do prior ou cabido quererem «fazer desto susedicto algũa cousa ou toma-lo», ilustrativo do clima de desconfiança dentro da instituição.

Dentro das suas relações familiares, tinha duas irmãs, cujos nomes não indica, e dois irmãos já falecidos, Lopo Afonso e Vasco Afonso, a cuja viúva mandou dar o penhor de ouro «a que chamom nobre». Uma das irmãs vivia nas casas do testador na rua de Gatos, fora dos muros da vila, e a outra estava casada com João Gonçalves, escrivão da câmara. Pedro Anes, seu sobrinho, e uma parente de Vila Nova das Infantas, nomeados em 1494, terão falecido. Em 1498 mencionou duas sobrinhas: a filha desse escrivão, a quem legou dois mil reais para uma cota quando casasse, e Beatriz

[16] Palmilha refere-se a um pano confecionado com as sobras da lã quando era penteada, utilizado na confeção de vestuário, cobertores, cortinas, rodapés entre outras peças, (Toral, 2017).

[17] Zarzagania era uma espécie de tela de seda, delgada como o tafetá (Martínez, 1989).

Anes, mulher de Diogo Afonso, sapateiro[18]. Esta sobrinha foi a principal herdeira, logo a seguir à sua alma, a cuja salvação destinou a maior parte da sua fortuna. A casa de herdade que possuía na rua de Santa Maria, emprazada ao protonotário, pagaria um censo de 200 reais aos clérigos coreiros. Em nenhum dos testamentos declarou os herdeiros desta casa, omissão que corrigiu cerca de três semanas após a outorga, porque «na dicta manda lhe esqueceo decrarar», legando-a a Diogo Afonso e Beatriz Anes[19]. A condição imposta aos clérigos coreiros foi a de nunca procurarem obter rendimentos adicionais da casa, protegendo, assim, os interesses da sobrinha por quem parece ter tido mais afeição. A casa da rua de Gatos pagaria um censo de 300 reais ao cabido, ficando a propriedade para a mesma Beatriz Anes, beneficiária ainda de um matalote, dois mil reais e mais mil para o marido. Menos clara é a natureza da sua relação com Joaninho, que mandara criar e a quem mandou vestir de pardo e dar 1500 reais.

Nas outras relações de proximidade, listou cinco criados, todos clérigos, contemplados com dinheiro e prazos. Pedro Anes foi nomeado segunda vida no prazo das casas em que vivia o testador. Em 1494 tinha-o nomeado também no prazo das casas que foram de Maria Afonso de Fão, na mesma rua, que depois não são mencionadas, possivelmente por já as ter em seu poder.

Dentro da instituição, tinha relações de confiança com o cónego João Álvares, que o nomeou testamenteiro e tutor do filho, Álvaro Anes, a quem Pedro Afonso emprestara uma taça para ele beber por ela. Entre os seus devedores menciona um compadre, João Garcia, com uma dívida de dois mil reais sobre uma taça picada. No prazo de Maçacricas nomeou por segunda vida Catarina Pires, mulher de Gil Gonçalves, pedreiro, sem especificar o tipo de relação que com ela tinha. Por fim, a fechar o testamento de 1498, alforriou o seu «espravo preto» para que fizesse de si próprio o que quisesse, por bem de sua alma. Trata-se de uma das primeiras referências conhecidas a escravos subsarianos em Guimarães.

Dos seus testamentos transparece uma extraordinária acumulação de riqueza. Pelas dívidas que arrolou em 1498, movimentava-se com destreza na atividade negocial. Entre os devedores encontram-se diversos grupos sociais: mesteirais, escrivães, um procurador e gente do clero, entre eles o prior D. Henrique Coutinho, a quem emprestara dez mil reais. O seu rol permite-nos observar a circulação de objetos na atividade prestamista. Isabel Álvares, mulher de Álvaro Pinto, devia muito a Pedro Afonso, contas de que os seus herdeiros tinham conhecimento. Sobre esses valores, tinha em seu poder três taças que ela lhe entregara, sendo uma da manceba de Fernão de Chaves, de quem Isabel Álvares era credora. Não obstante essa dívida, recorreu ao cónego para o empréstimo de três taças que foram a penhor em Vilar de Atão. Situação idêntica verifica-se com o prebendeiro João Álvares (homónimo do cónego);

[18] O testador não refere o nome da mulher de Diogo Afonso. Foi identificada através do documento «Traslado da cláusula testamentária de Pero Afonso», AMAP, CSMOGMR, Pergaminhos, 8–4–2–16.

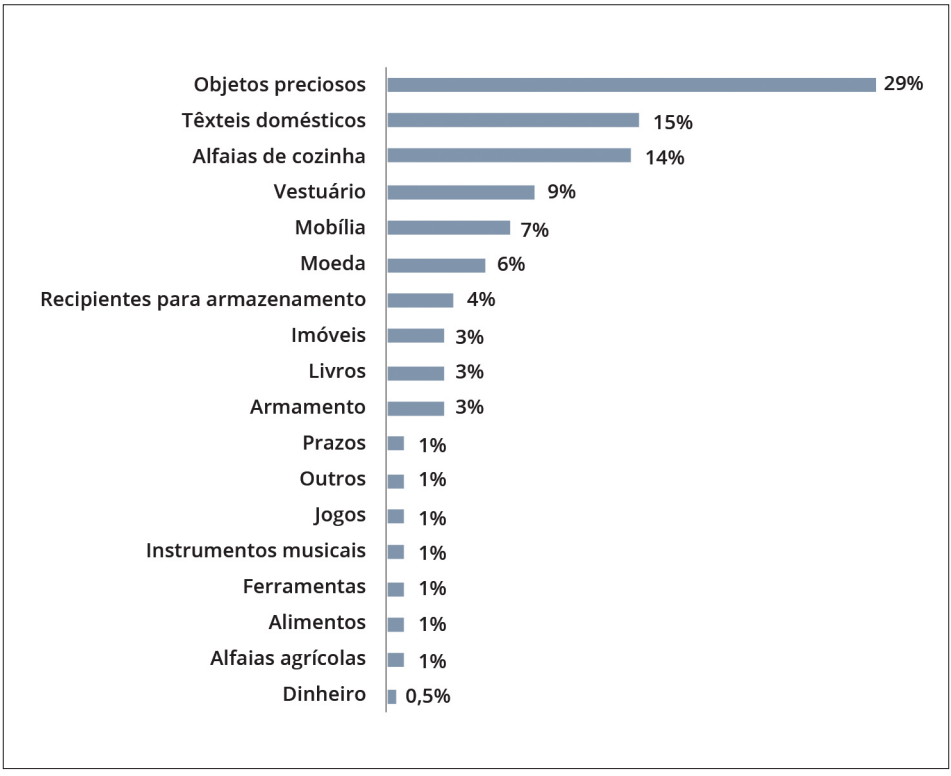
[19] ANTT, CSMOG, Documentos Particulares, mç. 70, n.º 23.

obteve um empréstimo de 1300 reais sobre uma taça de Beatriz Anes, que ela pagaria diretamente a Pedro Afonso.

2. Bens móveis e imóveis

No cômputo total dos bens (Figura 1), destacam-se os objetos preciosos, sobretudo devido à grande quantidade de taças, seguidos pelos têxteis e pelas alfaias de cozinha. Nesta contabilização, apenas foi considerado o segundo testamento de Pedro Afonso, de modo a evitar a repetição de bens. Os objetos a penhor foram distribuídos pelas categorias a que se referem. Na categoria «Dinheiro», apenas foram contabilizadas as referências a valores em reais que os testadores possuíam em sua mão.

Figura 1. Distribuição percentual dos bens mencionados nos testamentos de cónegos de Guimarães (1465, 1490 e 1498)



Fonte: ANTT, CSMOG, Documentos eclesiásticos, mç. 8, n.º 6; mç. 67, n.º 4; mç. 70, n.º 18.

Os testadores possuiriam mais bens do que aqueles que decidiram incluir. É pouco provável que, por exemplo, Pedro Afonso, não tivesse quase nenhuma alfaia de cozinha ou têxteis domésticos.

A distribuição, por categoria, dos bens móveis e imóveis que os testadores referem (Tabela 1) permite concluir que Gonçalo de Carvalhais é aquele que apresenta maior diversidade de itens. O armamento, que nenhum dos outros cónegos refere — Pedro Afonso incluiu uma peça de armamento, mas trata-se de um penhor — deve-se à sua condição nobre, associada ao uso de armas. A moeda e o dinheiro, que os outros cónegos também não referem, poderão resultar da necessidade de possuir montantes elevados rapidamente mobilizáveis, uma vez que era criado dos duques e vedor da duquesa, o que implicava deslocações ao serviço dos seus senhores. É também o único que refere alimentos.

Tabela 1. Distribuição por categoria e testador dos bens mencionados nos testamentos de cónegos de Guimarães (1465, 1490 e 1498)

Categoria	Gonçalo Carvalhais 1465	João Álvares 1490	Pedro Afonso 1498	Total
Alfaias agrícolas		2		**2**
Ferramentas		2		**2**
Recipientes para armazenamento	2	4	2	**8**
Alimentos	2			**2**
Alfaias de cozinha	16	11	3	**30**
Têxteis domésticos	18	10	2	**30**
Vestuário	4	6	7	**17**
Mobília	5	5	5	**15**
Livros	2	5		**7**
Jogos	1	1		**2**
Instrumentos musicais	1	1		**2**
Armamento	5		1	**6**
Objetos preciosos	14	3	43	**60**
Moeda	12			**12**
Dinheiro	1			**1**
Imóveis	1	4	5	**10**
Outros	1	1	0	**3**
Total	**85**	**55**	**68**	**208**

Fonte: ANTT, CSMOG, Documentos eclesiásticos, mç. 8, n.º 6; mç. 67, n.º 4; mç. 70, n.º 18.

Para uma análise mais sucinta do recheio das suas casas e dos outros bens que possuíam, agrupámos algumas categorias. A categoria «Outros» refere-se apenas a uma mula, de Gonçalo de Carvalhais, e um Agnus Dei que João Álvares tinha a penhor de doze reais. O valor emprestado sobre este objeto devocional, um medalhão de cera com a imagem do Cordeiro Místico, não sugere a existência de uma moldura de prata ou de ouro (Sousa, 2017, p. 360).

2.1. Alfaias agrícolas, ferramentas e recipientes de armazenamento

As alfaias agrícolas resumem-se a uma enxada e uma foice, registadas no testamento de João Álvares como propriedade sua. Incluímos aqui o machado por não se especificar o seu tamanho nem o seu fim; poderia ser utilizado nos trabalhos agrícolas, na cozinha, para cortar a carne e os ossos, ou ter outro uso. Este testador incluiu também quatro «gatos de arquar cubas», peças de ferro que serviam para apertar os arcos dessas vasilhas (Silva, 1949–1959, vol. 3, pp. 452, 732). Para armazenar, regista-se uma grande quantidade de recipientes, que todos os testadores possuíam; pipas, tonéis, arcas e um piparote. Duas arcas destinavam-se a «ter pam» e outras duas a «teer carne», certamente cheias de sal para a conservar.

2.2. Alimentos e alfaias de cozinha

Os alimentos estão quase ausentes, registando-se apenas um toucinho e vinte e quatro cobros de porco, incluídos por Gonçalo de Carvalhais. Cobros, neste contexto, refere-se a porções de carne de suíno, possivelmente tiras largas de toucinho, entregues pelos caseiros ao proprietário a título de foro anual (Silva, 1949–1959, vol. 3, pp. 212–213). Como vimos, este testador recebia rendas de várias freguesias rurais.

As alfaias de cozinha eram comuns nas casas dos três testadores, mas Pedro Afonso menciona apenas os pichéis, grandes e pequenos, e os bacios, sem especificar o material. Poderiam ser em cerâmica ou latão, usados para a lavagem e a cozedura, ou outros materiais mais ricos para irem à mesa (Gonçalves, 2019a). Nos outros dois testamentos listam-se espetos de ferro, caldeiras e caldeirões, mais comuns do que as panelas, de que há apenas um exemplar, dita de frigir, provavelmente em barro. Também marcam presença as gamelas e alguidares, usados para amassar o pão e outros fins, a que se juntam as rapadeiras, colheres e outros utensílios de uso corrente. Gonçalo de Carvalhais lista quatro cutelos numa bainha e é o único que menciona uma grelha, que pertencia à duquesa, um objeto raro na documentação medieval (Gonçalves, 2019a). Para ir à mesa, registam-se os saleiros, escudelas, pratéis e salsinhas, para além dos bacios.

2.3. Têxteis domésticos

Para vestir a mesa utilizava-se o bancal, descrito como «nouo que nunca foy posto em mesa», da Flandres, incluído por Gonçalo de Carvalhais. Esta peça colocava-se na mesa em conjunto com a toalha, segundo se infere da descrição da mesa de Frederico III feita pelo embaixador Lopo de Almeida (1416–1508); «na mesa nam era posto bancal senão as toalhas sobre a tavoa, e parecia ella bem descoberta daquella parte onde nom chegavam as toalhas» (Almeida, 1935, p. 18). Apenas Pedro Afonso refere as toalhas, seis francesas, para os altares da igreja de Nossa Senhora da Oliveira.

Os mantéis têm sido descritos como roupa de mesa e da cama[20]. João Álvares menciona vários, incluindo quatro pequenos que tinha a penhor. Gonçalo de Carvalhais lista cinco, três franceses e dois «grossos da terra», separados da roupa de cama, portanto, interpretáveis como sendo da mesa.

A cama ou leito entendia-se como o conjunto de têxteis que lhe pertenciam e não apenas o móvel em si (A. H. O. Marques, 2010, p. 104). Para cobrir as traves da cama usava-se o almadraque, enxergão de palha ou de pena. Os mais abastados adicionavam uma cócedra, espécie de colchão com recheio de lã ou de algodão, e o plumário (colchão de pluma), portanto, três níveis de acolchoamento do leito (A. H. O. Marques, 2010, p. 104). Sobre o colchão colocavam-se os lençóis, os cobertores, as cobertas ou mantas. Os travesseiros, os cabeçais e a colcha, a que se chamava cobrecama, completavam o conjunto. A cama de Gonçalo de Carvalhais possuía todos esses itens: uma cócedra nova e um colchão, seis lençóis, duas cacheiras de Inglaterra com riscas de duas cores, uma branca e preta e a outra vermelha e parda[21]; três cobertas brancas da Irlanda, duas mantas da Flandres, uma azul e outra verde, para além de uma «manta da terra» que pertencia à duquesa. Os seus três cabeçais seriam de pena, uma vez que refere um outro de lã. A referência a umas cortinas vermelhas de seis peças com a sua cobrecama indica a presença de uma cama de dossel (Gonçalves, 2019b, p. 21). Lista ainda um saco de lã, dita «borra», da Inglaterra e um reposteiro, pano para cobrir arcas, camas e azémolas, podendo ser também utilizados nas portas e varandas (Silva, 1949–1959, vol. 9, p. 450). Os mais ricos ostentavam as armas do senhor ou do rei (Bluteau, 1712, vol. 7, p. 162). O leito de Gonçalo de Carvalhais está de acordo com o seu estatuto social e económico, revelando uma preferência por peças requintadas. João Álvares possuía oito cabeçais de pena a penhor, várias cobertas, quatro lençóis, duas mantas mais uma meia manta velha. Foi o único que mencionou os três almadraques que possuía. Este cónego aparenta um estatuto eco-

[20] «Mantées, e Mantens», lençóis e toalhas (Viterbo, 1865, vol. 2, p. 76); «mantéis de mesa franceses» (Coelho & Ventura, 1987, p. 62); equivalente ao bancal, para pôr sob a toalha (A. H. O. Marques, 2010, p. 38); Iria Gonçalves coloca a hipótese de, em alguns casos, se tratar de peças da cama (Gonçalves, 2019b, p. 27).

[21] Cacheira era um cobertor ou manta de felpa comprida, um tecido mais grosseiro, que neste caso seria mais caro visto ser importado (Silva, 1949–1959, vol. 2, p. 700).

nómico inferior ao dos outros dois e, ao contrário daqueles, não listou nenhum têxtil importado. Apenas Pedro Afonso refere a câmara, onde estava um matalote, mas não menciona qualquer têxtil de cama seu, apenas cinco cabeçais e duas mantas, ditas de «auelaans» que tinha a penhor. No entanto, a sua capacidade económica permitia a posse de peças de luxo.

2.4. Vestuário

As peças de vestuário mais ricas são as que Pedro Afonso deixou à Senhora da Oliveira: uma capa de veludo vermelha e uma vestimenta perfeita de veludo verde, ambas bordadas a ouro; uma vestimenta perfeita de sarja vermelha com uma cruz verde atrás e na frente; uma vestimenta com o nome de Jesus nas costas e outra de linho lavrado de seda perfeita. No testamento de 1494 tinha listado também uma vestimenta de zarzagania, outra branca com cruzes de damasquim e botões pretos e outra que «foy de fronhas». Das restantes peças, registam-se sobrepelizes, pelotes, gibões, capas, uma de cotio e duas de Bristol, uma parda e outra azul, que pertenciam a Gonçalo de Carvalhais; uma touca e duas saias de palmilha. Algumas destas peças eram penhores.

Os testadores teriam mais peças de vestuário que não incluíram. Gonçalo de Carvalhais legou um pelote «desses que hy forem achados meos», pelo que tinha outros que não registou. A opção de não incluir todas as que possuíam, poderá indicar a ausência de uma ligação pessoal a esses têxteis (Sequeira, 2014, p. 339).

2.5. Mobília

As peças de mobiliário não abundavam no interior das casas, sendo a cama a principal (A. H. O. Marques, 2010, p. 103). Entendida como móvel com uma estrutura própria, apenas se regista a cama de dossel de Gonçalo de Carvalhais, a que já fizemos referência.

A peça mais comum nas casas destes cónegos era a arca. Contaram-se dezasseis entre os diversos tamanhos e usos, entre elas, a de guardar escrituras de João Álvares. O matalote, peça vulgar que também servia para dormir sobre ele (Bluteau, 1712, vol. 5, p. 356) marca igualmente presença. Gonçalo de Carvalhais tinha um almofreixe velho, que, neste caso, deve referir-se a um baú ou mala grande para estender a cama nas jornadas (Viterbo, 1865, vol. 1, p. 66). Usava-o provavelmente nas suas deslocações, uma vez que refere esta peça juntamente com um cabeçal de lã e a sua mula selada e enfreada.

Para além de servirem para guardar e para dormir, as arcas utilizavam-se para sentar, sendo uma das peças mais comuns para esse efeito, a par dos bancos e tam-

boretes (Santos, 1970, p. 424). Gonçalo de Carvalhais possuía três cadeiras de três pés da Flandres, peças mais caras e de prestígio, e quatro serradiças de Castela[22]. Tal como a cama de dossel e respetivos têxteis, projetam o estilo de vida nobre que o diferencia dos outros dois cónegos. São referidas duas mesas; uma com os seus pés, de João Álvares, seria de armar; a outra, na casa de Pedro Afonso, pertencia a Fernão Martins, seu criado.

2.6. Livros, jogos e instrumentos musicais

A presença dos livros entre os objetos do quotidiano justifica-se pela profissão, nível cultural e situação económica dos testadores, que podia variar dentro da hierarquia da Colegiada. Por vezes eram adquiridos com recurso ao crédito. Na praça alpendrada defronte da igreja colegiada, local onde se acotovelavam as tendas, Diogo Botelho comprou um livro para o qual contraiu um empréstimo de 690 reais junto do cónego Pedro Afonso, entregando a penhor uma taça branca chã com uma concha no meio. Gonçalo de Carvalhais possuía um breviário e tinha a penhor uma Bíblia de Afonso Correia sobre vinte e quatro escudos que lhe emprestara. Os restantes pertenciam a João Álvares: um breviário, um livro de salmos galego, um «Horto do Esposo», um tratado, que disse ser de Martinho André, e um «caderno de beenzer auga», provavelmente um conjunto de orações relacionadas com esse ritual.

Nas suas horas de lazer, João Álvares dedicava-se ao jogo do fito com os seus dois «manquãaes de juguar», e Gonçalo de Carvalhais jogava gamão e xadrez no seu «tauoleiro com tauollas e trebelhos», jogo típico da nobreza, representação da sociedade e da guerra[23].

A música faz-se presente no «tambarel» de Gonçalo de Carvalhais, expressão que deve referir-se a tamboril, pequeno tambor, e nas nêsperas de João Álvares, listadas entre os seus livros, o que sugere um uso litúrgico. As nêsperas eram campainhas sem badalo, neste caso, talvez diatonicamente afinadas e suspensas, sendo percutidas com martelinhos[24].

2.7. Armamento

As armas estavam vedadas ao clero, mas Gonçalo de Carvalhais incluiu as suas, que não teria usado após receber Ordens Sacras: duas bestas de aço com os seus

[22] *Serradiças refere-se a madeira serrada e aparada* (Silva, 1789, vol. 10, p. 119).

[23] «Mancal»: bordão curto serrado nas pontas, usado no jogo do fito; (Bluteau, 1712, vol. 5, p. 280; Silva, 1789, vol. 6, p. 443). «Trebelho»: cada uma das peças do xadrez (Silva, 1949–1959, vol. 11, p. 190).

[24] Bluteau define «nêsperas» como «campainhas sem badalo que tangem tocando uma na outra de que usam bufarinheiros» (Bluteau, 1712, vol. 5, p. 713).

tabuleiros e polés, uma lança de armas e outra de mão. A lança era uma arma quotidiana, usada para proteção e segurança por qualquer pessoa, mas a de armas era usada apenas pelos cavaleiros e, por ser longa e de difícil manuseio, transportada pelo seu escudeiro (Agostinho, 2013, p. 164). A este conjunto juntou a espada de ambas as mãos, legada ao duque ou ao seu filho, o que denota o alto prestígio associado à mesma. Este tipo de arma surgiu em Portugal em finais do século XIV. De grande envergadura, era presa à sela do cavaleiro e assim transportada (Agostinho, 2013, p. 137). Incluiu ainda um cutelo «sauastro» que costumava trazer. Esta expressão pode ser interpretada como uma referência à cinta onde pendurava o cutelo, que seria ornamentada ou forrada com esse tecido rico[25].

Nesta categoria incluiu-se a saia de malha do procurador Gonçalo Rodrigues que Pedro Afonso tinha a penhor de quinhentos reais. Nesta época, a malha teria de ser metálica, portanto, trata-se de uma peça de vestuário militar.

2.8. Joias e outros objetos preciosos

Pedro Afonso possuía quarenta e seis taças de prata, várias douradas, uma quantidade extraordinária, das quais cerca de metade eram penhores. Gonçalo de Carvalhais incluiu onze, uma delas também penhor, e João Álvares apenas uma, propriedade do porteiro João Gonçalves. A sua posse reflete estatuto, riqueza e prestígio, evidenciando, sobretudo, o elevado estatuto económico de Pedro Afonso, em parte devido ao seu ofício de sacristão, como ele próprio declarou no primeiro testamento. Os penhores traduzem confiança, credibilidade e reconhecimento mútuos, funcionando como capital social e cultural, para além de económico. Como já referido, os objetos penhorados eram, por vezes, reutilizados como garantia em novas operações de crédito, circulando entre diferentes camadas de devedores e credores. Nessa trajetória, assumiam um papel simbólico e relacional, atuando como veículos de comunicação entre partes interligadas por vínculos de confiança, obrigação ou dependência. No seu conjunto, são mencionadas taças de bastiães, com ou sem esmaltes, de colheres, de quarteirões, de portais, as picadas, entre outras. A ornamentação incluía figuras de homens e de mulheres, flores de lis, medronhos, cardos, vides, serpentes, mochos e outros motivos naturais.

Entre as joias penhoradas encontram-se um nobre de ouro, um saleiro de Gonçalo Leitão e uma cadeia de prata dourada de João Sodré. Registam-se também colheres e avelãs de prata, que talvez se refira a avelórios, pequenas contas redondas furadas no meio, usadas por mulheres no pescoço e no pulso (Bluteau, 1712, vol. 1, p. 662). João Álvares listou quarenta e nove e Gonçalo de Carvalhais não contou as que

[25] «Savastro» (o mesmo que sebasto), tira de pano para adornar vestidos, paramentos, etc. (Silva, 1949–1959, vol. 9, p. 957). Em castelhano encontramos mais exemplos do termo «savastre», incluindo os relativos a cintas de espadas (Gual Camarena et al., 2024).

tinha em seu poder. Este testador registou ainda um anel de camafeu da duquesa, a penhor de 588 reais de cera que ela lhe devia, e um copo chão redondo branco de um marco, o único copo mencionado.

2.9. Moedas e dinheiro

Gonçalo de Carvalhais concentra todas as referências a moedas: vinte e duas dobras de banda, quatorze coroas velhas de França, dez cruzados, sete ducados, cinco escudos de Portugal, dois «henriques», dois salutos de Inglaterra, duas dobras valedias, dois florins e um nobre velho. Denota-se o predomínio das moedas castelhanas e francesas, verificando-se o mesmo no testamento do arcebispo D. Fernando da Guerra, falecido três anos depois (1467) (Tavares, 1981, p. 45). Esta profusão de moeda estrangeira não aparece nos outros dois testamentos, escriturados cerca de trinta anos mais tarde.

O dinheiro em reais estava disperso pelos objetos penhorados e outros empréstimos, pelas rendas a receber e pelo que resultaria da venda dos objetos que não legaram diretamente. Apenas Gonçalo de Carvalhais refere o numerário que tinha em sua mão, um saco com doze mil reais.

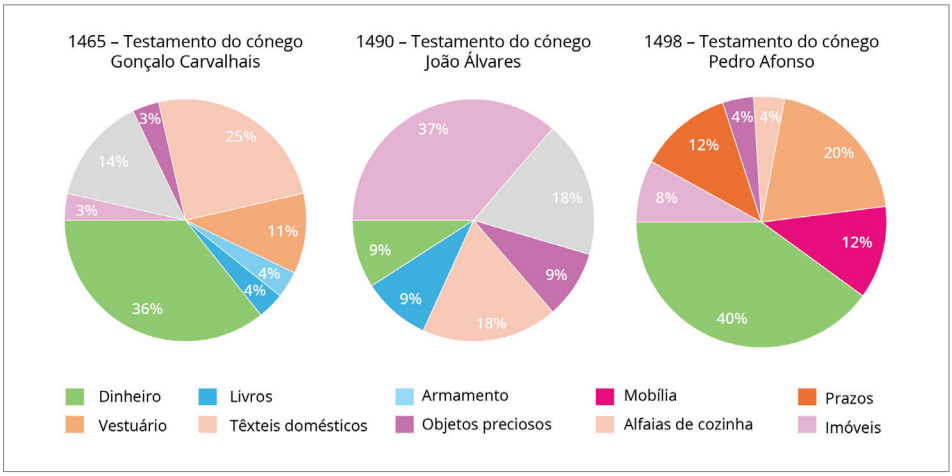
2.10. Imóveis e prazos

Os cónegos possuíam casas de sua propriedade, todas emprazadas, constituindo mais uma fonte de rendimento. Com exceção das que Pedro Afonso possuía na Rua de Gatos, extramuros da vila, estavam próximas da igreja Colegiada, onde as rendas eram mais altas. Os enfiteutas eram responsáveis por todas as obras necessárias, sendo, por isso, vantajoso para estes proprietários utilizá-las como bens de rendimento. Para além de proprietário, Pedro Afonso possuía três prazos do cabido, um deles da casa onde morava.

3. O conjunto dos bens legados

A uma escolha inicial, o que incluir e não incluir no testamento, seguia-se outra decisão entre os bens que seriam transmitidos e os que seriam convertidos em dinheiro. A distribuição do número de referências a cada legado por categoria reflete essa escolha (Figura 2). Das dezoito categorias iniciais, apenas nove surgem nos legados diretos.

Figura 2. Distribuição percentual das diferentes categorias dos bens legados nos testamentos de cada um dos três cónegos da Colegiada de Guimarães, século XV



Fonte: ANTT, CSMOG, Documentos eclesiásticos, mç. 8, n.º 6; mç. 67, n.º 4; mç. 70, n.º 18.

Os bens destinados à venda ou à cobrança de penhores, para satisfazer os legados em dinheiro e as despesas com os sufrágios fúnebres, explicam o desaparecimento de algumas categorias e a variação dentro de outras. Simultaneamente, indica a priorização, no fim da vida, do valor intrínseco de certos bens sobre o valor sentimental ou simbólico. Assim, as alfaias agrícolas, as ferramentas, os recipientes para armazenamento, os alimentos, os instrumentos musicais, os jogos e a moeda foram valorizados pelo seu valor de troca, uma vez que não surgem entre os legados diretos de nenhum dos testadores. Por outro lado, todos legaram dinheiro, têxteis domésticos, objetos preciosos e imóveis. Nas outras categorias, há variações entre os três cónegos.

Entre os que todos legaram, o dinheiro é mais expressivo no testamento de Pedro Afonso (40%) e de Gonçalo de Carvalhais (36%), certamente pela conveniência de deixar valores facilmente distribuíveis pelos vários beneficiários. Os objetos preciosos resumem-se a uma atribuição por cada cónego, destacando-se a taça de três marcos que Gonçalo de Carvalhais deixou ao seu sobrinho, com provável valor simbólico e memorial. Os outros dois testadores doaram metal precioso. Os imóveis traduzem o peso da herança, a necessidade de segurança e a valorização da estabilidade social. João Álvares apresenta maior número de transmissões fundiárias (37%), dois prédios para os cónegos e clérigos coreiros e outros dois à sua sobrinha, um deles herdado do seu irmão. Gonçalo de Carvalhais e Pedro Afonso encaminharam as casas de sua propriedade também para sobrinhos.

Os bens ligados ao corpo e à casa — vestuário, têxteis domésticos, mobiliário e utensílios de cozinha — não têm apenas uma função prática: representam a vida quotidiana, o conforto e a distinção associados ao estatuto social. Gonçalo de Carvalhais associa os seus legados domésticos à afirmação do seu estatuto nobre, através da doação de têxteis e móveis importados ao seu sobrinho, revelando o conforto e requinte do seu quotidiano. A identidade clerical é mais evidente em Pedro Afonso, pela transmissão das suas vestimentas litúrgicas à Senhora da Oliveira. João Álvares liga estes itens à memória do seu irmão, transmitindo apenas o que dele herdara.

A maioria das roupas foi deixada aos cónegos, no caso das litúrgicas, e aos criados. Para a família deixaram dinheiro com esse fim. Os cuidados com que Pedro Afonso reveste a doação das suas «joias» têxteis indicam uma forte ligação pessoal a essas peças, e, através delas, de devoção a Nossa Senhora da Oliveira. Inscreve a sua imagem no céu e na terra, através do uso das suas vestes nos rituais litúrgicos. Identifica-se aqui uma grande preocupação com a imagem e o legado simbólico da figura clerical e do sacristão. Outras roupas parecem não ter um significado especial para os testadores, uma vez que se destinaram à venda. Pedro Afonso não legou diretamente os seus gibões e as suas capas nem João Álvares a sua touca e sobrepelizes; e das capas de Bristol que possuía, Gonçalo de Carvalhais apenas destinou a parda a um dos seus beneficiários.

Pedro Afonso é o único que lega explicitamente mobiliário (12%), constituído por arcas, uma delas para guardar as suas vestimentas, e nenhuma alfaia de cozinha. Gonçalo de Carvalhais destinou, ao seu sobrinho, objetos conotados com a mesa — bacios de estanho, pratéis, uma escudela e uma salsinha — enquanto João Álvares doou, a uma sobrinha, um caldeirão e uma caldeira, ambos herdados do seu irmão.

Os livros aparecem nos legados de João Álvares (9%), e em menor proporção nos de Gonçalo de Carvalhais (4%). Os breviários foram legados a sobrinhos dos testadores com a condição de serem clérigos. Enquanto Gonçalo de Carvalhais não lhe deu um destino alternativo, o de João Álvares iria para a albergaria dos sapateiros, para os estrangeiros, romeiros e quem mais quisesse rezar por ele. Desta reduzida lista não se podem aferir gostos nem hábitos de leitura fora do âmbito das suas funções como homens do clero, mas é evidente a preocupação, no que aos breviários respeita, de lhes dar um destino condizente com os fins para os quais foram produzidos. Demonstram o capital simbólico associado ao livro no meio eclesiástico, enquanto instrumento litúrgico, e do seu valor intrínseco neste final do século XV.

O armamento, que apenas Gonçalo de Carvalhais possuía, é consonante com a sua ligação à Casa de Bragança, enquanto vedor da duquesa. Não surpreende a doação da sua arma mais prestigiada a essa casa, com todo o simbolismo associado — do ofício, da sua identidade e da sua honra.

4. Os beneficiários

O testamento medieval é um gesto simbólico, de projeção da memória pessoal e social. Através da seleção dos bens a incluir e da forma como são distribuídos, o testador inscreve-se numa lógica de continuidade; com a Igreja, local da sua sepultura, junto dos seus irmãos «naquella parte que o cabjdo tem pera jazigous dos coonjgos», como lembrou Pedro Afonso; com os familiares, através da preservação dos bens de herança, e com os espaços que habitou. O obituário da Colegiada de 1543, treslado de outro em pergaminho, regista os aniversários destes cónegos, associados aos bens que legaram para esse efeito[26]. Garantir a realização de sufrágios manifesta esse desejo de perenidade (Vilar & Silva, 1992, p. 41). Simultaneamente, os legados deixados a familiares, associados a determinadas condições, prolongavam a sua influência nas suas vidas, como veremos mais adiante.

Depois de deduzidos os legados destinados aos sufrágios fúnebres, no seu conjunto observa-se uma vantagem para os homens. Embora dedicado apenas aos têxteis, Joana Sequeira identificou a mesma tendência, associada à condição masculina e pertença a um «mundo de homens», devido ao estatuto eclesiástico (Sequeira, 2014, p. 350). As famílias receberam a maioria dos legados, e dentro destas, também os homens (Tabela 2). No entanto, foram as mulheres da família que receberam os mais significativos, como os imóveis e objetos preciosos.

[26] ANTT, CSMOG, liv. 5, fls. 7v, 22v e 47v. Foi novamente copiado em 1620, AMAP, CSMOGMR, Livros de Notas, C–793, fls. 141–188v.

Tabela 2. Distribuição dos legados por categoria e beneficiários de cónegos de Guimarães (1465, 1490 e 1498)

Beneficiário												
Tipo de legado	Instituições religiosas	**Particulares**										
		Clérigos (grupo)	**Familiares**			**Criados**			**Testamenteiros**	**Outras relações**		
		Total	**Mulher**	**Homem**	**Total**	**Mulher**	**Homem**	**Total**	**Total**	**Mulher**	**Homem**	**Total**
Alfaias de cozinha		**0**	2	4	**6**	0	0	**0**	**0**	0	0	**0**
Armamento		**0**	0	0	**0**	0	0	**0**	**0**	0	1	**1**
Dinheiro		**2**	3	4	**7**	0	7	**7**	**2**	2	1	**3**
Imóveis		**2**	3	1	**4**	0	0	**0**	**0**	1	0	**1**
Livros		**0**	0	2	**2**	0	0	**0**	**0**	0	0	**0**
Mobília	1	**0**	1	0	**1**	0	0	**0**	**0**	1	0	**1**
Objetos preciosos		**0**	2	1	**3**	0	0	**0**	**0**	0	0	**0**
Prazos		**0**	0	0	**0**	0	2	**2**	**0**	1	0	**1**
Têxteis domésticos	1	**0**	2	7	**9**	0	0	**0**	**0**	0	0	**0**
Vestuário	5		0	0	**0**	0	3	**3**	**0**	0	0	**0**
Total legados	**7**	**4**			**32**	**0**		**12**	**2**	**5**		**7**

Fonte: ANTT, CSMOG, Documentos eclesiásticos, mç. 8, n.º 6; mç. 67, n.º 4; mç. 70, n.º 18.

Estes legados implicavam condições impostas aos seus familiares. Casar, no caso das mulheres solteiras, ou um destino clerical aos menores. No caso de João Álvares, a sobrinha que recebia as casas de herdade, era a que teria de casar para os receber. A outra receberia apenas dinheiro, devendo manter-se casta se não casasse. Nos outros dois testamentos, os herdeiros destes imóveis já se encontravam casados. Embora não vinculados, foram, portanto, direcionados para familiares de quem se esperava uma descendência legítima, o que poderá indicar uma estratégia de transmissão patrimonial e de perpetuação de valores centrada nos laços de sangue, não declarada, mas enraizada no costume. Elisa Carvalho refere a declaração explícita desta vontade nos testamentos dos dignatários de Braga (Carvalho, 2001, p. 38).

Os legados deixados aos criados distribuem-se por dinheiro, nomeação de prazos e vestuário, parte integrante do pagamento que lhes era devido (Sequeira, 2014, p. 349). Um sentido de responsabilidade e obrigação, transparece do cuidado posto por Pedro Afonso ao assegurar que nada lhes seria cobrado. Para cada um deles manda que «todolos aluaraes que acharem em mjnha casa que me he em obrigaçam que lhe nom leuem nenhũa cousa por que me tem ja tudo paguo». Gonçalo de Carvalhais, contrariando a hierarquia testamentária, começa pelos seus serventes, imediatamente a seguir às disposições para os ofícios fúnebres e sufragação da alma. João Álvares não faz referência a criados.

Os testamenteiros escolhidos, o cabido e Pedro Afonso, nomeado por João Álvares, apenas receberiam dinheiro pelo seu trabalho. Noutro tipo de relações, onde se incluíam as amas dos filhos, as pessoas cujo tipo de relação não é especificado, por serviços ou favores prestados, legaram dinheiro, mobília e um prazo.

Conclusão

A análise da cultura material a partir dos testamentos redigidos entre 1465 e 1498 dos cónegos Gonçalo de Carvalhais, João Álvares e Pedro Afonso, constitui uma via privilegiada para compreender os valores sociais, económicos e simbólicos das elites eclesiásticas vimaranenses no final da Idade Média. Homens letrados, integrados na administração e na vida espiritual da vila, os seus bens revelam não apenas estatuto, mas também hábitos de consumo, relação com o património e estratégias de memória.

Os bens que escolheram incluir nos seus testamentos refletem diferenças económicas e estatutárias entre os testadores, notórias no tipo de objetos mencionados. Pedro Afonso revela o seu grande poder económico através de formas tangíveis de capital acumulado — as suas taças de prata dourada —, assim como das suas ricas vestimentas, desprezando outros objetos de luxo que por certo possuiria. Gonçalo de Carvalhais, homem da pequena nobreza, criado dos duques, vedor da duquesa, projeta a sua imagem através das suas peças de armamento, a moeda estrangeira e os variados têxteis importados. João Álvares incluiu mais objetos menos valiosos, mas concentrava a posse da maioria dos livros e dos imóveis.

Sobre todo esse património, fizeram uma escolha entre o que seria transmitido e o que se destinaria à venda. Essa decisão estabelece uma distinção entre bens com uma função instrumental e aqueles dotados de valor simbólico, alguns destes distinguidos adicionalmente por expressões como: «de que me a duquesa minha Senhora fez merce», numa referência à honra, lealdade e estima mútuas implícitas nessa doação.

Os três testamentos mostram-nos um clero secular atento à construção de um património que é simultaneamente funcional e simbólico. Apesar da crise interna

na Colegiada de Guimarães da segunda metade do século XV, esta instituição, em torno da qual gravitavam poderosas redes de influência, manteve-se como veículo de enriquecimento pessoal. A par das suas funções eclesiásticas, e dos proveitos daí resultantes, todos desenvolveram atividades negociais, servindo de emprestadores a qualquer pessoa que possuísse alguma coisa que pudesse penhorar, embora nem sempre exigissem qualquer garantia. No entanto, a construção ou alargamento do seu património móvel e imóvel tinha um propósito claro que ultrapassava o seu valor intrínseco e o desejo de uma vida confortável, como se depreende da declaração de Pedro Afonso em 1494; tudo ganhara graças às suas Ordens e do que lhe ficara de sua mãe «e pera esto o guardey que o que ouue dos beneficios tudo o comj e despendy e dey», como, acrescentou, todos em Guimarães sabiam, parecendo querer afirmar a posse legítima desses bens e a sua validação social.

Os bens herdados e os que acumularam ao longo da vida destinavam-se a esse momento de redistribuição e inscrição na memória. São mais do que bens materiais: são vestígios de vida, de prestígio, de valores. Nesse sentido, organizaram o seu legado material, moral e identitário no testamento, projetando uma imagem de si próprios — homens da igreja, mas profundamente enraizados nas dinâmicas do mundo laico, herdeiros e senhores de um universo material carregado de simbolismo.

Fontes e Bibliografia

Agostinho, P. J. S. (2013). *Vestidos para matar: O armamento de guerra na cronística portuguesa de quatrocentos*. Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0766-5

Almeida, L. (1935). *Cartas de Itália* (R. Lapa, Ed.). Imprensa Nacional.

Appadurai, A. (1986). Commodities and the Politics of Value. Em A. Appadurai (Ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective* (pp. 3–63). Cambridge University Press.

Bluteau, R. (1712). *Vocabulario Portuguez e latino* (Lisboa). Officina de Pascoal da Sylva, Impressor de Sua Magestade.

Coelho, M. H. C., & Ventura, L. (1987). Os bens de Vataça: Visibilidade de uma existência. *Revista de História das Ideias*, 9, 33–77.

Carvalho, E. M. D. (2001–2002). A fortuna ao serviço da salvação da alma, da família e da memória, através dos testamentos dos arcebispos e dignatários de Braga na Idade Média (séculos XII–XV). *Lusitania Sacra*, 13–14, 15–40.

Fernandes, A. G. (2019). A Colegiada de Santa Maria da Oliveira nos séculos finais da Idade Média: Estrutura e organização. *Afonsina*, 1, 19–3.

Fernandes, M. A. (2002). *Matrículas dos ordinandos da Mitra de Braga (1430–1588).* Carvalhos de Basto.

Ferreira, M. C. F. (1987). Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376–1520). *Revista de Guimarães*, 97–98, 89–310.

Ferreira, M. C. F. (1999). Os testamentos de Pedro Afonso, Cónego de Guimarães: Um querer de vontades (1494–1498). Em M. J. Barroca (Ed.), *Carlos Alberto Ferreira de Almeida: In memorium:* (Vol. I, pp. 315–324). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gaio, F. (1938). *Nobiliário de famílias de Portugal: Vol. Tomo IX–X*. Agostinho de Azevedo Meirelles Domingos de Araújo Affonso.

Gonçalves, I. (2019a). A cozinha e a mesa em Loulé medieval nos seus utensílios de uso comum: O testemunho dos Inventários de Órfãos. *Medievalista online*, *25*. https://doi.org/10.4000/medievalista.1729

Gonçalves, I. (2019b). O repouso nocturno em Loulé Medieval: Que possibilidade de conforto? Em *Atas do II Encontro de História de Loulé* (pp. 7–38). Câmara Municipal de Loulé – Arquivo Municipal.

Gual Camarena, M., Cobacho Gómez, L., Torres Jiménez, E., Gual López, J. M., & Rey Jara, E. (2024). Savastre. Em *Vocabulario Del Comercio Medieval. Legado Gual Camarena*. Universidade de Murcia. https://www.um.es/lexico-comercio-medieval/index.php/v/lexico/15305

Kopytoff, I. (1986). The Cultural Biography of Things: Commoditization as Process. Em A. Appadurai (Ed.), *The Social Life of Things: Commodities in Cultural Perspective* (pp. 64–92). Cambridge University Press.

Marques, A. H. O. (2010). *A sociedade medieval portuguesa: Aspectos de vida quotidiana* (6.ª ed.). A Esfera dos Livros.

Marques, J. (1981). A colegiada de Guimarães no priorado de D. Afonso Gomes de Lemos (1449–1487). Em *Actas – Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada* (Vol. II, pp. 239–323). Comissão Organizadora.

Martínez, M. C. (1989). *Los nombres de tejidos en el castellano medieval*. Universidad de Granada.

Nóbrega, A. V.-O. (1973). *Peixotos. Subsídios para a sua genealogia*. [s.n.].

Santos, R. (1970). *Oito Séculos de Arte Portuguesa: História e Espírito* (Vol. III). Empresa Nacional de Publicidade.

Sequeira, J. (2014). O fim da linha. Legados têxteis nos testamentos do clero catedralicio portugês (1280–1325). Em A. M. S. Saraiva & M. D. R. B. Morujão (Eds.), *O Clero Secular Medieval e as suas Catedrais. Novas perspectivas e abordagens* (pp. 337–368). Universidade Católica Portuguesa, Centro de Estudos de História Religiosa.

Silva, A. M. (1789). *Diccionario da Lingua Portugueza composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva, natural do Rio de Janeiro* (1.ª ed.). Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Silva, A. M. (1949–1959). *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (10.a edição, Vols. 1–12). Confluência.

Sousa, A. C. (2017). Ecce Agnus Dei: A presença dos medalhões de cera nas portas dos sacrários. Em L. Rosas, A. C. Sousa, & H. Barreira (Coods.), *Genius Loci: Lugares e significados. Places and meanings.* (Vol. 1, pp. 355–370). CITICEM.

Tavares, M. J. P. F. (1981). Subsídios para o Estudo da História Monetária do séc. XV (1448–1495). *Boletim da Sociedade Portuguesa de Numismática*, 04–06, 9–59.

Toral, M. P. (2017). Tejidos y textiles en la vida cotidiana del siglo XVII. *Revista de Investigación Lingüística*, 20, 195–219. https://doi.org/10.6018/ril

Vilar, H. V., & Silva, M. J. M. D. (1992). Morrer e testar na Idade Média; alguns aspectos da testamentária dos séculos XIV e XV. *Lusitania Sacra*, 39–60. https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.1992.8013

Viterbo, J. S. R. O. F. M. 1744–1822. (1865). *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram...* (2.a, Vols. 1–2). A. J. Fernandes Lopes.

Elementos e técnicas construtivas na Igreja de Vilar de Frades: Análise da campanha quinhentista de D. Diogo de Sousa

Construction Elements and Techniques in the Church of Vilar de Frades: An Analysis of the 16th–Century Building Campaign under Archbishop D. Diogo de Sousa

António Pereira
Técnico Superior, Unidade de Arqueologia, Município de Braga
Investigador, Lab2PT – Universidade do Minho / IN2PAST
aammpsp@gmail.com
ORCID: 0000-0001-6551-9047

Bracara Augusta, 133 (2025), 67–96 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.32

Resumo // O artigo analisa a capela-mor e o transepto da igreja do complexo monástico-conventual de São Salvador de Vilar de Frades, no contexto da campanha edificativa promovida no início do século XVI por D. Diogo de Sousa. A investigação resulta de um diagnóstico construtivo desenvolvido a partir de levantamentos gráficos, análise de paramentos e articulação com diferentes tipos de fontes históricas. A abordagem metodológica conjuga instrumentos adaptados da arqueologia, da arquitetura e da história da construção, permitindo caracterizar a evolução construtiva dos espaços estudados e contribuir para a valorização científica e patrimonial do edificado histórico de Vilar de Frades.

Palavras-Chave:
arqueologia da construção, construção monástico-conventual, D. Diogo de Sousa, história da construção, Vilar de Frades.

Abstract // This article analyses the chancel and transept of the Church of the monastic-conventual complex of São Salvador de Vilar de Frades, within the context of the construction campaign promoted in the early 16th century by Archbishop D. Diogo de Sousa. The research is based on a construction diagnosis developed through graphic surveys, structural analysis of the walls, and the correlation with different types of historical sources. The methodological approach combines tools adapted from building archaeology and construction history, allowing the characterisation of the constructive evolution of the spaces studied and contributing to the scientific and heritage valorisation of the historic site of Vilar de Frades.

Keywords:
construction archaeology, construction history, D. Diogo de Sousa, monastic and conventual construction, Vilar de Frades.

Introdução

O complexo monástico-conventual de São Salvador de Vilar de Frades localiza-se na atual freguesia de Areias de Vilar e Encourados, no concelho de Barcelos, distrito de Braga, no Norte de Portugal. Implantado num vale fértil junto à margem esquerda do rio Cávado, insere-se numa paisagem rural marcada por uma forte tradição agrícola (Figura 1).

O edificado histórico de Vilar de Frades constitui hoje um testemunho notável da arquitetura religiosa do Noroeste peninsular, refletindo uma diacronia construtiva singular que atravessa as épocas medieval e moderna. Embora a fase medieval permaneça ainda pouco conhecida e dependente de dados arqueológicos e fontes históricas, é a campanha edificativa promovida no início do século XVI, sob o patrocínio do arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que confere à igreja um lugar central na matriz do conjunto que hoje se conserva (Figura 2).

Neste contexto, o presente artigo centra-se na análise dos espaços da capela-mor e do transepto da igreja, com o objetivo de estabelecer a sua evolução construtiva e, assim, compreender os processos e técnicas que caracterizaram a campanha quinhentista. Esta abordagem decorre de um diagnóstico pormenorizado previamente ensaiado para a reforma seiscentista do corpo da igreja (Pereira & Ribeiro, 2016), posteriormente aprofundado numa leitura global do complexo monástico-conventual (Pereira, 2020) e das respetivas infraestruturas hidráulicas (Pereira & Ribeiro, 2022), com base na leitura estratigráfica dos paramentos e na caracterização técnica das soluções construtivas preservadas.

A estrutura da análise desenvolve-se em três partes complementares. Na primeira, estabelece-se o enquadramento histórico e arquitetónico da construção da igreja no século XVI, com base na leitura crítica das fontes documentais e da historiografia especializada, procurando delimitar os contornos da intervenção de D. Diogo de Sousa no contexto da reforma do conjunto monástico. Na segunda parte, já no âmbito da campanha quinhentista promovida pelo arcebispo de Braga, procede-se ao diagnóstico construtivo da capela-mor, identificando as principais fases da sua edificação, as técnicas construtivas utilizadas e as alterações estruturais verificadas. Por fim, a terceira parte centra-se no estudo do transepto, adotando uma abordagem análoga à aplicada na capela-mor, com o objetivo de compreender o respetivo processo construtivo e analisar as evidências materiais que sustentam a hipótese de uma interrupção da campanha nesse ponto do edifício.

A investigação fundamentou-se numa leitura arqueológica da construção, centrada no levantamento gráfico das estruturas, na análise de paramentos, tetos e pavimentos, e na correlação entre os dados materiais e os diversos tipos de fontes históricas disponíveis. A metodologia adotada conjugou instrumentos adaptados da arqueologia da arquitetura (Bonora, 1982; Caballero Zoreda, 2006; Parenti, 2002;

Figura 1. Localização geográfica do complexo monástico-conventual de São Salvador de Vilar de Frades



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 2. Fachada atual da igreja de Vilar de Frades



Fonte: Arquivo do Autor.

Arce Sainz, 2009; Brogiolo & Cagnana, 2012) com contributos da história da construção (Ribeiro e Melo, 2018; Mateus, 2016, 2018), permitindo um entendimento mais aprofundado do edificado de Vilar de Frades e contribuindo para a sua valorização científica e patrimonial.

1. Os antecedentes medievais da igreja de Vilar de Frades

A igreja do complexo monástico-conventual de Vilar de Frades configura, na atualidade, um edifício pluriestratificado, de traça erudita, com planta em cruz latina, composto por capela-mor, transepto com capelas laterais, corpo de nave única com capelas laterais intercomunicantes, nártex e duas torres. A sua história construtiva divide-se, necessariamente, em duas grandes fases: a anterior ao século XVI, correspondente ao período entre a fundação e a edificação do templo atual; e a posterior, que abrange as transformações ocorridas desde o século XVI até à atualidade.

O conhecimento relativo à fase pré-quinhentista continua envolto em incertezas, sustentando-se num *corpus* informativo escasso, com base em fontes manuscritas e nas mais recentes investigações arqueológicas. A eventual existência de um mosteiro no século VI, no local hoje ocupado pelo complexo monástico-conventual, permanece por comprovar, uma vez que não se conhecem evidências materiais que atestem a presença de construções pré-românicas. A este respeito, a referência apresentada pelo monge beneditino Frei Leão de São Tomás (1974, p. 358) tem sido objeto de reservas nos estudos contemporâneos, questionando-se a sua validade historiográfica (Faure, 2012, pp. 20–21; Maurício, 2000, p. 146; Vinhas, 1998, p. 9).

A menção mais antiga que refere especificamente o edificado de Vilar de Frades data de 1468 e descreve uma igreja em ruínas, utilizada como celeiro e adega (Portalegre, 2007, p. 93), provavelmente correspondente ao templo românico do mosteiro beneditino ativo entre finais do século XI e 1425. Trata-se de um edifício cuja cronologia poderá situar-se entre o final do século XII (Vinhas, 1998, pp. 7–8) e o século XIII, conforme indicam os vestígios arquitetónicos reutilizados na torre sul e os resultados das escavações realizadas no subsolo da igreja (Faure, 2012, p. 47; Fontes, Moreira & Duarte, 2016, p. 24;) (Figura 3).

Figura 3. Portal românico remontado na torre sul entre finais do século XVIII e inícios do século XIX



Fonte: Arquivo do Autor.

A atual igreja, como veremos a seguir, corresponde a uma terceira fase iniciada na primeira década do século XVI com o intuito de reabilitar o edifício e adaptá-lo às exigências da congregação.

2. A campanha quinhentista de D. Diogo de Sousa na reconstrução da igreja

Estabelecida a diacronia das fases construtivas anteriores, a igreja hodierna de Vilar de Frades resulta de uma nova e ambiciosa campanha edificativa iniciada na primeira década de quinhentos. Esta empreitada desenvolveu-se num contexto de especial proximidade entre a congregação dos Cónegos Regrantes de S. João Evangelista e o arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que assumiu o papel de promotor da obra[1] (Figura 4). A intervenção visava a renovação de um edifício então profundamente degradado, procurando adequá-lo às exigências litúrgicas e funcionais da comunidade. A monumentalidade da capela-mor e do transepto, cuja construção terá implicado um investimento combinado de 3.250$000 réis[2], bem como de outros elementos como o portal principal e a torre norte, testemunham a ambição desta empreitada, cujo resultado construtivo se inscreve de modo singular no panorama da arquitetura religiosa do Noroeste peninsular do século XVI.

A autoria da traça e construção da igreja quinhentista tem sido atribuída a João Lopes, dito «*o Velho»,* um construtor de renome no reino português (Ramos, 1990, pp. 99–105; Vinhas, 1998, pp. 75–80). Contudo, diversos autores têm considerado a hipótese de uma eventual ligação entre a obra de Vilar de Frades e João de Castilho, mestre de obras de origem biscainha, cuja presença e intensa atividade construtiva na região estão amplamente documentadas no início de quinhentos[3] (Ribeiro & Melo, 2012). Maria do Carmo Lancastre (1991) e Joaquim Vinhas (1998) admitem que João Lopes poderá ter atuado como colaborador de Castilho, hipótese plausível no contexto das redes profissionais do início de Quinhentos. Mais recentemente, Soraya Genin (2018) propôs inclusivamente a integração das abóbadas da igreja de Vilar no corpus

[1] Vilar de Frades insere-se igualmente num contexto mais amplo do ímpeto construtivo promovido pelo referido arcebispo, nomeadamente no antigo casco urbano de Braga (Bandeira, 2012; Ribeiro, 2008) e nos seus arredores. Ainda que mais distante, a intervenção em Vilar de Frades integra um conjunto de iniciativas que inclui o templo de Santa Maria da Falperra, a igreja de São Martinho de Dume e a igreja de São Jerónimo de Real (Silva, 2018, p. 183).

[2] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo Monástico Conventual, *Epílogo e compêndio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nacimento, vida & morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos; das suas rendas, encargos, prelados & dos onze hospitais da sua administração & de outras memórias*, 1658, n.º 924, fl. 357.

[3] Vejam-se, entre as intervenções documentadas e as atribuições feitas a João de Castilho, as intervenções na Sé Catedral de Braga, na Igreja Matriz de Caminha, na Igreja Matriz de São João Baptista de Vila do Conde, na Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta e na Igreja de Santa Maria de Azurara (Leite, 2005; Silva, 2018).

Figura 4. Perspetiva interior da atual capela-mor e transepto da igreja



Fonte: Arquivo do Autor.

técnico de João de Castilho, sublinhando as evidentes afinidades construtivas entre estas e outras abóbadas atribuídas a este mestre. Contudo, importa frisar que até ao momento não se conhece qualquer fonte documental que comprove a intervenção direta de João de Castilho em Vilar de Frades. A sua eventual participação deve, assim, ser considerada uma hipótese de trabalho fundamentada em critérios estilísticos e técnicos, mas carecendo de confirmação material ou arquivística.

Ainda que a relação entre D. Diogo de Sousa e os padres lóios tenha sido o catalisador da empreitada, essa ligação terá conhecido tensões que condicionaram o seu desenrolar. Segundo alguns autores, um alegado desentendimento[4] durante a construção do templo terá levado à interrupção do financiamento por parte do ar-

[4] Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, *Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades, iniciadas por Baltazar de Cristo Sodré, versando a formação da comunidade, os benefícios de benfeitores, as missas a que estava obrigado este mosteiro, com as referências aos sínodos em que estiveram presentes os reitores*, 1604, C25, E2, P1, Liv. 1, fl. 30v; segundo transcrição de Rui Maurício (2000, p. 135).

cebispo, que se limitou à conclusão da capela-mor e do transepto (Maurício, 2000, p. 167; Vinhas, 1998, pp. 99–100). O corpo da igreja terá ficado, por conseguinte, a cargo dos próprios cónegos regrantes.

É precisamente sobre esta primeira fase edificatória que se centra a análise que se segue, visando compreender a evolução e as soluções construtivas dos núcleos fundacionais da igreja.

2.1. A Capela-mor

A capela-mor da igreja de Vilar de Frades insere-se, de forma particularmente singular, na dinâmica da arquitetura religiosa do Noroeste peninsular no século XVI. Apesar dos paralelos que se podem estabelecer com outros edifícios coetâneos, nomeadamente, com os portais e frestas da catedral de Salamanca e com as intervenções tardo-góticas e manuelinas na Sé de Tui (Vinhas, 1998, p. 94), trata-se de uma obra de referência, na medida em que, desde a sua génese, materializa uma dupla dimensão que conjuga a rutura com a tradição arquitetónica medieval com a afirmação das ideias renascentistas e modernas (Figura 5).

Figura 5. Perspetiva da atual capela-mor da igreja



Fonte: Arquivo do Autor.

Este espaço apresenta uma configuração arquitetónica claramente definida, estruturada a partir de uma planta retangular, cuja invulgar dimensão (cerca de 18 metros de comprimento por 12 de largura), aliada às alterações introduzidas na planimetria, tem suscitado diversas interpretações quanto ao seu significado e funcionalidade, para além da sua função primordial enquanto capela-mor.

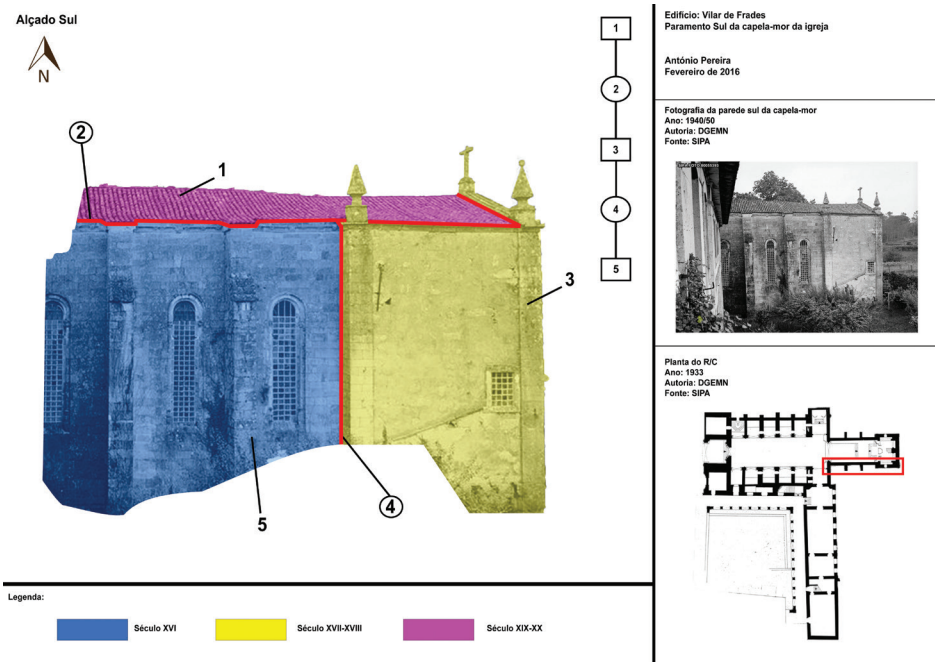
A sua amplitude tem sido interpretada de diferentes formas. Por um lado, foi associada à possível existência de um espaço coral, hipótese avançada por Teresa Ramos (1990, p. 105); por outro, entende-se que poderá resultar de exigências estruturais impostas pela abóbada, cuja configuração inviabilizaria compartimentações internas e justificaria a abertura de vãos laterais para iluminação, como propõe Joaquim Vinhas (1998, p. 92).

Uma terceira leitura, proposta por Rui Maurício (2000, p. 173), enfatiza o caráter «...estruturalmente unitário...» da capela como adequado a funções funerárias, possivelmente relacionadas com a intenção de D. Diogo de Sousa aí estabelecer o seu próprio sepulcro.

No que respeita à sua planimetria, importa referir que, no início do século XX, a capela foi descrita como um espaço de planta retangular, com 15 metros de comprimento, 6 metros de largura e 12,5 metros de altura (Barreiros, 1919, p. 5). A planta interpretada pelo Cónego Manuel de Aguiar Barreiros (1919, p. 2) registou o acréscimo planimétrico da cabeceira, datado do século XVII (Vinhas, 1998, pp. 161–173) (Figura 6), o qual diferia significativamente da configuração resultante da intervenção promovida pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (doravante DGEMN) na década de 1940. Esta intervenção introduziu alterações profundas na morfologia do espaço, das quais se destacou a construção dos contrafortes diagonais, elementos que não faziam parte da conceção original e que modificaram a leitura volumétrica da capela.

No que respeita à caracterização construtiva deste espaço, as leituras disponíveis revelaram-se relativamente lacunares. Quanto ao pavimento, apenas se referiu que, em época moderna, seria constituído por «...lagens quadradas muj polidas, e

Figura 6. Leitura estratigráfica da capela-mor com base numa fotografia anterior a 1956



Fonte: Arquivo do Autor (fotografia e planta de monumentos.pt CC / BY-NC-ND-3.0).

sem lavores...»[56]. Já as janelas são descritas como «...simplificações características do manuelino épocal...», apresentando uma «...curiosa solução ornamental das molduras (...) com subidos remates, alternadamente de forma arredondada ou em ângulos rectos...» (Ramos, 1990, p. 106).

Refira-se, contudo, a pertinente identificação de um contraforte de ângulo no braço norte do transepto (Ramos, 1990, p. 107), elemento particularmente eficaz na absorção e redistribuição do tipo de cargas provocadas pelas abóbadas quinhentistas de Vilar de Frades. Recurso este que possui um paralelo construtivo na igreja do antigo mosteiro de Palme (Barcelos), onde foram identificados contrafortes diagonais da mesma cronologia (Maurício, 2000, p. 172), e que poderá ter fundamentado a utilização de contrafortes semelhantes na parede fundeira da capela-mor (Figura 7).

Em contraste com a escassez de descrições referentes a outros elementos, a abóbada que cobre este espaço destacou-se como o componente que mais atenção tem merecido por parte da historiografia. As abordagens realizadas sublinharam a sua complexidade formal e evidenciaram a rutura que provocou em face dos sistemas construtivos religiosos do século XV (Vinhas, 1998, p. 92) (Figura 8). Em 1658, a abóbada seria descrita como uma estrutura «...sostentada toda em o lineamento, da mesma pedra enlaçado em varios fechos de rozas mui polidas e bem lavradas, e estrivando-sse toda a obra em seis fermozos botareos pella banda de fora, e pello concavo em seis chapiteis frizos, e cornijas...”»[7].

Já no início da década de 1990, Maria Teresa Ramos caracterizava a abóbada como uma estrutura aplanada, resultante de um «...complexo movimento de nervuras ornamentais...», que partem de um «...troço de coluna redonda...» assente em mísulas circulares decoradas ao gosto manuelino (Ramos, 1990, p. 106).

Descrições mais detalhadas sobre esta abóbada focaram-se no seu acentuado rebaixamento, apresentando uma configuração em «...teia de sete nervuras...», com perfil delgado e exibindo três formas estreladas de quatro vértices interligados, dispostas ao longo da superfície da abóbada, bem como seis tramos delineados por liernes transversais. Ao centro, destacava-se um losango formado por quatro nervuras curvas, que emoldura as armas do arcebispo, igualmente presentes nas pedras de fecho principais (Maurício, 2000, pp. 172–173).

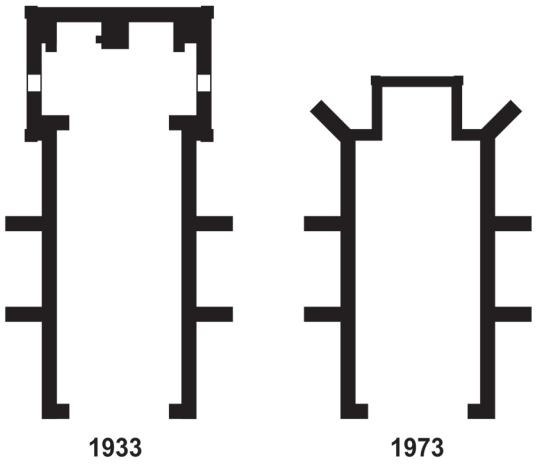
A cronologia da estrutura viria a ser assegurada pelas pedras de fecho heráldicas, que ostentam os escudos de D. Diogo de Sousa, permitindo situar a sua execução durante o arcebispado deste prelado, entre 1505 e 1532. A morfologia das nervuras, o recurso ao arco abatido e o tratamento ornamental aproximaram esta cobertura

[5] ADB, S. Salvador de Vilar de Frades, Epílogo e compêndio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista, 1658, Manuscritos, n.º 924, fl. 356.

[6] Existe ainda uma menção isolada que o caracteriza como sendo «... todo de lisonjas de fino marmore...» (Maria, 1697, p. 375), expressão que parece refletir uma valorização hiperbólica da nobreza do granito utilizado.

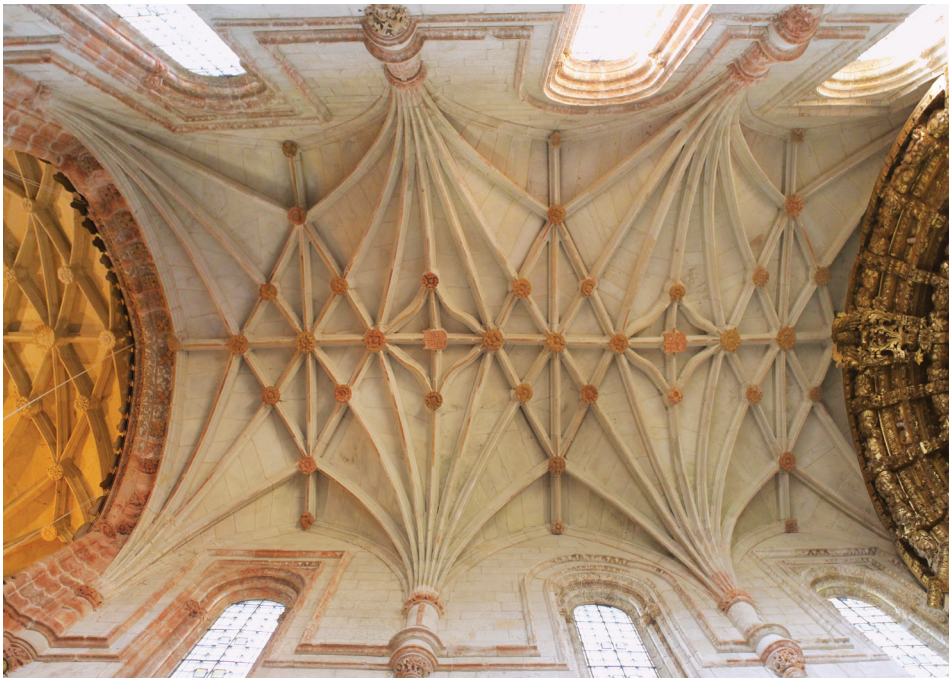
[7] ADB, S. Salvador de Vilar de Frades, Epílogo e compêndio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista, 1658, Manuscritos, n.º 924, fl. 357.

Figura 7. Evolução planimétrica da capela-mor durante o século XX



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 8. Face interior da abóbada de nervuras da capela-mor



Fonte: Arquivo do Autor.

do estilo manuelino, sendo particularmente comparável às soluções adotadas por João de Castilho no Mosteiro dos Jerónimos, nomeadamente na campanha de 1517 (Vinhas, 1998, p. 94).

2.1.1 Diagnóstico construtivo

Considerando as diferentes leituras historiográficas e as problemáticas associadas à evolução formal da capela-mor, impôs-se analisar este espaço através de um diagnóstico construtivo detalhado. Esta análise teve como base o edificado atualmente existente e recorreu, como instrumento complementar, à leitura estratigráfica dos seus elementos murários e estruturais, permitindo distinguir fases construtivas, identificar intervenções posteriores e compreender as opções arquitetónicas subjacentes à configuração atual do espaço.

No que respeita aos elementos estruturais atribuíveis à campanha quinhentista, subsistiram, inalteradas ou apenas com modificações pontuais, as paredes laterais da capela-mor. Estas apresentavam-se constituídas por muros de face dupla, com enchimento de cascalho argamassado. O paramento interior apresentava um aparelho regular, composto por silhares de média dimensão dispostos em travamento, com juntas argamassadas.

Ainda no interior, as nervuras da abóbada assentavam em três mísulas por paramento, também elas decoradas com motivos vegetalistas. Um friso decorativo, composto por segmentos retilíneos e curvos, percorria horizontalmente a parte superior dos paramentos, interligando as mísulas e contornando as janelas. Nas zonas não afetadas pela reconstrução da abóbada, permaneceram visíveis os arranques das nervuras descendentes que se dirigiam às respetivas mísulas.

No exterior, as paredes apresentavam o mesmo tipo de aparelho, juntamente com os contrafortes escalonados e lancetados, intercalados com as janelas e estruturalmente alinhados com as mísulas do interior. Na extremidade superior conservava-se um friso decorativo com motivos florais.

No plano da iluminação e tratamento das aberturas laterais, destacavam-se três janelas verticais de grande dimensão, rematadas em volta perfeita e decoradas, nas ombreiras, com pseudo-colunas, capitéis de inspiração vegetalista e bases poligonais, características de um gosto tardo-gótico (Figura 9).

Também ao nível do piso, a capela-mor apresentava um revestimento constituído por lajes graníticas de pequena dimensão, dispostas na diagonal e unidas por argamassa, aplicadas de forma uniforme tanto na plataforma superior como na inferior. A homogeneidade do seu assentamento, associada ao bom estado de conservação,

Figura 9. Constituição dos paramentos laterais interiores



Fonte: Arquivo do Autor.

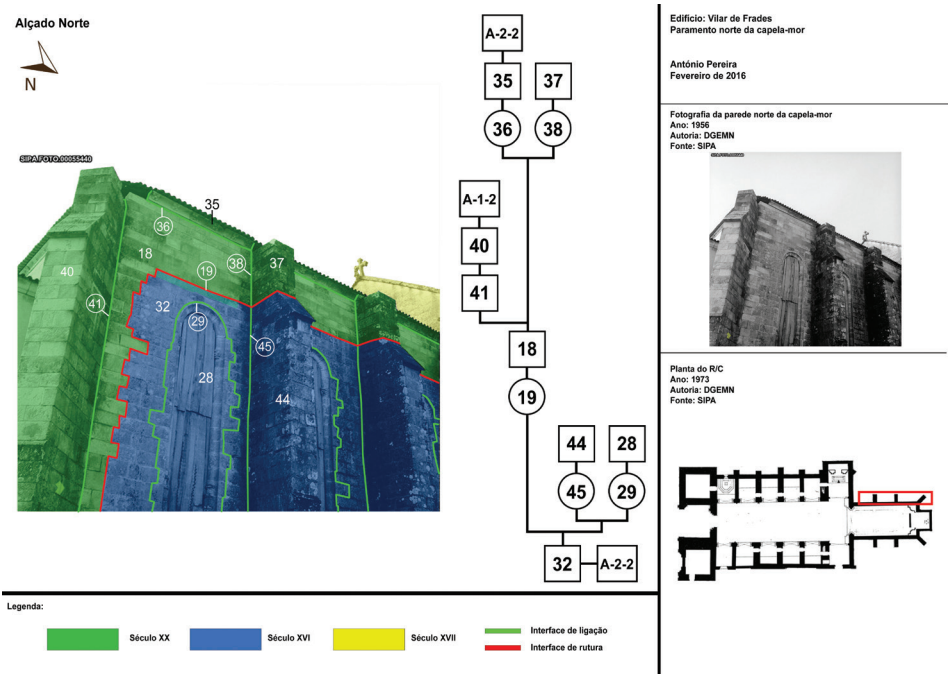
aponta para uma cronologia posterior ao século XVI[8], sobretudo quando comparado com o pavimento do transepto, cuja conservação se apresenta significativamente mais deteriorada.

Com efeito, a sucessão estratigráfica permitiu identificar, em termos cronológicos, duas grandes fases construtivas na capela-mor da igreja de Vilar de Frades: a primeira, correspondente à campanha edificativa do século XVI; e a segunda, resultante da intervenção de restauro promovida pela DGEMN no século XX, mais concretamente entre 1941 e 1945 (Figura 10). Esta última implicou o desmonte e posterior remontagem da abóbada, bem como a reconstrução integral da parede fundeira[9] (Vinhas, 1998, pp. 168–173).

[8] Recentemente foi efetuada uma intervenção, promovida pelo IPPAR e pela DRCN, que visou a correção de patologias de humidade, implicando a desmontagem integral do pavimento para instalação de um sistema de drenagem e impermeabilização. Esta ação, ainda que não alterando a configuração do lajeado, provocou uma entropia cronológica nesta superfície.

[9] Esta alteração decorre da já referida intervenção ocorrida em 1697, correspondente à construção de um prolongamento destinado a albergar um retábulo barroco (Barreiros, 1919, p. 5; Vinhas, 1998, pp. 161–173), da qual não subsistem evidências materiais devido às patologias que a sua edificação provocou no edifício quinhentista e que resultou na construção deste acrescento do século XX a mimetizar a estrutura quinhentista (Pereira, 2020, pp. 204–206).

Figura 10. Leitura estratigráfica da capela-mor com base numa fotografia da DGEMN de 1973

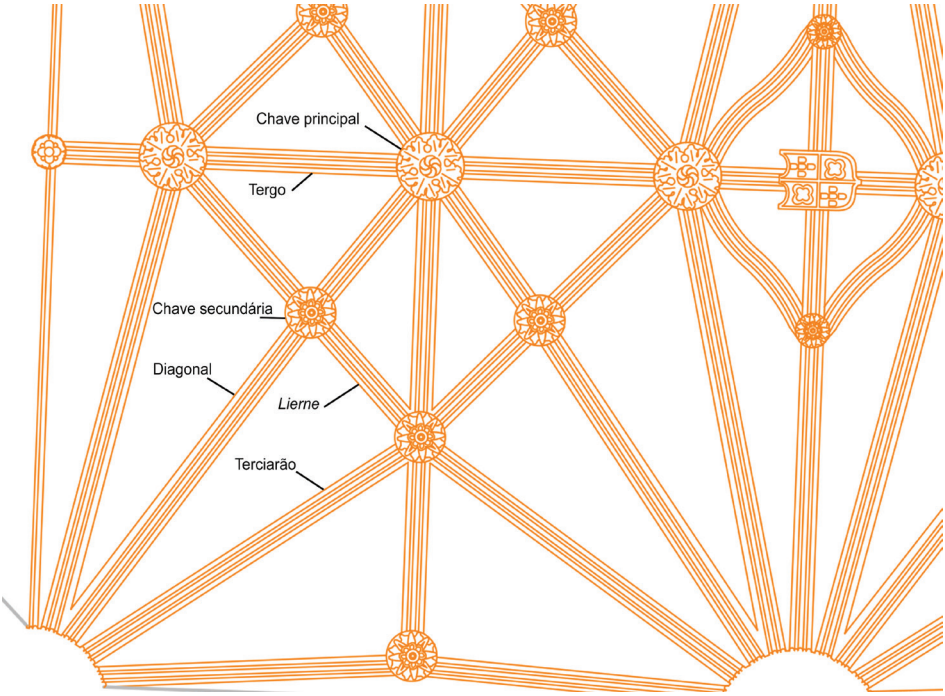


Fonte: Arquivo do Autor (fotografia e planta de monumentos.pt CC BY-NC-ND-3.0).

Contudo, a análise das plantas elaboradas pela DGEMN durante este período permitiu constatar que as principais alterações incidiram sobre a zona nascente da capela-mor, nomeadamente: a demolição do pavimento da área de prolongamento, a remoção da segunda plataforma com escadas e o ligeiro recuo da plataforma ainda existente.

Como já referido, a atual abóbada polinervada da capela-mor (com mais de 13,5 metros de comprimento e 6,5 metros de largura) correspondia, estratigraficamente, a uma reconstituição promovida pela DGEMN, embora com recurso a elementos originais do século XVI. Entre as suas principais características, destacam-se o perfil rebaixado, a complexidade do sistema de nervuras com liernes e terceletes, a combinação de pedras de fecho principais e secundárias com decoração vegetalista e heráldica, e a convergência do sistema para mísulas aplicadas nos paramentos laterais (Maurício, 2000, pp. 172–173; Ramos, 1990, p. 106; Vinhas, 1998, pp. 93–94) (Figura 11).

Figura 11. Tipos de nervuras da abóbada da capela-mor

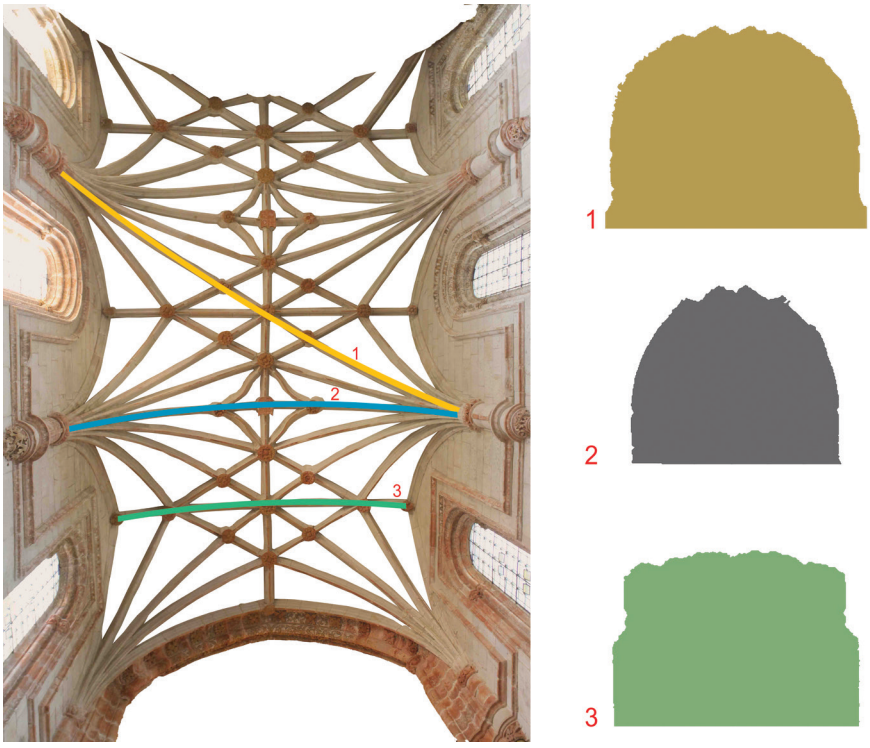


Fonte: Arquivo do Autor (levantamento cedido por DRCN; Gabinete T.A.M.).

Contudo, para além do efeito visual gerado pelo desenho da cobertura, o seu processo construtivo repartiu-se entre dois sistemas distintos, mas complementares: o sistema de nervuras e o sistema de painéis, cuja conjugação resultou na formação da abóbada propriamente dita.

O sistema de nervuras organizava-se em três tramos idênticos, definidos por arcos diagonais cruzados que estruturavam uma rede composta por liernes em forma de estrela e terceletes dispostos em losango. O levantamento fotogramétrico evidenciou a utilização de três tipos de arcos distintos: de volta perfeita nas ligações diagonais, arcos quebrados entre mísulas em posição toral e arcos abatidos nos vãos entre mísulas (Figura 12).

Figura 12. Sistema de nervuras da abóbada da capela-mor com a morfologia dos arcos



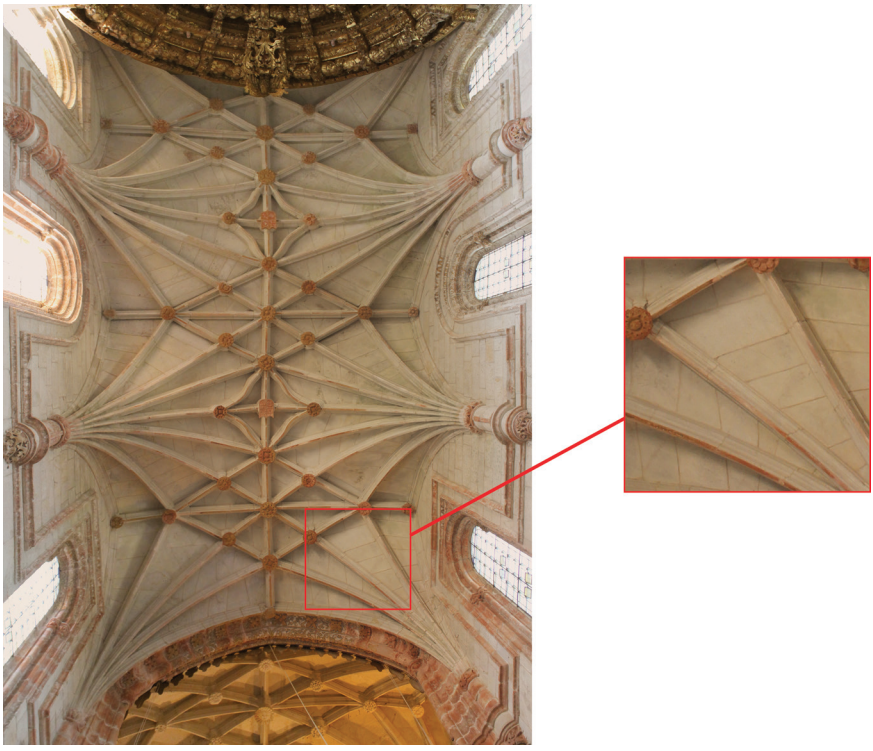
Fonte: Levantamento morfológico cedido por João Ribeiro.

O sistema de painéis correspondeu à aplicação de pequenas lajes graníticas de reduzida espessura, assentes diretamente sobre as nervuras, completando a superfície interior da abóbada. Após a colocação destes painéis, era aplicada sobre a estrutura uma couraça de argamassa misturada com elementos inertes, com funções de selagem e regularização da face superior, removida no século XX durante a intervenção da DGEMN (Figuras 13 e 14).

A abóbada apoiava-se lateralmente em mísulas decoradas, para onde convergiam as nervuras. Esta solução construtiva permitiria, por um lado, libertar os paramentos para a abertura de janelas de grande dimensão e, por outro, abrir um vão estrutural significativo sem necessidade de arcos de descarga adicionais.

Refira-se, também, que a remontagem da abóbada promovida pela DGEMN terá seguido um processo construtivo provavelmente semelhante ao da sua execução original, recorrendo ao uso de cimbres para o assentamento progressivo das nervuras (Figura 15).

Figura 13. Sistema de painéis da abóbada da capela-mor



Fonte: Levantamento cedido por João Ribeiro.

Figura 14. Pormenor da remoção da cobertura da abóbada da capela-mor



Fonte: Monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0.

Figura 15. Pormenor do processo de remontagem da abóbada da capela-mor



Fonte: Monumentos.pt CC BY-NC-ND-3.0.

Em síntese, a análise estratigráfica da capela-mor permitiu identificar com clareza a coexistência de duas fases construtivas distintas: a campanha quinhentista, caracterizada por soluções técnicas e formais inovadoras no contexto da arquitetura religiosa do noroeste peninsular; e a intervenção do século XX, de carácter reconstrutivo, promovida pela DGEMN. Apesar do seu impacto, esta última não inviabilizou a leitura crítica das estruturas, permitindo reconstituir parcialmente o processo construtivo da empreitada de D. Diogo de Sousa.

2.2. O Transepto

Concluída a abordagem à capela-mor, passemos agora para o transepto, espaço igualmente integrado na campanha construtiva inicial da igreja e cuja leitura estratigráfica permitiu recolher dados igualmente relevantes sobre a construção praticada na campanha quinhentista.

O primeiro aspeto a destacar quanto à edificação do transepto é que a construção do cruzeiro terá sido assumida pelos próprios cónegos de Vilar, enquanto os braços norte e sul terão sido patrocinados, respetivamente, pelas suas sobrinhas, D. Leonor de Lemos e D. Teresa de Mendonça, que aí instituíram as suas capelas funerárias (Maria, 1697, p. 377).

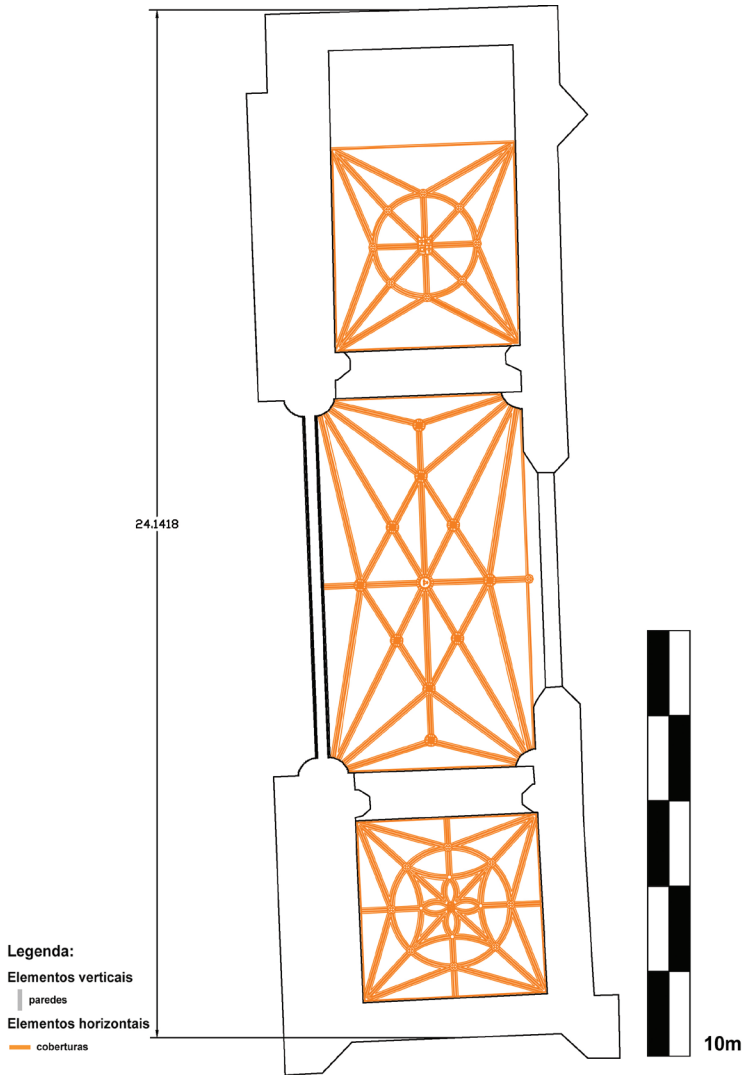
Todavia, não obstante a forma como foi repartido o financiamento do transepto, certo é que foi respeitada a traça encomendada por D. Diogo de Sousa e que a sua configuração espacial se enquadrou no modelo planimétrico típico das igrejas de cruz latina, com planta retangular e ortogonal, articulando o cruzeiro central com as duas capelas que compunham os braços laterais (Figura 16).

A modesta dimensão do transepto, sobretudo em termos de área e quando comparada com os restantes espaços da igreja, levou autores como Joaquim Vinhas (1998, p. 87) a sugerir que este espaço foi concebido com um propósito funcional, destinado à instalação de capelas privativas e à circulação interna entre zonas distintas do complexo conventual, assegurando, nomeadamente, a ligação ao claustro sul.

Outras interpretações apontariam para a possível influência de estruturas preexistentes, nomeadamente da igreja gótica atribuída a João de Nazaré, cuja delimitação espacial poderá ter condicionado, em particular, a implantação do transepto, que resultou numa «...adaptação difícil, a significar, porventura, um desenvolvimento em altura de um espaço já delimitado na igreja gótica de João de Nazaré.» (Maurício, 2000, p. 173).

*A*o nível da arquitetura e do estilo aplicado no transepto, as análises desenvolvidas incidiram sobretudo sobre as abóbadas do cruzeiro e das capelas laterais. A abóbada do cruzeiro, de configuração semelhante à da capela-mor, foi descrita como «...um rectângulo de modestas dimensões, nervado, com o fecho axial a exibir a cara

Figura 16. Planta do transepto com representação das abóbadas



Fonte: Levantamento cedido por DRCN; Gabinete T.A.M.

do sol...» (Vinhas, 1998, p. 93). Quanto às capelas dos braços do transepto, estas apresentavam abóbadas descritas como sendo de «...forma esférica quazi em plano e o livel sem côncavo em que se segurasse os fechos de aquellas duas capellas...»[10]. No que respeita à construção das paredes, estas apresentavam-se com dupla face aparelhada, sem aplicação de reboco, exibindo silhares graníticos de média dimensão, bem regulares e dispostos em travamento, com o miolo preenchido por cascalho.

No que respeita ao pavimento, conhece-se apenas a descrição fornecida pelo Padre Francisco de Santa Maria, que o referiu como sendo revestido por «...lifonjas de fino mármore...» (Maria, 1697, p. 375), formulação que, como já referido, se interpreta como descritiva ou simbólica, e não necessariamente literal. A estrutura atualmente preservada foi revestida por lajes graníticas quadradas, dispostas na diagonal e muito semelhantes às da capela-mor.

No plano dos vãos do cruzeiro, o arco de acesso à capela-mor apresentava-se ligeiramente apontado e distinguia-se pelo seu tratamento decorativo elaborado, exibindo a «...junção de três pseudo-colunas de base circular e poligonal, ou mistilínea...» e «...labores escultóricos e pictóricos (...) buscados ao naturalismo vegetalista...» (Vinhas, 1998, p. 93). Por sua vez, o arco que comunica com a nave central partia de um friso aplicado na parede lateral sendo descrito como «...uma estrutura de volta inteira e tripla forma, onde não faltam uma corda e flores esculpidas...» (Vinhas, 1998, p. 93). No intradorso, observou-se ainda um escudo esculpido com a inscrição latina IAC EST DOMUS DOMINI.

Refira-se, ainda, no que diz respeito às capelas laterais do transepto, que a capela norte apresentava os paramentos revestidos a reboco e azulejo, estando iluminada apenas por uma janela lateral em arco quebrado e uma porta a poente com chanfros. O acesso ao cruzeiro far-se-ia através de um arco quebrado, decorado com capitéis vegetalistas, bases geométricas e vestígios de pintura mural. O pavimento era constituído por lajes graníticas retangulares, dispostas paralelamente.

Na capela sul, repetia-se a organização espacial geral observada na capela norte, embora com algumas particularidades. A abóbada de combados apresentava um desenho de nervuras mais complexo, os paramentos laterais não se encontravam revestidos, e o vão de acesso ao cruzeiro encontrava-se parcialmente mutilado pela instalação dos retábulos barrocos.

Esta capela conservava ainda um friso duplo nos paramentos poente, sul e nascente. O alçado nascente integrava uma janela em arco quebrado, enquanto o alçado sul possuía uma porta de grandes dimensões (Figura 17).

[10] ADB, S. Salvador de Vilar de Frades, Epílogo e compêndio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista, 1658, Manuscritos, n.º 924, fl. 356.

Figura 17. Perspetiva das capelas dos braços do transepto



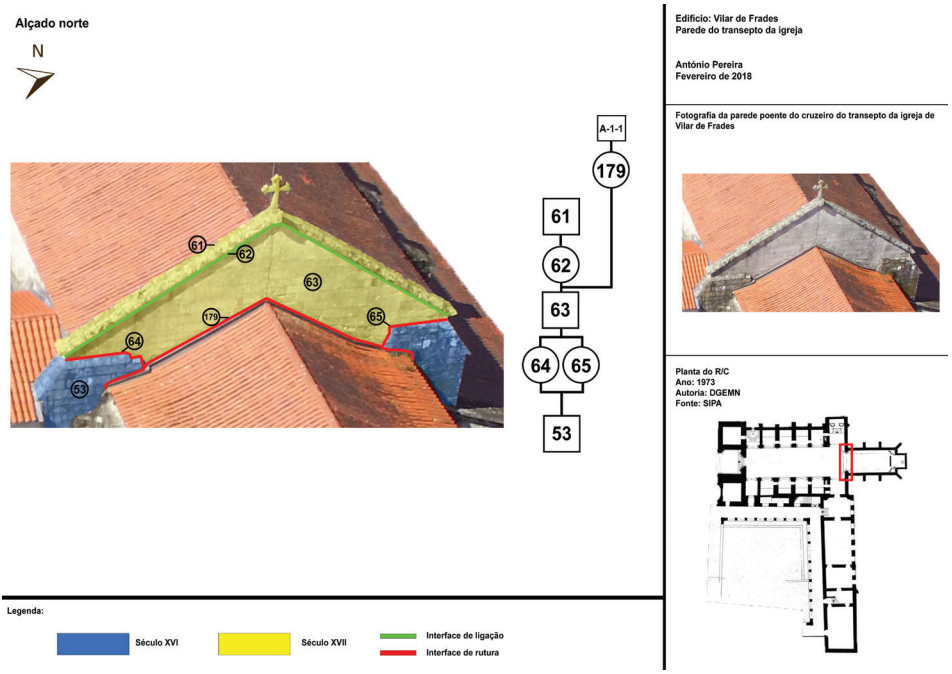
Fonte: Arquivo do Autor.

2.2.1. Diagnóstico construtivo

As leituras efetuadas sobre os elementos do transepto, à semelhança do que se verificou na capela-mor, permitiram identificar dois grandes momentos de transformação arquitetónica. O primeiro correspondeu à estrutura primitiva, composta pela zona do cruzeiro e por duas capelas laterais nos braços do transepto, que revelaram um elevado grau de preservação.

O segundo conjunto de alterações, ocorrido entre os séculos XVII e XVIII, resultou de intervenções pontuais que afetaram sobretudo a zona superior do transepto. A modificação mais significativa correspondeu à alteração do gablete, cujos arranques ainda visíveis evidenciaram uma inclinação e elevação pronunciadas, típicas da arquitetura gótica, contrastando com o telhado de menor pendente introduzido no século XVII (Figura 18).

Figura 18. Leitura estratigráfica com as principais alterações ocorridas no espaço do transepto



Fonte: Arquivo do Autor (planta de monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0).

A este conjunto de transformações somaram-se a abertura dos púlpitos setecentistas e as modificações registadas em ambos os braços do transepto: no braço norte, com a construção de um prolongamento no século XVIII; no braço sul, com intervenções associadas à reformulação do claustro sul, realizadas entre os séculos XVII e XVIII (Pereira, 2020, pp. 228–229).

Contudo, considerando os objetivos do presente artigo e o facto de o espaço do transepto revelar um elevado grau de conservação da sua configuração primitiva, o diagnóstico realizado centrou-se, essencialmente, nos pontos que possibilitassem aferir o processo construtivo original e identificar eventuais evidências materiais associadas à suposta interrupção da obra promovida pelo arcebispo.

O primeiro elemento a ser analisado no transepto foi a abóbada, uma estrutura de particular complexidade técnica e de grande relevância para a compreensão do processo edificatório deste espaço. Tratava-se de uma abóbada de liernes, cujo traçado em losango replicava a solução adotada na capela-mor, distinguindo-se apenas pela presença de um lierne adicional, introduzido para compensar o maior comprimento do cruzeiro (Genin, 2018, p. 50).

Figura 19. Perspetiva da face interior da abóbada do cruzeiro



Fonte: Arquivo do Autor.

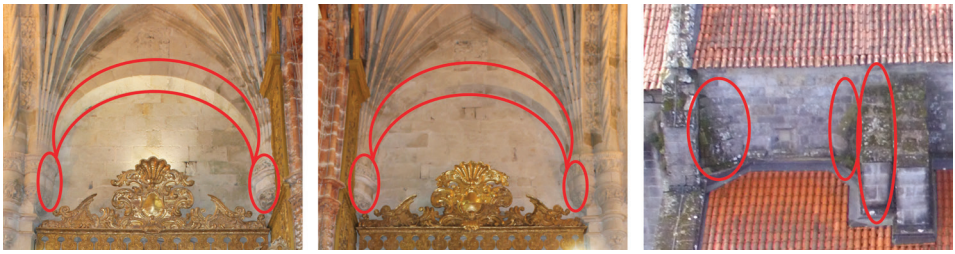
Do ponto de vista técnico, o processo construtivo deverá ter seguido trâmites idênticos aos da abóbada da capela-mor: na parte superior, a abóbada seria selada com uma couraça de argamassa misturada com cascalho e outros materiais toscos. Subjacente a esta camada, dispunham-se os painéis modulares que compunham a superfície inferior da abóbada.

O sistema de nervuras, igualmente modular, seria constituído por duas nervuras principais dispostas na diagonal, complementadas por nervuras secundárias (liernes e terceletes). Nos pontos de interseção, caíam as chaves principais e secundárias decoradas com motivos vegetalistas, mimetizando formas florais estilizadas. A chave central destacava-se por representar um sol com face antropomorfizada (Figura 19).

A articulação estrutural com as paredes do cruzeiro revelou-se mais complexa do que a verificada na capela-mor, sobretudo pelo facto de a abóbada descarregar em quatro mísulas, localizadas «...à altura do friso...», com perfil menos saliente do que as observadas na capela-mor e na nave (Vinhas, 1998, p. 93). Estas mísulas, decoradas com motivos vegetalistas, suportavam a abóbada e articulavam-se com dois arcos de escarção em semicírculo, reforçados por dois contrafortes dispostos perpendicularmente, por sua vez duplicados na diagonal, presumivelmente para contrariar as tensões oblíquas geradas pelo sistema de nervuras da cobertura.

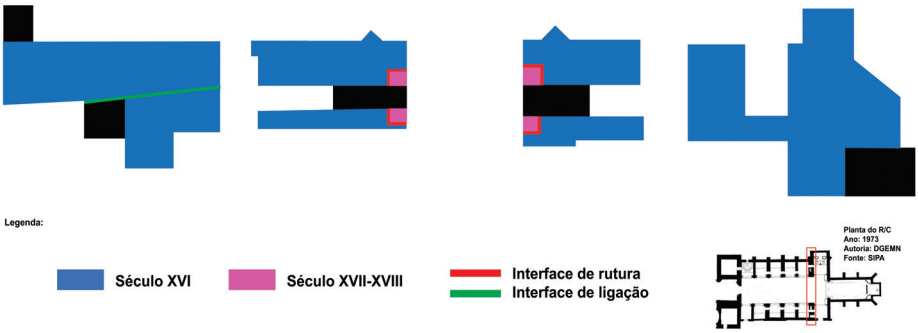
Com efeito, este sistema de contrafortes e arcos associado à sustentação da abóbada permitia transferir as cargas para as zonas laterais, sem comprometer a reduzida espessura das paredes. Merece particular destaque o arco de escarção que ligava as duas mísulas da abóbada, permitindo o adelgaçamento das paredes na sua transição

Figura 20. Pormenor do sistema construtivo das paredes laterais do cruzeiro



Fonte: Arquivo do Autor.

Figura 21. Vista em planta das alterações internas da parede poente do cruzeiro



Fonte: Arquivo do Autor (planta de monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0).

para o registo inferior e fazendo coincidir o seu plano com o vão da capela norte. Esta solução estrutural possibilitou a abertura de vãos de grandes dimensões, favorecendo a comunicação entre o cruzeiro e as capelas laterais do transepto (Figura 20).

Um dos aspetos mais relevantes na análise construtiva do transepto prendeu-se com a sua parede poente, que, além de delimitar fisicamente este espaço em relação ao corpo da igreja, revestiu-se de especial importância por, como anteriormente referido, poder ter correspondido ao ponto de interrupção da campanha financiada por D. Diogo de Sousa, no século XVI. Esta parede foi analisada em dois pontos distintos, coincidentes com os muros poente das capelas dos braços do transepto. Através da

abertura de passagem para as capelas laterais, foi possível observar esta parede em corte longitudinal (norte-sul) e analisar a sua constituição interna (Figura 21).

Neste contexto, a zona norte da parede poente revelou a presença de dois muros adossados, inferindo-se que um corresponde ao transepto e outro ao corpo da igreja. Ambos os paramentos apresentavam alvenaria regular, com silhares graníticos de média dimensão, dispostos em fiadas sobrepostas e unidas por argamassa, evidenciando técnicas construtivas compatíveis com a campanha quinhentista.

A existência desta separação física entre os dois muros pareceu confirmar que o transepto e o corpo da igreja, na sua parte norte, constituíram estruturas distintas, embora fortemente articuladas do ponto de vista estrutural e funcional (Figura 22).

A continuidade da análise, agora no braço sul do transepto, revelou um cenário mais complexo, condicionado pelo impacto estrutural da reforma oitocentista do claustro sul, que afetou significativamente esta área da igreja (Pereira, 2020, pp. 228-229).

Apesar disso, no corredor de acesso às capelas laterais da ala sul, o paramento exibia uma estrutura murária contínua, em contraste com a separação observada no lado norte. O interior do muro apresentava um aparelho regular, constituído por silhares graníticos de média dimensão, dispostos em travamento, mas sem sinais evidentes de interfaces ou descontinuidades construtivas (Figura 23).

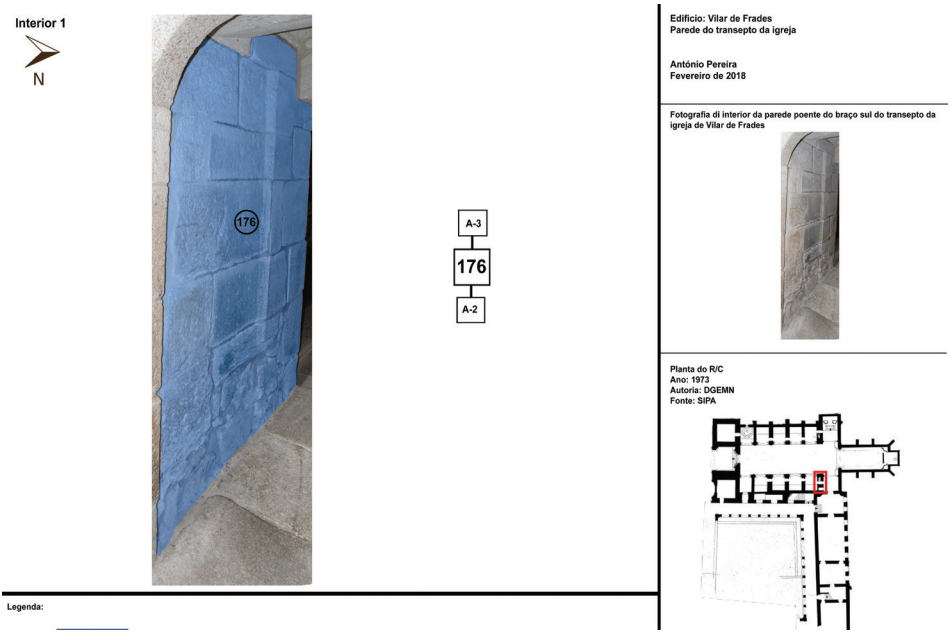
Estas características permitiram enquadrar tecnicamente a parede no contexto da primeira campanha construtiva da igreja, reforçando a hipótese de que o muro poente do transepto foi integralmente erigido no decurso da empreitada quinhentista.

Figura 22. Leitura estratigráfica da secção da parede poente no braço norte do transepto



Fonte: Arquivo do Autor (planta de monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0).

Figura 23. Leitura estratigráfica da secção da parede poente no braço sul do transepto



Fonte: Arquivo do Autor (planta de monumentos.pt / CC BY-NC-ND-3.0).

De facto, a análise do transepto confirmou a continuidade do programa arquitetónico iniciado na capela-mor, embora com soluções estruturais mais complexas, nomeadamente ao nível da articulação da abóbada e do sistema de contrafortes. Verificou-se uma adaptação técnica à nova configuração espacial, mantendo-se, ainda assim, uma coerência estilística entre os dois espaços.

As evidências estratigráficas permitiram reforçar, ainda que parcialmente, a hipótese da interrupção da campanha quinhentista no ponto de articulação com o corpo da igreja. A leitura diferenciada do paramento poente revelou no lado norte uma clara separação física entre o transepto e o corpo da igreja, enquanto o lado sul mostrou uma continuidade estrutural, embora alterada pelas reformas oitocentistas.

Conclusão

A análise da capela-mor e do transepto da igreja de Vilar de Frades permitiu reconhecer a intervenção de D. Diogo de Sousa como um dos momentos mais significativos do processo de renovação da igreja e do complexo de Vilar de Frades no século XVI. A campanha construtiva por si impulsionada não apenas redefiniu a configuração espacial do complexo, como imprimiu aos seus principais espaços litúrgicos uma monumentalidade e uma linguagem arquitetónica que refletem plenamente os ideais da renovação espiritual da modernidade.

A capela-mor e o transepto, enquanto espaços matriciais da intervenção do prelado, evidenciaram um programa arquitetónico ambicioso, onde a articulação entre funcionalidade litúrgica, simbolismo episcopal e inovação construtiva se manifestava de forma exemplar.

A análise construtiva e estratigráfica da capela-mor e do transepto da igreja de Vilar de Frades evidenciou a coexistência de duas grandes fases edificativas: a campanha promovida por D. Diogo de Sousa e a intervenção de restauro levada a cabo pela DGEMN. Esta última, de cariz marcadamente reconstrutivo, teve um impacto estrutural profundo e, nalguns casos, disruptivo sobre a configuração primitiva da capela-mor, com implicações na leitura da sua volumetria, articulação espacial e cobertura. Ainda assim, a metodologia aplicada permitiu isolar e compreender os testemunhos materiais da empreitada quinhentista, reconstituindo os seus princípios técnicos e formais.

A análise do transepto, particularmente da sua articulação estrutural e tipologia das coberturas, permitiu identificar soluções diferenciadas face à capela-mor, ainda que coerentes do ponto de vista arquitetónico. A complexidade técnica do sistema de contrafortes, arcos de escarção e distribuição das cargas evidencia uma resposta funcional adaptada à organização espacial do conjunto e às tensões geradas pelo sistema de abóbadas polinervadas.

No que respeita à autoria das estruturas quinhentistas, importa assinalar que a atribuição da obra a João Lopes nos é transmitida por fontes da época moderna, nomeadamente pelo manuscrito do padre Jorge de São Paulo. Apesar da sua fiabilidade em vários aspetos relativos à construção medieval do mosteiro, a ausência de documentação coeva direta obriga a alguma cautela na aceitação dessa autoria. Ainda assim, o elevado grau de complexidade técnica e cariz inovador das soluções construtivas adotadas sugerem a intervenção de um mestre experiente e familiarizado com este tipo de estruturas abobadadas e programas arquitetónicos que se encaixam no perfil de João de Castilho e na sua influência na arquitetura portuguesa quinhentista.

No que respeita à questão da eventual interrupção da campanha construtiva no ponto do transepto, a análise estratigráfica e estrutural revelou dados particularmente significativos. Com efeito, na zona norte do transepto observou-se a existência de uma separação física entre os muros, que poderá traduzir a descontinuidade entre a

construção do transepto e a do corpo da igreja. Embora tal separação não se tenha verificado na parte sul, a leitura dos paramentos, o tipo de aparelho e as soluções construtivas revelaram diferenças que permitem sustentar a hipótese de a empreitada quinhentista ter efetivamente sido interrompida nesse ponto.

Por fim, se o diagnóstico efetuado não permitiu compreender na totalidade a configuração original da capela-mor, dado que o prolongamento moderno provocou uma entropia na zona da cabeceira quinhentista, já no transepto a leitura estratigráfica revelou dados mais concretos. Verificou-se que a disposição interna dos braços norte e sul seria simétrica, apresentando topos com janelas de arco quebrado e contrafortes diagonais, elementos cuja marca construtiva não foi anulada pelas alterações promovidas em época moderna. Estes vestígios confirmam a persistência de soluções coerentes com o plano quinhentista e contribuem para uma reconstituição mais segura da sua organização original.

Fontes e Bibliografia

Arce Sainz, F. (2009). Historia de arte, arqueología de la arquitectura y el telescopio de Galileo. *Arqueología de la Arquitectura,* 6, 21–29. https://doi.org/10.3989/arqarqt.2009.09002

Bandeira, M. S. M. (2012). D. Diogo de Sousa, o urbanista: Leituras e texturas de uma cidade refundada. *Bracara Augusta,* 93, 131–166. https://hdl.handle.net/1822/19973

Barreiros, M. A. (1919). *A Egreja de Villar de Frades.* Edições Illustradas Marques Abreu.

Bonora, F. (1979). *Nota su un'archeologia dell'edilizia. Archeologia Medievale,* 6, 171–182.

Brogiolo, G. P., & Cagnana, A. (2012). *Archeologia dell'architettura: Metodi e interpretazioni.* All'Insegna del Giglio.

Caballero Zoreda, L. (2006). *Arqueología de la arquitectura: Conocimiento e intervención. Estudos/Património* 9, 33–43.

Faure, F. M. (2012). *Casa de Deus e de homens: Uma leitura arqueológica do Convento de S. Salvador de Vilar de Frades* [Dissertação de mestrado, Universidade Fernando Pessoa]. Repositório Institucional da Universidade Fernando Pessoa. http://hdl.handle.net/10284/3584

Fontes, L. F. O., Moreira, A., & Duarte, A. (2016). Trabalhos arqueológicos no Mosteiro de Vilar de Frades (Barcelos): campanha de julho a dezembro de 2002. *Trabalhos Arqueológicos da U.A.U.M. / Memórias (57). Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.* https://hdl.handle.net/1822/43947

Genin, S. (2018). As abóbadas da igreja do Mosteiro de Vilar de Frades: Análise histórica e arquitectónica. Em J. M. Mateus (Ed.), *História da construção em Portugal: Consolidação de uma disciplina* (pp. 43–58). By the Book. http://hdl.handle.net/10071/16791

Lancastre, M. C. H. (1991). A igreja de Vilar de Frades segundo as memórias do Padre Jorge de São Paulo (1658). *Barcelos Revista*, 2 (2), 169–204.

Leite, S. (2005). *A arte do Manuelino como percurso simbólico.* Caleidoscópio.

Maurício, R. (2000). *O mecenato de D. Diogo de Sousa, arcebispo de Braga (1505–1532): Urbanismo e arquitectura*. Magno Edições.

Maria, F. S. (1697). *O Ceo Aberto na Terra*. Na Officina de Manoel Lopes Ferreyra.

Mateus, J. M. (2016). *A* questão da tradição: História da construção e preservação do património arquitetónico. PARC: *Pesquisa em Arquitetura e Construção,* 4(1), 27–32.

Mateus, J. M. (2018). *A* história da construção em Portugal: Entre o singular e o universal. Em J. M. Mateus (Ed.), *História da construção em Portugal: Consolidação de uma disciplina* (pp. 13–28). By the Book.

Paulo, J. S. (1658). *Epílogo e compêndio da origem da Congregação de Sam Joam Evangelista & do nacimento, vida & morte dos seus tres fundadores. Da fundação dos seus nove conventos; das suas rendas, encargos, prelados & dos onze hospitais da sua administração & de outras memórias* [Manuscrito]. Arquivo Distrital de Braga, Fundo Monástico Conventual, S. Salvador de Vilar de Frades, Manuscritos, n.º 924 [Crónica].

Parenti, R. (2002). Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura: alcune recenti esperienze del laboratorio senese. *Arqueología de la Arquitectura,* 1, 73–82. https://doi.org/10.3989/arq.arqt.2002.7

Pereira, A. M. P. S. (2020). *A construção monástico-conventual no Noroeste da Península Ibérica: Uma abordagem multidisciplinar da História*

da Construção desde a época medieval até à atualidade [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositoriUM. https://hdl.handle.net/1822/73582

Pereira, A., & Ribeiro, M. C. F. (2016). *A evolução construtiva da igreja do Convento de Vilar de Frades: Abordagem preliminar do corpo seiscentista*. Comunicação apresentada no II Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira: Culturas Partilhadas, Porto. https://hdl.handle.net/1822/44830

Pereira, A., & Ribeiro, M. C. F. (2022). The construction of a 16th century water supply system in the Convent of Vilar de Frades (Barcelos, Portugal). Em J. B. Pinho, M. C. Lima, P. Alho, & P. Monteiro (Coords.), *Estudos de hidráulica monumental: Circuitos e equipamentos da água* (pp. 67–86). Câmara Municipal de Odivelas. https://hdl.handle.net/1822/84922

Portalegre, P. (2007). *Novo memorial do Estado Apostólico*. Roma Editora.

Ramos, M. T. C. F. O. (1990). A igreja manuelina de Vilar de Frades: Do arquitecto, dos cronistas e do monumento. *Revista de Ciências Históricas*, 5, 91–121.

Ribeiro, M. C. F. (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna: Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositoriUM. https://hdl.handle.net/1822/8113

Ribeiro, M. C. F., & Melo, A. S. (2012). A mobilidade dos artistas biscainhos nas construções medievais portuguesas: Estudo preliminar. Em *I Congresso Histórico Internacional: As Cidades na História – População* [Em linha]. Câmara Municipal de Guimarães. https://hdl.handle.net/1822/26910

Ribeiro, M. C. F., & Melo, A. S. (2018). O estudo da construção na Idade Média em Portugal: Metodologias e perspetivas de investigação. Em J. M. Mateus (Ed.), *História da construção em Portugal: Consolidação de uma disciplina* (pp. 29–41). By the Book.

Silva, R. J. N. (2018). *O paradigma da arquitetura em Portugal na Idade Moderna: Entre o tardo-gótico e o Renascimento: João de Castilho «o mestre que amanhece e anoitece na obra»* [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa]. Repositório da ULisboa. http://hdl.handle.net/10451/33051

Sodré, B. C. (1604). *Memórias da Colegiada de S. Salvador de Vilar de Frades, iniciadas por Baltazar do Cristo Sodré, versando a formação da comunidade, os benefícios de benfeitores, as missas a que estava obrigado este mosteiro, com as referências aos sínodos em que estiveram presentes os reitores* [Manuscrito]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Conventos Diversos, S. Salvador de Vilar de Frades, C25, E2, P1, Liv. 1. (Transcrição de R. Maurício, 2000, pp. 133–183).

Tomás, F. L. S. (1974). Do grande numero, & Santidade dos Monges Dumienses. Em J. Mattoso (Ed. & Notas críticas), *Benedictina Lusitana* (pp. 358–360). Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Vinhas, J. (1998). *A igreja e o convento de Vilar de Frades: Das origens da congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista (Lóios) à extinção do convento*. Junta de Freguesia de Areias de Vilar.

O sagrado e profano nos rituais festivos limianos, no Período Moderno

The Sacred and the Profane in the Festive Rituals of Ponte de Lima during the Early Modern Period

António Francisco Barbosa
Professor/Investigador
Grupo História Social a Norte – Universidade do Minho
antoniofdbarbosa@gmail.com
ORCID: 0000-0002-3100-4923/

Bracara Augusta, 133 (2025), 97–116 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.33

Resumo // O objeto de estudo desta investigação centra-se numa análise das principais manifestações festivas promovidas pelas confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Carmo, entre os séculos XVIII e XIX. Suportado num tratamento qualitativo de dados, este estudo encorpou-se através do cruzamento de fontes primárias, das quais se destacaram os livros de receita e despesa, de determinações, livros de estatutos e de inventários.

Neste âmbito, do interior da Igreja Matriz irradiava um expressivo número de rituais solenes que, projetados para as ruas limianas, quebravam o ritmo quotidiano das pessoas. Numa tentativa de demonstração de poder e prestígio, as confrarias eretas naquele espaço sagrado, esgrimiam-se umas com as outras para que as suas manifestações de júbilo, revestidas de esplendor e de grandiosidade, fossem as mais impactantes. Estes momentos, para além de compreenderem uma dimensão mais sagrada, não arredavam de seu programa a componente mais lúdica, tornando-se, assim, mais atrativos aos fiéis que, movidos pela sua devoção, também procuravam a diversão. Contudo, a confraria de Nossa Senhora do Carmo não partilhava desta programação, dado que a sua festividade deveria ser uma manifestação puramente religiosa arredada de momentos profanos.

Palavras-Chave:
confrarias, culto, festividades, profano, sagrado.

Abstract //This research focuses on the main festive events organised by the brotherhoods of *Santíssimo Sacramento* and *Nossa Senhora do Carmo* between the 18th and 19th centuries. Grounded in a qualitative treatment of data, this study took shape through the cross-examination of primary sources, notably books of income and expenditure, determinations, statutes and inventories. Within this framework, a significant number of solemn rituals originated in the interior of the Main Parish Church, and extended into the streets of Ponte de Lima, disrupting the town's daily rhythm. In an attempt to assert their power and prestige, the brotherhoods occupying that sacred space competed with one another, so that their displays of jubilation — cloaked in splendour and grandeur — would achieve the greatest impact. These moments, while possessing a strongly sacred dimension, did not exclude the more playful elements of their programme, thereby making them more appealing to the faithful who, driven by devotion, were seeking enjoyment. However, the brotherhood of *Nossa Senhora do Carmo* did not share this approach, as its festivities were intended to remain purely religious events, devoid of any profane elements.

Keywords:
brotherhoods, charity, cult, festivities, profane, sacred.

Introdução

Conhecida pela sua antiguidade, Ponte de Lima, vila do Alto-Minho, com foral outorgado por D. Teresa, em 1125, foi durante o período moderno ritmada por uma multiplicidade de celebrações festivas. Sob a jurisdição religiosa da arquidiocese de Braga, a igreja Matriz tinha um papel marcante, dado que era desse espaço sagrado que irradiava a maioria dos rituais festivos, para o exterior.

A presença deste fenómeno atribuía-se ao facto de a Matriz ser um local onde muitas confrarias se implantaram para cultuarem a imagem de sua devoção, dotando ao mesmo tempo esse lugar de um rico património artístico e cultural. Não menos relevante, é o facto de estas associações transformarem o ambiente sagrado, que pairava neste templo religioso, numa autêntica atmosfera de brilho, de cor e de canto. Contudo, este lugar não se assumia como o único a ritmar o quotidiano dos limianos com estas demonstrações de júbilo, pois a igreja da Ordem Terceira de São Francisco e outras pequenas capelas também se abriam ao exterior em momentos de grande solenidade.

O culto da Virgem Maria constituía uma sublinhada parte destas festas sob várias invocações como a Nossa Senhora das Dores, Nossa Senhora da Expectação, Nossa Senhora da Assunção e Nossa Senhora do Carmo. Embora algumas destas celebrações se ancorassem somente em manifestações puramente devocionais arredando dos seus programas a componente lúdico-profana, outras estabeleciam uma perfeita sintonia entre o sagrado e o profano.

Para além destas agremiações sediadas na Matriz alocavam-se ainda a do Espírito Santo, com privilégios conferidos pela sua antiguidade, possuindo a capela-mor, do lado do evangelho, como espaço para venerar o «Divino Padroeiro»[1], e a do Santíssimo Sacramento que, à semelhança das suas congéneres, também promovia uma festa anual, empenhando-se ainda nas cerimónias da Semana Santa e do *Corpus Christi*.

Os devotos deste período, ao prestarem culto ao sagrado, sentiam-se protegidos por um quotidiano incerto e marcado por muitas agruras. Estávamos perante uma prática de culto pautada por vários rituais, e que representava uma forma mais acessível de aproximação do crente ao mundo sagrado, daí os irmãos confrades limianos consagrarem anualmente uma festa à sua divindade protetora. As manifestações de fé e de fidelidade constituíam o ponto mais alto da religiosidade das confrarias e, de acordo com as disposições estatutárias, deveriam ser realizadas com todo o esmero

[1] Segundo as fontes da confraria do Espírito Santo teria sido a igreja desta irmandade transformada em Matriz da vila, após doação feita por esta instituição ao povo limiano «cuja Igreja he a mesma e com a mesma torre da Irmandade como o dezia o venerando Padre Manoel da Natividade Provincial da Religião de S. António dos Menores de São Francisco». Arquivo do Instituto Limiano Museu dos Terceiros (doravante AILMT), Fundo documental da irmandade do Espírito Santo, *Livro de instrução dos procuradores e mais oficiais da Mesa*, fls. 5v.–6.

e dedicação. Para tal, e por forma a que estes momentos de grande júbilo e celebração fossem memoráveis, cada agremiação tinha um intenso trabalho preparatório, pautado pela existência de muitas reuniões de Mesa e pela frequente interação com as suas congéneres e outras intuições da localidade.

É neste processo de preparação e organização da festividade que estas associações se abeiravam umas das outras para solicitarem empréstimos, quer de alfaias litúrgicas, sobretudo as de metal nobre, quer de paramentaria e imaginária (Cardona, 2010, p. 142). Para além da colaboração com equipamentos, estas confrarias entreajudavam-se com a oferta de dinheiro, claro está que o montante variava consoante a bolsa de cada uma. Apesar desta aparente camaradagem, as relações entre estas instituições confraternais nem sempre se orientaram por um ambiente de estabilidade e de boa conduta, mormente aquando da realização dos cortejos processionais, onde as questões de precedências se assumiam como principal causa (Barbosa, 2017, p. 48).

A festa, independentemente da instituição que a realizava, potenciava sociabilidade, coesão grupal e, ao mesmo tempo, momentos de recolhimento, manifestação de fé e de convívio. Os confrades ao promoverem estas manifestações procuravam mostrar ao público a capacidade económica da instituição, a sua organização, o espírito cooperativo, e em simultâneo, a sua devoção.

Nestas ocasiões, quer o interior da igreja, quer o espaço envolvente decoravam-se com todo o esmero. Ornamentavam-se os altares, limpavam-se e vestiam-se as imagens, poliam-se as alfaias litúrgicas, lavavam-se os paramentos, atapetavam-se as ruas com ervas cheirosas para as procissões passarem e iluminavam-se os espaços. Para além de um exigente trabalho preparatório, estas ocasiões implicavam custos, suportados pelos rendimentos das confrarias, pelo apoio dos irmãos confrades e esmolas de outros crentes.

Para este estudo, foram relevantes as informações que as fontes confraternais nos transmitiram. Para isso, procedeu-se a um estudo ancorado numa metodologia qualitativa, o qual exigiu uma abordagem cuidadosa e sistemática por forma a interpretar os conteúdos e o contexto que os fundos documentais das confrarias em análise, nomeadamente os livros de estatutos, de determinações e livros de receita e despesa, nos foram desvendando. Do cruzamento deste corpo documental, conseguimos obter informações acerca das principais festividades promovidas pelas confrarias do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Carmo, bem como dos ingredientes que compunham os seus programas, dos preparativos e das ornamentações que as tornavam mais apelativas. Desta forma, o objetivo deste trabalho consiste em analisar, comparativamente, duas manifestações festivas limianas, no período moderno e inícios da contemporaneidade, e os mecanismos que ambas colocavam em prática para atrair os devotos nessas ocasiões de regozijo.

Sabe-se que cada uma delas ao honrarem o seu padroeiro(a), com uma festividade, assumiam determinadas especificidades na estrutura, organização e operaciona-

lização da mesma. Neste sentido, ambas promoviam a festa anual de invocação ao sagrado. Contudo, a forma como elas a exteriorizavam ao público seguia um rumo diferente.

1. As manifestações festivas do Santíssimo Sacramento

Sabe-se que esta instituição invocativa do Santíssimo Corpo de Cristo erigiu a sua capela na Matriz de Ponte de Lima, entre 1589–1590, por iniciativa do padre Francisco dos Guimarães, (Cardona, 2010, p. 35). No entanto, em meados do século XV, o espaço limiano já conhecia algumas destas associações do Santíssimo Sacramento, sendo de destacar a da freguesia de Crasto, que remonta a 1457 (Barreiros, 1926, p. 62).

Para além da veneração cultual, os confrades desta agremiação promoviam outras ações não somente ancoradas em ajudas materiais e espirituais, mas também na realização da sua festa anual, momento de grande relevo no calendário litúrgico. Os oficiais da Mesa desta instituição para que o espaço, onde se venerava o sagrado, se apresentasse aos devotos com grande esmero e dedicação reconheceram, em 1764, a necessidade de «forrar o sacrário de damasco branco» e a sua porta revestida com seda branca guarnecida com ramos de ouro e seda lisa[2]. Estas reparações indispensáveis deveriam estar em conformidade com os princípios estipulados na legislação sinodal portuguesa do Período Moderno, no qual o sacrário devia ser esculpido em madeira, com o exterior pintado ou dourado, e o seu interior forrado com «cetim, tela, tafetá, seda branca ou carmesim». O mesmo deveria estar alocado num ponto visível ao público, tal como no meio do altar-mor, ou em outro altar, ou, então, em capela própria para o seu culto (Marques, 2000, p. 562).

A festa implicava preparativos, e por esta razão os mesários reuniam com frequência por forma a tratar de assuntos que visavam aprimorar o espaço e criar um ambiente de deslumbre nos fiéis, que nessas ocasiões se sentiam mais atraídos.

A ocasião exigia trabalho, esmero e dedicação e, por isso, a igreja bem como a capela do Santíssimo Sacramento apresentavam-se irrepreensíveis. Na década de setenta do século XVIII, confecionou-se um pavilhão em «seda de ouro com galoins e franja de ouro», e com ramos acetinados para enobrecer o sacrário[3]. Em 1768, determinou-se a compra de uma alcatifa de pano verde, cuja despesa, desta vez, seria repartida pela confraria de Nossa Senhora a Grande, o que somente, a mesma, podia ser utilizada nas festividades promovidas por estas duas instituições[4]. Os púlpitos e o arco cruzeiro adornavam-se de «Baietas vermelhas, Beludilho», alugados para o efeito.

---

[2] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livros dos Termos 1744*, fl. 28v.

[3] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livros dos Termos 1744*, fl. 41v.

[4] Caso outra confraria pretendesse usar, num momento solene, a referida alcatifa, teria de pagar 4.800 réis. AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livros dos Termos 1744*, fl. 36v.

Pela pompa deste material, deixava-se transparecer a intenção dos confrades de marcar a diferença e de envolver os fiéis com tanto fausto. Induzimos que a área envolvente do sacrário, no qual estava exposto o Santíssimo Sacramento, se convertia num poderoso foco de atenção e no epicentro de todo o cerimonial. No fundo, todos os cantos e recantos da Matriz eram merecedores de decoração pomposa, como o altar guarnecido com ramos de flores mandados fazer no convento de Vale Pereiras e colocados em vasos prateados[5]. Num período onde o barroco se impunha como um estilo capaz de estimular os sentidos, este espaço transformava-se em palco de encenação e de representação, bem ao gosto da época (Araújo, 2010, p. 105).

Os festejos do Santíssimo Sacramento revestiam-se de uma trilogia religiosa, missa, sermão e procissão, e de manifestações profanas que se desenrolavam no areal da vila e em áreas contiguas à igreja Matriz. O programa festivo atraía a esta localidade gentes de origens geográficas e sociais diferentes que nesta ocasião partilhavam o mesmo espaço e as mesmas diversões.

A missa que integrava a festa principal constituía uma ocasião agregadora de um grande número de fiéis, que nela participavam na adoração a Deus, à Virgem e aos Santos, solicitando-lhes ajuda, perdão e graça. Ao mesmo tempo, este momento privilegiava o encontro entre os devotos e os próprios membros da confraria, assumindo-se assim como promotor de grande sociabilidade.

O sermão representava para todos uma grande expectativa. A pregação, se por um lado visava intensificar a fé de quem ia à igreja escutar o pregador, por outro desenvolvia os conhecimentos religiosos dos ouvintes. Por isso, para se obter esse efeito, a confraria não só nas festividades da Semana Santa, como nas do seu orago, selecionava o pregador mais competente no domínio da oratória e da eloquência, usando uma linguagem simbólica para com maior facilidade tocar no coração dos ouvintes. A linguagem usada por estes religiosos, muito expressivos ao transmitirem a mensagem pretendida, munia-se de uma técnica verbal caraterizada pela «ornamentação discursiva» que produzia «efeitos» no seu auditório (Pécora, 2001, p. 722).

A linguagem gestual que acompanhava os discursos destes mestres da arte de bem falar funcionava como um mecanismo facilitador para veicular a mensagem pretendida. Os pregadores eram tidos como verdadeiros agentes transmissores da norma, dos preceitos e da aspiração à perfeição. Terminado o sermão, o clérigo era apaparicado com um refresco ou beberete, tal como se disponibilizava aos anjos e à «Tropa» que figuravam na procissão[6]. Os músicos, armadores e os trabalhadores da iluminação também não ficavam arredados destes opíparos lanches[7].

A procissão assinalava um momento alto do programa religioso e esta confraria

[5] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do recibo da mesa 1791*, fl. 46.

[6] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 6.

[7] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 109.

promovia duas, uma na véspera e outra no dia da festa. Percorriam ruas e «o mais populoso arrabalde», desfilando a Sagrada Eucaristia. Para estas ocasiões muito especiais, os devotos procediam à limpeza e decoração «cada hum na frente da respetiva caza em que residir», incorrendo no pagamento de uma pena de 240 réis, o não cumprimento desta observância[8]. Os mesários reunidos, em 19 de maio de 1748, deixaram bem sublinhado que esta festividade se cumprisse com a solenidade costumada e a expensas da confraria. Contudo, alertava-se, nesta mesma reunião, que as danças que integravam a procissão não fossem pagas pela instituição[9]. As fontes não são esclarecedoras do tipo de danças a que se referia o juiz, no entanto, coloca-se a possibilidade de estas integrarem uma coreografia e cenografia semelhantes às que figuravam no Procissão do *Corpus Christi*, em Ponte de Lima.

Nesta vila, os homens dos vários ofícios ficavam incumbidos de participar com bailes neste tipo de préstitos, mormente no do Corpo de Deus, com a agravante de pagarem uma coima, caso faltassem ao compromisso estipulado (Barbosa, 2017, p. 248). Pelo que podemos inferir, os confrades do Santíssimo Sacramento deveriam ter como modelo a seguir o supracitado préstito, só que em menor escala. Estas representações que animavam os desfiles processionais não eram tão invulgares, pois por todo o país, as folias, chacotas e danças davam vitalidade e animação aos préstitos para regozijo do povo assistente (Milheiro, 2003, pp. 344–345). Momentos houve, em que estas caraterísticas profanas, por ação dos visitadores eclesiásticos, se foram diluindo, como aconteceu ao longo do século XVII (Penteado, 1987, p. 55). O «carro das ervas» e o «Boi Bento»[10] também faziam parte do corpo processional, o que mais uma vez, nos leva a crer que os confrades usavam como padrão a festividade pontelimense do *Corpus Christi.* Talvez o prestígio alcançado por este festejo público e a sua magnificência fossem dois mecanismos explicativos da sua imitação, o que não é despropositado se atendermos a que uma das preocupações da instituição era a de que a festividade «se fizesse com toda a ostentação e aparato possível» e nunca menos do que se costumava fazer[11]. Ostentação, pompa, brilho e decência assumiam-se como elementos importantes na festa, bem como o desejo de a engrandecer em relação a outras anteriores. Estes ingredientes não se patenteavam por acaso, pois os membros da Mesa ao tornarem esta festividade mais majestosa, mostravam ao público o seu poder e competência ao organizá-la, capitalizando, ao mesmo tempo, prestígio e boa avaliação para a instituição (Araújo, 2024, p. 577).

Com a proximidade dos festejos principais desta agremiação, em 1853, o juiz fez questão de frisar que pelo facto da Semana Santa ter-se realizado com todo o esplen-

[8] Arquivo municipal de Ponte de Lima (doravante AMPL), Fundo documental da câmara municipal de Ponte de Lima, *Índice das principais matérias contidas nos livros de registos e das correias do arquivo municipal da câmara de Ponte de Lima, 1874*, 2.4.2.75, fl. 5.

[9] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro dos Termos 1744*, fl. 14.

[10] O «Boi Bento» abria a procissão do Corpo de Deus, em Ponte de Lima.

[11] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Determinações, termos de Mesa 1794*, fl. 70.

dor, a festividade do Santíssimo Sacramento não podia ser inferior, defendendo que se «fizesse o milhor possível [sic][12]». No ano seguinte, deliberou-se que tudo devia corresponder «ao Alto objeto a que se dirige».

Segundo os oficiais da Mesa, estava fora de questão esta manifestação de regozijo, que tinha o sagrado no centro da adoração, ser menos apelativa e grandiosa que os festejos da Semana Santa, tendo, para isso, o procurador e tesoureiro deram aval para dirigir e organizar a festa de acordo com as expectativas da Mesa. Ao irmão secretário, cabia a orientação dos serviços de limpeza da igreja e a estrutura organizativa da procissão. Com esta distribuição de funções, a Mesa demonstrava o quão sólida era a instituição, mas ainda a capacidade dos seus membros em conceber e organizar a festa do seu orago numa dimensão superior aos demais festejos promovidos pelas outras confrarias. Por vezes, quando a data coincidia com outras festividades, rapidamente se decidia pela sua transferência para um dia alternativo[13].

A procissão representava uma importante ocasião de abertura da instituição ao público, daí que, ir para a rua simbolizava para os seus membros afirmação social e sair do anonimato. O povo espectador tomava conhecimento do corpo social da agremiação. Pois eram muitos os fiéis que se alinhavam nas ruas para verem o desfile processional passar. Afinal, este préstito parecia inspirar-se nos desfiles processionais do Corpo de Deus, cativando assim muitos participantes observadores que procuravam o sagrado, mas também a folia e diversão.

Vários eram os andores que engrandeciam a procissão e, entre esses, contemplavam-se o de São Cristóvão e de «S. Jorge e seu estado». Nas reuniões, para além de outros assuntos atinentes à natureza da festividade, também se clarificava a quem competia o pagamento de determinados quadros que figuravam neste préstito. No ano de 1761, por deliberação da Mesa, os oficiais ficariam com a incumbência de custear os andores que integravam a procissão[14]. Percebe-se que o «estado» de S. Jorge não era presença constante nestes desfiles, talvez pelo facto de ser mais custoso e implicar mais trabalho, levasse a que os responsáveis, que o compunham, se eximissem desse compromisso. Neste sentido, sabe-se que, em 1798, a despesa com o quadro de «S. Jorge e Criado e moços dos cavallos que lebou» foi de 5.100 réis[15]. O quadro de São Cristóvão ficava mais em conta quando comparado com aquele, pois, nesse período, pagava-se aos barqueiros que conduziam o andor 960 réis.

No ano de 1840, tomaram-se as diligências necessárias para a festividade que iria ter lugar no dia 21 de junho. Neste âmbito, o juiz, juntamente com mesários, deliberou algumas disposições, uma das quais dizia respeito à armação da Matriz, reque-

[12] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, Termo de Mesa 1840, fl. 36.

[13] Em 1832, propôs-se a alteração do dia da festa. AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Determinações, termos de Mesa 1794*, fl. 76.

[14] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro dos termos de Mesa 1794*, fl. 28.

[15] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do recibo da mesa 1794*, fl. 46.

rendo-se que esta se fizesse com todo o esplendor e «maior decência possível [sic]», para cultuar o divino. Não menos importante, foi a convocação dos barqueiros para carregarem o andor de São Cristóvão. No entanto, assentou-se que não figurassem o «estado de S. Jorge», «Boi Bento» e carro das ervas, alegando-se que estas representações não eram próprias para se apresentarem numa procissão[16]. Evidenciava-se um afastamento da dimensão mais profana, que no entender da Mesa não se compadecia com o cortejo sagrado. A partir desta data, apenas percorria as artérias do burgo limiano o andor de São Cristóvão, que perdurou até 1853.

As personagens e cenas bíblicas iam granjeando vitalidade nesta procissão, os reis magos, que visitaram Jesus acabado de nascer e que lhe ofertaram ouro, incenso e mirra, apareciam aqui representados. A teatralização e a tentativa de conferir às figuras humanas, que desfilavam, o papel mais fiel ao das personagens sagradas que representavam, integravam-se numa ambiência barroca para cativar os «sentidos, fascinar sensibilidade estética, seduzir o gosto, comover o entusiasmo» dos crentes (Dias, 2003, p. 291). O trabalho de preparar as figuras, pintá-las, vesti-las e penteá-las, reflete o investimento que se fazia nestas ocasiões. A festa envolvia custos, mas ainda esforço, sendo necessário uma boa coordenação e capital para a financiar. Claro que, atrair os fiéis e ir ao encontro das suas expetativas era o que pretendiam os organizadores.

Na cidade do Porto, alugavam-se cabeleiras, os vestidos para os anjos vinham de Braga, contratava-se um sapateiro para consertar os sapatos das figuras e recrutava-se um armador de Viana do Castelo para as compor. Terminado o desfile, todos os que integravam o corpo processional recebiam uma gratificação e doces[17].

Os anjos juntamente com «doze padres de profetas» desfilavam pelas principais ruas[18]. A imponência deste préstito evidenciava-se pelo número de cruzes que o mesmo integrava, cabendo a cada uma das freguesias prepará-las, e transportá-las, no dia, até à vila. Estas e as bandeiras impunham-se como um distintivo representativo de cada freguesia. Contudo, outras formas de representação eram usadas nestes festejos, como a roupa, as cores, cenas, personagens e alegorias. No fundo constituíam um código que simbolizava algo que estava ausente (Hansen, 2001, p. 738).

O corpo da procissão nem sempre se apresentava ao público com a mesma dimensão e estrutura, pois nem todos os anos os quadros figurativos eram os mesmos[19]. Por vezes, na base destas alterações estava o aperto financeiro da instituição, o que a levava a ser mais parcimoniosa nos gastos. As cruzes e pendões provenientes das várias freguesias que acompanhavam o desfile integravam, de igual forma, a procissão do Corpo de Deus da vila. As bandeiras plasmadas com os seus emblemas

[16] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Termo de Mesa de 1840*, fl. 3v.
[17] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Contas gerais da receita e despesa 1848*, fl. 53.
[18] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Contas gerais da receita e despesa 1848*, fl. 53.
[19] Entre 1790–1791 desfilaram 24 cruzes, entre 1797–1798 saíram apenas 10. No entanto, entre 1840–1841, figuraram 40.

eram empunhadas pelos anjos. Por vezes, o estado pouco apresentável das bandeiras implicava um investimento em tecidos requintados, rendas, espiguilha para se confecionarem novas ou consertarem as velhas. No dia da festividade, a torre do edifício da Matriz exibia algumas bandeiras a anunciar o festejo. Trabalho que ficava a cargo do carpinteiro «Ribeiro», que a troco de 240 réis as colocava e retirava, quando a solenidade terminasse[20].

Com o decorrer do tempo, a festa em honra do Santíssimo Sacramento ganhou novas formalidades. Em 1840, decidiu-se, em reunião de Mesa, que se endereçassem convites às irmandades de Nossa Senhora da Guia, Nossa Senhora do Carmo, de Santo António e de Nossa Senhora da Lapa para desfilarem na procissão na tarde de 21 de junho. Pela primeira vez, evidenciava-se um caráter mais formal de convites para a presença das referidas instituições neste préstito, o que não era de estranhar já que tinham afastado deste cortejo, «o carro das ervas», o «boi bento» e o «estado de São Jorge». Procurava-se, agora, atribuir uma dimensão mais sagrada e formal a tal cerimónia.

Os sacerdotes ao envergarem as capas de asperge conferiam-lhe um ambiente mais notável e sumptuoso. O pálio conduzia-se por seis padres «capeiros» que recebiam 300 réis cada um[21]. A preocupação da confraria se apresentar ao público com decência foi uma constante ao longo dos anos. A título de exemplo, pode-se atestar que se reformou o «Ornato rico desta Confraria», como as dalmáticas que apresentavam desgaste, e como não se encontrava daquela seda decidiu-se que «fosse desfeito o pallio que he da propria ceda» para se consertar as ditas indumentárias. No entanto, acordou-se pela feitura de um novo palio de seda, advertindo-se sobre a sua dimensão, por forma a «se poder levar nas procissoens sem moléstia»[22]. O frenesim sentido nos momentos preparativos da festa não só se verificava no interior e área adjacente à igreja, também para fora da vila se mobilizavam pessoas que transportavam os paramentos que se pediam de empréstimo[23].

A componente musical, mormente a de caráter mais instrumental, integrava estes desfiles processionais. Os tambores, os clarins, o timbale, as caixas e os pífaros ressoavam pelas artérias da vila para animar e distrair os espetadores. A variedade instrumental que compunha a procissão era reveladora do prestígio que a música assumia nesse contexto (Araújo, 2024, p. 569). Podemos referir que esta prática musical impunha-se de forma polivalente, se atendermos que a mesma colocava em destaque determinados aspetos desse ritual processional, conferia qualidade ao desfile,

[20] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Contas gerais da receita e despesa 1848*, fl. 45v.

[21] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do recibo da Mesa 1794*, fl. 23.

[22] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Determinações, termos de Mesa 1794*, fl. 14v.

[23] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 43.

para além de conferir uma maior expressividade à festa (De la Campa C., et al., 2000, p. 186).

Os tocadores de alguns destes instrumentos provinham de geografias diversas. Deste modo, em 1797, a confraria contratou dois tambores, «hum zabunba» e dois pífaros que vieram de «Viana da Foz do Lima», custando àquela 6.000 réis[24]. Como não suplantaram as necessidades para a festividade, a instituição, por determinação de Mesa de 1797, recrutou a «Muzica do Regimento de Valença», representando uma despesa de 28.000 réis, pagos pela confraria. Apetrechava-se este préstito com uma intensa profusão de sons, contratando-se músicos vindos de fora, indício de que na vila não existia música capaz de responder às exigências dos confrades. Pode-se ainda interpretar, destes dados, que os organizadores mostravam preocupação em conferir brilho musical a esta solenidade recorrendo, para isso, a estas extravagâncias.

O grupo regimental valenciano, para além de ritmar o desfile, avivava os ânimos ânimos na noite da véspera da festividade. Preparavam-se os músicos que compunham o regimento, contratava-se um cabeleireiro para «pintiar os Muzicos e pozes [sic]», e solicitava-se um alfaiate para os vestir. Todos estes preparativos são elucidativos da preocupação com a encenação, moldando o ritual de fausto, poder e grandeza. De Viana da Foz do Lima, vinha a música do regimento militar, que entre 1805–1806, significou uma despesa de 40.000 réis, para além dos gastos que, por vezes, acresciam à hospedagem de algum músico[25]. Anos mais tarde, contratou-se a música de Barcelos.

Por deliberação da Mesa, em 1807, ficou acordado que a música instrumental, vinda de Viana da Foz do Lima ou de Valença, fosse dispensada e que em sua substituição «se vestirião oito Levitas athe doze e mais dous estudantes vestidos de trágica» entoando cânticos na dianteira do pálio. A encerrar a procissão vinha a tropa miliciana recompensada pela confraria consoante as possibilidades económicas da altura. A companhia de soldados que desde tempos recuados escoltava o desfile fazia ressoar, com as suas armas, as descargas de pólvora para transmitir aos devotos o encerramento do préstito, «Cartuxame para as descarregas no fim da Procissão»[26]. Este costume não era exclusivo da festividade do Santíssimo Sacramento, pois nas cerimónias pascais, sobretudo no Domingo da Ressurreição, também ecoavam os estrondosos ruídos provocados pela pólvora.

Entre 1807–1808, constatou-se que os investimentos na festividade foram parcos, facto que depauperou esta solenidade, retirando-lhe brilho e grandiosidade. Esta realidade é sintomática da perturbação política vivida na altura, pois sabemos que Portugal estava sob administração de um Conselho de Regência e enfrentava a in-

[24] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento*, Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 41v.

[25] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 85.

[26] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 42v.

vasão das tropas napoleónicas que procuravam dominar o país (Loureiro, 2002, p. 154). Contudo, ao longo do século XIX, perdurou o cuidado com a prática musical na festividade. As fontes aclaram-nos que o juiz desta instituição, em outubro de 1848, apresentou à Mesa o deferimento de uma petição dirigida à rainha D. Maria II, para que lhes fosse concedido o «rialegio» do extinto convento dos Capuchos de Santo António, que já se encontrava em posse da instituição de forma condicional[27]. Face a esta generosidade da monarca, achou-se pertinente que para a preservação do coreto, onde estava o realejo, o tesoureiro providenciasse de forma célere «quatro Esteios de pedra» para substituírem os «Espeques de Pinheiro» que sustentavam o referido palanque. Não raras vezes, este mesmo instrumento exigia manutenção, de maneira a que estivesse sempre afinado para as cerimónias festivas[28].

Os festejos em honra do Santíssimo Sacramento apresentavam uma intensa componente religiosa, contudo, os mesmos não abdicavam de outras atividades que, pela sua natureza, proporcionavam à comunidade diversão e folia. Desta forma, e bem ao gosto da época, a festividade continuava pela noite, momento onde os organizadores exibiam a iluminação, o fogo de artifício e as fogueiras que encantavam e envolviam o público espectador. Com «laranjas, arame, azeite, arvores e trabalhadores na iluminação», em 1845–46, gastaram-se 1.675 réis[29]. Pelo que se pode constatar, muitos dos motivos que decoravam a iluminação exterior da vila inspiravam-se na natureza, como frutas, árvores e flores. No fundo, o meio rural repercutia-se nestes motivos decorativos. Madeira, arame, corda, papel, pregos, sebo e azeite constituíam a matéria-prima a que os trabalhadores, deste tipo de labor, recorriam.

O exterior da Matriz assumia-se como palco para o desenrolar destas atividades de caráter mais lúdico, as próprias fogueiras faziam-se no adro da igreja, nas véspera e dia da festa «Com 4 barricas para as fogueiras na noute da vespora»[30]. Ardiam-se barricas, tojo, carqueja e madeira de pinheiro. Por vezes, os devotos ofereciam as barricas sob a forma de esmola para a festa, atitude que revela o quão radicado estava este costume de fazer fogo no adro do templo da Matriz[31]. Para os preparativos das fogueiras contratava-se um homem a quem a instituição desembolsava 370 réis, e para evitar qualquer tipo de incêndio, os confrades revelavam-se prudentes ao pagarem a outro homem que supervisionasse, esse espetáculo até ao fim.

Mas, não eram somente as fogueiras que funcionavam como mecanismo de atração, pois, no ano de 1851, e na noite antecedente, ao dia principal, lançou-se para o

[27] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Termo de Mesa 1840*, fl. 26.

[28] Contratou-se o professor «Varella» para afinar o realejo e «nelle se poder tocarem todas as funções da comfraria». AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Termo de Mesa 1840*, fl. 7.

[29] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 76.

[30] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 82.

[31] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 35.

céu de Ponte de Lima «Um balão que se butou na vespora da Festa»[32]. Estes espetáculos luminosos que antecediam a festividade, visavam anunciar o grande dia do orago, ao mesmo tempo que faziam mergulhar as pessoas num verdadeiro ambiente feérico de contentamento. O tempo social era interrompido e, temporariamente as atividades quotidianas ficavam em suspenso, realidade cíclica uma vez que esta manifestação festiva se concretizava, anualmente, no calendário litúrgico (Guarinello, 2001, p. 971).

O areal, junto ao rio Lima, parecia ser o espaço mais indicado para a exibição destes espetáculos pirotécnicos, não só por ser uma área que permitia uma maior concentração de espetadores, mas ainda por proporcionar os efeitos desejados. Não esqueçamos que a explosão de cor e de luz, provocados por estes artificialismos, no ar, ao refletirem-se na água valorizavam, ainda mais, estes momentos de entretenimento. O fogo preso também parecia ser uma das grandes atrações. Os carpinteiros abriam buracos para suportar a armação, em madeira, ao mesmo tempo que procuravam conceber um cenário mais vistoso e seguro possível[33].

Não menos importante era a música de arraial que animava a noite da festividade. Contratavam-se bandas filarmónicas vindas de fora da vila, para alegrar o povo limiano. Contratava-se a música instrumental de Vila Nova de Famalicão e para isso, atempadamente, deslocava-se um dos organizadores a essa localidade para ajustar um preço com os músicos[34]. Parece-nos, pela descrição destes elementos, que o programa festivo era muito diversificado, surpreendendo todos que nela participavam para se divertirem, e distraírem. Todos estes ingredientes que compunham a festividade geravam efeitos agregadores da coletividade, propiciando-lhes manifestas expressões de alegria e exultação.

Toda a festa constituía uma síntese na qual concorrem «ideologias, arte, crenças, sentimentos e prazer», impulsionando a participação de populares nessas manifestações (Javier Campos & De Sevilha, 2002, p. 91).

Estes festejos que tinham como objeto a devoção ao Santíssimo Sacramento, ao engrandecerem-se com espetáculos pautados pelo ócio e diversão, promoviam um certo nível de socialização, onde se adensavam os laços e união entre as pessoas, reforçando-se, ainda, os sentimentos de partilha cultural, identidade e até de valores.

[32] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 67.

[33] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro do Recibo da Mesa 1794*, fl. 4v.

[34] AILMT, Fundo documental da Confraria do Santíssimo Sacramento, *Livro das contas do recibo e da despesa 1827–1828*, fl. 76.

2. As manifestações festivas de Nossa Senhora do Carmo

Apesar desta realidade, nem todas as instituições confraternais limianas consideravam que o recurso a uma programação mais lúdica, para honrar o seu orago, estivesse em harmonia com os princípios defendidos no campo religioso e da fé. A confraria de Nossa Senhora do Carmo enquadra-se no perfil dessas associações confraternais.

Fundada antes de 1720, ancorou-se nos princípios catequéticos da Ordem dos Carmelitas, os quais renunciavam aos prazeres da vida mundana para viver.

> (...) hum martirio continuado porque a caza era uma cova; O vestido um saco; A cama a terra nua; A comida o jejum; As práticas a oração; Com que estando em carne mortal parecião de outra natureza e de outra massa, despidos de afetos terrenos e mortificados as paixões, as forças da oração e penitencia e por este caminho gozavão de paz (...)[35].

Os princípios de humildade que esta instituição incutia nos seus associados inclinava-os para uma vida espiritual muito intensa por lhes ser prometido «o Reyno de Deos e a Gloria aos diligentes e esforsados». Neste sentido, o exercício espiritual que «premova ao bem espiritual de nossa alma» considerava-se importante nos dias santos e de preceito[36].

Os próprios estatutos apelavam à pureza da alma, estipulando-se, para isso, que nos domingos, dias santificados e de vigília se cantasse a «ladainha dobrada» e a «Salve Rainha» a Nossa Senhora. Estas orações praticavam-se ainda aos sábados, contudo a «Ladainha» não era dobrada, exceto se esse dia coincidisse com a vigília da Senhora. A mesma era anunciada pelos tesoureiro e mordomo através do repique dos sinos, acendendo quatro velas no altar, para que os irmãos «com tanta modéstia, com tanta decência» e devoção a venerassem[37].

As missas completavam os dias dedicados aos exercícios espirituais dos confrades. Aos sábados e domingos celebrava-se uma missa de invocação a Nossa Senhora do Carmo, por forma a interceder-se pelas almas dos irmãos vivos e defuntos e por todos os benfeitores da irmandade. Havia ainda as celebradas em cada uma das festas promovidas pela instituição e, claro, na festa em honra de Nossa Senhora do Carmo. Estas celebrações ficavam ao encargo do padre presidente que recebia um ordenado de 100 réis. O pagamento daqueles ofícios, bem como das quatro velas

[35] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fls. 2v.–3.

[36] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 12.

[37] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 20.

que «ardem aos Louvores da Srª» ficava sob a responsabilidade do tesoureiro[38]. As oferendas em géneros deixadas à Senhora convertiam-se em dinheiro, através da sua venda à porta da Matriz. Caso o montante das esmolas não fosse suficiente para dar resposta às despesas, cabia ao tesoureiro, com o aval da Mesa, pedir pelas portas dos irmãos para que o «culto de Nossa Senhora e tão grande proveito e bem espiritual senão diminua», por descuido ou falta de zelo. As atribuições do tesoureiro não ficavam por aqui, pois preparava o altar, disponibilizando o necessário para as missas celebradas. Finalizadas, cabia-lhe recolher os paramentos e acondicioná-los, por forma a manter a sua conservação[39].

À semelhança de outras agremiações de piedade mariana, esta fomentava o culto com destaque para a veneração da Virgem Maria, cujo ponto mais alto se alcançava com a festividade de sua invocação. Ultrapassava-se ainda esta prática devocional com os momentos de grande sociabilidade confraternal, por nela se reunirem todos os irmãos ou pelo menos, a sua maioria.

O seu altar erigido na nave do lado do Evangelho era contíguo ao altar de Nossa Senhora da Expectação. Nesse espaço, os devotos e os irmãos do Carmo prestavam culto e ritual a Nossa Senhora, assistindo às cerimónias litúrgicas que aí tinham lugar. Para o grande dia, a armação do mesmo ficava a cargo de quatro mordomos que nada esqueciam para que aquele espaço não passasse despercebido. Apesar desse ambiente decorativo, o mesmo devia manter a sua sobriedade, impondo os estatutos que no altar não existissem objetos de prata (Barbosa, 2019, p. 15). Com esta observância estatutária, talvez se quisesse transmitir ao público o desinteresse que a instituição tinha pelos bens materiais e a relevância nutrida pela espiritualidade.

Acerca da fundação desta confraria não existem fontes suficientemente consistentes que nos possam precisar um momento exato. Não obstante, a existência de um inventário permite-nos concluir que já funcionava em 1720[40].

A imagem de Nossa Senhora colocada na Matriz, mandada fazer por um particular, foi de tal maneira glorificada, que os limianos, como prova da sua piedade e afeto, dedicavam-lhe cânticos, orações, sob forma de agradecimento das suas graças divinas.

Tal adoração complementava-se com a festa que lhe era dedicada anualmente «(...) fazendo a sua festa com o senhor exposto todo o dia, e dous sermoens: em cada hum dos tres annos com toda a solemnidade e Muzica (...)»[41]

Sendo esta ocasião um momento de grande sociabilidade entre os seus confrades, exigia-se que a festividade obedecesse a determinadas regras, refletindo esse

[38] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo*, Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4*,* fl. 22.

[39] Zelava e cuidava da «fabrica da irmandade», AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Inventário velho de Nossa Senhora do Carmo de 1720, 1803, 1809, 1816*, fl. 14.

[40] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Inventário velho de Nossa Senhora do Carmo de 1720, 1803,1809*, *1816*, fl. 5.

[41] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo*, Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 2.

cumprimento no caráter organizativo e de «perfeição da mesma». Para além dos irmãos terem o dever de se confessar e comungar no dia da festa, obrigavam-se ainda a praticar as orações destinadas para esse dia, de maneira a expurgar a alma dos pecados e estar em comunhão com Deus. A prática confessional foi um dos meios que se revelou muito eficaz ao serviço da Igreja «no controlo, socialização e interiorização das regras comportamentais» proferidas pela doutrina católica (Palomo, 2006, pp. 83–87).

A exteriorização de piedade, por parte dos confrades, intensificava-se nesse dia de solenidade de Nossa Senhora. Embora o dia do seu orago fosse a 16 de julho, acontecia, por vezes, que o mesmo se comemorasse noutra data. Quando tal acontecia, transferia-se para o «Domingo infra octavam», tendo por obrigação a presença de todo o corpo de irmãos e irmãs. Em reunião de 8 de julho de 1832, foi proposto pelo juiz que, visto o dia de «Nossa Senhora» coincidir numa segunda feira, 16 de julho, fosse alterado para o dia 22 do mesmo mês, mantendo-se como de costume a mesma solenidade[42].

O domingo era o dia de eleição para se honrar a Senhora padroeira com a festa, por ser santificado e quebrar a rotina diária das fainas, proporcionando, assim, aos fiéis assistir aos momentos solenes que a irmandade oferecia. Estas ocasiões festivas contavam com a colaboração dos devotos, que muitas vezes as organizavam facultando uma vivência coletiva da fé e originando relações de convivência. Estas reforçavam-se ainda pelo facto de nas vésperas da festividade elegerem-se os novos oficiais, momento que exigia o encontro e a reunião de todos os irmãos por forma a procederem ao escrutínio. Com esta calendarização da eleição intentava-se que no dia de Nossa Senhora já estivesse uma nova Mesa eleita, prestando os mesários cessantes as contas do património da instituição[43].

As festas geravam uma atmosfera de grande sociabilidade e convivialidade, omitindo-se, por momentos, as normas que regiam o cidadão no seu quotidiano (Hernández González, 2000, pp. 148–149). Estas manifestações ao usarem de forma recorrente os espaços públicos proporcionavam que os seus participantes alargassem o seu círculo de convívio e expusessem os seus sentimentos de alegria, exultação e emotividade.

A aproximação da festividade criava, nos confrades, um expressivo cuidado na forma como a mesma devia ser feita, razão que levava todos os membros a sublinharem «que a mesma função se fizesse com o esplendor possível e devido ao culto Divino»[44].

Em várias ocasiões, deliberava-se que a festa se igualasse à do ano precedente, fazendo acreditar na satisfação que tinham em que tudo se assemelhasse. Todos con-

[42] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Livro dos assentos e determinações de Mesa 1816–1870*, fl. 21.

[43] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo*, Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 18.

[44] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Livro dos assentos e determinações de Mesa 1816…*, fl. 35.

sideravam que esta devia manter a estrutura organizacional do ano anterior, situação reveladora de que a festividade se praticava sempre com o esplendor e brilho, tal como desejava o corpo de irmãos que a preparava. Quando necessário, acercavam-se das suas congéneres, como por exemplo, da irmandade do Espírito Santo para solicitarem alguns equipamentos. Estas providências eram, de igual forma, tomadas em reunião de Mesa dos confrades de Nossa Senhora da Assunção, aquando da festa da sua padroeira celebrada a 18 de agosto. O enriquecimento destes momentos que cultuavam a padroeira com uma grande festa, constituíam uma forma de reforçar a devoção dos fiéis, pois noutras confrarias quando a padroeira estava alguns anos sem sair em cortejo processional no seu dia experienciava-se uma míngua de fé nos moradores da vila e de outros geografias (Faria, 1934, p. 192).

Os rituais robusteciam esta ocasião solene, na qual o Santíssimo Sacramento estava exposto desde o período da manhã até à tarde, com acompanhamento musical. Tal como já foi referenciado, o propósito das melodias musicais provocava um ambiente de acolhimento, visando sensibilizar os fiéis que se deslocavam à igreja para o reverenciar, através de orações e genuflexões. Da ritualização preparada para esse dia integravam-se ainda a missa cantada e dois sermões. O pregador dos ditos sermões era o padre presidente que recebia uma remuneração pelo serviço prestado. Na eventualidade deste os não poder proferir, procurava-se outro pregador sob a sua direção que os realizasse com muito zelo, mesmo sendo do desagrado da população. De acordo com o que estava contemplado nos estatutos, advertia-se que os sermões fossem do agrado de Deus e não tanto dos mundanos, caso contrário era preferível não os realizar. «Deos se ofenda, os anjos se emtristeção e as almas se destrahão [sic] mais e aos espíritos lhes falte o pão e o sustento»[45]. Com este discurso os pregadores eram aconselhados, para através dos sermões, evitarem a promoção de vaidades e outros descaminhos nos fiéis. De sorte que seria mais profícuo, para todos os católicos, o silêncio da igreja do que propriamente a pregação, pois o objetivo desta era norteá-los à conversão interior e à perseverança da fé e não à desorientação. A Igreja manifestava prudência na seleção dos pregadores, uma vez que a cultura oral tinha grande predominância neste período. Por este motivo, o sermão assumia um papel de grande relevo. Funcionava como veículo de transmissão da maioria das ideias, o que fez compreender o natural zelo posto pela irmandade na seleção de uma pessoa que, afinal, era a grande responsável em passar aos fiéis a mensagem da fé (Gouveia, 1998, p. 262). Segundo São Paulo, como a fé vinha pelo ouvido, as verdades propagadas pela catequese e pregação encontravam aqui o momento privilegiado, entendendo-se, assim, o grande esmero prestado pela hierarquia eclesiástica (Marques, 2000, p. 393). Esta prática não só fazia parte do programa festivo de Nossa Senhora do Carmo, como também nos terceiros domingos de cada mês. A obrigatoriedade de os irmãos assistirem aos sermões denotava a importância que estes representavam

[45] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 16.

para a instituição. Desta forma, para evitar que os mesmos faltassem, alegando desconhecimento, tocava-se o sino três vezes. Todavia, a instituição não usava somente este mecanismo, pois o irmão «chamador» circulava pelas artérias da vila com uma campainha e com a imagem do crucifixo, avisando a pregação do sermão. O padre presidente do púlpito aproveitava a matéria lida para refletir sobre ela e nortear os fiéis no sentido das boas práticas e do crescimento da fé. Não era por acaso que os estatutos de 1752 alertavam todos os seus membros para não assistirem nem participarem em comédias e «bailes indecentes», pois podiam desviar os fiéis dos caminhos divinos[46]. Segundo o estatuído, as distrações desviavam e desvirtuavam a moral dos devotos, desencaminhando-os para pensamentos devassos e lembranças menos honestas, podendo assim corromper as suas almas. Por esta razão, nos mesmos regulamentos, as festas solenes de invocação a Nossa Senhora do Carmo não deveriam contemplar no seu programa «(...) touros**,** nem comedias, ou emtremezes, nem escaramussas de cavalharias e couzas semelhantes, nem bailes, por mais honestos que pareção nem ramos se poderão dar de prezente as pessoas nas festas da Srª (...)»[47].

De acordo com a doutrina pregada por esta instituição, os espetáculos que compreendiam bailes, corridas de touros, comédias e folias não se harmonizavam com os princípios que a Igreja defendia. Por isso, estes entretenimentos consideravam-se «obras do demónio», que tentavam orientar os devotos para maus caminhos destruindo-lhes a devoção e as suas crenças, «(...) Aonde ouver a dançazinha e o folguedo ahi mesmo estão as tenebras e ruinas de todos os homens (...)»[48].

Apercebemo-nos que esta instituição valorizava os exercícios espirituais, e como tal limpar a alma de tudo que pudesse perverter os fiéis era imperioso, compreendendo-se assim que tudo que envolvesse momentos lúdicos e desprovidos do sagrado fossem objeto de repulsa por parte da mesma. Por isso, onde houvesse danças, bailes e jogos, «a virtude não estâ firme ahi a castidade não esta segura», e quem se envolvesse nessas diversões afastava-se dos verdadeiros caminhos que conduziam os fiéis à salvação eterna[49].

As imposições da própria confraria espelhavam-se no programa da festividade em honra de Nossa Senhora do Carmo, já que deste apenas faziam parte a missa cantada, os sermões e a procissão. Realidade que não era comum nas restantes festas promovidas pelas suas congéneres, que procuravam de forma recorrente organizá-las num ambiente pautado pelo barroco.

[46] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 13.

[47] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 13.

[48] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 13v.

[49] AILMT, Fundo documental da Confraria de Nossa Senhora do Carmo, *Estatutos da irmandade de Nossa Senhora do Carmo 1752–1774*, 2.3.5 Cx5–4, fl. 14.

Conclusão

Uma das evidências deste estudo prende-se com o facto de a vila de Ponte de Lima ter sido, ao longo do Período Moderno, um local onde uma pluralidade de associações confraternais ritmava a vida dos seus habitantes. As festividades eram, deste modo, um espelho dessa atuação pública que tinham a capacidade de, nessas ocasiões, agregar um sem número de fiéis, mas também de os aliciar para o seu interior, transformando-os em confrades.

As duas instituições confraternais aqui analisadas revelam-nos que, embora possuíssem aspetos semelhantes nas festas que promoviam, também apresentavam determinadas especificidades. Assim, a confraria do Santíssimo Sacramento, para além da missa, sermão e procissão, que integravam o grande dia da festa, não arredava, dessa ocasião, uma componente mais lúdica e profana que proporcionava aos devotos momentos de diversão e de folguedo. As iluminações, as danças, as fogueiras, os espetáculos pirotécnicos e os bailes assumiam-se como mecanismos de atração por parte destes confrades que para além da componente mais sagrada, davam continuidade à festa com tais diversões. Esta postura da confraria deixava transparecer um espírito de maior abertura e tolerância para as atividades profanas como elementos que concorriam para alegrar e abrilhantar as suas manifestações públicas.

O mesmo não acontecia com os confrades de Nossa Senhora do Carmo que se apartavam da componente mais lúdica, promovendo uma festividade envolta de uma atmosfera marcadamente sagrada, o que nos leva a pensar numa afinidade com as ordens religiosas franciscanas existentes em Portugal no período em estudo. Esta instituição ao reger-se por princípios de simplicidade, humildade e obediência, defendia ainda uma vida de recato, exemplar e modesta. Desta forma, não era de admirar que este ambiente de austeridade e de simplicidade se repercutisse no programa festivo em honra de Nossa Senhora. Despia-se o mesmo de todo o tipo de diversões, as quais se encaravam como capazes de corromper a moral dos devotos.

No entanto, ambas as manifestações festivas desempenhavam um papel importante na promoção de coesão social, onde os confrades e o público participante conviviam e socializavam uns com os outros. Estes atos públicos festivos consubstanciavam-se assim num círculo de convivência mais amplo, contrariamente ao que acontecia no resto do ano.

Bibliografia

Araújo, M. M. L. (2010). As Manifestações de Rua das Misericórdias Portuguesas em Contexto Barroco. *Hispania Sacra*, 62(125), 93–113.

Araújo, M. M. L. (2024). As maiores festas que já mais vio Braga, em seos dias: a procissão de São João (séculos XVII–XVIII). *El Futuro del Pasado*, *16*, 561–585. https://doi.org/10.14201/fdp.31530

Barbosa, A. D. (2019). Festa limiana em Honra de Nossa Senhora do Carmo durante o Período Moderno. *Em Ponte de Lima do Passado ao Presente, rumo ao futuro*! (pp. 6–19). Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Barbosa, A. D. (2017). *Tempos de festa em Ponte de Lima (séculos XVII–XIX)*. (Vol. 1). Câmara Municipal de Ponte de Lima.

Barreiros, M. A. (1926). *Egrejas e capelas românicas da Ribeira Lima*. Edição do Autor.

Cardona, P. C. M. (2010). *O perfil artístico das confrarias de Ponte de Lima na época Moderna*. Município de Ponte de Lima.

De la Campa C., R., Martinez F., A., & Sampedro M., J. (2000). La música sacra instrumental de órgano y el Gregoriano: Francisco Correa de Arauxo (1584–1564) y la Salve Regina Solemne. *Hispânia Sacra*, 52(105), 183–193.

Dias, J. A. C. (2003). Os beneditinos, Tibães e o Barroco. Entre o esplendor da arte e a emoção religiosa. Em *Atas II Congresso Internacional do Barroco* (pp. 291–306). Sersilito.

Fraia, J. L. (1934). Velharias Vimaranenses – A confraria e irmandade de Nossa Senhora da Oliveira, sua festa e procissão nos séculos XVII e XVII. *Revista Guimarães,* 44 (3–4), 189–194.

Guarinello, N. L. (2001). Festa, trabalho e cotidiano. Em I. Jancsó & I. Kantor (Org.), *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* (Vol. 2, pp. 969–975). Imprensa Oficial.

Gouveia, A. C. (1998). O enquadramento pós-tridentino e as vivências do religioso. Em J. Mattoso (Dir.), *História de Portugal* (Vol. 4, pp. 259–264). Editorial Estampa.

Hansen, J. A. (2001). A categoria Representação nas festas coloniais nos séculos XVII e XVII. Em I. Jancsó & I. Kantor (Org.), *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* (Vol. 2, pp. 736–755). Imprensa Oficial.

Hernández González, M. (2000). Fiesta y sociedad en Canarias durante el siglo XVIII. Em M. Torrione (Ed.), *España Festejante: el siglo XVIII* (pp.145–154). Centro de ediciones de la Diputación de Málaga.

Javier Campos, F., & De Sevilha, F. (2002). *La fiesta barroca, fiesta de los sentidos*. Em G. Fernández Juárez & F. Martinez Gil (Coords.), La fiesta del Corpus Christi (pp. 91–116), Ediciones de la Universidad de Castilla-La Mancha.

Loureiro, J. C. M. (2002). As confrarias vianenses no século XIX: da evolução nos ingressos à emergência de novas formas de sociabilidade religiosa. *Cadernos Vianenses*, 31, 149–174.

Marques, J. F. (2000). A palavra e o livro. Em C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 377–447). Círculo de Leitores.

Marques, J. F. (2000). Rituais e manifestações de culto. Em C. M. Azevedo (Dir.), *História Religiosa de Portugal* (Vol. 2, pp. 517–601). Círculo de Leitores.

Milheiro, M. M. (2003). *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*. NEPS.

Palomo, F. (2006). *A Contra-Reforma em Portugal 1540–1700*. Livros Horizonte.

Pécora, A. (2001). Sermões: O modelo sacramental. Em I. Jancsó & I. Kantor (Org.), *Festa: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* (Vol. 2, pp. 717–731). Imprensa Oficial.

Penteado, P. (1987). As festas de Nossa Senhora de Nazaré nos séculos XVII e XVIII. *Cadernos do Noroeste*, 9, 35–66.

Um espaço para os viajantes: o acolhimento dos passageiros no hospital de S. Marcos da cidade de Braga (séculos XVII e XVIII)

A space for travellers: the reception of passengers at the hospital of S. Marcos in Braga (17th–18th centuries)

Liliana Andreia Valente Neves
Doutora em História pela Universidade do Minho e coordenadora da Biblioteca–Arquivo e Área Patrimonial da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez.
Lab2PT–Universidade do Minho / IN2PAST
lilianavalenteneves@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0941-7841

Bracara Augusta, 133 (2025), 117–140 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.34

Resumo // Importantes instituições assistenciais, as Misericórdias portuguesas distinguem-se das suas congéneres pela abrangência da sua atuação. Esta foi além do cumprimento das 14 obras de Misericórdia, objetivo primordial da sua fundação. Neste sentido, os arquivos das Santas Casas guardam informações que nos permitem estudar a sociedade ao longo dos últimos quinhentos anos, possuindo dados pertinentes para o estudo das viagens e peregrinações. Neste trabalho, procuramos analisar o papel desempenhado pelo hospital de S. Marcos, da cidade de Braga, sob administração da Misericórdia bracarense, no apoio que este prestava aos peregrinos e viajantes, no período moderno. Sabemos que além de uma casa dos passageiros, onde a população em trânsito se podia recolher para pernoitar, o hospital de S. Marcos, assim como outros hospitais de Misericórdias, acolhia nas suas enfermarias aqueles cujo estado de saúde não lhes permitia seguir caminho. Que desafios colocava o acolhimento dos peregrinos e viajantes a esta instituição? Quem eram estes indivíduos? Quais as suas principais necessidades e que doenças os afetavam? Estas são algumas das questões que pretendemos analisar no presente trabalho.

Palavras-Chave:
doenças, época moderna, misericórdias, peregrinos, viajantes.

Abstract // As important welfare institutions, the Portuguese *Misericórdias* are distinguished from their counterparts by the breadth of their activities. This extended beyond the fulfilment of the 14 Works of Mercy, the primary objective of their foundation. In this sense, the archives of the *Santas Casas* hold information that enables the study society over the past five hundred years and offer valuable data for research on travel and pilgrimage.
This study aims to analyse the role played by the hospital of S. Marcos, in the city of Braga, under the administration of the Braga *Misericórdia*, in providing support to pilgrims and travellers during the Early Modern Period. It is known that, in addiction to functioning as a passenger house where travellers in transit could overnight, the Hospital of S. Marcos, like other *Misericórdia* hospitals, also welcomed those whose state of health prevented them from continuing their journey. What challenges did the reception of pilgrims and travellers pose for this institution? Who were these individuals? What were their primary needs, and which illnesses affected them? These are some of the questions this paper seeks to explore.

Keywords:
diseases, early modern period, *misericórdias*, pilgrims, travellers.

Introdução

Instituições fundadas há mais de quinhentos anos, as Misericórdias desde cedo se afiguraram como importantes locais de assistência. Desempenhando um papel de auxílio aos mais necessitados estas irmandades são detentoras de documentos que para além da história institucional contribuem para a história local e até nacional. Conscientes da pertinência da sua memória escrita e também do valor probatório dos seus documentos, as Santas Casas procuraram preservar os seus acervos arquivísticos, ao longo dos tempos. Esta diligência no cuidado dos seus cartórios permitiu que estes chegassem até à atualidade, embora alguns se encontrem truncados e tenham sofrido perdas ao longo dos tempos. No entanto, grande parte das Misericórdias preservou nos seus arquivos, desde o período moderno até à atualidade, livros de atas, receita e despesa, enfermos, defuntos, tombos, livros de legados, entre outra documentação diversa.

Dada a amplitude da sua atuação, e o facto de cumprirem as 14 Obras de Misericórdia, sendo uma delas «dar pousada aos peregrinos», consideramos que os arquivos das Misericórdias eram aqueles que possuiriam dados de maior relevância para o estudo da população em trânsito, tema que nos ocupou na tese de doutoramento. É na documentação pertencente a estas instituições que conseguimos recolher informações sobre quem viajava, a forma como era acolhido nas Santas Casas e a importância das mesmas para com os passageiros.

No presente trabalho temos por objetivo realizar uma análise aos peregrinos e viajantes recebidos no hospital de S. Marcos, na cidade de Braga, e administrado pela Misericórdia bracarense. Quem eram estes indivíduos? Que papel desempenhava a Misericórdia e o hospital no seu acolhimento? Que serviços prestavam?

Existem já estudos sobre o hospital de S. Marcos, entre os quais se destacam os trabalhos de Maria de Fátima Castro (2001, 2008, pp. 69–96, 275) e de Maria Marta Lobo de Araújo (2014, pp. 38–40). De igual modo, também a história da Santa Casa da Misericórdia de Braga tem sido analisada por diversos investigadores, nos mais amplos sentidos da sua atuação. Contudo a nossa atenção centrar-se-á numa parte dos assistidos desta instituição, a população em trânsito. Para o efeito consultámos os livros de entradas de enfermos no hospital da Misericórdia bracarense, os quais apenas se conservam para o período entre 1616 e 1713, existindo hiatos de informação entre 1638–1664, 1665–1689, 1693–1703 e 1708–1711. Procedemos ao levantamento de todas as referências existentes nos livros de enfermos, entre 1616 e 1713, que remetessem para população em trânsito, ou seja, peregrinos, viajantes, passageiros e romeiros, os quais serão alvo de análise neste trabalho.

1, O hospital de S. Marcos e a assistência aos peregrinos e viajantes

O hospital de S. Marcos, construído em 1508, trata-se de uma obra do arcebispo D. Diogo de Sousa, cuja atuação se pautou por algumas melhorias urbanísticas na cidade de Braga. O novo edifício substituiu alguns pequenos hospitais que existiam na cidade, assim como albergarias de peregrinos. Mais tarde, em 1559, o complexo hospitalar de S. Marcos foi anexado à Misericórdia de Braga (Araújo, 2018, p. 109; 2019, p. 750).

É possível que este novo hospital procurasse responder a algumas das preocupações que vinham sendo acauteladas com a construção dos hospitais modernos cujo movimento começou em Itália e se propagou ao resto da Europa (Reis, 2013, pp. 139–222; Gallet, 1996, pp. 179–191; Sá, 1996, pp. 87–103; Barreiro Mallón, 2004, pp. 87–108). Em Portugal, era exemplo maior dos hospitais modernos o hospital de Todos os Santos, na cidade de Lisboa (Ramos, 2019; Carvalho, coord., 2022; Pinho e Alberto, 2021, pp. 91–123).

Estes novos espaços eram marcados por salas diferenciadas para ambos os sexos, assim como enfermarias distintas para doenças consideradas contagiosas. Possuíam, ainda, pátios interiores que garantiam uma boa ventilação das enfermarias. A existência de claustros e de um pátio interior ainda é visível, na atualidade, no complexo do antigo hospital de S. Marcos, atualmente adaptado a hotel.

Possuímos algumas informações sobre a forma como os peregrinos e viajantes eram acolhidos no hospital de S. Marcos, no período moderno. Sabe-se, por exemplo, que existia um espaço a eles destinado no interior do edifício. Este estava próximo das portas exteriores o que facilitava a sua circulação, dispensando-se a sua passagem pelas enfermarias. Todavia, aqueles que fossem de «maior qualidade», isto é, sacerdotes ou nobres, tivessem um espaço reservado no piso superior, na «câmara alta» (Araújo, 2014, pp. 35–36). Esta diferenciação entre pessoas de estatuto mais elevado e os transeuntes comuns era frequente e visível noutros espaços. Acontecia o mesmo no hospital de Barcelos, assim como no de Jesus Cristo em Santarém (Neves, 2023, p. 319; Rodrigues, 2004, p. 279).

Apesar de integrar a Misericórdia de Braga, o hospital de S. Marcos possuía um provedor próprio que geria a sua administração e que respondia perante o provedor da Santa Casa bracarense. O edifício hospitalar procurava ter espaços diferenciados para os passageiros de ambos os sexos, e garantir que estes respeitavam essa separação, mesmo sendo casados, procurando evitar os malefícios que poderiam advir da convivência entre homens e mulheres num espaço que se queria de repouso, descanso e decência (Araújo, 2014, pp. 85–89; Neves, 2021, pp. 147–150)[1].

[1] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga (doravante FSCMB), *Livro de Devassas 1711 athe 1806*, n.º 707, fls. 50, 54v, 94–95.

Sabemos, também, que os passageiros acolhidos em S. Marcos recebiam palha e azeite, para dormirem com melhor conforto e se iluminarem, embora a quantidade fornecida fosse pouca e por vezes não chegasse para todos. Era-lhes entregue, ainda, sal, vinagre e lenha (Araújo, 2016, pp. 253–255; Araújo, 2014, p. 85; Cavero Domínguez, 1987, p. 203; Uría Ríu, 2006, pp. 352–354)[2]. Podiam ali ficar durante um máximo de três noites, prática comum noutros hospitais tanto em Portugal como em Espanha. Havia alguns, no entanto, que apenas permitiam a pernoita por uma noite, embora permitissem estadias até três noites em momentos excecionais, como períodos de intempéries (Araújo, 2016, pp. 253–255; Rodrigues, 2004, p. 279).

As estadias eram, no entanto, difíceis de controlar e por vezes resultavam em desordens e desobediências (Araújo, 2014, pp. 85–89)[3]. Em 1656 o cirurgião do hospital de S. Marcos queixava-se dos muitos vadios, ladrões e mulheres sem recato que o hospital acolhia no seu interior, pela sua prática de portas abertas (Araújo, 2014, pp. 89–130). Estes problemas não eram exclusivos da Misericórdia de Braga. Outras confrarias viam-se a braços com as mesmas dificuldades. (Esteves, 2018, pp. 261–262)[4]. Como era o caso do hospital de S. José da Misericórdia de Arcos de Valdevez, lamentando o procurador do mesmo, no ano de 1746.

> (...) grande escandallo com que vivião muitas mulheres recolhidas na caza do espital com capas de pobres, amancebadas e em tudo o mais mal procedidas armando bulhas, quazi todas as noites, acudindo por varias vezes o capellão mor e vezinhos para as sossegar e couzando vários distúrbios com homens que no dito espital recolhem, sendo somente para recolhimento de pobres, doentes, e aleijados, todos bem procedidos obrigação com que foi deixado a esta Santa Mizericordia e sendo por varias vezes pelos irmãos dos Mezes advertidas como tam bem pelo Reverendo Abbade de S. Payo e feito queixa a meza por não se recolherem no dito hospital mulheres mal procedidas mas tambem pessoas que andavam censuradas pella igreja que as expulsassem fora, [mandou-se] andar a escrutinio e sahirão todas as fabas brancas que aprovarão o requerimento do procurador e logo dahio toda a meza à Santa Caza do espital a e expulsou fora todas pessoas que nelle estavão de mao viver e procedimento e se entregarão as chaves ao irmão do mês com a condição de que não recolha no dito espital senão pobres passageiros por tempo de tres dias, e vendo alguma pobre que sirba para alguma serventia da caza recolherce no espiral sera com petição a Meza e depois della em quanto o proceder bem. E obrando o contrario assim nos procedimentos com na assistência e serviço da Mizericordia o irmão do mes que no tal tempo servir (...) expulsará fora de como assim acordarão e assinarão com (...)[5]

[2] ADB, FSCMB, *Livro das visitaçoins do ospital e Beatas e da Casa e Cervos della Anno de 1639*, n.º 706, fl. s.n.

[3] ADB, FSCMB, *Livro das visitaçoins do ospital e Beatas*..., n.º 706, fl. s.n.

[4] ADB, FSCMB, *Livro de termos de 31 de Maio de 1723 athe 17 de Janeiro de 1734*, n.º 12, fls. 252–253v; *Livro das visitaçoins do ospital e Beatas*..., fl. s.n.

[5] Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez (doravante ASCMAV), *Livro de Termos 1726–1754*, fls. 83v.–84.

Manter estes espaços seguros, não era fácil e levantava desafios às administrações das confrarias. Também a Misericórdia do Porto se debatia, no período moderno, com os peregrinos de manter as suas portas abertas durante a noite (Neves, 2023, p. 325).

Verificámos que de um total de 11.315 enfermos recebidos no hospital de S. Marcos entre 1616 e 1712, apenas 131 eram peregrinos, ou seja 1,2% dos enfermos (Neves, 2023, p. 375). No entanto, alguns destes indivíduos iam de caminho acompanhados e por isso, conseguimos referências a um total de 141 indivíduos em viagem ou peregrinação, através dos livros de enfermos do hospital de Braga. Quem eram estas pessoas? De onde vinham? Para onde iam? Quem os acompanhava? Que doenças os afetaram? Estas são algumas das questões a que procuraremos responder ao longo das próximas páginas.

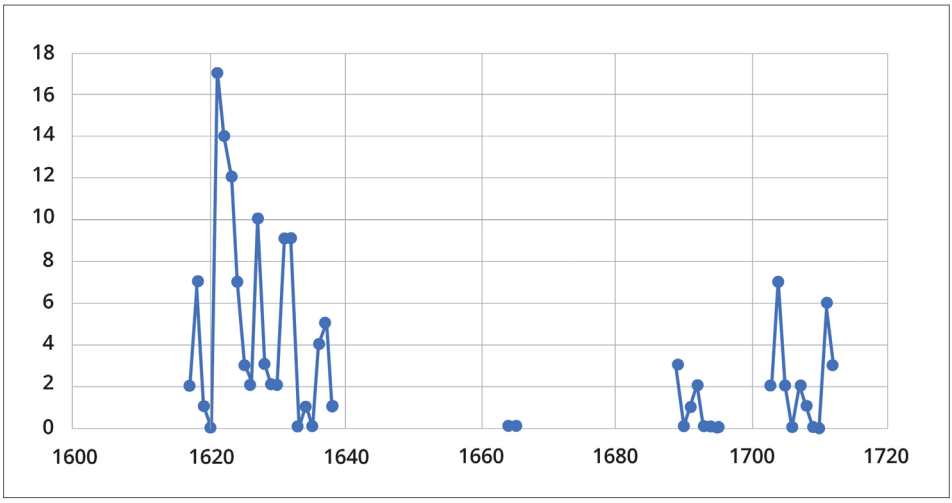
Note-se, no entanto, que os indivíduos registados nos livros de enfermos eram aqueles que realmente necessitavam de cuidados médicos, não tendo sido por nós encontrados, nas 24 Misericórdias estudadas para a tese de doutoramento, qualquer livro de registo dos peregrinos e viajantes que se alojavam nas casas dos passageiros. Provavelmente, este género de registo nunca existiu. Como se tratava de uma população flutuante, que chegava e partia sem mais, as confrarias não sentiam a necessidade de a submeter a registo. Faziam-no, sim, quando forneciam esmolas, o que ficava anotado nos livros de receita e despesa, ou quando algum peregrino ou viajante falecia ou adoecia.

2. Os peregrinos e viajantes assistidos no hospital de S. Marcos

Como referido anteriormente, existem vários hiatos de informação para o período moderno e contemporâneo, nos livros de enfermos do hospital de S. Marcos de Braga. Só se conservam os dados a partir de 1616, registando-se uma grande lacuna entre 1640 e 1664 e depois entre 1665 e 1689, assim como entre 1695 e 1703. Os registos terminam no ano de 1712, não existindo mais dados sobre os enfermos para o resto do século XVIII.

A maior consistência de dados para o período de 1616 a 1638 é, por isso, aquela que maior destaque tem na Figura 1. Foi na década de 20 do século XVII que se registou o maior número de peregrinos e viajantes auxiliados no hospital da Misericórdia bracarense, havendo uma diminuição nos restantes anos, até 1712–1713, embora com bastantes oscilações. Os valores respeitantes aos peregrinos e viajantes divergem daqueles que integram os outros enfermos do hospital, onde se regista estabilidade nas entradas ao longo de seiscentos, existindo um aumento nas últimas décadas do século XVII e na primeira de setecentos (Neves, 2023, pp. 379–340).

Figura 1. Fluxo de entrada de peregrinos e viajantes doentes no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

2.1. Doenças que afetaram os peregrinos e viajantes

Sabemos que entre os 131 doentes assistidos pelo hospital de S. Marcos, 50 tiveram o seu estado febril como a causa apontada do internamento (Tabela 1). No entanto, deve ter-se em conta que este era um sintoma e não a doença que afetava os indivíduos. Contudo, os parcos conhecimentos medicinais da época não permitiam diagnosticar as origens das febres (Neves, 2023, pp. 512–513; Couto, 2009, pp. 145–157). A este propósito, para se curar de um estado febril foi admitido no hospital bracarense, em agosto de 1689, Francisco Monteiro, pintor, natural de Castela, que à época se encontrava na cidade de Braga a pintar as traves e o teto da Misericórdia. Acabou por falecer dois dias depois[6]. Mas foi no ano de 1621 que entrou o maior número de peregrinos e viajantes afetados por febres, sendo que quatro deles sofriam de boubas[7]. Eram pessoas oriundas de localidades portuguesas, como Lisboa, Monção, Vila do Conde, Barcelos, Valença, mas também estrangeiros, como aconteceu com dois franceses[8].

[6] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1689–1890*, n.º 69, fl. 5.
[7] Espécie de impigem. Sinónimo de gálico ou sífilis (Bluteau, Tomo I, 1789, p. 193).
[8] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 32.

Tabela 1. Causas para o internamento dos peregrinos e viajantes no hospital de S. Marcos, em Braga (séculos XVII e XVIII)

Doença	Nº de casos
Febres	50
Doente	21
Para se alimentar	7
Boubas	5
Câmaras[9]	4
Maleitas	4
Inchado	2
Achaques do Caminho	1
Aleijado dos pés, doente de febre	1
Doente da garganta	1
«Doente de Quartas»	1
Facadas	1
Ferido	1
Chagas	1
Hidrópica[10]	1
Para se curar de um pé	1
Para se curar de uma ferida	1
Para se curar de uma perna	1
Para se curar de uma postema[11]	1
Para se curar dos olhos	1
Pariu mal no hospital	1
Parva	1
«Pelonois [?]»	1
Pisado e doente	1
Quase morto	1
Uma queda ruim	1
Vinha para cura do gálico e foi curar-se de febre	1
Total	**113**

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

[9] Sinónimo de curso, evacuação de ventre (Bluteau, Tomo I, 1789, pp. 218–219).

[10] Acumulação anormal de fluido nas cavidades naturais do corpo ou no tecido insuficiência cardíaca congestiva (Fernandes, 2015, p. 729).

[11] Tratava-se de um abcesso (Bluteau, Tomo II, 1789, p. 223).

Para 21 peregrinos e viajantes não foi sequer apontada causa de internamento, a não ser que se encontravam doentes, sendo que quatro estavam «muito doentes», sem ser fornecido qualquer outro detalhe. Temos, ainda, o caso de um homem que se achou quase morto na «(...) deveza de diogo de Souza e logo morreo vinha tão desprazivel que não dava sinal de si (...)»[12]. Entrou no hospital de S. Marcos no dia 4 de outubro de 1704. Tratava-se de um homem de meia-idade. Segundo o escrivão, antes de falecer conseguira dizer que vinha de Almeida, e que era da zona da Barca.

A desnutrição era outro dos problemas que afetava não só as populações locais, como aqueles que se encontravam em trânsito. Sete peregrinos e viajantes foram admitidos no hospital apenas para se alimentarem. A má nutrição representava uma dificuldade para a população mais desfavorecida, agravando-se quando falamos de indivíduos que estavam em deslocação e para os quais os gastos calóricos eram bastantes maiores. Uma alimentação reforçada e repouso levava a que os passageiros recuperassem as suas forças em poucos dias, permitindo-lhes continuar as suas jornadas. Note-se que as refeições hospitalares em Coimbra, no período moderno, poderiam fornecer aos enfermos cerca de 3000 calorias diárias. Perto destes valores calóricos andavam, também, as refeições servidas aos romeiros no hospital de Burgos, na Época Moderna (Lopes, 2000, pp. 657–658; Martínez García, 2000, p. 107; Martínez García, 1997, pp. 156–159; Prezotti, 2022, pp. 149–170). Sendo a fome um dos principais problemas do enfraquecimento dos indivíduos, uma alimentação mais robusta fazia diferença na sua recuperação.

Outro motivo de internamento de peregrinos e viajantes passava pela necessidade de tratamento de chagas ou feridas, principalmente nos pés e pernas, partes do corpo mais expostas para quem caminhava, assim como os inchaços. Também comuns eram as quedas e ferimentos causados por acidentes ou desavenças. Foi esse o caso de «(...) Domingos de S. Tiago da freguesia e lugar de Sandim de Galiza pobre ferido de duas cutiladas que lhe derão em nossa senhora da abadia emtrou a 17 de agosto de 1623 (...)»[13]. Note-se que o Santuário de Nossa Senhora da Abadia se localiza no concelho de Terras de Bouro, e a sua festividade era realizada a 15 de agosto, pelo que é possível que este desacato tenha ocorrido em sequência da romaria (Neves, 2023, p. 514).

Um caso semelhante, mas que não contabilizamos entre os peregrinos e viajantes, por o escrivão não ter deixado claro se se tratava de uma pessoa de passagem ou de alguém residente na cidade, é o de Francisca, moça solteira, natural de Compostela, que se foi sangrar no hospital de S. Marcos, no ano administrativo de 1689–1690, por causa de «huas pancadas que lhe derão».[14] Por igual motivo, entrou Manuel, solteiro, em 1692, natural das Choças.[15]

[12] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1704–1705*, n.º 72, fl. 19v.
[13] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 51v.
[14] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1689–1890*, n.º 69, fl. 20v.
[15] ADB, FSCMB, *Livro dos doentes que se curarão na Caza da Infermaria e gallico 1691–1693*, n.º 70, fl. 27v.

Havia várias outras causas apontadas pelos escrivães para o internamento dos peregrinos e viajantes, conforme se pode analisar na Tabela 1.

2.2. Naturalidade, origem e destino dos passageiros

No que respeita à naturalidade, o escrivão referiu-a para 107 dos 131 casos internados, ou seja, 81,7% do total (Tabela 2). Para os restantes 18,3% não foi fornecida indicação de naturalidade. Entre aqueles que nos foi possível apurar a terra natal, verificou-se que 81%, ou seja, mais de metade, nasceram em Portugal, contra 29% que nasceram no estrangeiro. Os portugueses dividiram-se por 40 localidades, havendo quatro cuja naturalidade era portuguesa, mas não foi possível identificar a paróquia tendo sido apenas identificado o orago. Monção, Lisboa, Évora, Porto e Valença do Minho foram as localidades que apresentaram mais casos, com as duas primeiras a encabeçar a lista com seis, e sete passageiros, respetivamente.

Tabela 2. Naturalidade dos peregrinos e viajantes enfermos, assistidos no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)[16]

Naturalidade portuguesa	Nº Pessoas
Monção	7
Lisboa	6
Évora	4
Porto	4
Valença do Minho	4
Barcelos	3
Ponte de Lima	3
Alentejo	2
Arcos de Valdevez	2
Caminha	2
Chaves	2
Coimbra	2
Lanhoso	2
Serra da Estrela	2
Setúbal	2

[16] Note-se que Goa, no período moderno, integrava o Império Português. No entanto, optámos por utilizar as atuais geografias mundiais para a elaboração das tabelas e dos gráficos, uma vez que estas se foram alterando ao longo do período moderno, o que tornaria extremamente complexa a análise de diferentes épocas através de tabelas únicas para todo o período do século XVII e XVIII.

Naturalidade portuguesa	Nº Pessoas
Amarante	1
Braga	1
Bragança	1
Coruche	1
Faro	1
Guarda	1
Guimarães	1
Lagos	1
Melgaço	1
Monforte	1
Montalegre	1
Moura	1
Santa Maria de Bouro	1
Parada de Bouro	1
Partes da Barca	1
Pico de Regalados	1
Portela do Vade	1
Santarém	1
Torres Vedras	1
Trancoso	1
Vila do Conde	1
Vila Nova de Cerveira	1
Vila Pouca de Aguiar	1
Vila Real	1
Vila Viçosa	1
Portuguesa	4
Total	**76**
Naturalidade Estrangeira	**Nº Pessoas**
França	**13**
Espanha	**12**
Itália	**4**
Flandres	**1**
Goa	**1**
Total	**31**

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

Por outro lado, se olharmos para os estrangeiros, destacam-se os franceses, logo seguidos dos espanhóis. A proximidade de Portugal e Espanha, especialmente da região Norte com a Galiza, justifica os valores. Sete dos 12 indivíduos de naturalidade espanhola eram da região da Galiza. Também a presença de franceses em Portugal era comum neste período, assim como de italianos. A importância comercial do reino de Portugal, no período moderno, era um forte atrativo para vários estrangeiros que procuravam oportunidades e negócios (Rodrigues, 2013, pp. 74–162).

Dos 131 indivíduos que passaram pelo hospital de S. Marcos, enquanto se encontravam em peregrinação e viagem, conseguimos saber onde 52, ou seja 39,7% do total, originaram os seus périplos (Tabela 3). Assim, verificou-se que 27 passageiros tinham partido de territórios em Portugal, ou seja 60% daqueles para quem conhecemos a origem, e 25, 40%, haviam partido de outros reinos. Entre os estrangeiros destacavam-se aqueles que tinham origem no território da atual Espanha, sendo que a maioria era proveniente da cidade de Santiago de Compostela. Existe, ainda, registo da passagem de um francês e de um homem oriundo de Roma[17]. Entre aqueles que tinham origem em Portugal destacavam-se os que saíram de localidades como Porto, Guimarães e Coimbra.

Tabela 3. Origem dos peregrinos e viajantes enfermos, assistidos no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)

Origem em Portugal	**Nº Pessoas**
Porto	7
Guimarães	5
Lisboa	5
Coimbra	2
Terras de Bouro	2
Almeida	1
Caldas	1
Guarda	1
Monção	1
Ponte de Lima	1
Tavira	1
Total	**27**
Origem no Estrangeiro	**Nº Pessoas**
Espanha	23
França	1
Itália	1
Total	**25**

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

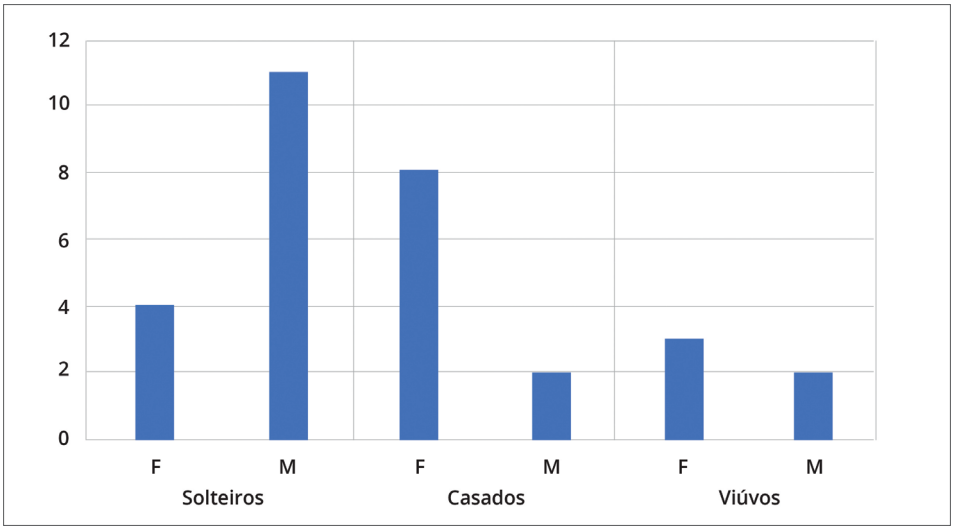
[17] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 4v.

Raros foram os casos em que o escrivão discriminou o destino dos passageiros. Temos essa informação para apenas 10 dos 131 casos analisados, ou seja 7,6% do total. Destes sabemos que dois tinham como destino territórios em Portugal, dirigindo-se para os distritos de Bragança e Porto. Um ia «indo seu caminho», não nos informando o escrivão se o destino era em Portugal, no estrangeiro, ou se sequer viajava sem destino. E por último, sete indivíduos iam para Espanha, sendo que seis para Santiago, na Galiza e um para Castela.

2.3. O sexo e o estado civil

No que respeita ao sexo dos assistidos, conseguimos verificá-lo para 130 dos 131 indivíduos, ou seja, 99,2% do total (Figura 2), pois para um deles foi anotado apenas que «tinha entrado aos 15 de outubro na caza dos passageiros para se alimentar» e que «faleceo aos 20 de outubro», não havendo indicação do sexo ou do nome[18].

Figura 2. Estado civil dos peregrinos e viajantes doentes no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)



Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

[18] ADB, FSCMB, *Doentes. Entrada e sahida 1711 athe 1712*, n.º 68, fl. 21.

Sabemos que 95 dos peregrinos e viajantes, ou seja 73% do total, eram homens e 35, ou seja 27% eram mulheres. A diferença não causa surpresa, e segue a tendência geral que se verificou em outras instituições (Neves, 2023, pp. 454–157; Péricard-Méa, 2007, pp. 25–27; Lopes, 2000, p. 87; Julia, 2000, pp. 94–95).

No que respeita ao estado civil conhecêmo-lo para apenas 30 pessoas, ou seja 22,9% dos peregrinos e viajantes. Temos ainda informação de dois sacerdotes que não contabilizamos no cálculo pelo seu estado civil ser decorrente da profissão.

Entre aqueles cujo estado civil conhecemos destacam-se 15 indivíduos solteiros, 10 casados e 5 viúvos. Os solteiros estavam, portanto, em ligeira maioria face aos casados, destacando-se os elementos do sexo masculino, 11 casos para apenas 4 mulheres, o que não podemos estranhar pela maior facilidade que havia para os elementos do sexo masculino se deslocarem. Os riscos das deslocações para as mulheres eram maiores e mais desafiantes, por isso, algumas chegavam mesmo a disfarçar-se de homens, para conseguirem uma maior segurança nas suas viagens (Julia, 2000, p. 25).

Os casados estão representados por 10 pessoas, das quais 8 eram mulheres e 2 eram homens. Esta diferença não deixa de ser notória. Que mulheres eram estas? Uma delas sabemos que estava em companhia do marido. Tratava-se da esposa de Domingos Lopes do reino da Galiza. O casal chegou ao hospital de S. Marcos, no ano de 1632, vindo num carro de Guimarães, juntamente com duas filhas, ou seja, uma família inteira de origem galega[19]. Não sabemos o que os trouxera a Portugal, apenas que foram transportados de Guimarães para Braga de modo a receberem cuidados de saúde. Outras mulheres que estavam em deslocação foram registadas sozinhas, sem que tenha sido clarificado se seguiam acompanhadas pelos respetivos maridos ou não.

2.4. Com quem viajavam?

Dos 131 indivíduos internados no hospital de S. Marcos entre 1616 e 1712, sabemos que 16 estavam acompanhados por outras pessoas. Tratava-se de nove homens e de sete mulheres. Entre as mulheres, duas das internadas seguiam juntas no regresso de uma romaria a Santiago de Compostela, tendo adoecido[20]. Também juntas entraram «(...) Maria de Ponte de Lima solteira que veio em hu carro com Francisca natural de caminha que morreo, entrou no mesmo dia com a dita Francisca doente de quartas[21] aos 16 de novembro de 627».[22] Maria acabou por falecer.

[19] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada 1631–1637*, n.º 66, fl. s.n.
[20] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 40.
[21] Designação atribuída na época ao paludismo ou malária.
[22] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 91.

Uma outra mulher seguia acompanhada por duas crianças[23]. Por fim, temos dois casos de duas mulheres que estavam em viagem com os cônjuges. Um dos casais fazia-se acompanhar dos próprios filhos. Era o casal francês, Guilherme Cavelo e Maria Mayra, ambos doentes de febres e admitidos no dia 9 de novembro de 1621. Dirigiam-se para Santiago. No entanto, Guilherme fora já recolhido no mês anterior, a 9 de outubro de 1621, para se tratar de boubas[24]. O outro caso era o dos já referidos Domingos Lopes e esposa.

No que respeita aos nove homens, além dos dois anteriores que estavam acompanhados pelas respetivas esposas, encontramos três casos em que estavam acompanhados pelo pai, e três que seguiam com os respetivos filhos. Há ainda um caso de um passageiro que seguia com outro companheiro e temos, ainda, um grupo de quatro doentes que chegaram a S. Marcos num carro, vindos da Misericórdia do Porto. Não sabemos, no entanto, qual a relação entre eles (Neves, 2023, pp. 462–478)[25].

2.5. Peregrinos, romeiros ou passageiros?

A terminologia utilizada pelo escrivão da época para definir os indivíduos que analisamos permite-nos ter alguma noção das motivações das suas viagens (Tabela 4).

Tabela 4. Classificação dos peregrinos e viajantes enfermos, assistidos no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)

Epíteto	Sexo	Nº casos
Passageira	F	8
Passageiro	M	23
Peregrina	F	2
Peregrino	M	10
Romeira	F	5
Romeiro	M	12
Outros	M	2
Total		**62**

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

[23] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 40.
[24] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fls. 32/133.
[25] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 5v.

Dos 131 indivíduos que deram entrada no hospital de S. Marcos, sabemos que para 62, ou seja, 47%, foram apelidados pelo escrivão como passageiros, peregrinos ou romeiros.

Note-se, no entanto, que neste período o termo peregrino era utilizado, ainda, como sinónimo de passageiro, ou seja, alguém que estava em deslocação, mas não significava que esta tivesse um carácter religioso (Neves, 2023, pp. 475–186). O termo romeiro, por seu lado, já estava relacionado com a deslocação a um templo ou santuário. Dos 62 casos analisados, 31, ou seja, 50% foram referidos como passageiros, sendo que os homens estavam em maioria face às mulheres. Exemplo de indivíduos descritos como passageiros é o de Manuel Pires, casado e natural de Coimbra, que entrou no hospital da Misericórdia bracarense em março de 1630[26]. Outro exemplo é o de António Fernandes «passageiro natural da Serra da Estrela, bispado da Guarda», admitido para se curar de febres em junho de 1631[27].

De romeiro foram apelidados 17 indivíduos, ou seja, 27,4%, sendo que 12 eram homens e 5 mulheres. Entre estas últimas encontram-se Maria Neves, viúva e Inocência de Miranda, ambas da cidade de Évora e que vinham de Santiago da Galiza, em abril de 1621[28]. É também exemplo Bárbara Gomes, de Lisboa, «romeira de São Tiaguo», que entrou para se curar de febres em junho de 1624[29].

Por fim, o termo peregrino foi o que menor número de utilizações teve no registo dos enfermos, tendo sido em apenas 12 casos, ou seja 19,4% do total. Talvez pela sua maior ambiguidade, os escrivães do hospital de S. Marcos tenham optado por empregá-lo com menos frequência. Para os restantes 3,2% dos casos foram usadas outras denominações como «vinha do ganho» ou «veio a esta cidade com uma apelação»[30].

Se para os romeiros era apontado o santuário para onde iam ou de onde regressavam, no caso dos peregrinos isso não aconteceu, uma vez que o termo, como referimos anteriormente, ainda era utilizado também como sinónimo de passageiro. Assim, quando João Gandim, francês, entrou no hospital de S. Marcos de Braga, em novembro de 1627, foi referido apenas como «peregrino» e o mesmo aconteceu com João Borgonhas, internado no mesmo espaço em janeiro de 1629. Ambos se foram curar de febres[31].

[26] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 113v.
[27] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada 1631–1637*, n.º 66, fl. 126v.
[28] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 26v.
[29] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 59.
[30] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 38v; ADB, FSCMB, *Livro dos registos das Saídas dos doentes do Hospital 1705–1708*, n.º 73, fl. 20.
[31] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 104.

2.6. Os pertences

Os livros de registos de enfermos e de defuntos são importantes, não só para conhecermos a população assistida pelas Misericórdia, mas também para obtermos informações sobre os bens e pertences que a população em trânsito levava consigo durante as deslocações. Através destes registos conseguimos aceder à cultura material que acompanhava os peregrinos e viajantes nas suas jornadas.

Os escrivães do hospital de S. Marcos, em Braga, foram pouco diligentes na descrição do vestuário e pertences que os enfermos aí tratados levavam. No que se refere aos peregrinos e viajantes enfermos o mesmo se verifica. Assim, em apenas três casos foram descritos os bens pelos quais estes indivíduos em trânsito se faziam acompanhar. Aconteceu com Domingos Fernandes, solteiro, da cidade de Tavira. Segundo o escrivão era um «home velho que hia para Santiago» e «per chegar a este hospital muito fraco et doente», foi recolhido, em setembro de 1621[32]. Consigo transportava um capote de parrilha[33] velho e roto, 17 vintéis em prata e 49 réis em moedas, uns alforges com «traparia» e uma faca. Não sabemos quanto tempo este homem esteve no hospital, mas sabemos que se curou e que se foi embora com «seu dinheiro et fatto, carta de guia et cavalgadura»[34].

Outro caso foi o de Diogo, natural de Vila Pouca de Aguiar, «passageiro e doente de fevres», que foi admitido a 27 de setembro de 1625. Acabou por falecer a 1 de outubro seguinte, tendo deixado dinheiro e vestuário. Em dinheiro ficaram 1161 reais. No que respeitava à roupa deixava «uns calções de roupeta de raxa, hum gibão de bombazina, hua capa de baeta usada, um chapéu usado com uma trança, umas polainas pardas, uns cintos velhos, umas contas, uma carapuça, umas meias, duas ligas azuis, três vestes, duas taleiguinhas[35] com especiarias e uma espada». Os seus bens eram transportados dentro de um saco de lã. Além disso, nos seus pertences encontrou-se, ainda, uma carta de guia que indicava que vinha de Lisboa, em conjunto com Diogo da Costa da Santa Marta de Bouro. Foi enterrado na igreja do hospital de S. Marcos e a sua roupa foi entregue a António de Faria, carpinteiro e morador em Braga[36]. Diogo vinha bem apetrechado. Além da roupa, trazia alguns acessórios que não deixam de ser relevantes, como um chapéu com trança, ou uma espada. O facto de transportar sacos com especiarias pode indicar que se dedicava ao comércio das mesmas.

O terceiro caso respeita a um homem «de mais de meia idade», que apenas conseguiu dizer que vinha de Almeida e que era das «partes da Barqua». Fora encontrado numa devesa pertencente a Diogo de Sousa, acabando por falecer pouco

[32] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 31.
[33] Consistia numa saragoça grosseira (Bluteau, 1789, Tomo II, p. 161).
[34] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 31.
[35] Tratava-se de um saco próprio para o transporte de alimentos.
[36] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e sahida 1617–1630,* n.º 65, fl. 67.

depois de chegar ao hospital, sem ter tido tempo para se confessar, mas sendo-lhe administrada a Santa Unção. Uma nota à margem do seu registo no livro de enfermos indica que lhe foram encontrados 700 réis que se lhe disseram em missas[37].

Apesar da escassez de informação, através dos três registos acima conseguirmos perceber que alguns peregrinos e viajantes se faziam acompanhar por dinheiro, embora em montantes não muito altos. Note-se que viajar com montantes elevados aumentava os riscos de ser assaltado e não era aconselhável.

2.7. O tempo de internamento e a morte

Se nos centrarmos, agora, no tempo que os peregrinos e viajantes enfermos ficaram internados no hospital de S. Marcos, percebemos que este era bastante variável (Tabela 5). Conseguimos saber quanto tempo permaneceram 44 dos 131 casos dos indivíduos analisados, ou seja, 33,6%. Contudo, destes, 13 correspondem aos indivíduos que faleceram, e cujo tempo de internamento não terminou com a sua recuperação, mas sim com o seu falecimento. Entre estes, o que se verificou foi que sete pessoas permaneceram entre um e dois dias, quatro ficaram entre quatro a oito dias, e três permaneceram mais tempo, entre 14 a 21 dias. Todos eles acabaram, no entanto, por falecer.

Relativamente àqueles que saíram restabelecidos, verificamos que dos 31 indivíduos analisados 15, ou seja 55%, permaneceram no hospital entre um e catorze dias. Nove indivíduos ficaram de 15 a 34 dias, correspondendo a 29% do total. E cinco peregrinos e viajantes, 16% do total, estiveram entre 35 dias e 73 dias. Estadias superiores a duas semanas e que podiam chegar a um mês eram comuns no período moderno (Rodrigues, 2022, pp. 307–354; Rocha, 1993, pp. 33–31). A debilidade dos indivíduos e a falta de conhecimentos médicos levavam a que a recuperação dependesse, principalmente, do repouso e de uma boa alimentação que permitiria ao organismo fortalecer-se.

[37] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1704–1705*, n.º 72, fl. 19v.

Tabela 5. Tempo de internamento dos peregrinos e viajantes enfermos, assistidos no hospital de S. Marcos (séculos XVII e XVIII)

Tempo de internamento	Nº de casos
1–4 dias	6
5–9 dias	7
10–14 dias	4
15–19 dias	2
20–24 dias	4
25–29 dias	2
30–34 dias	1
25–39 dias	1
40–44 dias	2
65–73 dias	2
Total	**31**

Fonte: ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, Livros nºs. 65, 66, 67, 68, 69, 70, 74, 71, 72, 73.

Localizámos, no entanto, dois casos de peregrinos e viajantes que estiveram internados mais tempo do que o comum. Foi o que aconteceu com Francisco Bourino, estrangeiro que, vindo de romagem de Santiago, entrou no hospital de S. Marcos para se curar de febre, aí tendo permanecido entre 3 de agosto e 15 de outubro de 1689.[38] Se confiarmos que o escrivão apontou corretamente as datas, verificamos que este homem ficou 73 dias internado, dois meses e meio. Também 65 dias terá ficado Manuel Ferreira, passageiro, oriundo de Macieira de Cambra, que se foi curar de uma postema. Foi admitido a 16 de agosto de 1704 e saiu a 20 de outubro do mesmo ano, com carta de guia, em direção ao Porto.[39]

Havia, no entanto, alguns indivíduos que não aguardavam por estar completamente restabelecidos para abandonarem o hospital. O receio do valor do tratamento, ou dos próprios procedimentos realizados, levava a que alguns fugissem antes de lhes ser dada alta. Mas havia outros motivos que originavam fugas, como foi o caso de Manuel Pereira, filho de António Rodrigues, da paróquia de Pias, termo de Monção. Era soldado do terço de D. Luís Manuel da Câmara (?), da Companhia do Capitão António de Sousa. Entrou ferido no hospital de S. Marcos, no dia seis de setembro de 1707. E aí terá permanecido até ao dia 19 de outubro de 1707, mais de um mês e meio depois de ter sido internado. Segundo o escrivão fugiu do hospital para não pagar e também porque era procurado por um furto que fizera na cidade do Porto.

[38] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1689–1690*, n.º 69, fl. 3v.
[39] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1704–1705*, n.º 72, fl. 10v.

O furto fora de quatro moedas de ouro e um crucifixo que roubara a um homem da Feira, «debaixo de amizade»[40]. Também Francisco Pires, viúvo, abandonou o hospital de S. Marcos, em 1707, sem que o tivessem mandado embora, não sabemos, no entanto, o que motivou tal ação[41].

No que respeita ao falecimento dos internados no hospital de S. Marcos, dos 131 peregrinos e viajantes admitidos no hospital, 13 acabaram por morrer, ou seja, 10% do total. Tratava-se de nove homens e quatro mulheres. A diferença não é de estranhar, visto que o número de homens em circulação era bastante superior ao das mulheres (Neves, 2023, p. 455–457).

Sabemos que seis passageiros foram enterrados com lençol, embrulhados em pano de estopa ou com mortalha, e em três dos casos foi ainda deixada indicação de que se lhe fez ofício. Não sabemos o que foi feito em relação aos restantes, embora as Misericórdias procurassem acautelar as necessidades básicas destes indivíduos, procurando confessá-los, administrar-lhes a Santa Unção, e celebrar missas pela sua alma. Neste sentido, quando em 1704 faleceu um homem vindo de Almeida, caso já anteriormente referido, tendo-lhe sido encontrados 700 réis, estes foram utilizados para a salvação da sua alma, celebrando missas em sua memória[42].

No período moderno imperava morrer bem, em paz e rodeado pela família e amigos. Não os havendo, cabia ao capelão ou aos enfermeiros da Misericórdia acompanharem os enfermos que estavam em perigo, de forma diligente (Amorim, Silva, 2018, pp. 93–106; Oliveira, 2015, pp. 1141–1198; Ferraz, 2014, pp. 12–52)[43]. Assim, quando a 23 de agosto de 1707 faleceu no hospital de S. Marcos, Francisco de Abreu, da freguesia do Vale, termo dos Arcos, o escrivão referiu que tendo chegando o enfermo

> (...) em estado tao mizeravel que foi para elle trazido na cadeira deste hospital e chegou quasi morto encapas de se confessar, tratousse delle de noute com todo o cuidado, tornou a si, confesousse, comungou e foi ungido e morreo hoje 24 do dito mes, e foi sepultado neste hospital (...)[44].

[40] ADB, FSCMB, *Livro dos registos das Saídas dos doentes do Hospital 1705–1708*, n.º 73, fl. 20v.
[41] ADB, FSCMB, *Livro dos registos das Saídas dos doentes do Hospital 1705–1708*, n.º 73, fl. 20.
[42] ADB, FSCMB, *Doentes Entrada e Sahida 1704–1705*, n.º 72, fl. 19v.
[43] Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia do Porto (doravante AHSCMPorto), Secção: Mesa, Série: Lembranças, *Livro 3.º de Lembranças Outubro 1639 a 1674 Fevereiro*, n.º 1283, fls. 239v.-240; fls. 365–365v; Arquivo Leonor da Santa Casa da Misericórdia de Barcelos (doravante ALSCMBarcelos), *Compromisso da Misericordia do Porto, Coimbra, Com todas as licenças necessárias, No Real Collegio Das Artes da Companhia, de Jesus Anno de 1717*, n.º 457, fl. 40; *Compromisso do Governo do Hospital Feyto no anno de 1716 Sendo provedor Manoel de Faria Deça e Escrivam Jozeph de Andrade de Almeida*, n.º 9, fl. 7v.
[44] ADB, FSCMB, *Livro dos registos das Saídas dos doentes do Hospital 1705–1708*, n.º 73, fl.19.

Conclusão

Ao longo dos últimos quinhentos anos as Misericórdias desenvolveram um importante trabalho assistencial. No âmbito da sua atuação, prestaram auxílio à população em trânsito, tendo-se revelado como recursos fundamentais para aqueles que estavam em circulação. Além de pousada, forneciam transporte, cuidados de saúde, vestuário, alimentação, cuidados espirituais, procurando suprir, ainda, outras necessidades que os passageiros, desenraizados e longe das suas redes de sociabilidade, necessitavam.

Desta forma, o hospital de S. Marcos, em Braga, destinava duas salas para acolher peregrinos e viajantes, uma para homens, outra para mulheres. Existia, ainda, uma terceira sala para pessoas de condição social mais elevada, onde conseguiam usufruir de maior conforto do que os restantes. Além disso, o hospital acolhia nas suas enfermarias, a população em trânsito que adoecia durante os seus périplos. Mas além dos cuidados de saúde, o hospital de S. Marcos, assim como muitos dos hospitais das Misericórdias, procurava assegurar cuidados espirituais aos seus enfermos, tanto em vida como em morte. Neste sentido, acompanhavam os seus últimos momentos de vida. Note-se que neste período morrer acompanhado era muito importante. Por esse motivo, as Misericórdias administravam os últimos sacramentos, e procuravam que os indivíduos falecessem de forma serena e em paz, garantindo-lhes, posteriormente, um funeral digno e até missas pela alma.

Através dos registos de enfermos do hospital de S. Marcos, conseguimos saber quem estava de passagem pela cidade, de onde vinha e para onde ia, que doenças o afetava, por quem se fazia acompanhar e até que pertences transportava ou como se vestia. Desta forma, ao longo do presente trabalho procurámos caracterizar a população que se encontrava em trânsito, pela cidade de Braga, no período moderno e que vendo-se doente, necessitou de cuidados de hospitalares que lhe foram prestados pela Misericórdia de Braga.

Fontes e Bibliografia

Amorim, I., Silva, H. R. (2018). Para uma boa governação: *coraçom, siso, forças e caridade.* Em I. Amorim (Coord.), *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499–1668)* (vol. 2, pp. 51–106). Edições Almedina.

Araújo, M. M. L. (2018). A caminho de Santiago. A assistência a peregrinos nas Misericórdias do Norte de Portugal (séculos XVII–XVIII). Em *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XX: atas do VII Colóquio* (pp. 761–763). Núcleo Cultural da Horta.

Araújo, M. M. L. (2018). Receber e auxiliar peregrinos e pobres nas Misericórdias Portuguesas da Idade Moderna. Em M. M. L. Araújo (Coord.), *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas Portuguesas* (pp. 107–134). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. (2016). Dar pousada aos peregrinos na Misericórdia de Braga durante a Idade Moderna. Em *A intemporalidade da Misericórdia. As Santas Casas portuguesas: espaços e tempos* (pp. 231–260). Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Araújo, M. M. L. (2014). *Memória e quotidiano: as visitas e as devassas ao hospital de S. Marcos de Braga na Idade Moderna*. Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Barreiro Mallón, B. (2004). Hospitales de la ciudad de Santiago. Em J. M. García Iglesias (Dir.), *El Hospital Real de Santiago de Compostela y la hospitalidad en el Camino de peregrinación* (pp. 87–108). S.A. de Xestión do Plan Xacobeo.

Bluteau, R. (1789). *Diccionário da Língua Portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por Antonio De Moraes Silva* (Tomos I e II). Oficina de Simão Thadeo Ferreira.

Carvalho, J. R. (Coord.). (2022). *Omnium sanctorum. O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e saúde*. Câmara Municipal, Santa Casa da Misericórdia.

Castro, M. F. (2001). *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga*. Autor/Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Castro, M. F. (2008). *A Misericórdia de Braga. A assistência no hospital de S. Marcos* (Vol. 4). Maria de Fátima Castro/Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Cavero Domínguez, G. (1987). *Peregrinos e indigentes en el Bierzo Medieval (s. XI–XVI). Hospitales en el Camino de Santiago*. Archivo Histórico – Parroquial Basílica de Nuestra Señora de la Encima/Asociación de Amigos Camino de Santiago de el Bierzo.

Couto, M. A. P. (2009). *O Hospital da Divina Providência de Vila Real. Doenças e doentes (1796–1836). A assistência hospitalar entre o final do Antigo Regime e a consolidação do Liberalismo em Portuga*l. GEHVID– Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto.

Esteves, A. (2018). Do Hospital D. Lopo de Almeida ao Hospital de Santo António. Em I. Amorim (Coord.), *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1668–1820)* (vol. 2, pp. 257–294). Edições Almedina.

Fernandes, P. S. C. (2015). *O hospital da misericórdia de Penafiel (1600–1850)*. [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/40782

Ferraz, N. T. G. (2014). *A Morte e a Salvação da Alma na Braga Setecentista.* [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/35652

Gallet, M. (1996). Historia e historia de los hospitales. *Revista d'Història Medieval*, 7, 179–191.

Guerreiro, R. I. (2019). *O Hospital de Todos os Santos. História, Memória e Património Arquivístico (Séculos. XVI–XVIII).* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Científico da Universidade de Évora. http://hdl.handle.net/10174/25690

Julia, D. (2000). Pour une géographie européenne du pèlerinage à l'époque moderne et contemporaine. Em P. Boutry & D. Julia (Dirs.), *Pèlerins et pèlerinages dans l'Europe moderne: actes de la table ronde organisée par le Département d'histoire et civilisation de l'Institut universitaire européen de Florence et l'Ecole française de Rome, (Rome, 4–5 juin 1993)* (pp. 3–126). École Française de Rome.

Lopes, M. A. (2000). *Pobreza, Assistência e Controlo Social. Coimbra (1750–1850)* (vols. I e II). Palimage Editores.

Martínez García, L. (2000). La hospitalidad y el hospedaje en el Camino de Santiago. Em F. J. García Turza (Coord.), *El Camino de Santiago y la sociedad medieval: actas de la Reunión Científica*: *Logroño, 12–23 de abril de 1999* (pp. 97–110). Instituto de Estudios Riojanos.

Martínez García, L. (1997). Comer y beber en el Camino de Santiago. La alimentación el Hospital del Rey de Burgos a fines de la Edad Media. Em Federación Española de Asociaciones de Amigos del Camino de Santiago, Asociación Amigos del Camino de Santiago de Palencia (Org.), *IV Congreso Internacional de Asociaciones Jacobeas. Actas: Carrión de los Condes (Palencia), 19–22 de septiembre de 1996* (pp. 153–160). Junta de Castilla y León.

Neves, L. A. V. (2023). *Caminhos que se cruzam: o auxílio das Misericórdias aos peregrinos e viajantes no Norte de Portugal (séculos XVII e XVIII*) [Tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/87948

Neves, L., (2021). *Peregrinos e viajantes. O auxílio das Misericórdias de Braga e Ponte de Lima (séculos XVII–XVIII)*. Edições Húmus.

Oliveira, A. (2025). *Capítulos de História de Portugal (1580–1668)* (vol. 3). Palimage.

Pinho, J. B. & Martins, A. E. M. (2021). Cidade e Saúde: O Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa (séculos XVI–XVIII). *Revista Espacialidades,* [online], vol. 17, 1, 91–123.

Prezotti, M. G. (2022). O que comem os doentes? Alimentação nos hospitais portugueses da Idade Moderna e Contemporânea. Em M. M. L. Araújo (Coord.), *Os hospitais portugueses da Idade Média aos dias de hoje* (pp. 149–170). Edições Húmus.

Péricard- Méa, D. (2007). Les femmes et le pèlerinage. Em J. Dor & M. E. Henneau (Eds.), *Femmes et pèlegrinages/Women and Pilgrimages*, (pp. 25–46). Compostela Group of Universities.

Reis, M. C. B. N. R. S. (2013). *O Porto e o comércio na segunda metade do século XVIII*. *A Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro e os negócios do vinho* [Tese de Doutoramento. Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://hdl.handle.net/10216/75501

Rodrigues, L. (2018). A saúde do corpo. Em I. Amorim (Coord.), *Sob o Manto da Misericórdia. Contributos para a História da Santa Casa da Misericórdia do Porto (1499–1668)* (vol. 1, pp. 307–354). Edições Almedina.

Rodrigues, L. O. (2013). *Os hospitais portugueses no Renascimento (1480–1580): o caso de Nossa Senhora do Pópulo das Caldas da Rainha, (vol. 1)* [Tese de Doutoramento, da Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/27268

Rodrigues, M. V. (2004). *A Santa Casa da Misericórdia de Santarém: cinco séculos de história*. Santa Casa da Misericórdia.

Rocha, M. I. F. (1993). O Alto Minho e as Peregrinações a Santiago de Compostela. *Estudos Regionais*, 13–14, 9–52.

Sá, I. G. (1996). Os Hospitais entre a assistência medieval e a intensificação dos cuidados médicos no período moderno. Em *Congresso comemorativo do V centenário da fundação do Hospital Real do Espírito Santo de Évora, Actas* (pp. 87–103). Hospital do Espírito Santo.

Uría Ríu, J. (2006). *Las peregrinaciones a Santiago y San Salvador* (vol. I). Universidad de Oviedo.

Indumentária e masculinidade clerical na primeira metade do século XVIII: o caso dos cónegos seculares de São João Evangelista em Vilar de Frades (Barcelos, Portugal)

Clothing and clerical masculinity in early 18th century: the case of the secular canons of St. John the Evangelist in Vilar de Frades (Barcelos, Portugal)

Luís Gonçalves Ferreira
Doutorando de História Moderna
Lab2PT–Universidade do Minho / IN2PAST
luis.ferreira.f@gmail.com
ORCID: 0000-0002-4480-1489

Bracara Augusta, 133 (2025), 141–166| ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.35

Resumo // Este artigo indaga a indumentária dos cónegos seculares da congregação São João Evangelista de Vilar de Frades, durante a primeira metade do século XVIII, enquanto expressão de género e estatuto social. O problema central reside em compreender de que modo o vestuário desses clérigos comunicava valores espirituais, identitários e hierárquicos no contexto do Antigo Regime, confrontando os ideais carismáticos da congregação com as práticas materiais quotidianas. O objetivo principal é analisar as roupas e acessórios como instrumentos de representação da masculinidade clerical e de distinção social. A metodologia adotada é mista, baseada na análise de 22 inventários pós-morte que documentam 737 itens de indumentária, trabalhados com ferramentas qualitativas e quantitativas a partir da teoria do corpo socialmente vestido. Os resultados revelam que, apesar das normas de austeridade, os cónegos possuíam indumentária variada, ajustada às normas de civilidade e honra do Antigo Regime. A cultura da aparência refletia uma virilidade clerical distinta da nobreza, ancorada nas virtudes espirituais e funções sagradas. O hábito talar azul e branco e o grande número de camisas e acessórios, como barretes ou lenços, expressavam simultaneamente a obediência institucional e as estratégias individuais de distinção e honorabilidade nos espaços sociais marcados por ritualização e mediação simbólica.

Palavras-Chave:
cónegos seculares de São João Evangelista, cultura material, género, indumentária e traje, inventários.

Abstract // This article examines the clothing of the Secular Canons of St. John the Evangelist from Vilar de Frades during the first half of the 18th century, considering it as an expression of gender and social status. The central issue lies in understanding how the clothing of these clerics conveyed spiritual, identity and hierarchical values within the context of the Early Modern period, contrasting the congregation's charismatic ideals with their everyday material practices. The main objective is to analyse garments and accessories as instruments of clerical masculinity and social distinction. The methodology adopted is mixed, based on the analysis of 22 post-mortem inventories and 737 items of clothing, using both qualitative and quantitative tools grounded in the theory of the socially dressed body. The results reveal that, despite the norms of austerity, the clerics possessed a varied wardrobe aligned with the standards of civility and honour of the «Ancien Régime». The culture of appearance reflected a form of clerical virility distinct from that of the nobility, rooted in spiritual virtues and sacred functions. The blue and white talar habit and its accessories simultaneously conveyed institutional obedience and individual strategies of distinction and honourability within social spaces shaped by ritualisation and symbolic mediation.

Keywords:
clothing and costume, gender, inventories, material culture, secular canons of St. John the Evangelist.

Esta publicação integra-se no projeto individual de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia ref. https://doi.org/10.54499/2020.04746.BD

This publication is part of an individual doctoral research project funded by the Foundation for Science and Technology ref. https://doi.org/10.54499/2020.04746.BD

Introdução

O presente trabalho analisa a indumentária e a performance de género dos clérigos seculares de São João Evangelista na primeira metade do século XVIII. Esta congregação, fundada no contexto da renovação religiosa quatrocentista, tornou-se um dos pilares da igreja reformada pelo concílio de Trento (1545–1563). Os seus membros viviam em comunidade, juravam pobreza, obediência e castidade, mas não tinham votos perpétuos. Conciliavam o exercício das ordens maiores com práticas claustrais marcadas por disciplina e controlo interno. Será possível identificar nas práticas materiais quotidianas os ideais reformadores da ordem? De que modo a indumentária dos cónegos expressava o género e o estatuto socioprofissional? Como se articulavam roupa e acessórios com o carisma e as funções sociais da ordem? Para responder a estas questões, analiso, com uma metodologia mista, 737 objetos de vestuário e adorno registados em 22 inventários pós-morte produzidos, entre 1733 e 1758, no convento de Areias de Vilar (Barcelos, Portugal). Esta documentação, rara no contexto nacional, permite debater a cultura material, o quotidiano e o estatuto dos cónegos azuis.

Este texto divide-se em três partes. A primeira apresenta brevemente a história da ordem, os seus princípios e a relevância da casa de Vilar de Frades, fixando um quadro conceptual de análise. A segunda expõe a metodologia, com a crítica à fonte principal, os fundamentos da observação segundo a teoria do corpo socialmente vestido e o panorama quantitativo da indumentária. Por fim, discute-se o vestuário e os acessórios enquanto marcadores de género, poder e hierarquia no contexto da cultura das aparências do Antigo Regime.

1. Os Lóios em Vilar de Frades

A congregação dos cónegos de seculares de São João Evangelista foi fundada na primeira metade do século XV. A iniciativa de criar uma congregação ex novo enquadra-se num largo período marcado pela ideia de renovação da igreja católica entre o grande cisma (1378–1417) e o concílio de Trento (1545–1563). No contexto da «devotio moderna», assistiu-se à restruturação das ordens monásticas e mendicantes medievais, à reforma do clero secular, a uma maior profissionalização dos clérigos seculares, ao aprofundamento das formas de espiritualidade leiga e à criação de novas ordens religiosas. São paradigmáticas as fundações da ordem de São Jerónimo, de São João Evangelista e a Companhia de Jesus (Fernandes, 2000, pp. 15–24). Os clérigos das novas ordens desempenharam funções de grande proximidade junto das elites, sendo confessores e pregadores particulares e assumindo a direção espiritual das suas consciências. Os professos assumiram importantes funções sociais de natu-

reza apostólica e assistencial pós-tridentinas, difundindo pensamentos e ideias para o exterior dos cenóbios e explorando valiosos patrimónios móveis e imóveis (Palomo, 2006, pp. 48–49).

Figura 1. Igreja paroquial de Areias de Vilar (atualidade)



Fonte: Luís Gonçalves Ferreira (2020). *Perspetiva do adro, igreja e parte da estrutura conventual da extinta casa de Vilar de Frades dos cónegos seculares de São João Evangelista.* Fotografia de Luís Gonçalves Ferreira distribuída sob a licença CC BY-SA.

O percurso da congregação de São João Evangelista iniciou-se em 1420. Um grupo de clérigos[1] liderado por João Vicente, físico régio, começou a realizar reuniões na igreja de São Julião, em Lisboa, sob a direção espiritual de Lourenço Eanes, pároco da freguesia. Entre 1421 e 1423, avançaram para a vida comunitária, primeiro, na igreja de Santa Maria dos Olivais, no termo lisboeta, e, depois, na igreja de Santa Maria de

[1] João Vicente, médico e clérigo «in menoribus»; Martim Lourenço, teólogo e capelão-mor do rei; Afonso Nogueira, proveniente da nobreza; João Rodrigues; Lourenço Eanes, pároco de São Julião (Lisboa); João Eanes, sacerdote; e, os jovens Martim Alho e Rodrigo Amado.

Campanhã, no Porto, sob proteção do bispo D. Vasco. Para além de partilharem a morada e os bens, sobreviviam graças à esmola imitando a igreja primitiva de Jesus com os apóstolos. A primeira fase de experiência comunitária terminou com a desagregação do grupo, precipitado pela mudança de D. Vasco para Évora. Parte dos membros da comunidade regressou a Lisboa e outra parte procurou apoio junto do arcebispo de Braga. D. Fernando da Guerra (1416–1467) cumpria uma agenda renovadora na sua diocese sobre as instituições e as práticas do clero secular e regular nos cenóbios observantes das regras de São Bento e de Santo Agostinho. Em 1425, o prelado doou a João Vicente o antigo mosteiro beneditino de São Salvador de Vilar de Frades (Figura 1) anexando-lhe as rendas do mosteiro beneditino de São Salvador da Várzea, também devoluto. Martim Lourenço e Afonso Nogueira conviviam, em Lisboa, no círculo de D. Gomes Eanes, abade de Santa Maria de Florença e reformador da ordem de São Bento na península itálica. Entre 1424 e 1426, o abade esteve em Portugal, a pedido do rei, para introduzir a observância beneditina (Falcão, 2018, pp. 202–209; Lopes & Fontes, 2024, p. 56; Pina, 2011, pp. 93–106).

Afonso Nogueira acompanhou D. Gomes no regresso à Itália, onde terá contactado os cónegos seculares de São Jorge em Alga. Em 1404, Luís Barbo obteve autorização para ocupar o mosteiro devoluto de São Jorge, na laguna de Veneza, com o intuito de unir a disciplina claustral com as funções públicas do clero secular sem votos perpétuos. Os cónegos de Alga mantinham laços estreitos com os reformadores beneditinos de Santa Justina, à qual pertencia o mosteiro de Santa Maria de Florença, liderado por D. Gomes. Afonso Nogueira obteve de Martinho V (1417–1431) autorização para que o grupo de Vilar de Frades seguisse os costumes da congregação veneziana. Esse papa confirmou a doação do mosteiro feita pelo arcebispo de Braga, concedeu o direito de receber padroados e definir uma forma própria de governo. Garantiu a anexação da igreja da Várzea, permitiu a eleição de um prior — primeiro trienal, depois anual —, designou João Vicente como geral da ordem e autorizou a admissão de novos membros[2]. O papa seguinte, Eugénio V (1431–1447), cofundador da comunidade de São Jorge, fez de João Vicente bispo de Viseu e concedeu aos padres de Vilar uma bula que os autorizava a elaborar estatutos próprios e a usufruir dos privilégios dos cónegos seculares de São Jorge de Alga e dos jerónimos (Pina, 2011, pp. 109–113).

Entre 1436 e 1560, fruto do patrocínio e doações das elites locais, fundaram-se mais oito casas em todo o reino (ver Figura 2), com destaque para Xabregas, em Lisboa. A rainha, em 1455, estabeleceu e dotou, por testamento, uma casa dos cónegos de Vilar junto do oratório de São Bento. O legado impunha que o convento recebesse a invocação particular de D. Isabel e que passasse a sede da congregação. O projeto concretizou-se em 1462, com envolvimento direto de Afonso V, tendo a ordem abandonado a designação de São Salvador de Vilar de Frades para assumir o nome de São

[2] Nesta fase, os pedidos dirigidos por João Vicente ao papa alternaram entre o modelo dos cónegos seculares de Alga e dos cónegos regrantes de Santo Agostinho (Pina, 2011, pp. 112–113).

João Evangelista de Xabregas. A alteração da cabeça da ordem para próximo da corte régia foi estrutural para a sobrevivência do projeto em razão dos conflitos que, no momento, decorriam com o arcebispo de Braga (Pina, 2011, pp. 133–141, 161–168; Tavares, 2001, pp. 152–157).

Figura 2. Casas da congregação de São João Evangelista no reino de Portugal, 1425–1549



Nota: 1) Vilar de Frades (1425); 2) Recião (1436); 3) Hospital de Santo Elói (1440); 4) Xabregas (1455–61); 5) Évora (1485); 6) Porto (1490); 7) Arraiolos (1526); 8) Colégio de Coimbra (1548); 9) Vila da Feira (1560).
Fonte: Mapa – Matthaeus Seutter (1750).*Carta Geografica del Regno di Portogallo.* Distribuído com a licença CC BY-NC-SA 3.0. Dados – Falcão, 2018, p. 387.

Os grandes privilégios alcançados na cúria romana a favor de Vilar de Frades ocasionaram, entre 1435 e 1477, uma contenda entre os Lóios e o arcebispo de Braga mediada por membros da família real e pelo 1.º Duque de Bragança, senhor de Barcelos. Os acordos de resolução, firmados com D. Fernando da Guerra e D. Luís

Pires (1468–1480), asseguraram que Vilar se mantinha ligada à congregação de São João Evangelista e que os cónegos tinham o direito de designar colegialmente o seu prior sob confirmação do arcebispo. Os homens bons de Vilar detinham a jurisdição eclesiástica sobre os fregueses das igrejas anexadas e o direito de nomear e destituir os seus capelães. Em sinal de obediência ao senhorio, entregariam anualmente um montante em prata e pagariam as visitações, colheitas e demais tributos lançados sobre o clero bracarense. Os cónegos estavam obrigados a participar nos sínodos, respeitar as constituições sinodais e o bispo guardava o direito de visitação anual à congregação, à igreja de Vilar e às suas anexas (Tavares, 2001, p. 152).

A igreja de Vilar sofreu grandes campanhas de renovação no início do século XVI ao estilo tardo-gótico/manuelino. A capela-mor foi financiada pelo arcebispo D. Diogo de Sousa (1505–1532) tendo duas sobrinhas sepultadas nas capelas funerárias localizadas nos braços do transepto. Fruto das rendas, das doações e da exploração direta ou indireta do território sob sua jurisdição temporal e espiritual, Vilar de Frades era a casa com a maior dotação de rendas na congregação. Esta situação permitiu as sucessivas campanhas de obras ao longo da Idade Moderna que aumentaram a área edificada em redor dos claustros sul e sudoeste (Ribeiro & Pereira, 2020, pp. 46–50). No final do século XVII, a comunidade contava com 60 cónegos e «outros tantos» criados ocupados nos ofícios de pedreiros, carpinteiros, alfaiates, sapateiros e ferreiros (Santa Maria, 1697, p. 385). Na mesma altura, o templo, com 14 capelas laterais, guardava várias relíquias, uma sacristia «muito ornada», onde se acondicionavam paramentos ricos e alfaias em prata, um capítulo «muito claro e espaçoso» e um coro-alto com cadeiral para os ofícios. O convento tinha quatro dormitórios, um refeitório e uma livraria, onde se lia, pelos menos desde o final do século XVI, artes e teologia. A cerca era atravessada pela ribeira do Travadouro e nela existiam várias capelinhas, muitas árvores, frutos e flores. Em conjunto com a tapada, alcançava praticamente uma légua «na circunferência do convento» (Santa Maria, 1697, pp. 373–379).

Em 1758, Vilar conservava a jurisdição eclesiástica das 14 paróquias entregues pelos arcebispos de Braga, mas nomeava apenas nove párocos, pois algumas freguesias tinham sido incorporadas por vizinhas. O reitor mantinha a jurisdição temporal como ouvidor ordinário, capitão-mor e alcaide-mor de Manhente e como ouvidor do cível de Tamel S. Veríssimo (Capela, 2003, pp. 77 e 144). O poder económico e o prestígio social da congregação eram também visíveis pelas práticas de caridade públicas (Tavares, 2001, pp. 152–153). Para além de manter uma hospedaria para os peregrinos e viajantes, o mosteiro distribuía, especialmente em períodos de carestia, esmolas diárias em pão e frutos pelos pobres e doentes das freguesias vizinhas. Anualmente, na quinta-feira santa, davam-se 50 alqueires de pão, bacalhau, sardinhas e vestiam-se 12 pobres (Capela, 2003, p. 77).

2. Fontes e metodologia

O presente trabalho baseia-se na análise de 737 objetos de indumentária presentes em inventários pós-morte do «inventário geral dos espólios dos cónegos que falecem neste mosteiro de Vilar de Frades feito no ano de 1733». Este livro encontra-se conservado no fundo monástico-conventual do Arquivo Distrital de Braga contando com as contas dos patrimónios ativos e passivos deixados, no momento da morte, por 72 cónegos seculares da ordem de São João Evangelista da casa de Areias de Vilar, situada no noroeste do território português no atual concelho de Barcelos. Apenas 23 inventários incluem a descrição dos bens móveis. O espólio de Matias dos Reis não apresenta qualquer objeto relacionado com a indumentária, sendo a base documental desta investigação composta por 22 casos.

Como vemos na Tabela 1, foi aproveitada a referência cronológica existente no início do documento, no acerto das contas ou no registo de entrada do dinheiro na «arca» da congregação. As datas da segunda coluna podem não corresponder ao momento exato da elaboração da fonte, mas devem ser aproximadas. O primeiro espólio é do padre António de São Bento, que foi redigido na mesma caligrafia da epígrafe de abertura do livro datada de 1733. A lista de bens mais recente é a de Sebastião de Santa Ana Torres que foi elaborada entre 22 de agosto de 1754 e 10 de março de 1758[3]. É possível fixar uma cronologia aproximada entre 1733 e 1758.

Os objetos móveis dos inventários foram analisados com métodos qualitativos e quantitativos. As listas foram convertidas numa base de dados que preserva a integridade de cada espólio pelo cruzamento nominativo dos proprietários, permitindo comparar a cultura material com base na quantidade, tipologia, material, estado, cor, avaliação e destino. Em regra, cada linha corresponde a um item, salvo quando o escrivão diferenciou objetos sob o mesmo nome; nesses casos, separaram-se os itens conforme as diferenças, dividindo-se o valor da arrematação. Contabilizaram-se 3.016 objetos, considerando duas unidades para expressões plurais indeterminadas («uns» ou «alguns»). O dinheiro foi considerado, em réis, na coluna das avaliações dos objetos.

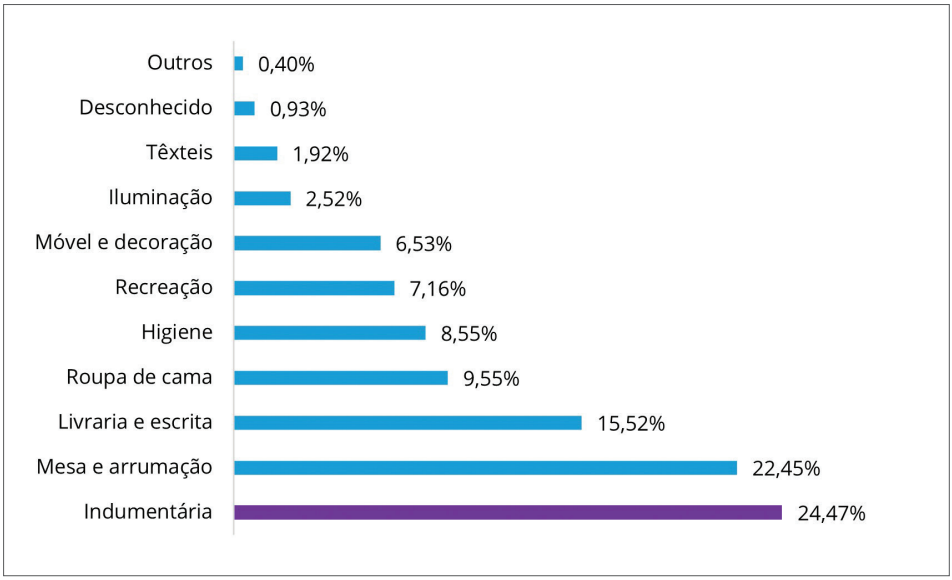
[3] ADB, Monástico-Conventual, Loios, Vilar de Frades, *Inventário geral dos espólios dos cónegos que falecem neste convento de Vilar de Frades feito no ano de 1733,* n.º 27, fls. 2–4v, 35v, 38v–39 e 40.

Tabela 1. Caracterização geral dos inventários, 1733–1758

ID	Data	Nome do inventariado	Produto de venda (réis)
1	(1733)	António de São Bento	216 620
2	27/01/1736	Lourenço da Anunciação	110 990
3	21/02/1737	Manuel de São Gonçalo	109 700
4	19/03/1737	Manuel João de Santa Maria	22 930
5	12/03/1738	Alexandre da Visitação Palmer	33 820
6	Sem data	Alexandre do Espírito Santo	42 015
7	Sem data	Manuel de São Bernardo	51 645
8	(Ant. 1743)	Bento da Conceição	102739
17	12/07/1747 a	Vitoriano de Santa Maria	49 780
18	16/07/1747 a	António de Nazaré	26 396
19	27/10/1748 a	José da Purificação	175 772
20	Sem data	Francisco de Santa Rosa	34 780 b
21	27/10/1757 a	José de Santa Maria Noronha	32 615
22	22/10/1760 a	Matias dos Reis	4 760
23	06/10/1759 a	Luís dos Anjos	174 993
24	Sem data	António de Madre de Deus	69 810
25	Sem data	Inácio de Santo António	205 049
26	17/09/1759 c	Luís de Jesus Maria	78 640
27	17/09/1753 c	Francisco de Nascimento	20 930
28	22/08/1754 c	Manuel do Espírito Santo	22 740
29	Sem data	Manuel de São Mateus	44 890
30	Sem data	João de Santa Maria	94 116
31	(Ant. 1758)	Sebastião de Santa Ana Torres	53 250

Nota: a) data do recebimento do produto da liquidação do espólio assinado pelo escrivão e reitor da casa; b) inventário incompleto; c) data da recepção, pelo secretário, do montante na «arca».
Fonte: Quadro elaborado pelo autor com base nos dados do Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Monástico-Conventual, Loios, Vilar de Frades, *Inventário geral dos espólios dos cónegos que falecem neste convento de Vilar de Frades feito no ano de 1733,* n.º 27 fls. 2–39.

Figura 3. Distribuição funcional dos bens móveis presentes nos espólios dos cónegos de Areias de Vilar, c. 1730–1758 (n=3.016)



Fonte: Figura elaborada pelo autor com base no documento mencionado na Tabela 1.

A atribuição de um sentido às denominações tipológicas fez-se pela associação de categorias. Distribuíram-se 362 tipologias por 11 grupos funcionais (Figura 3). A indumentária é a categoria mais expressiva, concentrando 24,47% do total dos bens móveis inventariados. Neste grupo, incluíram-se as roupas de corpo, os acessórios e os objetos destinados a cingir e/ou apertar. A subcategorização e a discussão destes dados apoiam-se na teoria do corpo socialmente vestido, que pressupõe uma abordagem metodológica às fontes históricas baseada nas linhas conceptuais da «metamorfose» e do «centauro». Este posicionamento epistemológico discute a cultura material destinada ao atavio e ao aparato do corpo humano a partir das estruturas e normas sociais que condicionavam o vestuário e a aparência durante o Antigo Regime (Ferreira, 2020b, pp. 67–79, 2024, pp. 133–136).

O objetivo dos inventários estudados era descrever, avaliar e gerar uma receita patrimonial pela alienação dos bens móveis encontrados nas celas dos cónegos. Após a liquidação das dívidas, o produto da venda dos bens beneficiava a congregação e a alma do defunto. Esta terça parte era utilizada, nas práticas testamentárias do período moderno, para cobrir os gastos com o funeral e para realizar sufrágios ou obras de misericórdia que permitissem atalhar o tempo no purgatório (Sá, 2018, pp. 29–30). A congregação sucedia ao cónego nos moldes do que estava estabelecido,

pela lei geral do reino, para os ascendentes e descendentes de primeiro grau do defunto, que eram sucessores obrigatórios de dois terços dos seus bens (Durães, 2000, pp. 318–342). No momento de imposição do hábito, o irmão renunciava, por escrito e em cerimónia pública, a todos os bens próprios móveis e de raiz presentes, futuros, doados e herdados (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 59)[4]. A minha interpretação é que os cónegos guardavam o domínio e a posse dos bens enquanto a congregação seria a proprietária das coisas. No momento da morte do padre, a casa retomaria o domínio sobre os bens móveis e podia dispor deles livremente.

Os cónegos de São João Evangelista deveriam partilhar comunitariamente os rendimentos do seu trabalho, não deveriam usufruir de benefícios eclesiásticos, exceto em casos excecionais aprovados pelo reitor geral, não deteriam a posse sobre bens móveis ou de raiz e os patrimónios herdados ou recebidos aproveitavam diretamente para a congregação (*Estatutos e constituições,* 1804, pp. 50–51). A partilha dos bens fazia parte do ideário reformador dos instituidores da congregação no século XV fundamentado no apostolado e na recuperação do cristianismo primitivo (Tavares, 2001, p. 149). Deveriam viver em pobreza, castidade e obediência sem fazer votos perpétuos, podendo ser despojados do hábito por comportamentos desviantes ou pelo exercício da sua liberdade individual (Santa Maria, 1697, p. 240).

As fronteiras entre a regulamentação e a prática eram muito porosas, pois a congregação assumiu-se como compradora dos bens dos cónegos. Estas aquisições foram sempre abatidas à parte da herança da casa. Nos casos em que são conhecidos os destinos dos objetos após a morte do proprietário (n=1.029), 76% das coisas foram compradas por leigos ou cónegos que vivam na comunidade, 21% pela congregação e 3% foram destinadas para a caridade. A casa adquiriu roupas de cama, objetos relacionados com a mesa/arrumação, higiene individual, iluminação ou culto divino destinados aos espaços comunitários como a igreja, a capela, a sacristia, o refeitório ou a cozinha. Esta alta percentagem das coisas adquiridas diretamente por membros da congregação comprova que os residentes na casa de Vilar atuavam neste comércio interno de segunda mão com os seus rendimentos. Os cónegos não cumpriam a obrigação estatutária de depositar o dinheiro auferido na arca comunitária, não dependiam do reitor para comprar o vestido, o calçado e os objetos do seu quotidiano e não observavam o rigorismo penitencial enunciado pelos estatutos reforçada pelo cronista da ordem, Francisco de Santa Maria (1697, p. 238). Muitos dos objetos detidos pelos cónegos falecidos e reutilizados após a sua morte estavam longe da pobreza idealizada.

Os inventários são uma tipologia documental abundante em Portugal mormente no âmbito de processos judiciais como os inventários orfanológicos e inquisitoriais. O estudo sistemático desta tipologia documental permitiu identificar as múltiplas po-

[4] Cito a edição do século XIX que reproduz a versão impressa em 1540. Estas normas, com os capítulos gerais e as visitações, ordenaram a vida da ordem durante todo o período moderno (Pina, 2011, pp. 15–16).

tencialidades e algumas lacunas frequentes, como as omissões frequentes de certas categorias como a roupa de corpo ou a descrição irregular das principais características da cultura material (Bartolomé Bartolomé, 2010, pp. 194–195; Braga, 2012, p. 21; Hallett, 2018, pp. 17–18; Madureira, 1989, p. 14; Roche, 1996, pp. 7–22; Silva, 2018, pp. 143–146; Vilaça, 2013, pp. 35–50). Contudo, a inventariação de bens é escassa para os membros do clero, embora existam trabalhos em Espanha e França que, por meio de listas de bens móveis ou fontes narrativas, discutem a problemática dos trajes do clero secular durante o período moderno (Garrido Gallardo, 1988; Giorgi & Irigoyen López, 2009; Sanz de la Higuera, 2013; Trichet, 1986). O nosso estudo é uma oportunidade paradigmática para conhecer a cultura material quotidiana de membros de uma ordem religiosa portuguesa e dos aspetos identitários dirimíveis através da sua indumentária.

3. Indumentária, poder e masculinidade

Género, estado social, nível de riqueza, profissão, etnia ou raça são categorias identitárias representadas no corpo do ser humano pela tipologia, qualidade, diversidade e quantidade da indumentária. As utilizações dos indumentos estavam sujeitas à normalização pelo costume, pela moral ou pelo direito. Era comum que, na Idade Moderna, o talhe das peças de roupa, tecidos, adornos, cortes de cabelo, acesso aos bens de luxo e as normas de conduta estivessem estatuídas em leis, regulamentos, constituições ou regimentos que padronizavam a convivência das pessoas sob a mesma esfera de poder e de autoridade. Os espaços de verificação das regras podiam corresponder a lugares propriamente ditos, como o interior de conventos, mosteiros, colégios ou hospitais; às atividades de certos grupos socioprofissionais no desempenho de funções específicas de caráter público, como as do clero secular, estudantes, magistrados, professores universitários, militares ou irmãos das confrarias; ou, às experiências sociais e ao «modus vivendi» orientados por paradigmas espirituais socialmente reconhecidos como as beatas, os eremitões ou as viúvas.

A utilização de vestuário normalizado implicava a adoção de regras de conduta definidoras do estatuto social. As roupas transformavam-se em hábitos e costumes do grupo que, sob os mesmos signos, atuava num determinado patamar da hierarquia social em função de privilégios outorgados. Os trajes eram estruturais na sociedade de Antigo Regime pois permitiam «tomar posse» do estado. A definição do estado era baseada na tradição, na honra e na fama e garantia certas prerrogativas e isenções (Hespanha, 1994, pp. 307–308, 2010, p. 28). O sistema do traje opunha-se ao sistema de moda. Enquanto o primeiro é baseado no passado e é mimetizado com signos tradicionalistas e corporativos, o segundo apoia-se no presente histórico do utilizador, na sucessão temporal das formas, na fugacidade do gosto e no con-

sumo individualista (Baldini, 2015, pp. 57–58; Lipovetsky, 2010, p. 33). Esta oposição abrangia dependência e complementaridade. Por um lado, o mesmo sujeito poderia utilizar elementos da moda e do traje, pois o ato de vestir implicava a sobreposição de roupas por camadas que eram visíveis conforme os círculos sociais onde o indivíduo se apresentava. Por outro lado, as normas que fixavam os trajes recorriam aos símbolos do sistema de moda – tipologias, tecidos, adornos – como argumentos opostos ao «dever ser» desejado pelo produtor do discurso normalizador. Estes dois sistemas não devem ser confundidos nem desconectados quando se interpretam as fontes históricas. É relevante que se adotem metodologias que permitam diferenciar as tipologias do traje e da moda segundo as estruturas sociais que conformavam os usos da cultura material (Ferreira, 2024, pp. 130–133).

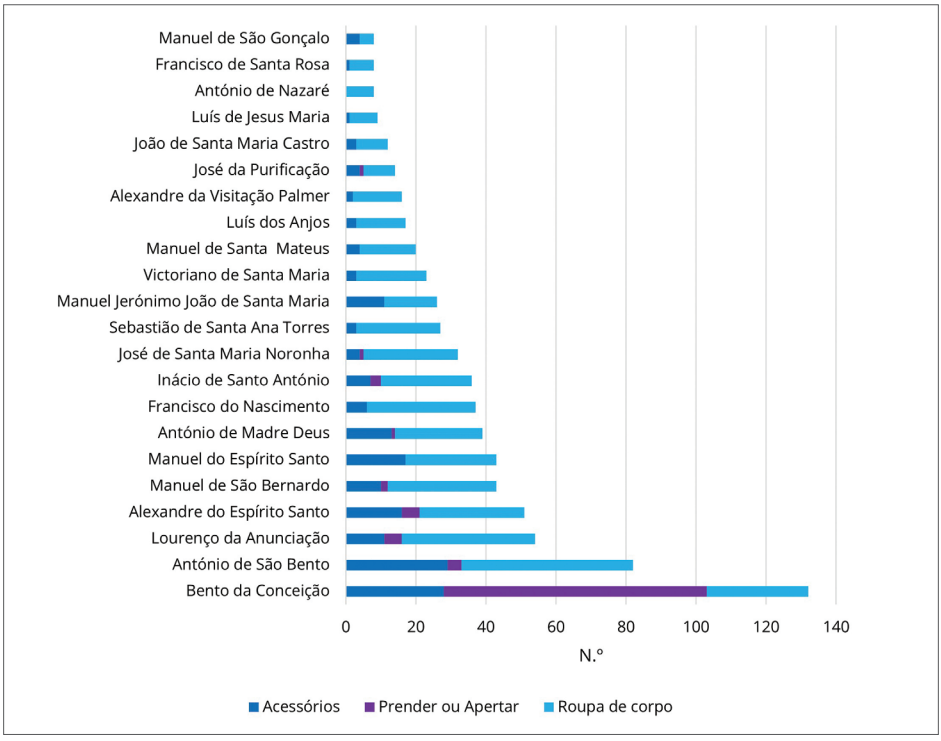
A indumentária ilustra e situa as várias categorias sociais onde se inclui o género. Entendemo-lo na perspetiva identitária do feminismo pós-estruturalista enquanto categoria interseccional (Crenshaw, 1991), performativa (Butler, 2017) e histórica (Scott, 1995), pois os símbolos sexuais biológicos devem ser interpretados conforme os códigos normativos vigentes num tempo e num espaço. As relações de género são relações de poder que conformam a aparência e o corpo do sujeito. A indumentária sistematiza os aspetos identitários da pessoa que, no contexto tradicionalista e corporativo da Idade Moderna, são indissociáveis dos sistemas identitários dos grupos sociais (Ferreira, 2021, pp. 253–254). Num período em que as fronteiras entre ser homem e mulher eram mais porosas e amorfas que o modelo binário, pois a teoria hipocrático-galénica prescrevia apenas um sexo biológico em diferentes estados de maturação (Laqueur, 1992, pp. 25–61), a indumentária era a principal responsável por exteriorizar as diferenças de género (Currie, 2016, p. 5).

É possível reconhecer várias masculinidades e feminilidades concorrentes no mesmo contexto histórico. Os signos visíveis dispostos sobre o corpo, para além de tornarem percetíveis os atributos de género, representavam os níveis de riqueza e características metafísicas, como a virtude e a honra, que eram estruturais no Antigo Regime. De acordo com os dispositivos legais e coercivos episcopais, os clérigos seculares portugueses deveriam vestir-se, aparentar-se e comportar-se de forma distinta dos leigos para afirmar a superioridade do estado sacerdotal e das funções sociais desempenhadas (Ferreira, 2023, p. 1137). A utilização de vestes talares de cores honestas, um penteado padronizado — a tonsura — e a proibição da utilização de armas ofensivas sinalizavam um padrão de virilidade distinto da nobreza. Os nobres afirmavam a sua masculinidade com a valorização dos atributos físicos e podiam fruir de relações sexuais carnais. Os clérigos observavam a castidade, a perfeição espiritual e a superioridade moral com o desempenho de tarefas de natureza intelectual consideradas sagradas (Le Gall, 2018, pp. 246–253).

A mudança de roupa, penteado e nome, ou seja, uma nova performance de corpo, garantiam a renúncia ao mundo secular e o abandono das parentelas carnais. Desta forma, emergia um «novo homem em vida espiritual e religiosa» (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 79). Segundo os estatutos, o novo nome deveria ser devoto e humilde referindo-se a santos, terras ou lugares. Estavam constrangidos os usos de patronímicos e de apelidos «de avoenga» (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 80). Percebemos, pelos dados da Figura 4, que nem todos os cónegos escolheram nomes que respeitavam as normas. A maioria cumpria as determinações pela escolha de denominações do devocionário católico, invocações marianas e referências a passagens no novo testamento (anunciação ou visitação), contudo surgem apelidos de família.

O cabelo deveria andar por meio da orelha e cortado em pente baixo, sendo o diâmetro da tonsura correspondente à ordem clerical (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 80). O acesso à carreira de clérigo secular fazia-se por fases. As ordens menores contemplavam os graus de ostiário, leitor, exorcista e acólito, que, geralmente, se tomavam em conjunto. O acesso às ordens maiores implicava o cumprimento do

Figura 4. Distribuição das tipologias de indumentária pelos espólios dos Lóios de Vilar de Frades, 1733-1758



Fonte: Figura elaborada pelo autor com base no documento mencionado na Tabela 1.

celibato e permitia o manuseamento de objetos sagrados. Fazia-se por três graus ou ordens: a epístola ou subdiácono; o evangelho ou diácono; e a epístola, presbítero ou missa, que requeria 25 anos de idade completos (Mendes, 2001, pp. 345–346). Os bispos portugueses fixaram, a partir de meados do século XVI, três tamanhos de coroas do clero secular comum, sendo o mais pequeno correspondente às ordens menores, o intermédio às ordens de subdiácono e diácono e o maior à ordem de presbítero (Ferreira, 2023, pp. 1129–1130).

Segundo os estatutos, os cónegos deveriam dormir com o seu hábito e a cela seria equipada apenas com uma imagem de Cristo ou de Nossa Senhora para rezar, alguns livros para estudar e um leito simples com enxergão ou colchão, duas cobertas, um cabeçal e uma manta ou cobertor de lã (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 72). Como forma de despojo e mortificação, os padres não deveriam dormir com camisas e lençóis em linho preferindo os lanifícios (Santa Maria, 1697, p. 238). O vestuário, o calçado e outras coisas essenciais à sobrevivência teriam de ser compradas pelo procurador da casa sob ordem do reitor (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 108). Como aludi previamente, entre os objetos com o maior valor nominal estavam coisas de natureza supérflua e sumptuária. Os quantitativos da Figura 4 elucidam-nos que alguns Lóios não viviam segundo a pobreza ideal prescrita pelos estatutos.

Quanto ao hábito, era talar à imagem do que estava definido para o restante clero secular urbano. A partir de meados do século XVI, o traje clerical passou a identificar-se com o uso da loba ou da roupeta com mantéu preto até ao tornozelo. A linguagem tipológica e o padrão de cores dos Lóios eram diferentes do restante clero secular garantindo a diferenciação social e assinalando a ligação à congregação de São João Evangelista. A sotaina era branca ou da cor natural da lã (estamenha) sobreposta por uma saia também branca, opa azul com mangas, murça e barrete azuis – ver Figura 6. A utilização de branco e azul tinha valor simbólico e carismático, pois este hábito tinha sido escolhido diretamente pela virgem Maria e entregue miraculosamente aos padres fundadores da congregação de São Jorge em Alga: «destas cores usara a benta virgem quando era nesta vida [terrena], as quais concedeu aos nossos padres e irmãos» (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 9). As cores do hábito e os nomes escolhidos pelos padres, nomeadamente com as alusões diretas a Maria ou às passagens do novo testamento relacionadas com o seu ministério, objetivavam a relação mística com a mãe de Jesus. O prestígio social do azul associado ao manto da virgem Maria e à deidade, por ser a cor do céu, iniciou-se, no centro da Europa, no século XII e beneficiou do grande sucesso do culto mariano nos séculos seguintes (Pastoureau, 2016, pp. 54–58).

Como podemos ver na Figura 5, a sotaina correspondia à peça comprida e toda abotoada pela frente, com mangas singelas, cuja designação vem do italiano «sottana» correspondente à roupeta portuguesa (Bluteau, 1720, p. 739). A murça era a capa curta que vemos sobre os ombros da personagem. Era fechada com botões e tinha um pequeno capelo cosido na parte anterior (Bluteau, 1716, p. 643). O capuz não

Figura 5. Cónego de São João Evangelista (1843) com hábito completo



Nota: 1) murça; 2) opa; 3) saia; 4) sotaina ou roupeta.
Fonte: Gravura de um «Antigo Cónego Secular da Congregação de São João Evangelista em Portugal», século XIX (*Galeria das Ordens Religiosas e Militares*, 1843, p. 185). Imagem em domínio público retirada da Biblioteca Brasiliana Guita e José Mindlin – PRCEU/USP; montagem do autor.

servia para cobrir a cabeça assumindo propósitos meramente honoríficos, sendo a presença deste elemento o fator de diferenciação entre a murça e a mozeta (Bluteau, 1727, p. 61). Para interpretarmos corretamente as representações iconográficas da Figura 5 e da Figura 6 e o significado dos trajes «opa» e «saia» devemos recorrer ao sistema da moda do século XV. O saio ou saia masculina desse período era uma peça de vestir pela cabeça, talhada com duas folhas frontais e duas folhas traseiras, sem corte na silhueta e com muita roda. Cobria o tronco desde os ombros até meio das pernas (Crespo, 2012, p. 101). A peça que vemos representada nas figuras deveria ser rachada até à linha da cintura ou ao peito gerando duas abas posteriores que deixavam ver a sotaina. A peça talar exterior que vemos na Figura 6 denominava-se opa e foi um indumento muito popular entre a segunda metade do século XIV até meados da centúria seguinte. A «houppelande» era uma espécie de casaco comprido com muita roda, mangas compridas e largas. Esta peça poderia ser aberta na parte da frente e também dos lados (Marques, 1981, p. 64).

Apenas o património arrematado ao padre Manuel de São Gonçalo não tinha qualquer peça de roupa identificável com um hábito. Todos os restantes cónegos tinham opas com ou sem murça, murças e sotainas. A designação genérica de «hábito» ou «hábito inteiro», presente em grande parte dos inventários, poderia incluir, pelo menos, dois trajes com a mesma função. António de São Bento, para além do «hábito inteiro», possuía uma túnica que poderia servir para conjugar com a opa e as duas murças que também tinha[5]. Os padres António de Madre Deus e João de Santa Maria Noronha possuíam roupões. O roupão era uma espécie de loba normalmente vestida durante o inverno sobre todas as roupas e «com as mangas perdidas» (Pacheco, 1741, p. 542), isto é, abertas pela costura superior. As lobas eram indumentos cortados em trapézio, com muita roda e aberturas nas laterais por onde se descobriam as mãos. Vestia-se pela cabeça, não tinha a silhueta

[5] ADB, Monástico-Conventual, Loios, Vilar de Frades, *Inventário geral dos espólios dos cónegos que falecem neste convento de Vilar de Frades feito no ano de 1733,* fl. 2v.

Figura 6. Padre da congregação de São João Evangelista com murça, opa e saia (século XVIII)



Nota: Alexandre Nobre Pais (2020, p. 104) sugere que Dionísio António foi o autor dos painéis azulejares da capela-mor de Vilar de Frades, de onde foi extraída esta representação, e que as peças foram produzidas no primeiro quartel do século XVIII.
Fonte: Autor desconhecido (c.1700–1725) *Representação do Padre João Rodrigues.* Antigo convento de São Salvador de Vilar de Frades, Areias de Vilar, Barcelos (Portugal). 2020, Património Cultural, Instituto Público, PC, IP, fotografia de Inês d´Orey.

demarcada por costuras horizontais e pendia largamente sobre os ombros até aos pés. Na Idade Moderna, era um traje comum do clero urbano português (Ferreira, 2020a, 2023). A ausência de talhe na linha da cintura destas vestes talares obrigava a recorrer a elementos como cingidouros, cintos ou faixas para demarcar a silhueta. É por isso que nos inventários mais complexos encontramos estes acessórios.

Os modelos talares sem silhueta demarcada por costuras horizontais valorizavam o alto corpo. Estas tipologias eram manufaturadas com pedaços compridos de pano costurados verticalmente. Os indumentos com esta configuração constrangiam a liberdade de movimentos dos membros inferiores e deixavam visíveis as partes do corpo relacionadas com a intelectualidade. O tronco e as pernas aparecem como suportes cénicos da cabeça e das mãos. Nas vestes litúrgicas, a demarcação da linha da cintura com um cordão remete para as cordas que prenderam Jesus no jardim das oliveiras, para a continência e para a castidade (Guerreiro, 2001, p. 333). Este modelo contribuía ativamente para a construção de uma masculinidade baseada nas atividades intelectuais, sendo a virilidade e a honorabilidade clerical construída por associação direta às experiências de Cristo e às atividades sagradas desempenhadas em seu nome. A tonsura, desenhada na cabeça, era comparada ao tamanho das hóstias e à penitência de Cristo quando foi coroado de espinhos (Ferreira, 2023, p. 1129). Através da linguagem da tradição, as ordens religiosas e os bispos dissociavam as experiências virtuosas dos clérigos das vidas mundanas dos leigos através da aparência. As funções quotidianas estavam correlacionadas com a perfeição e o mistério divinos. As atividades de leitura, expressão escrita, administração dos sacramentos, os atos da liturgia e o manuseamento dos objetos sagrados, por exemplo, contavam com o empenho performativo da cabeça e das mãos.

O barrete é uma veste litúrgica coral normalmente conjugada com a sobrepeliz e a murça (Guerreiro, 2001, p. 332). Segundo Manuel Severim de Faria (1624, p. 179v), o barrete representava o traje do clero de Portugal. O modelo português tinha quatro cantos como vemos representado na cabeça da Figura 7. Segundo um relato de Inácio de Nossa Senhora da Boa Morte, este era um hábito antigo nacional, sendo, no século XVIII, uma tipologia antiquada face aos barretes de três cantos, denominados «à romana» que, nessa altura, estavam disseminados por «quase todos os clérigos e cónegos seculares e os cónegos da congregação de São João Evangelista deste reino»[6]. Não sabemos se os quinze barretes arrolados entre em nove patrimónios dos cónegos azuis de Vilar eram de três ou quatro cantos. Alexandre da Visitação Palmer, Luís de Jesus Maria, Luís dos Anjos e Francisco de Santa Rosa não tinham qualquer barrete. As 18 ocorrências de chapéus distribuem-se por 17 cónegos. Estes acessórios deveriam assemelhar-se ao exemplar de abas que surge na Figura 6 devendo ordinariamente ser utilizados nas deslocações e nas atividades exteriores.

[6] ADB, *Figuras que representam os hábitos, e vestidos, que até ao presente tempo tem usado os Cónegos Regulares da Congregação de Santa Cruz de Coimbra; com notas escritas pelo padre D. Ignacio de Nossa Senhora da Boa-Morte, 1762,* n.º 81, sem paginação.

Figura 7. Padre da congregação de São João Evangelista com veste coral (século XVIII)



Nota: Ver Figura 6.
Fonte: Autor desconhecido (c.1700–1725). *Representação do Padre João Afonso Nogueira. Antigo convento de São Salvador de Vilar de Frades, Areias de Vilar, Barcelos (Portugal).* 2020, Património Cultural, Instituto Público, PC, IP, fotografia de Inês d´Orey.

Salientam-se 20 capotes documentados em 17 espólios. Estas peças exteriores de apoiar eram capas compridas até pouco abaixo dos ombros, com talhe circular, abertas na frente usadas sobre todas as roupas; alguns capotes poderiam ter mangas (Pacheco, 1741, p. 522). As capas azuis faziam parte do hábito da congregação, mas eram consideradas peças de caminho ou signos colegiais e honoríficos, pois os cónegos deviam vesti-las nos cabidos realizados semanalmente às sextas-feiras (*Estatutos e constituições*, 1804, pp. 29 e 79) e era a imposição da capa azul que sinalizava simbolicamente a entrada de um novo irmão na congregação (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 59).

Estes dados confirmam a horizontalidade e honorabilidade das capas e dos chapéus. O alto corpo era muito valorizado pela tratadística médica e social da época moderna. Cabeça, mãos e pés eram consideradas as partes do corpo humano mais vulneráveis aos malefícios dos ares frios (Cavallo & Storey, 2013, pp. 70–71). Era, por isso, normal que se ataviassem e protegessem as extremidades contra as injúrias do ar. O modelo de civilidade do período moderno também pressuponha a ritualização da cabeça segundo os códigos de honra. Andar com a cabeça coberta ou com a capa vestida dentro dos edifícios colegiais funcionava com demarcador de privilégio e estava frequentemente sujeito a regras. Retirar o chapéu à mesa ou na presença de alguém sinalizava o reconhecimento das normas de etiqueta e de deferência nas hierarquias sociais (Elias, 2006). Os rituais católicos também correlacionavam os paramentos da cabeça com a aparência das altas dignidades eclesiásticas, nomeadamente pelo uso das mitras e dos solidéus. Determinadas funções sacramentais deveriam ser realizadas com a cabeça coberta por um barrete e o corpo vestido de branco por um sobrepeliz ou um roquete.

Como os cónegos de Vilar rezavam no coro, administravam sacramentos fora das igrejas e possuíam barretes, documentam-se 27 sobrepelizes distribuídas por 15 espólios. Os padres tinham a obrigação de rezar no coro cinco vezes ao dia vestidos com estas peças (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 82). A congregação teria sobrepelizes próprias, sendo o sacristão o oficial responsável por acautelar a sua correta manutenção, nomeadamente ao nível da limpeza, e de garantir que cada cónego encontrava uma sobrepeliz sobre a sua cadeira quando ia rezar as horas canónicas (*Estatutos e constituições*, 1804, pp. 111–112). Bento da Conceição, que é o cónego com maior número de objetos de indumentária deste estudo, possuía um solidéu e um roquete. O roquete é uma sobrepeliz curta reservada aos membros do clero com dignidades ou privilégios (Guerreiro, 2001, p. 332). O espólio deste padre tinha outros elementos estatutários como, por exemplo, um crucifixo com Cristo em prata, talheres, botões de sapatos e botões da roupa em prata, um cingidouro em seda, dois pares de luvas e três chapéus de sol[7].

[7] ADB, Monástico-Conventual, Loios, Vilar de Frades, *Inventário geral dos espólios dos cónegos que falecem neste convento de Vilar de Frades feito no ano de 1733,* fls. 13–15v.

Como referi anteriormente, o sistema de traje comunicava com o sistema da moda nas camadas interiores do vestuário. Estas camadas interiores estavam normalmente cobertas pelas peças talares e raramente seriam visíveis nas atuações públicas mais importantes dos proprietários. Os estatutos da ordem recomendavam a honestidade na escolha destes elementos rejeitando os atributos da moda do século XV nomeadamente os gibões, as calças inteiras ou os chapins. Os elementos para cingir deveriam ser «honestos», isto é, elaborados em couro ou lã (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 80). Este articulado teria como objetivo densificar o conceito da virtuosidade clerical por oposição aos elementos sumptuários e supérfluos comuns às elites da época da regulamentação. Um traje invariável e tradicional construía-se por relutância à linguagem comum das aparências.

Ao nível das peças semi-interiores de alto corpo, os inventários referem coletes, justilhos, sertuns, véstias e calções confecionados com tecidos de linho ou lã. Estas peças eram utilizadas, no século XVIII, por cima da camisa normalmente justas ao corpo. Os têxteis eram cortados e costurados com as técnicas da alfaiataria, que se destinavam a transformar um objeto bidimensional (têxtil) em algo tridimensional (indumento). Só é possível vestir peças justas ao corpo com o auxílio de botões, atilhos, pontas ou fitas que permitiam fechar e fixar o pano junto do tronco ou dos membros. Estruturas em ponto de sarja, cetim e a malha apresentam maior elasticidade que o tafetá, cujo debuxo é mais fechado e batido proporcionando tecidos com maior resistência e menor flexibilidade. Enquanto as camadas exteriores de traje se construíam com recurso a panejamentos bidimensionais, as peças semi-interiores ilustravam a anatomia e as particularidades do corpo concreto que vestiam. Estes elementos identitários da indumentária eram ocultados pelos signos estatutários que obliteravam as características físicas do indivíduo propriamente dito favorecendo a exibição dos costumes e valores espirituais do grupo socioprofissional.

A peça de roupa com maior expressão é a camisa. Contam-se 161 ocorrências dispersas em 21 inventários, sendo o número máximo de 18 e o número mínimo de uma camisa. A média é de oito peças. Estes dados indicam que todos os cónegos tinham a possibilidade para mudar frequentemente de roupa interior de alto corpo e de vestir estas peças para dormir. Contam-se, ainda, 44 pares de ceroulas, presentes em 15 espólios, que eram indumentos interiores de baixo corpo utilizados em contacto direto com a pele; 10 chambres, isto é, peças compridas e com mangas, que tapavam todo o corpo, normalmente usadas sobre a camisa para sair da cama composto (Pacheco, 1741, p. 542); e, 57 lenços presentes em 14 inventários. Apenas o cónego António de Nazaré não apresentava qualquer indumento compatível com roupa interior ou acessórios relacionados com a higiene corporal.

A higiene pessoal baseava-se nos banhos secos. Lavavam-se as mãos, o rosto e os pés recorrendo a têxteis humedecidos em água. Defumavam-se os espaços interiores, utilizavam-se perfumes nas roupas, escovavam-se os cabelos e mudava-se a roupa interior. A civilidade implicou a autonomização de objetos que mediavam a

relação do ser humano com os fluídos do seu corpo, que, segundo o modelo médico, geravam doenças. Camisas, ceroulas, guardanapos, toalhas, lenços e outros sudários segregavam os humores excedentários. A sua utilização integrava-se nas denominadas boas maneiras sobre os usos da alimentação, habitação e o vestuário. As regras sobre os comportamentos socialmente valorizados eram fixadas pela educação livresca com recurso à ritualização de rotinas diárias. O processo de civilização disseminou-se entre as elites sendo, paulatinamente, alargado aos vários estratos da população. Os cuidados de higiene assumiam-se como elementos de distinção social. A brancura da roupa íntima e da roupa da cama, que estavam em contacto direto com a pele, eram signos de hierarquização social (Paresys, 2017; Revel, 1990; Vigarello, 1985). Normalmente, fabricavam-se estes objetos em fibras celulósicas sem tingimento, nomeadamente o linho e o algodão, caracterizáveis pela secagem rápida (Salusso, 2005a, 2005b) e pela elevada resistência ao procedimento higienização e branqueamento por aplicação de lixívias como as barrelas de água quente e cinzas.

Resta-nos abordar o calçado que, segundo os estatutos, deveria corresponder a tipologias simples de sapatos ou botas. As normas recusavam o uso de chapins (*Estatutos e constituições*, 1804, p. 80), que foi um sapato muito criticado pelos moralistas do início da Idade Moderna. Era um chinelo com solas de cortiça muito altas que pretendiam afastar o vestuário do chão e protegê-lo da lama. Contudo, raramente seriam utilizados em meados do século XVIII (Pacheco, 1741, p. 524). Esta menção aos chapins confirma que as tipologias mencionadas nos estatutos devem ser interpretadas como arquétipos retóricos que pretendem fixar o alcance da virtude da honestidade submetendo a aparência dos cónegos aos códigos da honra tradicionais.

As quantidades de calçado referidas nos espólios são muito baixas atendendo à dignidade dos cónegos de Vilar e à necessidade de proteger os pés, sobretudo durante as deslocações e atos públicos. Documentam-se apenas oito pares de sapatos dispersos por quatro espólios, três borzeguins, quatro botas e duas chinelas. Não é verosímil acreditar que os padres andassem descalços, pois a arca da congregação tinha a obrigação de calçar e vestir os seus membros. Acredito que possa existir subregisto do calçado pelo seu baixo valor comercial ou que os padres possam ter sido sepultados com eles. Opondo-se a esta imagem, encontram-se os 69 pares de meias concentrados em 14 espólios. Estas peças utilizavam-se diretamente sobre a pele e, no século XVIII, eram frequentemente fabricadas com malhas cuja documentação denomina como «linhas» ou «de fiado». As meias podiam ser apertadas na zona do joelho com ligas, que evitavam que as meias deslizassem pela perna. Na extremidade, podiam ter o feitio do pé ou prenderem sob ele com um cabresto pequeno. As meias funcionavam como indumento interior fundamental para garantir a higiene e resguardo do corpo. A grande vantagem destas peças é que podiam ser compradas em tamanhos padronizados o que facilitava a sua acumulação.

Conclusão

A masculinidade dos cónegos seculares de São João Evangelista expressava-se por um hábito composto por sotaina, roupeta, túnica, saia, opa e capa talares, semelhantes aos do clero secular, mas com cores ligadas à virgem Maria e ao carisma da ordem. Estas peças preservavam modelos da moda masculina do século XV, normalizados no traje dos cónegos azuis no século XVIII. Os padres usavam tonsura raspada proporcional ao seu grau eclesiástico, e, sob as vestes talares, envergavam indumentária semi-interior típica da centúria de setecentos como véstias, coletes, calções, camisas e lenços. Essa aparência promovia uma virilidade baseada na intelectualidade e nas funções sagradas ligadas ao alto corpo. As vestes talares limitavam o baixo corpo, associado ao pecado, e evitavam cortes horizontais na cintura, símbolo de castidade. Este tipo de traje também era utilizado por magistrados, estudantes e professores universitários. O corpo indiferenciado, associado às peças talares talhadas com grandes estruturas bidimensionais, conjugava-se, nas camadas interiores, com o corpo tridimensional do indivíduo concreto.

O ideal de pobreza, embora prescrito, não se cumpria integralmente. Os cónegos possuíam bens, amealhavam dinheiro e contraíam dívidas, enquanto a congregação herdava os seus pertences ou comprava objetos úteis. A variedade de artigos de uso pessoal conciliava os princípios da ordem com o estatuto e a honra clerical. A acumulação de roupa branca simbolizava civilidade e distinção. Mesmo sem conhecer desconhecendo o perfil dos proprietários, os Lóios tinham funções com forte exposição pública junto dos leigos, por isso a sua imagem refletia os códigos de honra e a cultura das aparências do Antigo Regime. A virtude devia ser visível nos sinais exteriores do estado clerical. As regras e vivências quotidianas conciliavam os ideais de pobreza e renúncia com a distinção e a autoridade espiritual, tornando os bens supérfluos em instrumentos de representação e honra.

Fontes e Bibliografia

Baldini, M. (2015). *A invenção da moda: As teorias, os estilistas, a história*. Edições 70.

Bartolomé Bartolomé, J. M. (2010). Inventarios post-mortem, cultura material y consumo em León durante da Edad Moderna. Em I. dos G. Sá & M. García Fernández (Coords.), *Portas adentro: Comer, vestir, habitar (ss. XVI-XIX)* (pp. 193–215). *Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial – Universidad de Valladolid e Imprensa da Universidade de Coimbra.*

Bluteau, R. (1716). *Vocabulario Portuguez e latino...* (Vol. 5). Na Officina de Pascoal da Sylva.

Bluteau, R. (1720). *Vocabulario Portuguez e latino...* (Vol. 7). Na Officina de Pascoal da Sylva.

Bluteau, R. (1727). *Supplemento ao Vocabulario Portuguez e Latino...* (Vol. 1). Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.

Braga, I. M. R. M. D. (2012). *Bens de hereges: Inquisição e Cultura Material. Portugal e Brasil (séculos XVII–XVIII)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Butler, J. (2017). *Problemas de género: Feminismo e subversão da identidade* (J. M. de Oliveira, Trad.; 1a ed). Orfeu Negro.

Capela, J. V. (2003). *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758: A construção do imaginário minhoto setecentista*.

Cavallo, S., & Storey, T. (2013). *Healthy living in late Renaissance Italy*. Oxford University Press.

Crenshaw, K. (1991). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, *43*(6), 1241–1299.

Crespo, H. M. (2012). Trajar as Aparências, Vestir para Ser: O Testemunho da Pragmática de 1609. Em G. de V. e Sousa (Coord.), *O Luxo na Região do Porto ao Tempo de Filipe II de Portugal (1610)* (pp. 93–148). Universidade Católica Editora.

Currie, E. (2016). *Fashion and Masculinity in Renaissance Florence*. Bloomsbury Publishing.

Durães, M. (2000). *Herança e Sucessão. Leis, Práticas e Costumes no Termo de Braga (Séculos XVIII–XIX)* [Tese de Doutoramento policopiada]. Universidade do Minho.

Elias, N. (2006). *O processo civilizacional* (L. C. Rodrigues, Trad.). D. Quixote.

Estatutos e constituições dos Cónegos Azuis da Congregação de S. João Evangelista. (1804). Oficina de Simão Tadeu Ferreira.

Falcão, N. P. (2018). *«Ecclesia semper reformanda». A congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África – 1404–1580)*. CITCEM e Afrontamento.

Faria, M. S. (1624). *Discursos varios politicos*. Impresso por Manoel Carvalho, impressor da Universidade.

Fernandes, M. L. C. (2000). Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: Reformas, pastoral e espiritualidade. Em C. M. Azevedo (Dir.), *HIstória Religiosa de Portugal: Humanismos e Reformas* (Vol. 2, pp. 15–47). Círculo de Leitores.

Ferreira, L. G. (2020a). *Conhecer a loba*. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/75020

Ferreira, L. G. (2020b). *Vestidos de Caridade: Assistência, pobreza e indumentária na Idade Moderna. O caso da Misericórdia de Braga*. Húmus.

Ferreira, L. G. (2021). Sexos tecidos, géneros costurados: Indumentária de mulheres pobres no contexto assistencial de Braga, 1650–1750. Em M. M. L. Araújo, C. Contente, & A. Esteves (Coords.), *As mulheres nos caminhos da História* (pp. 252–271). Lab2PT Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação. http://hdl.handle.net/1822/75583

Ferreira, L. G. (2023). Párocos perfeitos do Reino e do Império: Aparência normalizada do clero paroquial português, sécs. XVI–XVIII. Em J. M. Imízcoz Beunza, J. E. Ochoa de Eribe, & A. Artola Renedo (Eds.), *Los entramados políticos y sociales em la España Moderna. Del orden corporativo-jurisdiccional al Estado liberal.* (pp. 1121–1140). Fundación Española de Historia Moderna. https://digital.csic.es/handle/10261/345467

Ferreira, L. G. (2024). «O corpo do corpo»: Sociedade, indivíduos e indumentária na Idade Moderna. Em A. Esteves, J. G. Andrade, & I. Amaral (Coords.), *Reflexões sobre a História do Corpo. Visões interdisciplinares* (pp. 128–158). Lab2PT Coleção Paisagens, Património & Território / Investigação.

Galeria das Ordens Religiosas e Militares, desde a mais remota antiguidade até nossos dias. Adornada com muitas estampas (Vol. 2). (1843). Tipografia na Rua Formosa. https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/34

Garrido Gallardo, M. Á. (1988). El traje de clérigo: Función y significación. *Revista de dialectología y tradiciones populares,* 43, 307–316.

Giorgi, A., & Irigoyen López, A. (2009). *Un clérigo vestido de pulcritud: Imagen de una identidad de prestigio y de distinción en la España moderna. Congreso Internacional Imagen y Apariencia.* https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2929180

Guerreiro, J. S. (2001). Vestes Litúrgicas. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. 4, pp. 329–336). Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da UCP.

Hallett, J. (2018). Introdução. Em J. Hallett & N. Senos (Coords.), *De todas as partes do mundo: O património do 5.o Duque de Bragança D. Teodósio I* (Vol. 1, pp. 15–19). CHAM e Edições Tinta-da-China.

Hespanha, A. M. (1994). *As vésperas do Leviathan: Instituições e poder político (Portugal–Século XVII)*. Almedina.

Hespanha, A. M. (2010). *Imbecillitas: As bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime*. Annablume.

Laqueur, T. W. (1992). *Making sex: Body and gender from the Greeks to Freud*. Harvard University Press.

Le Gall, J.-M. (2018). A virilidade dos clérigos. Em G. Vigarello (Dir.), *História da Virilidade: A invenção da virilidade da Antiguidade às Luzes* (Vol. 1, pp. 235–253). Orfeu Negro.

Lipovetsky, G. (2010). *Império do Efémero: A moda e o seu destino nas sociedades modernas* (R. Louro, Trad.; 2.a edição). Publicações D. Quixote.

Lopes, P. C., & Fontes, J. L. (2024). Revisiting D. Gomes Eanes epistolography: Hesitations and difficulties on a project of religious reform. *Medievalia*, 27(2), 41–71. https://doi.org/10.5565/rev/medievalia.631

Madureira, N. L. (1989). *Inventários–Aspectos do consumo e da vida material em Lisboa do Antigo Regime* [Dissertação de Mestrado policopiada, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]. http://hdl.handle.net/10362/26838

Marques, A. H. O. (1981). *A sociedade medieval portuguesa* (4.a ed.). Livraria Sá da Costa Editora.

Mendes, F. A. (2001). Ordens sacras. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 345–348). Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da UCP.

Pacheco, J. (1741). *Divertimento erudito para os curiosos de notícias históricas, escolásticas, políticas, profanas, naturaes, sagradas, e profanas. Descobertas em todas as idades e estados do mundo até ao presente e extrahidas de varios authores* (Vol. 3). Na Officina de Pedro Ferreira.

Pais, A. N. (2020). O revestimento azulejar da capela-mor de Vilar de Frades. *Património a Norte. Convento de Vilar de Frades: perspetivas de intervenção 1994–2008,* 7, 99–109.

Palomo, F. (2006). *A contra-reforma em Portugal, 1540–1700*. Livros Horizonte.

Paresys, I. (2017). The Body. Em E. Currie (Ed.), *A Cultural History of Dress and Fashion in the Renaissance* (Vol. 3, pp. 57–73). Bloomsbury Academic.

Pastoureau, M. (2016). *Azul: História de uma cor* (A. C. Caldeira & J. Alfaro, Trads.). Orfeu Negro.

Pina, M. I. P. C. (2011). *Os Lóios em Portugal: Origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* [Tese de Doutoramento policopiada]. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Revel, J. (1990). As práticas de civilidade. Em Ariès, Phillippe & G. Duby (Dir.), *História da vida privada: A Idade Moderna* (Vol. 3, pp. 169–209). Edições Afrontamento.

Ribeiro, M. C., & Pereira, A. (2020). O complexo monástico-conventual de Vilar de Frades. *Património a Norte. Convento de Vilar de Frades: perspetivas de intervenção 1994–2008*, *7*, 41–51.

Roche, D. (1996). *The culture of clothing: Dress and fashion on the Ancien Regime* (J. Birrel, Trad.). Cambridge University Press.

Sá, I. G. (2018). *O regresso dos mortos: Os doadores da Misericórdia do Porto e a expansão oceânica (séculos XVI–XVII). ICS, Imprensa de Ciências Sociais.*

Salusso, C. J. (2005a). Cotton. Em V. Steele (Ed.), *Encyclopedia of Clothing and Fashion* (Vol. 1, pp. 306–309). Thomson Gale.

Salusso, C. J. (2005b). Linen. Em V. Steele (Ed.), *Encyclopedia of Clothing and Fashion* (Vol. 2, pp. 355–356). Thomson Gale.

Santa Maria, F. (1697). *O céu aberto na terra: Historia das sagradas congregações dos cónegos seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, e de S. João Evangelista em Portugal*. Oficina de Manuel Lopes Ferreira.

Sanz de la Higuera, F. J. (2013). La vestimenta del clero en el Burgos del XVIII. *Revista de Historia Moderna,* 31, 127–146. https://doi.org/10.14198/RHM2013.31.07

Scott, J. W. (1995). Género: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71–99.

Silva, C. B. (2018). Os inventários no estudo da indumentária: Possibilidades e problemas. *Acervo*, *31*(2), Artigo 2.

Tavares, P. V. B. (2001). Lóios. Em C. M. Azevedo (Dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal* (Vol. 3, pp. 149–157). Círculo de Leitores e Centro de Estudos de História Religiosa da UCP.

Trichet, L. (1986). *Le costume du clergé: Ses origines et son évolution en France, d'après les règlements de l'Eglise*. Editions du Cerf.

Vigarello, G. (1985). *O limpo e o sujo: A higiene do corpo desde a Idade Média* (I. St. Aubyn, Trad.). Editorial Fragmentos.

Vilaça, O. B. (2013). *Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime* [Tese de Doutoramento policopiada, Universidade do Minho]. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/24872

Barão do Gravataí: um Braguense Exponencial no Extremo-Sul do Brasil

The Baron of Gravataí: a Distinguished Native of Braga in the Far South of Brazil

Véra Lucia Maciel Barroso
Coordenadora do Arquivo Central do Centro Histórico–Cultural Santa Casa de Porto Alegre
veramacielbarroso@gmail.com
ORCID: 0009-0008-5516-721X

Bracara Augusta, 133 (2025), 167–190 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.36

Resumo // O intercâmbio entre Santas Casas de Portugal e Santas Casas do Brasil, a partir de Braga (Portugal), juntamente com Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil), tem oportunizado descobertas importantes para a historiografia das Misericórdias dos dois lados do Atlântico. Uma delas, constatada na documentação existente no Arquivo da Santa Casa de Porto Alegre, é o peso significativo de migrantes portugueses, especialmente da região do Minho, na criação da Misericórdia e da sua Irmandade. A partir de pesquisa qualitativa e histórico-documental, o objetivo principal deste trabalho é apresentar um dos braguenses que ganhou proeminência na capital do Rio Grande do Sul, durante o século XIX, como provedor da Misericórdia da cidade e como rico empresário. Trata-se de João Baptista da Silva Pereira, um industrial bem-sucedido, com vida social e política ativa, vindo a ganhar o título de Barão do Gravataí, nome de rua na cidade porto-alegrense. Nascido em Braga, em 1797, faleceu em Porto Alegre, muito jovem, em 1853, quando já amealhara muitos bens como industrial no ramo da navegação, vindo a constituir uma das maiores fortunas da cidade. Os documentos levantados são uma amostra da sua trajetória como migrante português de êxito. O texto finaliza informando como ficou a sua família com seus desafios.

Palavras-Chave:
Barão, Braga, Brasil, industrial, migrante português.

Abstract // The exchange between the Holy House of Mercy of Portugal and the Holy Houses of Mercy of Brazil, from Braga/Portugal, together with Porto Alegre, Rio Grande do Sul/Brazil has led to important discoveries for the historiography of the Mercies on both sides of the Atlantic. One of them, as evidenced by the existing documentation in the Archive of the Holy House of Mercy of Porto Alegre, is the significant weight of Portuguese migrants, especially from the Minho region, for establishing the Mercy and its sisterhood. The main aim of qualitative and historical-documentary research is to present a citizen of Braga who rose to prominence in the capital of Rio Grande do Sul during the nineteenth century as the provider of the city's Mercy and as a wealthy businessman. João Baptista da Silva Pereira was a successful industrialist with an active social and political life, earning him the title of Baron of Gravataí, the name of a street in Porto Alegre. Born in Braga in 1797, he died in Porto Alegre at a very young age in 1853, when he had already amassed many assets as an industrialist in the shipping business, building up one of the city's greatest fortunes until his death. The documents collected are samples of his trajectory as a successful Portuguese migrant. The text ends by telling us how his family coped with his challenges.

Keywords:
Baron, Braga, Brazil, industrialist, portuguese migrant.

Introdução

Explicar nossos elos é preciso!

De desencontros e encontros é feita a história!

Destaque-se que nas duas últimas décadas, sobretudo, tem sido evidente e notável o crescimento da produção historiográfica dirigida à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. Várias obras foram lançadas, acolhendo trabalhos gerados a partir de investigações no acervo do Arquivo do Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHC), como também fruto das pesquisas realizadas por sua equipe.

Nesta oportunidade, traz-se uma das descobertas significativas, em especial, que «saltava aos olhos», mas que passava despercebida na historiografia regional de nosso Estado, e até então da própria autora, no que se refere à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. A partir do intercâmbio que animou a proximidade com historiadores/as que tratam de Misericórdias de Portugal, vem se desvendando o destaque significativo da presença portuguesa — sobretudo de oriundos da região do Minho — na idealização, na criação, na instalação e no crescimento da Misericórdia de Porto Alegre, como na constituição da sua Irmandade.

Fruto dessas relações interoceânicas, que provocaram um olhar mais atento dirigido às fontes documentais da Misericórdia de Porto Alegre, é que se desvendou a importância de um braguense bem-sucedido, dentre tantos outros presentes nas origens da Santa Casa da capital do Rio Grande do Sul. João Baptista da Silva Pereira, o Barão do Gravataí, representa o foco deste trabalho, que a seguir será apresentado, mas sem antes realizar algumas reflexões acerca do entendimento sobre o gênero biográfico e sua distinção do que seja tratar de traços de trajetória de indivíduos.

Foram localizadas fontes documentais inéditas pesquisadas em arquivos públicos e privados de Porto Alegre, para justamente traçar o perfil do migrante braguense que ganhou proeminência no cenário econômico, como também político e social, da capital do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, durante o século XIX.

1. Uma biografia ou traços de uma trajetória «partida»

O gênero biográfico atravessou o tempo, inicialmente com grande aceitação, de acordo com as epistemologias históricas e as posições literárias da época. Depois, sofreu muitas resistências, especialmente pelos ataques da Escola dos Annales, na primeira metade do século XX, tendo em vista que as biografias, até então, privilegiavam homens dados como ilustres. Entretanto, na sequência, admitia-se o trato de indivíduos, desde que fossem situados no seu meio social. É o que chama a atenção Le Goff (1990, pp. 7–8): «A biografia histórica nova, sem reduzir as grandes personagens a uma explicação sociológica, esclarece-as pelas estruturas e estuda-as através

de suas funções e papéis». Assim, verifica-se um avanço no olhar e no respeito aos historiadores-biógrafos, se enquadrados nesta perspectiva. Mas, ainda no final do século XX, as biografias foram granjeando mais adeptos e nova roupagem teórica a sustentar o interesse e a difusão de investigações históricas de biografados, e suas consequentes publicações com largo interesse nas comunidades que lhes dizem respeito ou para além delas. Igualmente, também da arte literária emergiram biografias que ganharam o mercado editorial para além-fronteiras. Quer-se dizer com estas considerações que o retorno às biografias veio dar voz aos anônimos, tanto às pessoas comuns como às da elite, que antes eram desconhecidas ou ignoradas.

A proposta deste texto é dar conhecimento a um personagem — mesmo que a autora não seja historiadora biográfica — «apagado na memória coletiva» da capital do Rio Grande do Sul, ainda que denomine uma das ruas de Porto Alegre. Foi nessa cidade que viveu parte de sua vida como migrante e nela morreu na metade do século XIX, deixando um legado patrimonial dos maiores no contexto de uma sociedade escravista e oligárquica regional.

O historiador brasileiro Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007, p. 248) chama a atenção sobre a situação do indivíduo que emigra. Diz ele que o migrante:

> (...) é um sujeito partido, segmentado, não é uma unidade, uma totalidade. Assim como a sua vida é errante e aberta, ele, enquanto sujeito, é também um sujeito aberto, atravessado por diferentes fluxos sociais. Ele não consegue totalizar as experiências que passam por ele mesmo, que o atravessam. Ele é um entroncamento em que diferentes estradas, diferentes séries históricas vêm encontrar-se e, ao mesmo tempo, vêm separar-se. Ele não é só ponto de chegada, ele é travessia, transversalidade (...).

Eis o desafio do presente trabalho, em que analisar os fluxos sociais que motivaram João Baptista da Silva Pereira a emigrar de Braga, rumo ao extremo-sul brasileiro, na virada do século XVIII para o XIX, impõe-se como outra etapa de investigação. Para então ir-se em busca de cruzamentos de fontes que desvelem os caminhos deste «sujeito partido», na perspectiva de Albuquerque Júnior, ou deste migrante que se desgarrou de suas raízes, cuja «parte originária» ficou oculta na sua memória e dos que a partir dele passaram a constituir uma família sua, «à brasileira». Lembrando Levi (2006, pp. 167–182), essa trilha pode ser um meio eficaz de fazer uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das representações que dele se possa ter conforme os elementos e os contextos de lá «ignorados», e os de cá, onde veio se fixar.

Assim, a seguir, o que se traz à cena são dados, informações e fragmentos da trajetória do migrante João Baptista da Silva Pereira, capturados de fontes e acervos documentais do Brasil, ou seja, encontrados no Rio Grande do Sul, deixando-se a expectativa de localizar-se a sua outra parte, como provocação e foco de pesquisa futura.

2. João Baptista da Silva Pereira: um industrial bem-sucedido

Nasceu em Braga, no dia 15 de janeiro de 1797, e faleceu em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo-sul do Brasil, em 9 de agosto de 1853, com 56 anos.

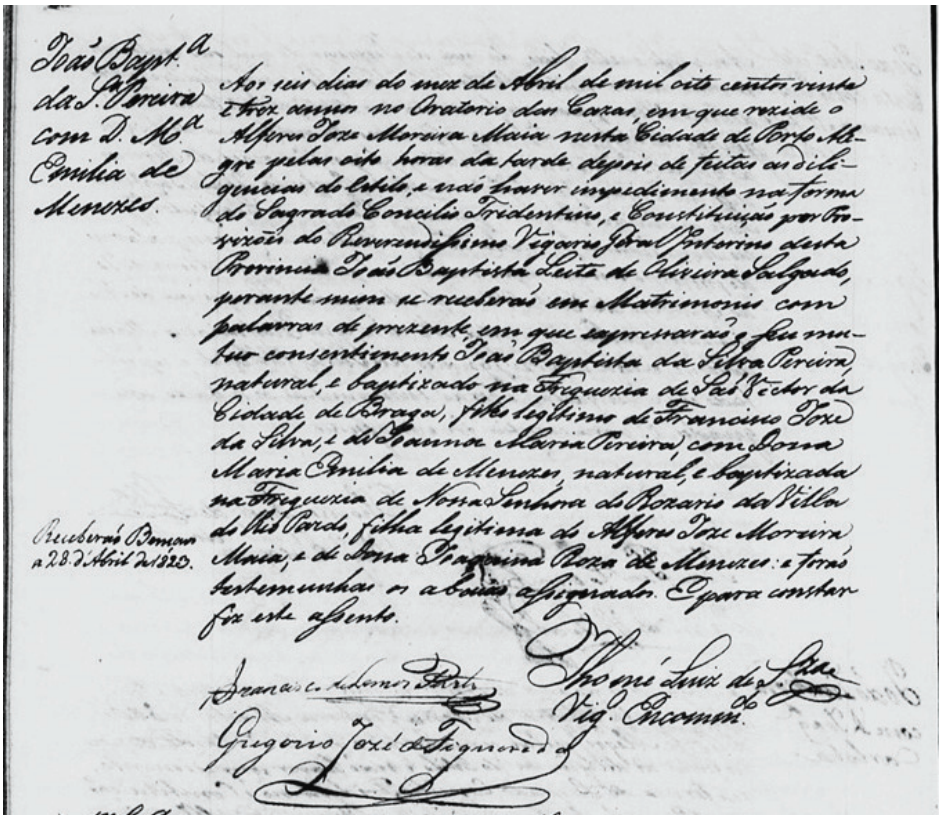
Ele teria chegado a Porto Alegre por volta de 1823, vindo a casar-se com Maria Emília de Meneses, uma jovem de família tradicional de origem açoriana, oriunda do município de Rio Pardo, situado na área central do Estado, mais ou menos a 150 km da capital.

O processo dos seus autos matrimoniais é composto pela Justificação de Solteiro e pelos Autos de Casamento. A Justificação de Solteiro foi autuada a 2/4/1823, na qual ele declarou que era filho de Francisco José da Silva e Joana Maria Pereira. Afirmou ser natural da Freguesia São Victor, do concelho de Braga, Portugal, de onde saiu para o Brasil, «de idade de quatorze anos, pouco mais ou menos, que vindo a Lisboa, e se passou à Bahia, e desta para esta Cidade de Porto Alegre» (Habilitação Matrimonial, 1823, p. 107). Após ter referido que esteve alguns anos na Bahia, declarou que há cinco anos aproximadamente viera para Porto Alegre.

Para ratificar as suas informações, ele apresentou três testemunhas: José Antonio Machado Ourique, 27 anos, casado, vivendo de seu negócio. Conhece-o desta cidade, perto de três a quatro anos, «vindo com o Capitão Estacio Borges, da cidade da Bahia, e sabe por ouvir dizer que é filho de Portugal, de onde saíra na idade que declara para a mesma cidade da Bahia»; Luis Antonio Feijó, 34 anos, casado, vivendo de seu negócio. Conhece-o desta cidade, perto de quatro a cinco anos, quando veio da Bahia com o «finado Capitão Estacio Borges», e «sabe por ser constante e público que ali estava há anos vindo de Portugal na idade que aponta»; Manuel de Freitas Leitão, 27 anos, casado, vivendo de seu negócio. Conhece-o da cidade da Bahia há sete anos e também de Porto Alegre, e é «constante ter saído de sua Pátria, menor de 14 anos».

Os Autos de Casamento foram autuados a 3/4/1823 e sentenciados como «habilitados ao casamento» a 6/4/1823. Nesse momento, deviam apresentar suas certidões de batismo. Para tanto, o fiador João Braulio de Azevedo Marques assinou a fiança de 10$000 réis a cada um, para que levassem ao Juízo Eclesiástico no prazo de um mês. João Baptista, no entanto, entregou uma declaração dizendo ser inviável a apresentação de tal documento e justificou: «Atentos às circunstâncias em que se acha a Europa». Assim, ele assinou uma caução perante o Juízo e se casou. Maria Emília não apresentou a certidão, e seu pai, o alferes José Moreira Maya, declarou que a autorizava a se casar. Ela era filha de José com Joaquina Roza de Menezes (Habilitação Matrimonial, 1823, p. 107).

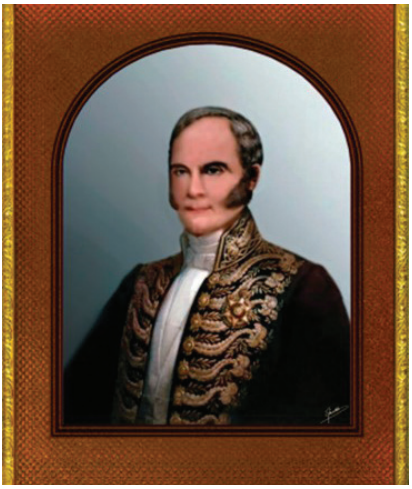
Figura 1. Registro de casamento de João Baptista e Maria Emília



Fonte: Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre Monsenhor Rubens Neis. Rio Grande do Sul/Brasil.

Como referido, João Baptista migrou para o Brasil, com apenas 14 anos, antes de prestar o serviço militar, o que representava, além da burocracia, um pesado ônus para as famílias, ressalta a historiadora Marta Araújo, em seu recente livro, intitulado *O Visconde de São Lázaro e o Palácio do Raio*. A propósito, frisa Jorge Fernandes Alves (1998, p. 9) que o envio de jovens de 13 a 14 anos era uma decisão paternal motivada pelo desejo de fortuna, o que parecia viável no Brasil, pois era certo que eles iriam encontrar, senão a pátria, um traslado dela, senão a família, um grau de parentesco. E esclarece mais: «Os portugueses queriam enviar emigrantes jovens, com alguma qualificação e alguma protecção, que pudessem fazer carreira comercial ou nos ofícios, integrando-se na vasta colônia portuguesa que no Brasil dominava grande parte das atividades comerciais (...)» (Alves, 1998, pp. 9–10). Portanto, migrar foi uma motivação alargada na virada do século XVIII para o XIX, a muitos jovens, com destaque no contexto da emancipação política do Brasil, ocorrida em 1822. Segundo Jorge Fernandes Alves (2022, p. 1), no final do século XVIII, o fluxo anual das saídas de Portugal era

Figura 2. João Baptista da Silva Pereira



Nota: Imagem recuperada e colorizada a partir de uma fotografia adquirida em 1980 da família do artista plástico gaúcho João Faria Vianna. **Fonte:** Acervo iconográfico de Ronaldo Marcos Bastos.

Figura 3. A filha Maria Emília



Nota: Imagem recuperada e colorizada a partir de uma fotografia adquirida em 1980 da família do artista plástico gaúcho João Faria Vianna. **Fonte:** Acervo iconográfico de Ronaldo Marcos Bastos.

superior a 3.000 homens, diante das vantagens que a emigração vinha apresentando, com o retorno de alguns que possuíam fortunas de monta. Mas o braguense João Baptista não retornou a Portugal, vindo a ser «um perdido para a nova pátria».

Ainda não se tem dados concretos que demonstrem e confirmem se a família de João Baptista tinha relacionamento com braguenses residentes em Porto Alegre, pois não eram poucos, como as pesquisas mostram. É de se prospectar os motivos que o levaram a sair da Bahia e a se fixar no Rio Grande do Sul. Teria ele aqui acolhimento de um amigo patrício seu que chegara antes e lhe abrira portas? Pois, sem demora, e rapidamente, veio a se casar com moça de família de posses. São indícios que revelam uma vila — a de Porto Alegre —, animada pela presença de migrantes portugueses, onde a prosperidade cativava a muitos, especialmente por se tratar da conjuntura de paz, depois de quase um século de disputas militares entre as coroas ibéricas pelo domínio do mediterrâneo do Rio da Prata, no Cone Sul da América Meridional. Afinal, em 1801, com o Tratado de Badajós, era sepultado definitivamente o Tratado de Tordesilhas de 1494. Assim, o Rio Grande do Sul ingressava na fase de sua organização, em virtude de sua incorporação definitiva ao seio brasileiro. Este é o contexto do migrante João Baptista, na terra que adotou como sua até falecer. Como já posto, ao que se sabe, ele não voltou mais a Braga.

Situado e casado, teve, com sua esposa, quatro filhos: Francisco Baptista da Silva Pereira, Maria Emília da Silva Pereira, Augusto Baptista da Silva Pereira e Henrique Baptista da Silva Pereira.

Figura 4. Representação do estaleiro de João Baptista da Silva Pereira



Nota: Reprodução através da arte, a partir de dados históricos com base documental, utilizando recortes de fotografias, combinados com geração de caracteres em computador.
Fonte: Acervo iconográfico de Ronaldo Marcos Bastos.

Sem demora, em Porto Alegre, ele passou a construir barcos fluviais, em pequeno estaleiro que montou às margens do lago Guaíba, que banha a cidade. Seu negócio como industrial cresceu, vindo a adquirir propriedades na capital e no interior, transformando-se em estancieiro de muitas posses, com um número significativo de escravizados. Fica a indagação: seu capital inicial seria oriundo da família da sua consorte ou amealhado na Bahia, onde residiu por alguns anos, antes de vir para Porto Alegre?

Naquele tempo, a margem do Guaíba se estendia ao longo do Caminho do Belas, atual avenida Praia de Belas, rumo à Zona Sul da cidade. Foi na área onde hoje está edificado o Colégio Pão dos Pobres que ele montou um modesto estaleiro, que inicialmente produzia barcos menores, passando depois a fabricar outros de maior porte.

Pelo ano de 1826, ele mandou construir um palacete que viria a ser conhecido como o Solar da Baronesa do Gravataí, visto ter ele falecido muito cedo.

Bem-sucedido em seu negócio, foi adquirindo áreas ao redor do solar, vindo a ter uma vasta propriedade, que após sua morte ganhou a denominação de Arraial da Baronesa; também chamada de Areal da Baronesa, pois o território estava situado próximo às águas que banham a cidade.

Figura 5. Vista panorâmica da Cidade Baixa de Porto Alegre, próximo ao Guaíba. Vê-se, ao centro, um prédio branco – o Solar da Baronesa



Nota: Imagem do fotógrafo Luis Terragno, em 1858, revitalizada digitalmente.
Fonte: Acervo iconográfico de Ronaldo Marcos Bastos.

À época, além de se poder pescar e usufruir de água potável do Guaíba, parte da área era coberta por um pomar de várias frutas e por uma vasta horta; e a outra parte permanecia com um matagal que atingia a rua da Margem, por estar junto ao curso do arroio Dilúvio, vindo a desembocar próximo ao Gasômetro, atualmente uma área cultural e de lazer, junto ao Guaíba. O matagal passou a ser refúgio de escravizados fugidos, dificultando a ação dos capitães do mato. Ali escondidos, eles assaltavam os passantes, para cobrir suas necessidades, razão pela qual o lugar passou a se chamar de Emboscadas.

No solar da família, localizado no espaço central da propriedade, a vida cotidiana de João Baptista e Maria Emília com seus filhos era movimentada pelos saraus festivos e pelas recepções de autoridades, além das reuniões políticas e dos encontros de negócios. Conforme o inventário de João Baptista, no rol dos bens legados, consta um piano de cauda e um menor, que deram suporte às recepções no palacete. Imagine-se o solar em reuniões sociais, animadas por música ao som instrumental que deviam encantar os visitantes, dando mostras da próspera condição social da família.

Paralelamente, ele participava dos acontecimentos políticos, não só da cidade. Entre os anos de 1835 e 1845, uma guerra civil, chamada Farroupilha, em alusão aos rebeldes, movimentou a então província, governada pelo Barão de Caxias. O braguense João Baptista posicionou-se ao lado dos legalistas, emprestando uma vultosa soma ao governo, sem cobrar juros. Não se tem ainda a informação do aporte financeiro proporcionado por ele contra o movimento regional que se impunha perante o império brasileiro. O Imperador D. Pedro II, que governou o Brasil entre 1840 e 1889, quando veio ao Rio Grande do Sul para apaziguar a guerra civil, em fevereiro de 1845 — ano que terminou o movimento —, hospedou-se com a Imperatriz Tereza Cristina na residência de João Baptista e sua esposa Maria Emília.

Mas, para surpresa da família e dos que o cercavam, ele veio a falecer de repente, muito cedo, com apenas 56 anos, de uma hemorragia cerebral. Foi encomendado na Capela Senhor dos Passos, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre.

Após sua morte, a viúva, então com 44 anos, seguiu morando na residência da família — o Solar da Baronesa —, onde viveu até sua morte, em 1879. Sua localização na Cidade Baixa demarcou a ampla área da propriedade — o Areal da Baronesa —, assim conhecida no imaginário coletivo até a atualidade.

Sem conhecimento de negócios, tampouco da dimensão do patrimônio herdado, a família foi perdendo o seu controle. Com a empresa do marido paralisada e as dívidas aumentando, diante das despesas que se acumulavam, pouco a pouco, o patrimônio foi se reduzindo. Assim, Maria Emília foi envelhecendo, sem mais o esplendor dos tempos do esposo, até que veio outra grande perda: um incêndio destruiu o solar, em 1875, poucos anos antes da sua morte.

Na sequência, o terreno foi doado pela família para a construção do Instituto Pão dos Pobres, dirigido pela congregação lassalista. No local foi preservado o pórtico original do Solar.

Figura 6. Prédio do Orfanato Pão dos Pobres[1], no local onde esteve a residência do Barão e da Baronesa do Gravataí



Fonte: Imagem pública do Acervo do Pão dos Pobres.

[1] A Fundação Pão dos Pobres de Santo Antônio nasceu com a missão de atender viúvas e crianças órfãs. Atualmente, atende meninos órfãos que ali aprendem um ofício.

3. Títulos, honrarias e atuação na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

João Baptista da Silva Pereira foi comandante superior da Guarda Nacional de Porto Alegre, vindo a prestar serviços na organização dos corpos auxiliares do Exército, quando da guerra com a República Oriental do Uruguai, em 1852. Por sua trajetória de apoio ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, foi-lhe conferido o título de «Barão do Gravatahy», por decreto de 29 de julho de 1852, um ano antes de falecer.

Maria Emília também foi agraciada com o título de Baronesa, sendo o brasão registrado no Cartório da Nobreza, no Livro VI, com a seguinte descrição:

> (...) Uma lisonja esquartelada — no primeiro quartel, em campo de prata um gravatá de verde, saindo de uma campina do mesmo, tendo, ao pé do tronco, uma cadela ao natural, deitada, olhando para o lado esquerdo; no segundo quartel, em campo de vermelho, uma banda de ouro ornada de azul; no terceiro quartel, em campo de azul, uma balança de ouro; e, no último quartel, em campo de ouro, uma torre de vermelho. Timbre: o gravatá das armas. Coroa: a de Barão (...) (Carvalho, 1937, p. 82).

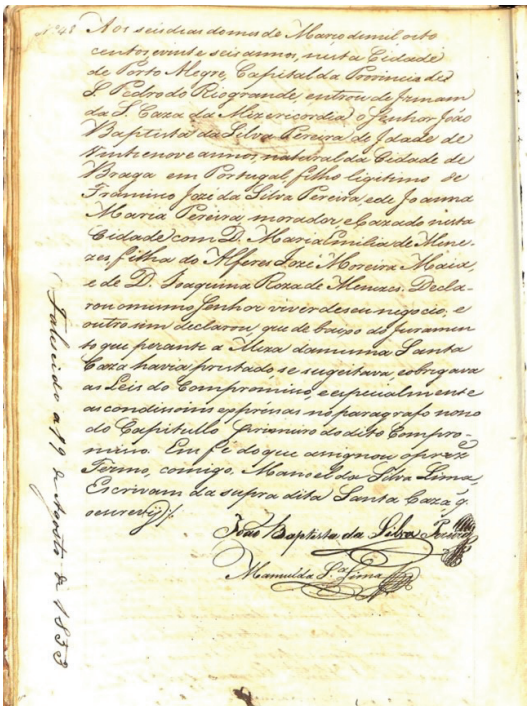
Outras honrarias foram concedidas a João Baptista, sobretudo como filantropo, além das ações de apoio prestadas aos governos regional e nacional. Ou seja, seu título de nobreza foi ampliado com outros dois títulos: o de Comendador da Imperial Ordem de Cristo e o de Comendador da Imperial Ordem da Rosa. A Imperial Ordem de Cristo é uma antiga ordem honorífica brasileira, originada a partir da portuguesa Ordem Militar de Cristo, que remonta à medieval Ordem de Cristo. Foi a segunda ordem imperial brasileira com mais titulares, logo atrás da Imperial Ordem da Rosa, e premiava tanto militares quanto civis. Foi extinta com a proclamação da República brasileira em 15 de novembro de 1889. E a Imperial Ordem da Rosa foi uma ordem honorífica brasileira, criada em 17 de outubro de 1829 pelo Imperador D. Pedro I, para perpetuar a memória de seu matrimônio, em segundas núpcias, com a princesa Amélia de Leuchtenberg. A ordem premiava militares e civis, nacionais e estrangeiros, que se distinguissem por sua fidelidade à pessoa do Imperador e por serviços prestados ao Estado, e comportava um número de graus superiores às outras ordens brasileiras e portuguesas, então existentes.

Figura 7. Brasão do Barão do Gravataí



Fonte: Carvalho (1937, p. 82).

Figura 8. Termo de ingresso de João Baptista da Silva Pereira na Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre



Fonte: Livro nº 1 de Termos de Entrada de Irmãos. Arquivo Central do CHC Santa Casa de Porto Alegre.

Em 6 de março de 1826 ingressou na Irmandade da Misericórdia de Porto Alegre, ou seja, três anos depois de sua instalação na cidade, o que denota já estar bem-sucedido em seus negócios. Como adverte a historiadora Maria Marta Lobo de Araújo, as Misericórdias estavam ancoradas na elite local, onde elas estivessem (Araújo, 2020, pp. 143–165).

Foi seu provedor no ano de 1846. Ainda que por um curto período, sua atuação esteve marcada por algumas ações. Logo após assumir, tratou da continuidade da construção do Asilo dos Alienados da Santa Casa. Também de melhorias do cemitério, como o desaterro da área, a construção do seu muro, além de aprovar a planta para a cocheira e cavalariça dos carros e coches para o serviço nos sepultamentos. Outra iniciativa sua, com a aprovação da Mesa Administrativa, foi a de mandar vir da corte, no Rio de Janeiro, os retratos do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz Tereza Cristina, os quais ficaram expostos na sala da Provedoria, cobertos com um pano adquirido para sua proteção, quando não houvesse assembleias. Na atualidade, seguem preservados no Salão Nobre da Provedoria. E este era o cenário da fachada da edificação (Figura 11), quando de sua atuação na Santa Casa.

Figuras 9 e 10. Imperatriz Tereza Cristina e Imperador D. Pedro II





Fonte: Acervo do Museu do CHC Santa Casa de Porto Alegre/RS.

Figura 11. Fachada principal da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre



Fonte: Acervo do Arquivo Central do CHC Santa Casa de Porto Alegre.

4. Falecimento do Barão do Gravataí e a crise da família

No auge dos seus negócios, o Barão do Gravataí veio a falecer no posto de coronel do Imperial Exército Brasileiro, em 19 de agosto de 1853, como atesta seu registro de óbito.

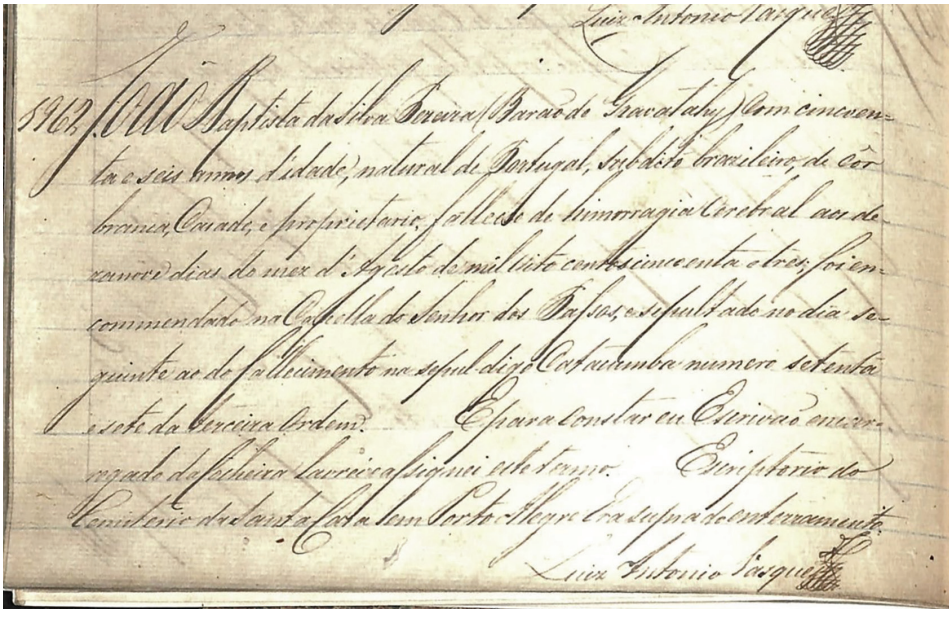
Ele está sepultado com a Baronesa na alameda principal do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre.

A Baronesa do Gravataí abriu o inventário em 14 de setembro do mesmo ano do falecimento do esposo, ficando o filho mais velho, Francisco, de 21 anos, como inventariante. O menor tinha 14 anos, residindo em Petrópolis, na província do Rio de Janeiro.

No inventário, os bens de raiz do casal estão assim sumariados:

- Uma casa de dois andares com seis portas em setenta e oito palmos de frente, à rua da Praia, e cento e oito de fundo no corpo da casa, devendo lhe pertencer quarenta e quatro palmos de pátio, e, por conseguinte, a parte da cozinha correspondente a sete palmos, que vem a ser a metade do pátio, no sentido transversal (...). Avaliada em 34:000$000rs.
- Uma casa de um andar sita na rua Nova da Praia com seis portas e setenta e nove palmos de frente e centro e dez ditos de fundo no corpo da casa,

Figura 12. Registro de óbito e sepultamento de João Baptista da Silva Pereira



Fonte: Livros de Registro de Sepultamentos nº 2. Arquivo Central do CHC Santa Casa de Porto Alegre.

pertencendo metade do pátio e metade da cozinha velha como ou igual à casa da rua da Praia com marinhas correspondentes à frente da mesma casa (...). Avaliada em 27:000$000rs. E 56 palmos de marinhas imediatas às de cima para o lado este. Avaliados em 280$000rs.

- Uma casa de um andar com três portas de frente, sita no Largo da Alfândega, fundos correspondentes com um quintal murado. Avaliada em 16:000$000rs.
- Uma casa térrea com seis portas de frente à rua da Praia, canto do Beco do Fanha, com poucos fundos. Avaliada em 5:600$000rs.
- Uma casa com duas janelas e uma porta, e um pequeno mirante em cima, sita na rua Clara. Avaliada em 3:200$00rs.

Figura 13. Sepultura do Barão e da Baronesa do Gravataí



Fonte: Acervo do Arquivo Central do CHC Santa Casa de Porto Alegre.

- Uma chácara sita na Praia de Bellas com duzentos e cinquenta e nove braças de frente a esta mesma praia, e fundos fazendo frente ao Riachinho (servindo-se pelo Norte com a chácara do Comendador Louzada, e pelo Sul com a de José Rodrigues d'Oliveira, tendo dentro deste terreno uma casa de sobrado com oitenta e cinco palmos de frente e noventa e seis de fundos, cozinha, contrafeito tosco e senzalas correspondentes para os escravizados (...). Avaliada em 32$000$000rs.
- Um terreno imediato à chácara acima com trinta braças de frente à Praia de Bellas, e fundo à rua Santa Thereza, dividindo pelo Norte com o riachinho e pelo Sul com terras de José Rodrigues d'Oliveira, existindo dentro deste terreno uma olaria em ruínas. Avaliado em 3:600$000rs.
- Uma morada de casas sita na Vila de São Gabriel, na rua do Comércio, canto da rua das Flores, dividindo com casas da D. Leonedia Soares de Souza, e pelos fundos com a rua Nova.
- Uma data de matos na Serra Geral, margem esquerda do rio Caí, com mil e quatrocentas braças de frente e mil e quinhentas ditas de fundo.

Para a época, um patrimônio de imóveis que denotava a riqueza da família.
O rol dos bens em ouro e prata segue detalhado: 4 salvas, 1 jarro de bacia,

5 pares de castiçais grandes, 3 pares de castiçais menores, 1 par de castiçal pequeno, 1 paliteiro de prata grande, 1 par de paliteiros menores, 1 par de paliteiro e bocais, 1 par de paliteiro e estrivos, 1 freio, 1 salva e tesoura de espírito, 12 garfos e facas, 18 colheres para chá, 18 colheres de sopa, 1 concha de sopa, 1 par de trinchantes, 1 Comenda da Ordem de Cristo (32$000rs), 1 Hábito pendente da mesma (64$000rs), 1 Hábito de Cristo (12$000), 1 Comenda da Imperial Ordem da Rosa (64$000), 1 Hábito da Ordem de Cristo (16$000), 1 par de botões com pedra brilhante, 2 correntes de ouro, 2 pares de brincos de ouro, 1 par de brincos de ouro com brilhante, 2 anéis de ouro e 2 anéis de ouro com brilhante. Tudo no valor total de 1:769$200rs. No inventário, detalha-se o valor de cada item, o que permite observar que, dos itens de honrarias, o de menor valor é o do Hábito de Cristo.

No tocante aos móveis, a relação é extensa: uma mobília de pau preto dourada com assento de palhinha e almofadas de damasco encarnadas, contendo: 1 sofá, 2 aparadores grandes com pedra mármore e espelho, 4 aparadores pequenos, 1 mesa redonda, 18 cadeiras; uma mobília de mogno, contendo: 1 sofá, 1 mesa redonda com pedra amarela, 6 aparadores, 6 cadeiras de braços, 18 cadeiras pequenas; uma mobília de jacarandá, contendo: 1 sofá, 2 aparadores, 12 cadeiras, 24 cadeiras de jacarandá menores, 4 mesas, 2 sofás, 24 cadeiras de palhinha, 2 guarda-louças de jacarandá, 2 sofás de jacarandá com gaveta, 1 mesa de jantar, 1 mesa de jantar de cedro, duas camas de jacarandá grandes, 4 marquesas, 1 secretária de mogno, 1 secretária de jacarandá, 1 guarda-roupa de jacarandá grande, 1 escrivaninha, 2 lavatórios, 1 costureiro, 2 mesas de cozinha, 1 armário, 12 cadeiras de pau, 1 cadeira de costura, 2 aparadores para louça, 1 mesa de jantar, 1 relógio de parede, 2 espelhos grandes, 1 lustre grande, 1 lustre pequeno, 6 quadros para sala, 1 piano de rabo bom com banca, 1 piano menor, 2 encerados para sala, 2 esteiras grandes para sala, 14 florões com mangas, pianha e ramos, 2 florões com mangas, pianha e ramos, 2 florões, 3 vasos de cristal, 10 vasos de cristal, 8 vasos de porcelana dourada, 4 vasos pequeninos, 3 fruteiras de porcelana, 1 par de escarradeiras de porcelana, 4 pares de maga de cristal, 1 candeeiro de azeite, 1 candeeiro de azeite sem manga, 1 candeeiro de bronze para meio da mesa com 7 luzes e mangas, 1 candeeiro de casqueiro para meio de mesa com 7 luzes, 1 par de castiçais de bronze com 3 luzes sem mangas, 12 pares de castiçais de casqueiro com mangas, 1 lamparina de porcelana, 3 lampiões grandes, 2 lampiões pequenos, 10 garrafinhas de figura para ter cheiro em cima da mesa, 2 pirâmides de mármore, 1 caixa para chá, 6 capachos, 2 cobertas de louça incompletas para mesa, 1 aparelho de chá de porcelanas matizadas incompleto, 18 xícaras, 30 xícaras de chá de porcelana branca, 36 canequinhas de porcelana para café, 3 xícaras para caldo e 4 urinóis. Tudo avaliado em 4:269$200rs.

No mobiliário, rico e farto, destaca-se a mobília de jacarandá com vários exemplares de cadeiras, certamente para acolher os convidados nas ocasiões dos saraus. Lampiões, lamparinas, lustres, candeeiros e castiçais iluminavam os encontros festivos no palacete familiar. Porcelanas, cristais, mármores e objetos em bronze davam o

toque do luxo residencial. Não poucos vasos de cristal adornavam os ambientes das sociabilidades. Quadros emolduravam as paredes da residência. Estariam estampadas imagens do Brasil ou de Portugal?

Quanto às embarcações, a família ficou com três: 1 brigue com 180 toneladas, denominado *Argos*, pronto a navegar; 1 brigue com 186 toneladas, denominado *Flor do Sul*, também pronto a navegar; e 1 iate de 59 toneladas, denominado *Tentador*, pronto a navegar.

O rol da escravaria permite depreender o alcance patrimonial do casal, com a importação de africanos e africanas de diferentes origens da África. Ainda que não estejam informadas as ocupações de todos/as, verifica-se de pronto um bom número de marinheiros, que denotam a atuação no estaleiro do Barão do Gravataí.

Tabela 1. Relação dos escravizados do casal Barão e Baronesa do Gravataí (1853)

Escravizado/a	Idade	Nação	Ocupação	Avaliação
Leandro	55 a	Nação mina	marinheiro	250$000rs
Miguel	50 a	Congo	Idem	550$000rs
Domingos	50 a	Benguela	idem	200$000rs
Joaquim	50 a	Benguela	idem	650$000rs
João	50 a	Angola	idem	n/c
João	40 a	Angola	idem	n/c
Agostinho	40 a	Moçambique	idem	n/c
António	40 a	Congo	idem	n/c
José	36 a	Angola	idem	n/c
José	30 a	Cabinda	idem	n/c
Raymundo	30 a	Cabra	idem	500$000rs
João	30 a	Moçambique	idem	750$000rs
José	30 a	Cabinda	idem	650$000rs
José Márcio	28 a	Crioulo	idem	650$000rs
Cândido	28 a	Benguela	idem	n/c
Salvador	28 a	Mina	idem	n/c
João	26 a	Mina	idem	800$000rs
Manoel	26 a	Mina	idem	500$000rs
Izidro	36 a	Cabra	carpinteiro	900$000rs
João Luiz	30 a	Cabra	idem	800$000rs
Firmiano	30 a	Crioulo	idem	500$000rs
Marcolino	24 a	Crioulo	idem	750$000rs
Abel	20 a	Mulato	idem	850$000rs
José	32 a	Congo	pedreiro	550$000rs
Manoel	30 a	Crioulo	idem	600$000rs

Escravizado/a	Idade	Nação	Ocupação	Avaliação
Lucio	28 a	Crioulo	idem	900$000rs
Floriano	28 a	Cabra	idem	500$000rs
Manoel Velho	54 a	Angola	n/c	150$000rs
João	50 a	Congo	n/c	350$000rs
Miguel	50 a	Mina	n/c	300$000rs
Diego	40 a	Mina	n/c	550$000rs
Matheos	40 a	Mina	n/c	450$000rs
Satiro	30 a	Mina	n/c	700$000rs
Thomé	29 a	Mina	n/c	600$000rs
Jacintho	29 a	Mina	n/c	700$000rs
Agostinho	28 a	Mina	n/c	500$000rs
Raymundo	28 a	Angola	n/c	600$000rs
Lourenço	28 a	Mina	n/c	650$000rs
José	27 a	Mina	n/c	700$000rs
Benedito	27 a	Mina	n/c	600$000rs
Joaquim	27 a	Angola	n/c	600$000rs
Scipião	26 a	Mina	n/c	550$000rs
Felippe	25 a	Angola	n/c	700$000rs
Adão	9 a	Crioulo	n/c	400$000rs
Josefa	56 a	Crioulo	n/c	250$000rs
Joanna	50 a	Benguela	n/c	250$000rs
Justina	40 a	Mina	n/c	550$000rs
Catharina	30 a	Angola	n/c	700$000rs
Thomazia	29 a	Crioula	n/c	700$000rs
Eva	28 a	Crioula	n/c	700$000rs
Raquel	14 a	Crioula	n/c	600$000rs

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do inventário do Barão do Gravataí (1853).

Quanto aos animais, o número é pequeno: 1 cavalo (32$000), 2 mulas (cada uma por 16$000), 3 vacas mansas (cada uma por 20$000), 1 novilho (16$000) e 2 terneiras (cada uma a 10$000). Chama a atenção o valor de um cavalo, superior em dobro ao valor de uma mula, cuja tração para transporte é mais eficiente.

A análise do inventário no quesito biblioteca do Barão do Gravataí impõe observações que chamam a atenção, inicialmente, para o fato de que muitos livros foram importados da França e de Portugal, denunciando também o interesse jurídico e comercial para o trato de seus bens e da sua defesa. Há obras em latim, e até de gramática italiana, o que mostra a amplitude e a versatilidade da sua cultura.

Relação nº 1 - Livros da Biblioteca

Coleção da Legislação, 1750 a 1820 (9 v.), Coleção das Leis Brasileiras, de 1808 a 1848 (23 v.), Repertório das Ordenações (4 v.), Ordenações do Reino (3 v.), Direito Mercantil Português, Dicionário Comercial por Ferreira Borges, Contrato Mercantil, Câmbio Marítimo, Direito Civil por Luiz Teixeira (3 v.), Instituições (francês, 7 v.), Lobão (Notas a Melo, 4 v.), Lobão (Segundas Linhas, 3 v.), Anotações por Waldeh (3 v.), Manual do Cidadão (7 v.), Apontamentos sobre o Processo Criminal pelo Jury, Doutrina das Ações, Manual Prático, Primeiras Linhas sobre o Processo Orfanológico, Linhas Civis por Pereira e Souza (2 v.), Corpus Jurie Civilis (2 v.), Dictionaire des Dates (2 v.), Oluvres de Parthier (2 v.), Garnier Dictionaire Politique, Garnier Economia Politique, Cours de Politique por Benjamim Constant, Cours d'Economie por J. R Say (2), Cours de Economie Politique, Traité d'Economie Politique (2), Economie Politique por Rossi (2), Droit Penal, Droit Criminal Français por Rauter (2), Droit Commercial Maritimo por Boulay Paty (2), Droit Commercial por Pardessey (6), Droit Commercial por Massé (6), Droit Maritimo por Azuni (4), Droit Publice por Sobreyro Pinheiro (2), Droit das Gens por Vattelo (3), Droit das Gens por Wheaton (2 v.), Droit das Gens por Kluber (2 v.), Droit das Gens por De Martons (2 v.), Guid Diplomatique, Diplomatic de La Mer por Ortolan (2 v.), Institutes de Justinien por Ortolan (2 v.), Constitucions des Peuples Libres por Sismondi, Theorie des Peines por Bentham (2), Legislation por Bentham (4), Dictionaire de Theologie por Besgier (6 v.), Elemens de Jurisprudence por Macacel, Peine de Mort por Guizas, Theoria do Governo, Code cível por Rogran Institutiones por Gincinerii (3 v.), Droit Natural por Jouffroy (2 v.), Filosophie d'Droit por Lerminier (2 v.), Filosophie e Introducion por Cousin (3 v.), História Universal por Muller (2 v.), História Universal por Bossuet (2 v.), História da Alemanha, Letteratura Français, Manual do Publicista (4 v.), História e Anales do I. e Parlament por Volsain (3 v.), Rhetorica Petica, Horacius Jvencii (2 v.), Magnum Lexicon, Grammatica Italiana, Filosophie de Mentis, Geographia por Urcullu (3 v.), Direito Internacional por Falie.

Na relação dos volumes da biblioteca, chama a atenção o interesse por: Legislação, Direito e Jurisprudência, Relações Comerciais, Economia, Economia Política, Filosofia, História Universal, Literatura Francesa, Retórica, Gramática Italiana, Geografia e até Teologia, o que permite vislumbrar ser um personagem dotado de cultura universal. E mais, estava fundamentado em defesa de seus negócios, e amparado em legislação, levando em conta seu plantel de trabalhadores livres e escravizados no setor mercantil.

Como de costume, os inventários no Brasil relacionam todos os itens, inclusive as roupas dos familiares: 2 dúzias de lençóis, 1 dúzia de fronhas, 6 colchas, 2 dúzias de toalhas de mãos, 1 dúzia de toalhas de mesa, 3 dúzias de guardanapos, 2 casacos de pano, 2 sobrecasacos de pano, 5 pares de calças de casimira, 7 pares de calças de brim, 7 colchas de sede e morim, 3 colchas de fustão, 3 dúzias de camisas, 2 gravatas de cetim, 18 pares de ceroulas, 3 dúzias de pares de meia, 1 dúzia de lenços de mãos, 2 pares de botinas e 3 pares de sapatos.

Segue, também, a relação de bens que deixaram de mencionar, inicialmente, no inventário, listados mais no final do documento, mas que é pertinente informar: 1 par de tigelas de vidro, 6 pratos de vidro, 6 garrafas de vidro para água, 10 garrafas de vidro para vinho, 3 garrafas de vidro douradas, 10 garrafinhas, 1 jarro e bacia de vidro, 1 licoreiro incompleto, 1 galheteiro de vidro incompleto, 8 compoteiras incompletas, 30 copos de vidro para champanhe, 18 copos de vidro para cerveja, 12 copos de vidro para água, 9 copos de pé de salva, 12 ditos mais pequenos, 44 cálices para vinho, 10 copos de vidro para ovos, 8 saleiros de vidro, 1 bule de casquinha, 1 cafeteira de casquinha, 1 ralo de folha, 4 porrões de barro, 4 gaiolas para canários, 2 alguidares, 1 selim com duas mantas, 1 balança americana com 34 pesos, 1 cadeirinha de arruar, 2 carroças com arreios competentes, 1 arado, 1 grade, 2 pás, 6 enxadas, 3 foices, 1 alavanca, 1 cavadeira, 8 panelas de ferro, 2 caçarolas, 2 chaleiras, 1 caldeirão de ferro e 2 bacias de arame.

Vale destacar a cadeirinha de arruar que dava visibilidade da condição social da família, movimentada pela escravaria doméstica. E mais: champanhe, vinho e cerveja eram bebidas consumidas para além do cotidiano familiar, pelo número de cálices e copos listados.

O exame dos bens legados pelo Barão do Gravataí merece uma análise mais acurada, que se realizada no presente trabalho extrapolaria os limites que o texto encerra.

5. Um patrimônio de monta e as dificuldades pós-morte do Barão do Gravataí

Em 13 de fevereiro de 1854, conforme o processo do inventário, a Baronesa solicitou ao Juiz de Órfãos e de mais Justiças que se fizesse a venda do Brigue Argos e de escravizados que serviam de marinheiros, para evitar maior prejuízo, diante da grande despesa que estavam tendo. Para o que, fosse feita a avaliação e se vendesse pelo melhor preço.

Ainda em 17 de março de 1854, enviou pedido ao Juiz dos Órfãos para alienar também o Brigue Flor do Sul, no porto do Rio de Janeiro, e mais dois escravizados que serviam de marinheiros, obtendo o melhor preço, diante da situação de herdeiros ainda menores. E que se fizesse arrematar em hasta pública pelo melhor preço que obtivesse pela avaliação. Assinam o pedido Emília Baptista da Silva Pereira e Augusto Baptista da Silva Pereira, «por mim e como tutor de meus irmãos menores acima, e do outro chamado Henrique que ainda está na infância – Francisco Baptista da Silva Pereira».

Feita a avaliação dos bens em ouro, prata, móveis, livros, vidros e roupas, somou a quantia de 10:143$380 réis, que, adicionada ao valor do plantel de escravizados, triplicou, totalizando 34:743$380.

Na sequência, comparecem as avaliações dos imóveis, situados em área nobre, no centro da vila, e na Cidade Baixa, além das terras na área central do Estado.

O patrimônio final é proeminente, registrado em 155:823$380 réis.

Em 11 de abril de 1854, o Brigue Nacional *Argos* com tudo que lhe pertence foi vendido a José Dias Correa da Silva por 11:170$000, passando a ser chamado de *Argonauta*. Nesse mesmo tempo, foram vendidos 6 escravizados – 1 de Benguela (Joaquim, 46 anos, a 831$000), 2 de Angola (Antonio, com 40 anos, a 781$000rs; o outro sem dados), 1 de Moçambique (Agostinho com 38 anos, a 770$400rs), 1 Cabinda (João, com 36 anos, a 1:101$000rs) e 1 Mina (Salvador, com 37 anos, a 1:010$000rs).

Um mês depois, em 29 de abril de 1854, foram avaliados o Brigue Nacional *Flor do Sul* em 7:000$000rs e os dois escravizados (João e José, ambos de Angola), no total de 1:500$000rs. Tudo foi vendido no Rio de Janeiro. Dias depois, em 12 de maio, o brigue, com o imposto, alcançou o valor de 7:215$000rs, passando a ser chamado de *Puritano*, vindo a conservar a mesma armação e nacionalidade.

Além das despesas para o sepultamento do Barão do Gravataí, o inventário relaciona os valores a pagar aos devedores, que totalizaram 121:837$160rs.

Com o funeral, contando as despesas com o armador, o arrendamento de área no cemitério, as coroas de saudades, o valor do músico, mais a distribuição de dinheiro aos pobres, tudo importou em 3:117$350rs.

No encaminhamento da partilha, a Baronesa recomendou que se vendesse um escravizado de nome José, por não convir ficar com ele, nem com os filhos herdeiros, por seu mau comportamento, sendo repartido entre todos o valor da venda em hasta pública.

Francisco Baptista da Silva Pereira, tutor de seu irmão menor Augusto Baptista Pereira da Silva, tendo ele ficado somente com um escravizado, requereu ficar com o escravizado Marcolino, para ser aplicado no serviço do citado irmão.

Um dos compradores de escravizados da família Pereira, Domingos Antonio da Cunha Guimarães, em 6 de julho de 1855, requereu ao Juiz de Órfãos a anulação da compra do preto de nome José, por 651$rs, visto sempre estar doente, com uma úlcera na parte externa da perna direita, vindo seguidamente a ser internado na Santa Casa de Porto Alegre, o que foi deferido.

Verificando-se os números da avaliação do patrimônio herdado e o total das despesas, constata-se a decadência familiar.

Conclusão

Dentre os migrantes do norte de Portugal continental, sobretudo da região do Minho, com destaque para Braga, distingue-se João Baptista da Silva Pereira, por amealhar uma fortuna de vulto. Conhecido como «Barão do Gravatahy», constituiu família em Porto Alegre, onde se destacou na fabricação de embarcações fluviais, tendo um plantel de escravizados marinheiros que se somava a outros que trabalhavam para a família. Era um dos membros da elite comercial e industrial da cidade, compondo seu espólio de casas no centro da capital, próximo ao lago Guaíba, sede dos seus negócios, e também na Cidade Baixa, onde construiu o palacete da família. Denominado Solar da Baronesa, granjeou conhecimento no imaginário coletivo da população local, tendo nele recebido a visita do Imperador D. Pedro II e da Imperatriz em 1845.

A exposição neste trabalho teve o propósito de oferecer informações reveladas na documentação encontrada a respeito de um braguense que, migrado na virada do século XVIII para o XIX, veio a se sobressair por sua riqueza em bens de raiz, com destaque para o número significativo de escravizados que possuiu.

Outro aspecto que chamou a atenção foi o número expressivo de livros da biblioteca da família, o que comprova o letramento do migrante, que buscava embasar seus negócios na legislação brasileira e estrangeira, como também deleitar-se na literatura francesa como uma forma de entretenimento.

Todavia, com sua morte, o fausto foi diluído, reduzindo drasticamente o patrimônio familiar, como demonstra o volumoso inventário, custodiado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A Baronesa viúva permaneceu no palacete de dois pisos, com grandes escadarias, que, segundo memorialistas, destoava das modestas casas ao seu redor.

Em 1879, diante das dificuldades impostas, a Baronesa encaminhou pedido de loteamento das terras da chácara da família à Câmara Municipal, sendo este aprovado. Ela chegou a libertar parte de seus escravizados antes de falecer e, por testamento, outros que nominou. Entretanto, pouco se sabe de sua trajetória.

A extensa área que fora da família popularmente passou a ser chamada de Areal da Baronesa, aliás, título da dissertação de Mestrado da historiadora Jane Matos, um dos raros trabalhos que tratam da área sede da família do Barão do Gravataí. Seus limites topográficos eram demarcados pelas águas do lago Guaíba, um riacho, mais a rua dos Pretos Forros. As areias vermelhas que ali se formavam favoreceram a denominação popular de «Areal», e também de «Arraial», visto que o povoado foi se configurando nas imediações de forma desordenada, para além dos lotes, com ocupações de egressos de outros pontos da cidade, criando ali vielas e cortiços, como destaca a autora Matos. A identidade negra do lugar deve-se à presença de africanos e afrodescendentes na área, visibilizada pela movimentação dos carnavais e rodas de

samba. Entretanto, desterritorializações constantes, mais o aterramento da região, promoveram a transferência de muitos para a periferia, para eliminar os pobres da cidade, vindo a constituir um novo bairro de identidade negra, a Restinga, situada distante da área urbanizada de Porto Alegre.

Ou seja, as terras que foram do Barão e da Baronesa do Gravataí, depois ocupadas por pobres brancos e negros, na atualidade constituem a orla urbanizada do lago Guaíba, com largas avenidas e prédios públicos especialmente.

Ali, na região da Cidade Baixa de Porto Alegre, atualmente, duas vias recordam as duas figuras do bairro, que no século XIX ostentaram riqueza e também manifestaram o seu fim: as ruas Barão do Gravataí e Baronesa do Gravataí.

Enfim, este não é um trabalho concluso. Retomar a jornada do braguense João Baptista da Silva Pereira, desde sua origem em Portugal até sua trajetória como empresário, vindo a ser uma das maiores fortunas da cidade de Porto Alegre (Brasil), no século XIX, merece uma análise mais acurada; uma tarefa a ser realizada.

Bibliografia

Albuquerque Júnior, D. M. (2007). *História: a arte de inventar o passado.* Ensaios de teoria da história. Edusc.

Alves, J. F. (1998). Perspectivas sobre a emigração: os estudos locais e regionais. Em *Actas das Segundas Jornadas de História Local* (pp. 413–424). Câmara Municipal de Fafe.

Alves, J. F. (2022, agosto 21). Os brasileiros de torna-viagem no final do século XIX. *Público*, pp. 1–6.

Araújo, M. M. L. (2020). As doações ao hospital da Misericórdia de Braga no século XVII. Em Araújo, M. M. L. de et al. (Coords.). *As Misericórdias: desafios e trajetórias no tempo longo da História* (pp. 143–165). Edição da Santa Casa da Misericórdia de Braga.

Barroso, V. L. M. (2021). Visibilidades da presença portuguesa no Hospital da Misericórdia de Porto Alegre/RS-Brasil (1803–1857). Em Araújo, M. M. L. et al. (Coords.). *O hospital dos dois lados do Atlântico: instituições, poderes e saberes* (pp. 220–243). Lab2PT, Universidade do Minho.

Carvalho, M. T. (1937). *Nobiliário sul-rio-grandense*. Globo.

Le Goff, J. (1990). *A história nova*. Martins Fontes.

Levi, G. (2006). Usos da biografia. Em Ferreira, M. M. & Amado, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral* (2ª ed., pp. 167–182). Fundação Getúlio Vargas.

Mattos, J. R. (2000*). «Que arraial, que nada, aquilo lá é um areal»: o Areal da Baronesa; imaginário e história (1879–1921)* [Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul].

Pufal, D. L. & Barroso, V. L. M. (2022). A representação portuguesa na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre/RS-Brasil (1827–1871). Em Araújo, M. M. L. et al. (Orgs.). *Movimentos migratórios e percursos de vida entre Portugal e Brasil (séculos XVII–XX)* (pp. 134–158). Editora Fi. http://www.editorafi.org

As *Voltas de Macada*: um complexo patrimonial rodoviário integrado na viação oitocentista entre o Porto e Braga

The 'Voltas de Macada': a heritage road complex within the 19th–century road network between Porto and Braga

Miguel Sopas de Melo Bandeira
Presidente da Fundação Bracara Augusta
CECS–UM
bandeira@reitoria.uminho.pt
ORCID: 0000-0002-8683-4537

Bracara Augusta, 133 (2025), 191–217 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.37

Resumo // O presente texto resulta de uma finalidade tanto útil quanto inspiradora, a instrução formal do pedido de classificação como bem patrimonial das denominadas *Voltas de Macada*, no concelho de Braga, um pequeno trecho sobrevivente da operação de construção de novas estradas rodoviárias em Portugal, em meados do século XIX. Além do fundamento que deu origem à memória descritiva do processo, acrescentou-se uma segunda parte, proveniente da leitura de uma fonte direta ligada à exploração da circulação, que procura complementar a infraestrutura de engenharia com o uso do meio viário à época. Esta é a matriz metodológica do presente trabalho. A proposta de classificação foi aprovada em reunião da Câmara Municipal de 22 de julho de 2024, tendo então sido iniciado o procedimento. Com isto, damos testemunho do processo de pesquisa, da divulgação de uma linha de património histórico menos conhecido do grande público e propomo-nos contribuir para o seu conhecimento e salvaguarda.

Palavras-Chave:
estrada Porto–Braga, infraestrutura viária, obras públicas do século XIX, paisagem cultural, património rodoviário.

Abstract // This text aims to formally request the classification of the so-called 'Voltas de Macada', in the Municipality of Braga, as a heritage asset. It refers to a small surviving section of Portugal's mid-19th century road-building programme. In addition to the basis that gave rise the descriptive report of the process, a second part was included, derived from the reading of a primary source on road circulation. This section complements the engineering structure with information on how the road system was used at the time. This outlines the methodological structure of the present work. The classification proposal was approved by the City Council on 22 July 2024, initiating the process. In doing so, we bear witness to the research process, disseminate a lesser-known strand of historical heritage, and propose to contribute to its understanding and safeguarding.

Keywords:
cultural landscape, Porto–Braga road (Portugal), road infrastructure, 19th century public works, road heritage.

À *Tia* **Antónia Pires**[1]
In memoriam

Introdução

As popularmente reconhecidas *Voltas de Macada*, doravante (VM), resultam da designação de um antigo tramo da Estrada Real Porto-Braga. Presumivelmente, uma sobrevivência toponímica da corruptela do antigo sistema de pavimentação rodoviário oitocentista, denominado de *Mac-Adam*[2] (*macadame*[3]), uma novidade à época. Podemos adiantar, sem reserva, que as VM constituem hoje um testemunho, ainda que residual, diríamos, único, do património histórico e da paisagem cultural rodoviária no nosso país. As VM estão situadas no lugar do mesmo nome, a freguesia de Vimieiro, no contacto com a de Priscos, no município de Braga, consubstanciando-se como um segmento da estrada oitocentista entre o Porto e Braga, que reúne um conjunto de nove rampas declivosas e outras tantas curvas com raio de 180º. Estas estavam dispostas em *ziguezague*, no enfiamento de um vetusto viaduto com muradas em pedra, destinando-se a vencer um desnível de 32 metros ao longo de uma extensão de c. 600 metros (Figura 1).

Enquanto tramo da estrada entre o Porto e Braga, sendo antecedente da atual Estrada Nacional N.º 14, as VM inscrevem-se num programa mais vasto e dilatado no tempo, de incremento dos transportes e das comunicações territoriais, que exprime exemplarmente a história da circulação rodoviária em Portugal. Em concreto, «a organização de uma rede viária entre os finais do século XVIII e os anos 40 do século XX (...) que apenas nos últimos anos conheceu significativas alterações» (Andrade & Lamas, 2002, pp. 8 e 10).

Com este propósito revisitamos *in loco* os testemunhos existentes dessa obra pioneira da engenharia rodoviária e cotejamos o fundamental da literatura específica e da cartografia, que permitiu atender à emergência do processo de classificação. Tratava-se de lançar as bases para a fundamentação ulterior de um núcleo patrimo-

[1] (...) e a todos os britadores de pedra do viaduto de Arnoso (1851/52), que abreviaram as suas vidas, sujeitos à exploração, sacrifício e miséria que obrigou a construção de um bem comum, e que ainda hoje serve todos nós. Imortalizados por Camilo Castelo Branco, pela memória de Antónia Pires.

[2] Método de construção de pavimentos de estradas rodoviárias atribuído ao britânico, John Loudon Mac-Adam (1756–1836), publicado em *Remarks on the present State of Road-Making*, London, 1820. Todavia, entre outras referências, fora contestado pelo Barão de Eschwege (que introduziu em Portugal, em 1840, no Palácio da Pena, o *asphalto* francês (1820)), que insinua ter este sido executado muito antes na Alemanha, nas províncias rhenanas (Matos, 1980, p. 211).

[3] Pavimento de estrada constituído por uma camada espessa de 6 a 8 polegadas (1/3 ou ½ vara) e abaulada de cascalho miúdo... exigia ser renovado frequentemente com novas camadas ... compacto como a crosta da mais forte argamassa... não precisava de fiadas de pedras na orla do caminho. Segundo A. T. Matos (1980, p. 212), o primeiro ensaio deste método em Portugal foi realizado por John Milley Doyle, em 1824, no lado nascente da estrada do Campo Grande em Lisboa, estando definitivamente consagrado em Portugal no ano de 1837, embora subsistissem outros métodos como o «das calçadas», o «escocês», e ainda outros sistemas mistos.

nial interpretativo, que promovesse a elucidação da antiga via oitocentista do Porto a Braga, a identificação dos seus principais testemunhos materiais e o resgate da memória da sua construção, principais usos e funções de operação. Mais a mais, o lugar afigurava-se como uma vitrine ilustrativa das diferentes épocas e conceitos de estrada reunidos num espaço próximo e circunscrito.

Figura 1. ***Voltas de Macada***



Fonte: Pedido de Classificação Patrimonial das denominadas *Voltas de Macada*; FBA/CMB, junho 2024.

1. Os *ziguezagues* da modernidade nos primórdios da estrada do Porto a Braga

Suportando-nos na obra fundamental e incontornável de A. Teodoro de Matos (1980), pelo seu caráter pioneiro e por se ter debruçado aprofundadamente sobre a génese da rede vial portuguesa, herdeira das estradas romanas, e do que dela ainda hoje subsiste, pode-se afirmar sem reserva que, ainda hoje, a sua matriz sobrevivente constitui um tema estruturante que nos ajuda a explicar o advento da modernidade em Portugal. Do período indexado à saga dos «melhoramentos materiais», do liberalismo monárquico, as VM são um resíduo dessa expressão de paisagem cultural, pela sua adequação à topografia e à geografia física dos lugares. Mais ainda no Minho, onde a dispersão do habitat e a movimentação do relevo determinam uma grande organicidade do traçado viário primitivo. Para além do valor patrimonial histórico em si mesmo, as VM traduzem o esforço da engenharia militar e civil dos séculos XVIII e XIX em vencer os obstáculos do relevo que ainda não tinham sido melhorados pelas *obras de arte* viárias. Assistia-se, então, ao aumento da circulação de pessoas e bens, demandado por uma crescente liberalização da sociedade e da economia, com reflexos evidentes nos meios de comunicação, quando se «impuseram modelos diferen-

ciados de carros e, uns e outros, de animais de tração» (Ribeiro, 1955, apud Matos, 1980, p. 16). Entre meados dos séculos XVIII e durante todo o XIX, sobretudo, a partir da primeira metade deste último, as Estradas Reais «vão ser objeto de reparações, alterações de percurso, construção e reconstrução de pontes, estabelecimento de diligências (...)» (Matos, 1980, p.18), bem como de outros benefícios, tais como, a melhoria do serviço da mala-posta, a regulamentação de portagens e, sobretudo, o envolvimento direto das populações locais, pela melhoria dos contactos, mas, também, pelo recrutamento de mão-de-obra (Figura 2).

Até ao momento, não se conhece ao certo a data em que foram projetadas ou executadas as VM, contudo, muito provavelmente, inscrevem-se ainda na primeira metade do século XIX, no âmbito das obras de construção das *Estradas do Minho*, no segmento itinerário Braga-Vila Nova de Famalicão. A este propósito, é indispensável relevar a passagem do romance de Camilo Castelo Branco (1879), em *Eusébio Macário – História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais*, novela situável nas décadas de 1830/40, quando o protagonista, a dado passo, querendo glorificar o governante, afirma:

> — «Quem tem feito mais estradas que o Excelentíssimo Conde de Tomar[4]? Quem fez a estrada de Valongo? Quem fez a estrada de Braga até aos ziguezagues?».

De acordo com proeminentes camilianistas, como A. M. Pires Cabral (2016, pp. 3–9), poder-se-ia inferir que esta incursão crítica de Camilo pelo *rea-*

Figura 2. *Systema Geral das Comunicações do Reyno* (1854)



Fonte: *Systema geral das comunicações do reyno a que se refere a proposta de lei datada de 28 de Fevereiro de 1854*, – Escala [ca 1:1000000], um grao de latitude = [10,90 cm]. - [S.l. : s.n., post. Fev. 1854]. - 1 mapa: p&b, com traçados color. ; 71,90x43,00 cm, em folha de 89,20x49,80 cm; Biblioteca Nacional Digital, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal; [Em linha]. Lisboa: 1854. [Consult. 10 set. 2015]. Disponível em WWW: <URL:http://http://purl.pt/3407>

[4] António Bernardo da Costa Cabral (1803–1889), *cabralismo*, governante português (entre 1839 e 1851).

lismo, para mais na sua rara variante *naturalista*, evidenciasse a veracidade própria de uma fonte histórica, apesar de algum anacronismo. Todavia, esta afirmação permite-nos admitir, ainda que como mera hipótese, que as VM seriam anteriores às obras de construção da moderna Estrada Real de Braga ao Porto, que foram concluídas em 1852, já na Regeneração, em plena vigência do ministro A. M. Fontes Pereira de Melo[5], integrando assim aquela que foi a primeira rede moderna de estradas em Portugal.

2. Os contextos anunciadores da obra da Estrada

Para melhor compreender as VM no contexto da Estrada Real entre o Porto e Braga, e esta no domínio embrionário de uma rede nacional, evoquemos, pois, algumas das referências fundamentais dos processos em que se desenvolveu esta operação viária.

Entre nós, são já claramente consistentes os desígnios pioneiros de uma rede nacional de estradas, particularmente, desde o último quartel da segunda metade do século XVIII. Quando a natureza das comunicações decorria da existência do correio-mor do reino — um serviço originário no primeiro quartel do século XVI, outorgado como um privilégio — que foi incorporado na coroa em 1797 e reconvertido, no ano seguinte, no serviço da mala-posta entre Lisboa e Coimbra. Antes ainda, existia a prática do estafeta, que cobria com regularidade o eixo meridiano dos principais pontos do litoral do país, permitindo-nos compreender que estes progrediam por caminhos muito frequentados e, também, sobre estradas expeditas[6]. Na verdade, a circulação de mensagens precedeu e motivou a criação de uma rede de estradas nacional.

Também, no plano da evolução das mentalidades, resultante do incremento e difusão de novas ideias, com o arranque do ensino técnico, com a regulamentação e a organização prospetiva dos trabalhos públicos, surgiram ao longo do século XVIII as primeiras publicações de alcance doutrinário. Entre outros exemplos, cite-se João Baptista Castro, com o *Roteiro Terrestre de Portugal* (1748), que terá várias edições no século seguinte. Igualmente pelo estudo das fontes cartográficas, sobretudo, pelos exemplares que virão a ser produzidos na fase posterior às primeiras representações do território nacional, cotejamos a indicação dos principais itinerários terrestres e consequentemente entendemos melhor a valorização do tema das estradas. Apesar das primícias do reinado de D. João V (1689–1750), designadamente, com a construção da estrada Lisboa-Mafra e a divulgação do *Engenheiro Portuguez* (1728/29) de Manoel de Azevedo Fortes, só a partir de D. Maria I (1780) se assiste efetivamente a «um

[5] António Maria Fontes Pereira de Melo (1819–1887), referente do *fontismo* dos *melhoramentos materiais* do reino, participou no governo de Portugal entre 1851 e 1886.

[6] Em 1768, o *Correio do Minho* chegava sexta-feira a Lisboa, e partia desta, de retorno, domingo de manhã (Matos, 1980, p. 477).

primeiro período de realizações no campo da construção de estradas e pontes» (Matos, 1980, p. 32). Em 1781, Miguel Pereira Pinto Teixeira avançaria com informação específica relativamente às providências necessárias para a «abertura e conservação de Estradas Reais», preconizando o lançamento de sete vias a iniciar de imediato, e que cobririam todo o Reino. A primeira preconizava a ligação de Lisboa (rua Bela da Princesa) a Valença do Minho, cursando Vila Nova de Famalicão a Braga (Matos, 1980, p. 32). Com efeito, não era preciso ser muito ilustrado para se perceber a complexidade crescente da organização e regulação do trânsito, que passou a implicar a construção e manutenção de estradas e vias existentes. Chegados a 1789, será mesmo possível encontrar já referências à reparação das estradas do Minho, particularmente, a do Porto a Braga[7], bem como a criar-se o cargo nacional de Superintendente Geral de Estradas. Nesse mesmo período, seria ainda dado à estampa o referencial *Methodo para construir as Estradas de Portugal* (1790), de José Diogo Mascarenhas Neto.

Para este desígnio também concorreu o advento do ensino técnico em Portugal. Para lá da criação da *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar*, em Lisboa, ainda em meados do século XVII, na esteira da guerra da restauração — ou do exemplo congénere de *Vianna da Foz do Lima* (1701) que formava engenheiros militares — o conhecimento moderno de construção de estradas verdadeiramente só evoluiu a partir de meados do século seguinte, com a criação de diversos centros de formação sob o epíteto de academias. Somente com a implantação do movimento liberal, sobretudo, com Passos Manuel a partir de 1836, se veio a afirmar o ensino médio e superior técnico, modelado na disputa entre a supremacia militar e a pretensão da universidade. Como apontou F. Silva (2002, p. 15), «Entre as primeiras tentativas contou-se já em 1823, a proposta de criação de uma escola média de calçadas, para mestres e oficiais». Chegados a meados do século XIX, iniciava-se, pois, o lento período da transição do recurso aos técnicos estrangeiros para os nacionais, da engenharia militar para a civil, com os primeiros a dirigirem o projeto e as obras, enquanto os inspetores da administração faziam a fiscalização e o acompanhamento dos trabalhos. Um processo de organização de recursos humanos, desenhado sob o léxico próprio do exército, de que deixaram memória as *esquadras*, as *secções* e outros denominativos, também eles, diga-se, nunca deixando de estar subordinados à finalidade funcional e estratégica dos itinerários militares.

Para este advento de modernidade, igualmente concorreram as relações económicas de poder. Como sustentou Sofia Martins (2002, p. 33), «acreditava-se que o atraso económico advinha da dificuldade de livre circulação de pessoas e bens decorrente do mau estado da rede viária». Para construir, reparar e sustentar vias, recorreu-se à obtenção de empréstimos, imposição de impostos, concessões privadas, e recuperaram-se práticas de tradição medieval, como a imposição de doações de

[7] Como é exemplo a que nos é transmitida na «Informação» de Miguel Pereira Pinto Teixeira (Matos, 1980, p. 32).

trabalho e cobrança de portagens. Na verdade, o processo estrutural de construção do estado moderno passará pela rutura e/ou adaptação das estruturas de Antigo Regime ao emergente estado liberal. A introdução de *barreiras* em Portugal institucionaliza-se por alvará de 11 de março de 1796, provavelmente de importação inglesa, vindo a condicionar e a determinar, em simultâneo, a importância económico-fiscal das estradas. Na realidade, diga-se, as vias rodoviárias, o melhor suporte material que consubstanciava essa nova dinâmica de tráfegos de ideias, de pessoas, de mercadorias e, naturalmente, de dinheiro. Pelo que a sua conservação, ainda na segunda metade do século XVIII, passou a ser um assunto de Estado. Neste período, o produto de contribuição para estradas recairia, particularmente, na venda de produtos alimentares, tais como: a carne, o vinho, o azeite e o sal (Matos, 1980, p. 198).

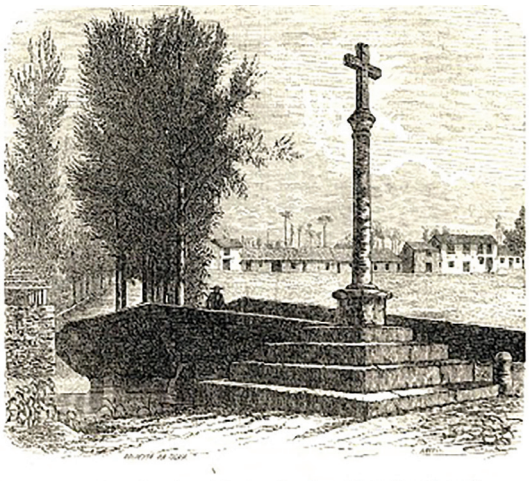
É um facto que os itinerários continuariam por muito tempo a coexistir com o pisoteio resultante do «movimento intenso de carros e pessoas», como também é certo que, entre os principais aglomerados, feiras, pontos centrais de comércio, de cruzamento itinerário, rotas de peregrinação e mudança de meio de transporte, havia necessariamente de se fazer por caminhos permanentes e estradas. Veja-se os normativos produzidos no reinado de D. Maria I, como o 1.º *regulamento para a construção das novas estradas*, de 11 de março de 1796 (Matos, 1980, p. 36), publicitado conjuntamente com o *regulamento para a reforma dos carros e estabelecimentos das barreiras nas estradas novamente construídas*. Este último, saliente-se, refletindo a grande preocupação do legislador em promover a reparação das vias. Isto é, a querer garantir a sustentabilidade das estradas face à circulação e às intempéries.

Estabelecidas as ligações entre Lisboa e o Porto, a partir de 1791 com um novo traçado, e providas de carreiras regulares de passageiros e mercadorias a partir de 1798, as ligações a Espanha e as estradas do Minho, naturalmente, ganhariam um maior protagonismo nos investimentos, inscritas como uma segunda fase do grande desígnio nacional. Não fossem os acontecimentos da guerra, que pela sua própria natureza significa a interrupção das comunicações e dos diversos relacionamentos, a normalidade só voltou depois de 1826. Mas seria preciso esperar pela década seguinte, com o *liberalismo* já implantado, para se encarar uma política consequente de fomento das estradas públicas. A 12 de março de 1835 foi criada a *Comissão dos Melhoramentos de Comunicação Interior* que, entre outras disposições, e para o objeto de estudo que nos interessa aqui relevar, optou pelo método de pavimento em macadame.

3. As estradas do Minho por entre concessões e grandes empreitadas

Até 1835, os contratos de construção da rede viária feitos pelo Estado com particulares eram praticamente inexistentes (Martins, 2002, p. 34). O presente estudo de caso traz-nos à cena o renomado tenente-coronel francês De Claranges Lucotte, uma personagem incontornável do processo de privatização das políticas públicas[8]. O mesmo que, associado a um grupo de capitalistas estrangeiros e portugueses, beneficiando da legislação liberal específica da viragem dos anos de 1834/35, irá protagonizar o início da concessão e (re)construção de estradas em Portugal. Tendo esta epopeia começado a sul do país, Claranges e os seus associados irão arrematar, em 28 de novembro de 1837, as ofertas postas a concurso, das quais destacamos a construção e reparação de estradas da província do Minho, cujo contrato seria assinado em janeiro de 1839. O cidadão francês, que não passou desapercebido aos romances de Camilo Castelo Branco, será o primeiro empresário e sócio desta empreitada e de outras semelhantes, bem como ainda de muitas das *obras de arte* associadas, de que é caso maior a ponte suspensa sobre o rio Douro. Porém, só em 28 de setembro de 1843 — já com Costa Cabral no poder — é que virá a ser firmado o contrato definitivo, abrangendo o triângulo de estradas, do Porto a Braga (Figura 3), de Braga a Guimarães, e desta para o Porto[9], expressamente e sempre que possível, com a recomendação de que a «construção ou reparos se fizessem sobre os leitos das estradas existentes». Entretanto, o concessionário do

Figura 3. Estrada Porto-Braga, Lugar da Ponte Pedrinha (Braga)



Fonte: *Estrada de Braga ao Porto.* Nogueira da Silva (desenho) – Caetano Alberto (gravura). Archivo pittoresco: semanario illustrado. 4.º Ano, n.º 46, 1861. p. 361.

[8] Jean François Marie Armand, conde, terá sido o primeiro concessionário privado de estradas em Portugal, pioneiro da construção, conservação e exploração rodoviária moderna entre nós (Matos, 1980, p. 188). Entre alguns exemplos, cite-se a referência de Camilo Castelo Branco (1882), em *A Brasileira de Prazins* referindo-se às relações amorosas entre os habitantes e os construtores: «As outras duas [moças], muito boçais e lavradeiras, tinham amantes — uns engenheiros e empreiteiros do Conde de Clarange Lucotte, que andava fazendo as estradas entre Braga, Porto e Guimarães» (cap. V)

[9] Integrado no programa legislativo expresso no artgº 1 da carta de lei de 1843, que compreendia também a construção de estradas de Vª Nª de Famalicão a Viana; do Porto a Penafiel; e de Lisboa ao Porto (S. Martins, 2002, pp. 34–35).

empreendimento, por decreto de 24 de outubro daquele ano, foi autorizado a trespassar a empreitada para a novel Companhia de Estradas do Minho, de que resultou a sublocação do contrato, a 28 de setembro de 1843 (Matos, 1980, p. 45).

De facto, como afirma Matos (1980, p. 30), com o governo de Costa Cabral (1842–46), passou a haver uma política concreta de fomento das comunicações rodoviárias em Portugal, interrompida que foi pela chamada «revolta da Maria da Fonte», para depois ser definitivamente retomada, a partir da segunda metade do século XIX, já com a Regeneração.

Neste capítulo, a «região» do Minho, particularmente caracterizada por ser «rica, a mais populosa, a mais industriosa do nosso paiz», já então se via esquadrinhada por toda uma densa rede de estradas sinuosas, adossadas à movimentação do relevo, «em terreno natural sem terem sido melhorados pela arte» (Matos, 1980, p. 488), de secções estreitas onde só passavam bestas e carros de bois, penalizando, como era do consenso geral, o desejado progresso regional.

A construção de estradas durante o liberalismo monárquico ascendeu ao nível de uma prioridade nacional, como nos testemunha o exemplo do teor do exame do projeto lei n.º 38, efetuado pela *Comissão de Fazenda e de Administração Interior*, em 20 de abril de 1843, que nos relata o modo como se pretendiam fazer «as estradas do Reino» (Gouveia, 2015, p. 44).

> — A Comissão reconhece a grande vantagem, que pode resultar a este País de se abrirem, e melhorarem as estradas para facilitar os meios de comunicação interior, diminuir o custo dos transportes dos produtos da agricultura, e de todas as mercadorias, que por elas transitarem; mas atendendo também às faculdades dos contribuintes, e de parecer que se deviam modificar os Art.os 3. °, e o § único do mesmo pela maneira seguinte:
>
> Art.º 3.º Por espaço de dez anos, a contar desde o princípio do ano económico futuro, todos os Portugueses do sexo masculino, e do Continente do Reino contribuirão para a abertura, melhoramento, e conservação das estradas públicas com o seu serviço pessoal de quatro dias de trabalho anual, dando um dia em cada três meses, ou remindo-o a dinheiro à sua escolha, pela quantia de cem réis.
>
> § 1. ° Oito dias de trabalho somente serão dados nas estradas, que ficarem até duas léguas de distância da casa dos contribuintes, e quando isso não possa ser nas estradas novas, serão aplicados aos reparos, e concertos das estradas travessias, e de vizinhança
>
> § 2.º Esta contribuição é extensiva a todas as pessoas do sexo feminino, que pagarem verbas de décima, excedentes a mil réis, podendo á sua escolha mandar um trabalhador ao serviço das estradas, pela forma dita no parágrafo antecedente, ou remir o encargo a dinheiro, na razão de cem reis por dia de trabalho.

O envolvimento massivo da população, em particular, tendo por base o critério fiscal, denota bem a magnitude e a dramaticidade social das medidas preconizadas. Neste contexto, a integração das estradas do Minho no arranque da moderna rede de estradas nacionais vem confirmar a importância e a prioridade da «região» no desenvolvimento político e económico do país. Tratava-se não só de reparar e melhorar as ligações entre as duas principais cidades do Baixo-Minho, bem como estabelecer um serviço de diligências a cavalo (Figura 4).

Figura 4. Diligência a cavalo



Fonte: DCH/CMB–JAE.

Porém, a instabilidade política que então se impunha e as alterações da constituição do empreendimento não contribuiriam para a celeridade das obras. Assim, a *Companhia de Estradas do Minho*, com sede em Lisboa e uma delegação no Porto (rua do Largo de São Domingos, n.º 42), não tendo merecido o investimento expectante que necessitava, retornou a concessão ao Conde Lucotte (24 de outubro de 1843), tendo este vindo novamente a sublocar o contrato, nas mesmas condições, à Companhia (10 de abril de 1844), agora constituída por Luís Teixeira Sampaio, seu Diretor, Jorge Dionísio Walsh, Duarte Cardoso de Sá, Gabriel Borges Marques da Rocha, e

Vicente Gonçalves Rito Tinto. E, todavia, não ficaríamos por aqui, pois, iniciados os trabalhos nesse mesmo mês[10], a Companhia soçobrou e as obras foram transferidas, em junho de 1845, desta vez para a *Companhia das Obras Públicas de Portugal*[11], fundada no ano anterior. Os trabalhos já decorreriam a bom ritmo, isto porque, em novembro desse ano, laborariam cerca de 6000 trabalhadores nas estradas do Minho[12], quando sobreveio a instabilidade política já aqui referida, decorrente das revoltas populares do Minho e da crise económica, que fez demitir o governo de Costa Cabral. Interromperam-se as obras públicas e toda a estratégia de fomento viário viu-se de novo adiada, obrigando a Companhia a denunciar o contrato. Afinal, tinham sido extintas as contribuições diretas de repartição (Matos, 1980, p. 185) e, mais não bastasse, também seriam notados «erros irreparáveis», sobretudo, cometidos no traçado e no empedrado da estrada de Porto a Braga**.** Também por isso, as reclamações públicas subiram de tom, especialmente, no Minho.

Recorde-se que um dos principais objetivos da construção e reparação de estradas visava precisamente o transporte de mercadorias e o estabelecimento de diligências. No primeiro caso, de acordo com o nosso autor de referência, desde o último quartel do século XVIII havia já um serviço de recovagem para a cidade dos arcebispos (Matos, 1980, p. 414), sabendo-se do considerável fluxo de mercadorias entre o Porto e Braga. Note-se que, nos últimos anos do final do século XIX, eram consideráveis a exportações de bacalhau, ferro e linho do Porto para Barcelos e Braga.

À imagem do que há muito era corrente usufruir na Europa moderna, o estabelecimento de diligências regulares virá a ser uma preponderante do discurso político, sobretudo, do enunciado da primeira metade do século XIX. Nos contratos de 1837 e 1843 seria outorgado «às empresas concessionárias o privilégio de estabelecer diligências, carruagens de posta e carros acelerados para o transporte de mercadorias» (Matos, 1980, p. 383). Em 1845, chegou-se mesmo a negociar para as estradas do Minho a compra de diligências de modelo tipificado. Já antes, no final da década anterior, fora constituída no Porto a Companhia de Transporte União (1839), com o objetivo de «fazer os transportes nesta cidade, e dentro, e fora do Reino, tanto de Famílias como de mobílias, fazendas e mais géneros de grosso tráfico» (Matos, 1980, p. 401).

[10] Matos (1980, p. 45), baseando-se numa fonte do AHMOP (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas), refere que «segundo informação do próprio Lucotte, em 11 de abril de 1844, ter-se-iam já iniciado as obras».

[11] Constituída em 19 de dezembro de 1844, (Matos, 1980, p. 182).

[12] Pela pena de Camilo ficou para a posteridade a «Tia Antónia Pires, 'pobre jornaleira' dos Arcos (...) que, há catorze anos andava a britar cascalho na estrada do Porto a Braga. Era uma suja e lázara criatura de cinquenta e tantos anos, encorreada dos ardores do sol, e esmoucada e desnocada de pés e mãos pelo pesado trabalho de carregar e martelar pedra» e de «dar com ela a britar pedra no viaduto de Arnoso» — Camilo Castelo Branco (1864), em *Vinte horas de liteira* (cap XII, *História de um brilhante*).

4. Finalmente, a Estrada!

A suspensão dos trabalhos, em maio de 1846, motivou o descontentamento geral, por dar prejuízo ao comércio local e, certamente, por ter diminuído o emprego (ainda que as obras também ocupassem militares e reclusos). No final de 1948, a obra estava ainda por terminar. Em agosto desse ano, as «estradas do Minho tinham um prejuízo de 150 contos» (Gouveia, 2015, p. 71), *deficit* que foi manifestado no Parlamento e secundado pela Câmara Municipal do Porto, tendo esta, no ano seguinte, pugnado por uma nova lei, queixando-se da degradação das estradas, em especial as do Minho, que tanto interessavam ao desenvolvimento económico da então justamente designada *cidade Invicta*.

Na verdade, só com a subida ao poder dos Regeneradores, num período que ficou conhecido por fontismo, em referência ao já citado ministro A. M. Fontes Pereira de Melo, a política dos *melhoramentos materiais* retomou a prioridade executiva que havia tido antes, ganhando um novo alcance, com a criação em 1852 do providencial Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, sobretudo, pelos resultados que foram obtidos ao nível das comunicações e dos transportes daí para frente.

Já com o novo governo, também, foi aberto um novo concurso, em 19 de julho de 1851, para a conclusão das estradas. A estrada real Porto-Braga foi finalmente concluída em 1852. Os trabalhos foram dirigidos pelos engenheiros Sebastião Lopes Calheiros e Belchior José Garcez, a propósito dos quais levantaram o mapa da «Estrada do Porto a Braga» de 1853[13] (Figura 5). Esta estrada passou a ser explorada pela Companhia de Viação Portuense[14], com estatutos do mesmo ano, sendo, simultaneamente, a concessionária das diligências entre as duas cidades. (Matos, 1980, p. 384).

Figura 5. Estrada do Porto a Braga pelos engenheiros Garcez e Calheiros (1853)



Fonte: Estrada do Porto a Braga pelos engenheiros Garcez e Calheiros (1853) – IGC; 1:800, 65x10,2, gravura, Instituto Geográfico e Cadastral – IG – T-4, cartas antigas da mapoteca, impresso; JFMPalha grav.; Lith do Dep. Dos Trab. Geodés. Do Reino; C. A. Pinto des.

[13] Belchior José Garcez foi um engenheiro experimentado neste tipo de trabalhos, tendo andado em 1843 pelas estradas de Trás-os-Montes e nas obras dos itinerários militares, levantados em 1845 (Matos, 1980, p. 69). Garcez, levantou ainda, conjuntamente com o Tenente Miguel Baptista Maciel, a Planta da Cidade de Braga em meados do século XIX. Consultar: BAHMOP (s/cota).

[14] Resultante do contrato do governo promovido pelo Duque de Saldanha, de 9 setembro de 1851, com os capitalistas do Porto que dirigiam a Companhia: José Pedro de Barros Lima; Joaquim Augusto Kopke Schewirin de Sousa (Barão de Massarelos); e António Gomes dos Santos.

Figura 6. Viaduto de Arnoso e obelisco evocativo da conclusão das obras (1853)



Fonte: EN n.º 14 (Vila Nova de Famalicão); fotos do autor.

Abria-se assim uma nova época nas ligações de Braga ao Porto, anunciada nos novos guias dos viajantes, e de que hoje restam alguns marcos simbólicos incontornáveis, como o obelisco comemorativo da obra, situado no arranque do viaduto de Arnoso (Vila Nova de Famalicão) (Figura 6); e, naturalmente, as curvas de Macada. Estas últimas, como já afirmámos, embora sendo muito provavelmente anteriores às obras promovidas durante a Regeneração, foram, contudo, inevitavelmente sujeitas a reparação e retificações de traçado durante este período.

De facto, o emprego dos termos *construção, reparação e conservação*, não correspondem literalmente ao que à primeira vista podem sugerir. Por exemplo, dependendo do alcance da obra, usava-se algumas vezes a palavra construção para referir a abertura de uma «nova» estrada sobre um leito rodoviário pré-existente, correspondendo a retificações de alinhamento, alargamento de secção, reperfilamento, nova pavimentação, e construção de *obras de arte*.

Tendo-se dado início à concessão da ligação do Porto para Braga em 1852, passados alguns meses da inauguração das obras já se iniciavam as carreiras regulares

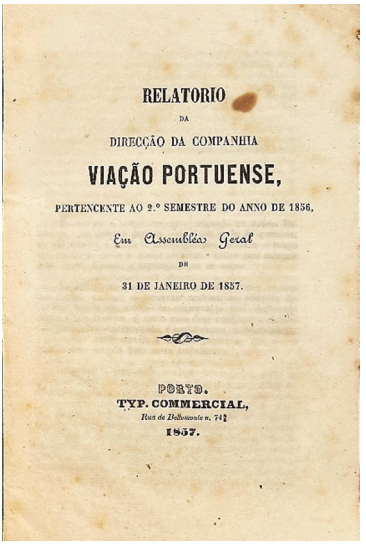
de diligências, carros acelerados e da condução das malas de correio, pese o atravessamento do Ave, na Trofa, só ter ficado concluído em 1858, com a construção da simbólica ponte pênsil.

A mala-posta entre o Porto e Braga, que seguia nas diligências, de acordo com J. Cordeiro (2002), seria inaugurada em 5 de maio de 1852, sendo ainda anterior à de Lisboa ao Porto e às demais que se seguiram.

5. A exploração da Estrada do Porto a Braga pela Companhia de Viação Portuense

Sobre o uso que a partir daí foi dado à estrada do Porto a Braga, vale a pena reler o *Relatório da Direcção da Companhia Viação Portuense, pertencente ao 2º semestre do anno de 1856* (1857)[15], que nos dá o testemunho detalhado, ainda que formal, da situação na época. Pela prestação de contas da concessionária aos seus acionistas retemos as principais preocupações dos gestores plenipotenciários, relativamente aos direitos de exploração dos transportes e circulação.

Figura 7. ***Relatório da Direcção (1857)***


RELATORIO
DA
DIRECÇÃO DA COMPANHIA
VIAÇÃO PORTUENSE,
PERTENCENTE AO 2.º SEMESTRE DO ANNO DE 1856,
Em Assembléa Geral
DE
31 DE JANEIRO DE 1857.
PORTO.
TYP. COMMERCIAL,
Rua de Dellouvain n. 74
1857.

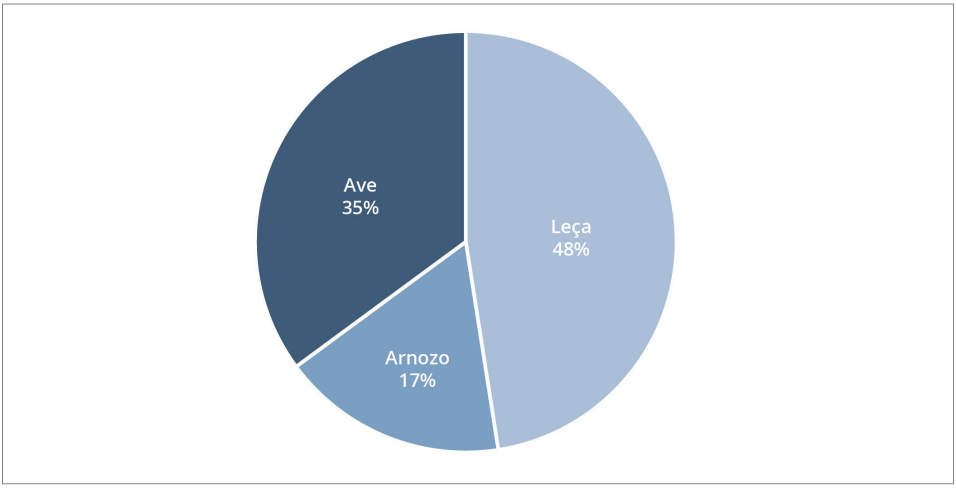
O Relatório faz o ponto de situação do uso da estrada, especificando algumas das caraterísticas de quem circulava nela e o modo como o fazia. Dá-nos igualmente conta dos problemas que afetavam a operação de exploração e as iniciativas que a Direção da empresa tomou e pretendia realizar no futuro. Desde logo, as obras de reparação e manutenção da estrada, que estavam atribuídas aos concessionários, consumindo, por adiantamento, avultados recursos e constituindo uma prioridade de eficácia da operação. Daí a satisfação pelas melhorias ocorridas no último inverno, contra o facto de as intempéries, por via da drenagem das águas pluviais, serem a causa de graves danos no pavimento e este se tornar num obstáculo à circulação.

Naturalmente, enquanto gestores liberais capitalistas, estes relevavam os problemas de natureza económico-financeira da exploração, sobretudo, as relações sempre divergentes com a administração pública central, partilhando algumas das disfunções sentidas no seu uso. Pelo Relatório ficamos a saber da existência de três portagens

[15] Subscrito pelos *Directores*: Francisco José Coutinho; Maximiano Faustino d'Andrade; e Francisco da Silva Pereira. Porto, 31 de janeiro de 1857.

ao longo do percurso (Leça, Arnozo e Ave) (Figura 8). Isto é, basicamente, situadas nos pontos de travessia dos principais rios que a estrada cruzava e o ponto de contacto entre os municípios de Braga e Vila Nova de Famalicão, situado no lugar da Estrada. Queixavam-se os concessionários do recente levantamento das 12 praças das guardas das portagens, por parte do Estado, tornando vulnerável a eficácia do pagamento do direito de passagem, que acarretava grandes prejuízos à empresa e, também, indiretamente para o Estado, que assim perdia receita[16]. Desde o final do ano anterior que estas foram levantadas por ordem do governo, deixando de auxiliar no apoio à cobrança dos portageiros, sobretudo, na ponte sobre o rio Leça, onde os réditos eram mais avultados. Por outro lado, as obras adiantadas, como a das «casinhas» que se localizavam junto à ponte da Trofa, da parte do Governo estavam ainda por pagar.

Figura 8. Rendimentos das Portagens na estrada do Porto a Braga em 1856



Nota: O rendimento total líquido das portagens cifrava-se em 5:735$147.
Fonte: *Relatório da Direcção* (1857).

A maior atividade de reparações da estrada, como é compreensível, localizava-se junto à cidade do Porto. Neste caso, «até *Santa Christina*, passando pela *Travage*», resolvendo o problema da intransitabilidade e sinistralidade durante o inverno. Estas obras tinham de garantir o expectante aumento de tráfego, que então se afirmava,

[16] A «Companhia a respeito das portagens é apenas gerente do seu rendimento, o qual pertence ao Estado, que por elle tem a pagar as despezas da conservação da estrada e os juros e amortização do capital adiantado pela Companhia, a que tudo o Governo está obrigado» (*Relatório da Direcção*, 1857, p. 4).

decorrente da estrada que «está a ser feita a partir de *Guimarães* para cá» (*Relatório da Direcção*, 1857, p. 5). Em 21 de dezembro de 1856, abriram a portagem sobre a ponte da *Travage* (atual Travagem–Ermesinde), como modo de dissuadir «todos os viandantes a não procurar atalhos para escapar ao pagamento do respectivo direito» (*Relatório da Direcção*, 1857, p. 5). Prometia a Direção de então diligenciar junto do governo o cumprimento das suas obrigações, designadamente, fruto do novo contrato celebrado, através de veementes ofícios que lhe eram dirigidos, pedindo o pagamento dos juros e amortizações vencidas. Alegava a Direção, querer impulsionar a reabilitação da crise financeira porque havia passado a Companhia, para assim, justificavam-se, ter os meios para poder «começar a construção da estrada de *Vila Nova de Famalicão* a *Guimarães*» (*Relatório da Direcção*, 1857, p. 6), para a qual se dispunha já dos necessários projetos técnicos.

No tocante ao serviço de diligências, verifica-se que este continuava a crescer, genericamente, desde o início, e previa-se que assim prosseguisse na próxima primavera e verão. Justificava-se a Direção com a regularidade e o reforço do serviço especial para Vila Nova de Famalicão, que tem vindo sempre a aumentar, resultado da boa articulação com outras duas empresas de «carros de transporte de passageiros»[17], ao permitir fazer a ligação do Porto a Viana. Embora, no início, os concorrentes ameaçassem «invadir (...) o privilégio do exclusivo»[18], confrontadas com a defesa firme dos direitos da Companhia, estabeleceram a partir daí um acordo de harmonização de horários, fazendo de Famalicão um local de transferência e comutação de transportes e de maior intensidade de tráfego de passageiros.

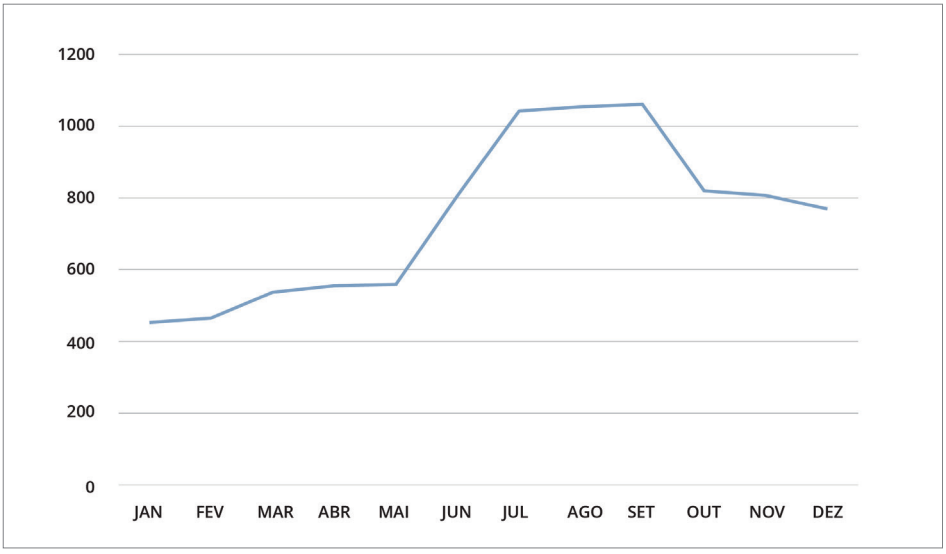
O perfil dos viajantes transportados nas diligências deixa claramente ver um pico de circulação no verão. Entre os meses de julho e setembro mais do que triplica o número de utentes, denotando, quiçá, ainda os ritmos pautados por uma sociedade maioritariamente rural (Figura 9). Ainda assim, é notável verificar que nesse período viajava mais de um milhar de passageiros por mês.

Considerando a quantidade de pessoas transportadas que tomavam a *diligência* na estrada[19], e que não chegava à centena[20] por mês (Figura 10), podemos daí inferir que a circulação de passageiros transportados pela Companhia de Viação Portuense entre Braga e o Porto, em meados do século XIX, corresponderia a uma média mensal de cerca de 633 passageiros, sendo 22% deles viajantes em 1.ª classe.

Pela necessidade de explicar os ajustamentos financeiros do balanço ficamos igualmente a saber que no 2.º semestre de 1856, ao contrário do que se supunha, ainda não estava implementado o «serviço da *conducção* das malas do correio nos nossos trens», aparentemente por não ter sido ainda acordado o Regulamento de

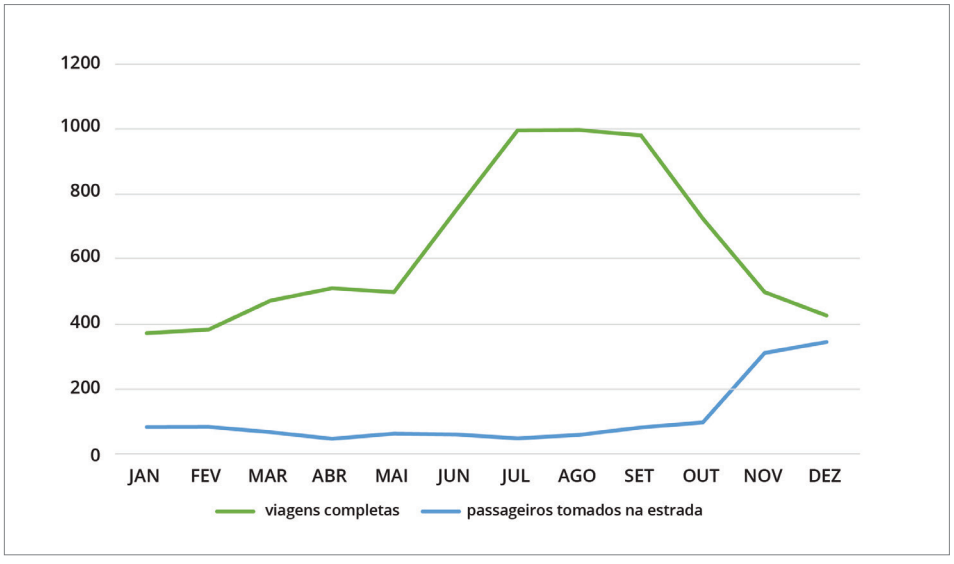
[17] *Id.* p. 7.
[18] *Ibid.*
[19] Embora sem que se saiba a origem e o destino, mas que bem poderiam ser efetuadas mais próximo do Porto.
[20] Exceto os dois últimos meses do ano que mais do que triplicam o seu valor, sem que se indiquem as causas.

Figura 9. Número de Passageiros nas Diligências da Estrada do Porto a Braga (1856)



Fonte: *Relatório da Direcção* (1857).

Figura 10. Viagens *completas vs incompletas* – estrada Porto a Braga (1856)



Fonte: *Relatório da Direcção* (1857).

exploração com a Sub-inspeção-Geral dos Correios. E, no entanto, as ambições eram maiores, já que era solicitado à Assembleia Geral de acionistas a autorização para se iniciarem contactos diretos com o Governo, de modo a estender os serviços de *diligências* e da exploração das malas do correio a Viana e Amarante.

A racionalidade das reformas encetadas obrigou a Companhia de Viação Portuense a suprimir, em 1856, a «Agencia de Braga», reduzindo-a a uma simples estação dotada de um «feitor hábil» (*Relatório da Direcção*, 1857, p. 9). Neste anunciado processo, de regularização de contas, ficamos a saber também do custo das diligências e acessórios, cujas negociações vinham decorrendo com o Banco de Portugal, representante da antecessora, a extinta Companhia das Obras Públicas. O horizonte era de expetativa e confiança no futuro da empresa, pesando apenas a necessidade, tal como hoje, de a administração central honrar a tempo e horas as contrapartidas a que se tinha comprometido[21].

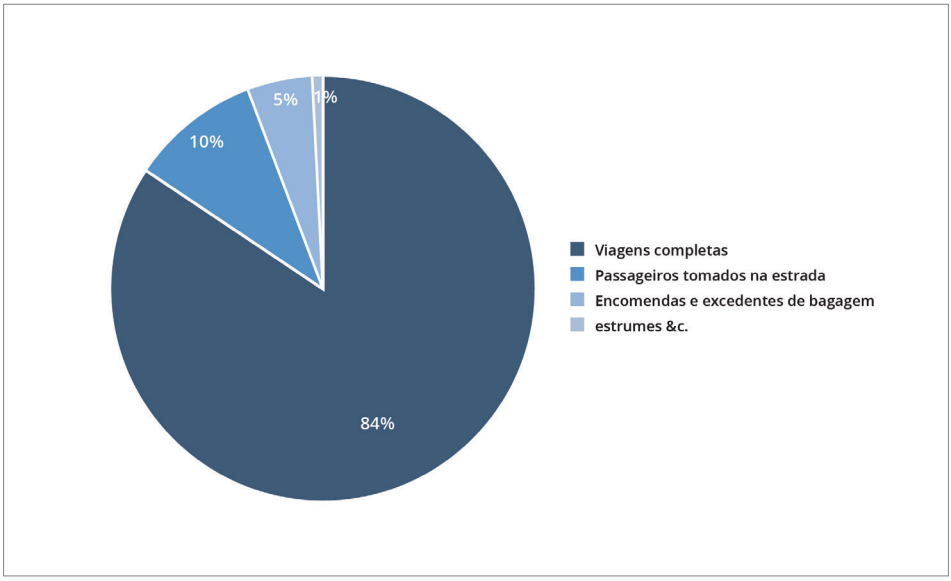
O impacto das despesas de conservação propriamente ditas, em toda a estrada, é-nos veiculado pela conta corrente de conservação referente ao ano de 1856, que é praticamente de 4:000$000, acrescendo as despesas de fiscalização e administração no montante de 1:308$380 reis. Isto é, excluindo o saldo em dívida transitado do ano anterior, o rendimento das Portagens (5:735$147) não chegava para equilibrar as contas. Veja-se que a conservação de estradas era fundamental, sobretudo, para assegurar a circulação de inverno. Daí que, os custos de construção tinham um peso muito mais elevado em toda a operação. Para melhor compreender, havia que adicionar os encargos da construção da estrada para Guimarães, por Santo Tirso. Não fosse o valor das ações e das prestações a realizar pelos acionistas, enfim, do capital investido; não fosse a expetativa das subvenções do Governo de Sua Majestade, e, certamente, tornar-se-ia inviável a Companhia. A construção/conservação das estradas e os passivos referentes à sua função de circulação, como a manutenção das cavalgaduras, das diligências, e de outras despesas várias de operação, teriam de ser sustentáveis para manter o serviço de comunicações, quer ao nível da infraestrutura como da denominada massa circulante.

Em jeito de síntese, vale a pena apreciar o Balanço da Companhia Viação Portuense para o ano de 1856 e, a partir daí, desde as prestações dos recursos, se perceber que, para um orçamento da grandeza de 221:336$984, as obras de construção e conservação das estradas, simultâneas e permanentes, atingiriam um peso de 27,8%, sendo que, só para a estrada de Braga, estas envolveriam mais de ¼ do orçamento final.

Nesta mesma ordem de grandeza, os rendimentos diretos da exploração das diligências dependendo das passagens dos viajantes (94%) (Figura 11), sobretudo, daqueles que se deslocavam entre as duas cidades, não chegavam a 7% do valor do orçamento final. Muito modesto, diga-se, que nem o aumento dos réditos entre junho e outubro, com as «encomendas e excesso de bagagem», permitia compensar (Figura 12).

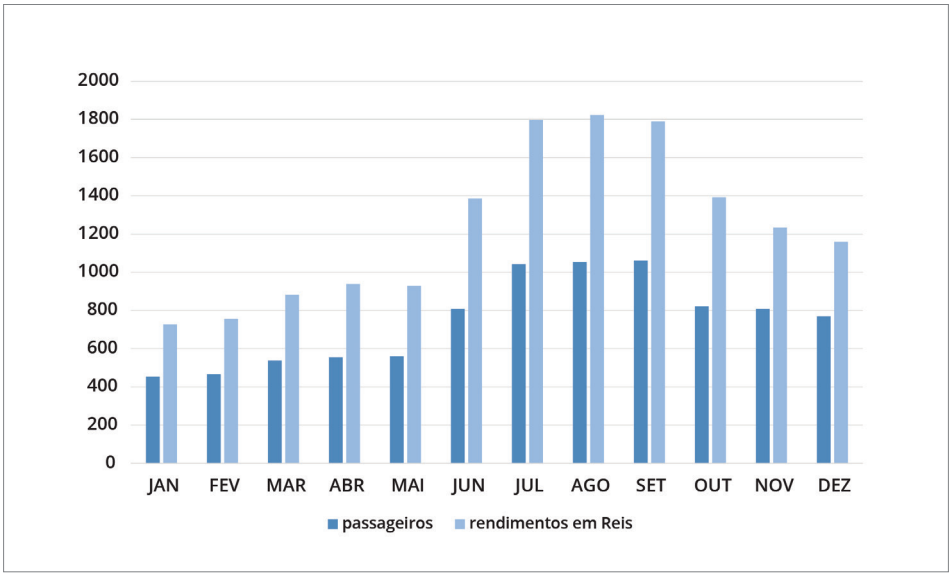
[21] A dívida do Governo de Sua Magestade à CVP, a 1de janeiro de 1857, era de 34:014$644 (*Relatório da Direcção*, 1857 — *Conta num. 5*).

Figura 11. Rendimentos das diligências da estrada do Porto a Braga (1856)



Fonte: *Relatório da Direcção* (1857).

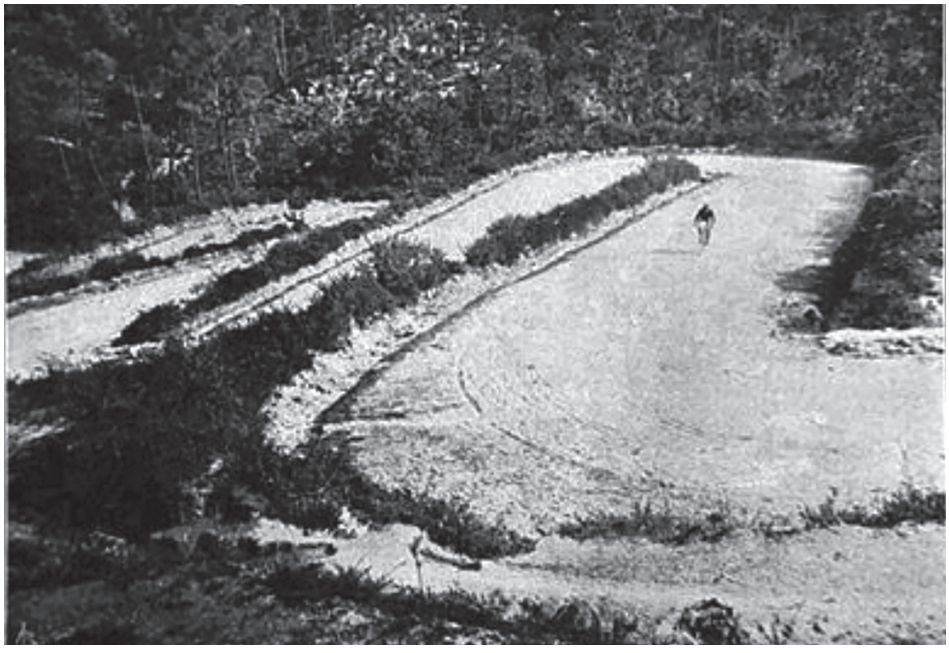
Figura 12. Passageiros & rendimento da estrada do Porto a Braga (1856)



Fonte: *Relatório da Direcção* (1857).

Sob o tema das «Diligencia & Cavalgaduras», as contas número 3 e 4 do Relatório, dão-nos, respetivamente, os valores de capital e de costeio da dimensão circulante. Da diversidade de materiais e estruturas associadas ao segmento operativo, sobretudo, as estações da Companhia, há que considerar a compra para esse mesmo ano de 54 cavalgaduras[22], seis bois, uma carruagem e vários utensílios, reunindo um peso de 31,6% deste segmento de capital, sendo então irrelevante a despesa com a construção de novos carros. Ainda que não consigamos discriminar os custos específicos com a manutenção dos quadrúpedes e os trabalhos que lhes estavam diretamente associados, percebemos neste tópico que «as despesas com cocheiros, conductores e empregados menores», na mesma época, representava cerca de 23% (*Relatório da Direcção*, 1857 — *Conta num. 4*). Isto é, tanto mais significativo, seguramente, devido ao número de efetivos envolvidos, já que o serviço de fiscalização e administração superior, representavam apenas 4,8% desta Conta.

Figura 13. *Voltas de Macada* (início do século XX)



Fonte: Estradas em Portugal (1912), apud Evandro & Dias (2010).

[22] Por contraponto à venda de *sete cavallos*, por incapazes para o serviço. Cf. em *Relatório da Direcção* (1857 — *Conta num. 3).*

Conclusão

Por fim, praticamente duas décadas depois da inauguração da Estrada do Porto a Braga, reconhecido o iminente advento do caminho-de-ferro, a circulação por tração animal passou a sofrer uma forte concorrência, tendo o governo rescindido o contrato com a *Companhia de Viação Portuense*, reconfigurando-se a partir daí um novo ciclo da circulação terrestre em Portugal. Em maio de 1875, chegou o caminho-de-ferro a Braga e assim se pôs fim à hegemonia do tráfego de médio e longo curso por estrada até à chegada efetiva do automóvel, cerca de meio século mais tarde. Mas esse é um outro relato dedicado a um meio de transporte para o qual as *Voltas de Macada*, também elas, precocemente deixaram de ser um tramo itinerário adequado.

No final, no pequeno lugar de Vimieiro do município de Braga, tal como num catálogo, ficou registado para a posteridade um pequeno repositório da evolução da paisagem rodoviária em Portugal. As *Voltas de Macada* permitem-nos hoje reviver o bucolismo poético de Vilhena Barbosa quando descreveu a estrada de Braga ao Porto como «rua de uma quinta de regalo»[23]! A alameda em ziguezague que os nossos antepassados escolheram como palco da fotografia comunitária, para dizer à posteridade que estavam lá. Sim! Somos todos responsáveis por preservar este Património. Fixemo-los bem! Eles estão a olhar para nós!

Figura 14. *Voltas de Macada* (início do século XX)



Fonte: *Foto Aliança* (28 de janeiro de 1917) (AMB).

[23] *Archivo Pittoresco – semanário ilustrado*. 4ºano, nº46, 1861.

Fontes e Bibliografia

Alegria, M. F. (1990). *A organização dos transportes em Portugal 1850–1910: As vias e o tráfego* [Tese de doutoramento, Centro de Estudos Geográficos].

Andrade, A. A., & Lamas, A. R. G. (2002). Um itinerário a reconstruir. Em A. A. Andrade (Coord.), *Das estradas reaes às estradas nacionais: Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo] (pp. 7–10). Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Bandeira, M. S. de M. (2002). *O espaço urbano de Braga – Obras públicas, urbanismo e planeamento (1790–1974): A cidade dos finais do Antigo Regime ao advento da II República* [Tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho].

Branco, C. C. (1864). *Vinte horas de liteira: Romance original.* Typ. do Commercio.

Branco, C. C. (1879). *História e sentimentalismo. Poetas e raças finas. Eusébio Macário.* Ernesto Chardron.

Branco, C. C. (1882). *A Brasileira de Prazins: Cenas do Minho.* Ernesto Chardron.

Cabral, A. M. P. (2016). Que coisa é o Eusébio Macário? [Prefácio, pp. 3–9]. Em *Eusébio Macário – História natural e social de uma família no tempo dos Cabrais [1879].* Expresso.

Cabral, M. V. (1981). *O desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX* (3.ª ed.). A Regra do Jogo.

Cordeiro, J. M. (2002, 19 de maio). A mala-posta entre Porto e Braga, memória da cidade. *Público*, Local 56.

Fernandes, M. G. (2002). *Urbanismo e morfologia urbana no norte de Portugal 1852/1926* [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Gouveia, P. T. M. D. (2015). *Discursos sobre a rede viária nacional (1836–1852)* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Justino, D. (1988). *A formação do Espaço Nacional: Portugal 1810–1913* (2 vols.). Vega.

Lopes, E., & Dias, J. N. (2010). *A História da Bola em Braga.* Ed. A.

Maré, F. L. (2011). *História das infra-estruturas rodoviárias* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto].

Martins, S. L. (2002). A complexa gestão do financiamento. Em VV. autores (Org.), *Das estradas reaes às estradas nacionais: Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo] (pp. 33–37). Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Matos, A. T. (1980). *Transportes e comunicações em Portugal, Açores e Madeira (1750–1850).* Universidade dos Açores.

Mattoso, J. (Dir.). (1993). *História de Portugal*. Editorial Estampa.

Pacheco, E. (2004). *Alteração das acessibilidades e dinâmicas territoriais na Região Norte: expectativas, intervenções e resultantes* [Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto].

Pimentel, A. (1876). *Guia do viajante nos caminhos de ferro***.** Ernesto Chardron.

Relatorio da Direcção da Companhia Viação Portuense – pertencente ao 2º semestre do anno de 1856; em Assembléa Geral de 31 de Janeiro de 1857. Typ. Commercial.

Ribeiro, O. (1955). Portugal. em M. Téran (coord.), *Geografia de España y Portugal*. Vol. 5. Montaner y Simón.

Serrão, J. (Dir.). (1971). Transportes. Em *Dicionário da história de Portugal* (Vol. IV, pp. 192–206). [s.n.].

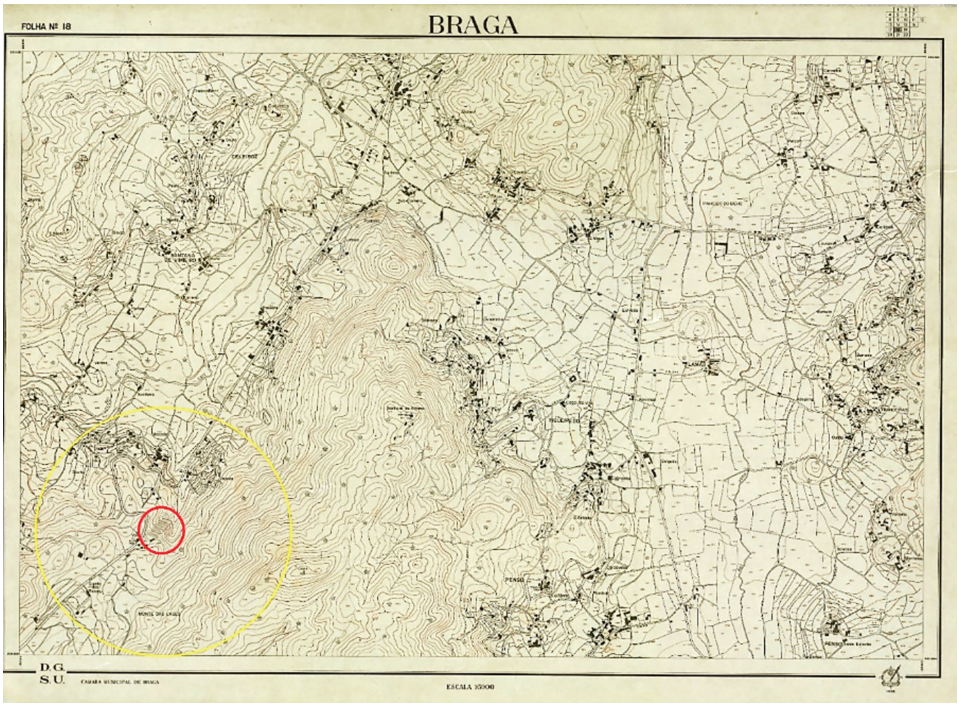
Silva, F. R. (2002). Outros tempos, outros saberes. Em A. A. Andrade (Coord.), *Das estradas reaes às estradas nacionais: Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo] (pp. 15–21). Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Sousa, S. G. (2023). Um escritor capaz de tudo. *Olho d'água*, 15, (1), jan.–jun.

Teixeira, J. G. (2021). *A rede de comunicações terrestres no distrito do Porto (1813–1885), com base em duas fontes cartográficas analisadas pelos SIG* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. VV. autores (Org.). (2002). *Das estradas reaes às estradas nacionais: Alicerces, estratégias, procedimentos, financiamento* [Catálogo]. Centro Rodoviário Português; Laboratório Nacional de Engenharia Civil.18 a 29 de novembro.

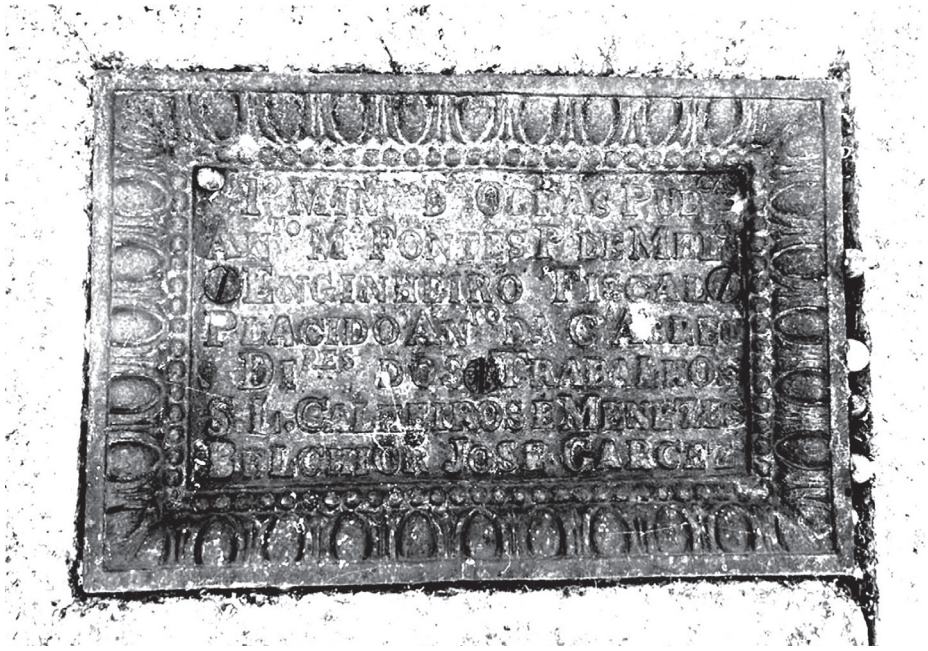
Vilhena Barbosa, I. (1861). A estrada de Braga ao Porto. *Archivo Pittoresco: Semanario Illustrado*, 4º ano (46).

ANEXO I



Nota: círculo vermelho localiza as *Voltas de Macada* na envolvente territorial imediata antes do surto urbanizador e rodoviário dos últimos 50 anos.
Fonte: Planta de Braga (DGSU–CMB); 1:5 000; Folha n.º 18; 1968.

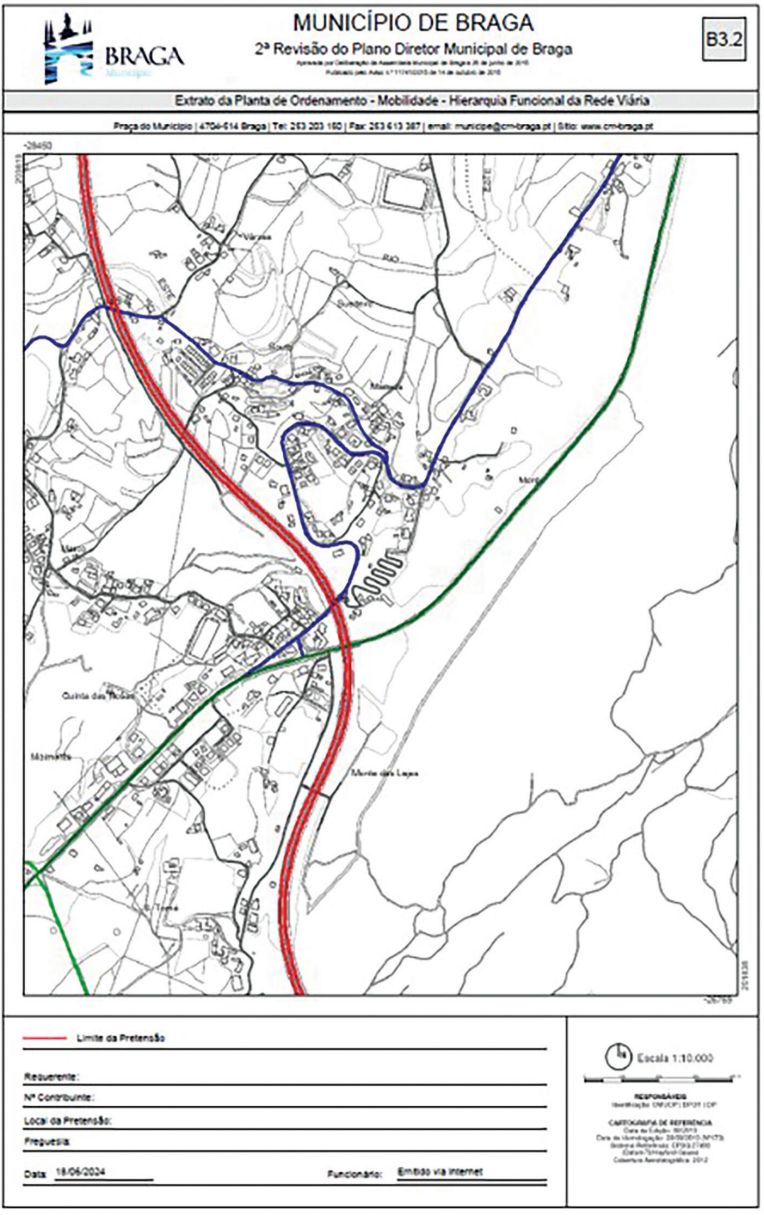
ANEXO II



«1º MIN (tr) D' OBRAS PUB(cas)
AN(to) M(a) FONTES P(a) DE MEL(o)
ENGINHEIRO FISCAL
PLACIDO AN(to) DA C ABREU
DI(res) DOS TRABALHOS
S L CALHEIROS D MENEZES
BELCHIOR JOSE GARCEZ»

Fonte: Placa do obelisco evocativo da conclusão das obras do Viaduto de Arnoso (Vª Nª de Famalicão) (1853), Estrada Porto–Braga Nacional N.º 14.

ANEXO III



Nota: *Voltas de Macada* no centro da imagem, enquadradas por 3 gerações de vias rodoviárias subsequentes: o antigo e novo traçado da Estrada Nacional Nº14 (do Estado Novo, a azul; e da Democracia, a verde), e a Auto-Estrada (A3/IP1), a vermelho.
Fonte: Câmara Municipal de Braga, 2ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Braga, Extrato da Planta de Ordenamento – Mobilidade – Hierarquia Funcional da Rede Urbana, F. B3.2, acedido a partir do sítio eletrónico do município no âmbito da respetiva discussão pública. Acesso público sem restrições.

Palácio Dona Chica: entre a retrospetiva da sua memória e uma perspetiva futura

Dona Chica Palace: between the retrospective of your memory and a forward-looking perspective

Cristiana Silva
Mestre em Património Cultural pela Universidade do Minho
cristianafilipa-99@hotmail.com
ORCID: 0009-0009-8273-0050

Bracara Augusta, 133 (2025), 219–242 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.38

Resumo // O presente estudo apresenta uma reflexão sobre o Palácio Dona Chica, um edifício com características apalaçadas localizado na freguesia de Palmeira, cuja construção remonta ao início do século XX, mais especificamente a 1915. Com um estilo arquitetónico revivalista e historicista, o Palácio Dona Chica destaca-se como um exemplo singular de uma tipologia que, em última instância, não prevaleceu em Portugal. A presente investigação tem como objetivo analisar a informação relativa à obra do arquiteto Ernesto Korrodi, estabelecendo uma cronologia das diferentes fases pelas quais o edifício passou, tanto a nível arquitetónico, quer no plano social. Adotamos uma metodologia qualitativa, partindo de uma leitura macro do movimento social, cultural e arquitetónico em que se insere o edifício para uma análise micro das várias fases históricas e utilitárias do Palácio, que se apoiou na recolha de fontes documentais, orais e visuais.

Palavras-Chave:
historicismo, palácio Dona Chica, património arquitetónico, revivalismo, Sollar do Rêgo.

Abstract // This study seeks to develop a reflection on the Palácio da Dona Chica, a palatial-style residence located in the parish of Palmeira, dating from the early 20th century, specifically the year 1915. Featuring a revivalist and historicist architectural style, the Dona Chica Palace stands as a unique example of a mode of architecture that did not become widespread in Portugal. The present research aims to examine the available information on the work of the architect Ernesto Korrodi, tracing the various phases of the building's architectural and social transformations of the time. A qualitative methodology was adopted, beginning with a macro-level reading of the social, cultural and architectural context in which the building is situated, followed by a micro-level analysis of the various historical and functional phases of the Palace, based on the collection of documentary, oral, and visual sources.

Keywords:
architectural heritage, Dona Chica palace, historicism, revivalism, Sollar do Rêgo.

Introdução

O estudo que apresentamos tem por objetivo retirar e aprofundar o conhecimento existente sobre o Sollar do Rêgo, popularmente conhecido como Palácio Dona Chica ou Castelo de Palmeira, um edificado que data do ano de 1915. A investigação sobre Sollar do Rêgo/Palácio Dona Chica expressa a vontade de resgatar e reconstituir uma narrativa histórica, valorizando um património arquitetónico muito rico e singular, destacando o seu lugar no contexto da cultura arquitetónica portuguesa. Neste sentido, pretendemos estudar e caracterizar a génese e a evolução histórica, funcional e arquitetónica do Palácio Dona Chica. O principal objetivo passa por repensar a importância que é dada ao património cultural edificado, elaborando uma contextualização histórica e arquitetónica do imóvel que o valorize enquanto bem patrimonial, traçando-lhe uma biografia da sua extensão temporal e usos que lhe foram atribuídos.

Empregou-se uma metodologia qualitativa que privilegiou a pesquisa documental e de campo. Para a realização da pesquisa documental, procedeu-se a um levantamento bibliográfico e ao estudo de documentos, arquivos e publicações periódicas, nomeadamente o *Diário do Minho* (ano de 1935), O *Correio do Minho* (ano de 1984), o *Comércio do Porto* (1996), e o *Público* (ano de 1993), além das fontes complementares disponíveis nas plataformas online e repositórios digitais.

Do ponto de vista bibliográfico, a análise centrou-se nos principais estudos dedicados à figura e obra de Ernesto Korrodi, com especial relevo para Lucília Verdelho, com a obra *Ernesto Korrodi, 1889–1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*; Maria Genoveva Oliveira (2009), *Ernesto Korrodi, percurso de vida e a sua presença da cidade da Covilhã*; Teixeira (2018), *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e Obra*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Fernando Pessoa; e o artigo de Iván More Pazos, *El Palácio de Dona Chica de Ernesto Korrodi: Majestuosa Ruina Cultural*.

Desde logo, investigou-se de forma exaustiva a evolução histórica e arquitetónica do Palácio Dona Chica, tendo-se recorrido a diferentes entidades como o Arquivo Distrital de Braga, o Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga, o Arquivo Distrital de Leiria, os Sistemas de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), o Arquivo Distrital de Ponte de Lima e a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC).

1. Como se materializa um sonho? Emigração, enriquecimento e retorno — Os brasileiros torna-viagem e o seu impacto na cultura nacional e local

A freguesia de Palmeira localiza-se a quatro quilómetros a norte da cidade de Braga, nas margens do rio Cávado, sendo atravessada por duas grandes estradas nacionais — Braga–Monção e Braga–Ponte de Lima — e marcada pela existência de duas importantes pontes: a Ponte de Prado e a Ponte do Bico (Correia, 1977, p.12). O Palácio Dona Chica, por sua vez, encontra-se no lugar do Assento, nas proximidades da estrada Nacional 101. O imóvel dispõe de uma área total de 32.472 m², dos quais 572 m² correspondem a área coberta e 31.900 m² a área descoberta[1]. Atualmente, o palácio está classificado como Monumento de Interesse Público e encontra-se delimitado por uma Zona Especial de Proteção (ZEP), através da portaria nº. 120/2013, 2ª Série, nº 48, de 8 de março de 2013[2].

Embora os brasileiros torna-viagem não assumam um papel de relevo ao longo deste artigo, a menção aos mesmos é particularmente relevante, uma vez que a fortuna dos pais dos primeiros proprietários foi construída graças à emigração para o Brasil. Este enquadramento familiar permite compreender de forma mais abrangente as suas origens e o seu percurso. A figura e o papel dos «brasileiros» foram particularmente relevantes na segunda metade do século XIX, manifestando-se tanto a nível social, como nas representações literárias. Na segunda metade de 1800, a *geração romântica* desempenhou um papel crucial na construção dessa imagem, destacando-se nomes como Camilo Castelo Branco, com as obras *Poesia ou Dinheiro* (1855) e *Os Brilhantes do Brasileiro* (1869), Alexandre Herculano, com as suas cartas sobre Emigração, publicadas entre os anos de 1873 e 1875, nas peças teatrais de Almeida Garrett, como é o caso de *Ódio de Raça* (1854), *O Cedro Vermelho* (1856) e *Aleijões Sociais* (1870), em Júlio Dinis, com a obra *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), em *As Farpas* de Ramalho Ortigão e Eça de Queirós (1871–1882), Fialho de Almeida, com o conto *O Tio da América* (1881), a compilação de contos *Lisboa Galante* (1890), a publicação periódica *Os Gatos* (1889–1894), e Eça de Queirós, com *A Ilustre Casa Ramires* (1900), onde estes são representados como sendo «depósitos de risos» (Matozzi, 2016, pp. 24–40).

Neste sentido, o «brasileiro» passou a incorporar o vocabulário português, representando não apenas as pessoas nascidas no Brasil, mas também aqueles que emigraram para o Brasil e aí fizeram a sua fortuna (Tavares, 2015, p. 9). Ao longo do século XIX e no início do século XX é possível distinguir dois perfis de emigrantes. Por um lado, existem aqueles que se inserem no mundo comercial e na complexa malha urbana brasileira. Por outro, aqueles que se estabeleceram no interior do Brasil, na

[1] 2ª Conservatória do Registo Predial de Braga (doravante 2.ª CRP), Descrições, Averbamentos, Anotações.

[2] *Diário da República*, 2.ª série, n.º 48, 8 de março de 2013, p. 8684.

sua vasta extensão rural e agrícola, e que eram vistos como substitutos da antiga mão de obra escrava. Os emigrantes partiam, maioritariamente, das regiões da Beira Litoral e do Entre Douro e Minho, com especial destaque para os distritos do Porto, Braga e Aveiro, onde se verificou uma significativa mobilização de recursos humanos (Santos, 2000, pp. 19–20).

No início da segunda metade do século XIX, era já expressivo o número de portugueses que haviam enriquecido na zona da Baía, dedicando-se, predominantemente, a atividades comerciais (Santos, 2000, pp. 19–20). Todavia, estes expandiram os seus interesses às atividades industriais e portuárias (estiva), à produção cafeeira, extração de borracha (na região norte), aos transportes e à distribuição, banca, seguros, restauração, construção civil e ao comércio a retalho. Este fenómeno prolongou-se até às primeiras décadas do século XX e é visível até aos nossos dias através dos investimentos realizados na edificação de palacetes, tanto em contexto rural como urbano (Santos, 2000, pp. 19–20). Na fase inicial da vaga de retorno destes emigrantes ricos, na segunda metade de Oitocentos, as edificações concebidas por estes seguiam as práticas construtivas das localidades em que eram inseridas. No entanto, passou a ser frequente dotá-las de elementos especiais e distintos da matriz arquitetónica local, como é o caso das largas varandas nos andares superiores, das platibandas dos balaústres com escultura cerâmica nos remates, os revestimentos em azulejo, os telhados coloridos e outros artifícios de diferenciação arquitetónica e social. Com efeito, nestes edifícios predominava uma atitude de afirmação social, acompanhada pelo recurso a elementos neoclássicos, onde se destacavam os frontões e algumas esculturas de baixo-relevo (Santos, 2000, p. 11).

Os brasileiros torna-viagem distinguiam-se por serem emigrantes bem-sucedidos que procuravam manifestar, na arquitetura das suas residências ajardinadas, o orgulho de pertencerem a um grupo de empreendedores que obtiveram sucesso em territórios além-mar, num continente e numa realidade totalmente diferentes (Pereira, 2000, p. 214). As habitações dos emigrantes passaram a constituir verdadeiras marcas territoriais, frequentemente inspiradas em modelos vistos no estrangeiro. Conforme refere Isabel Raposo (2013, p. 181), «a casa dos emigrantes constitui para os seus proprietários a materialização de um sonho, a afirmação da sua ascensão e, ao mesmo tempo, uma forma de poupança e investimento». Estes edifícios funcionam simultaneamente como elementos de diferenciação social e indicadores de riqueza, correspondendo a lugares de memória e de demonstração simbólica de sucesso, representando ao mesmo tempo a chegada e o regresso (Raposo, 2013, p. 179).

2. O Palácio Dona Chica: seus primeiros proprietários, arquiteto e características arquitetónicas

2.1. Apontamentos biográficos sobre um casal de brasileiros torna-viagem

Para contextualizar esta narrativa, é fundamental conhecer — ainda que sinteticamente — os proprietários que estiveram na origem da construção do imóvel, João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto de Sousa Rêgo, bem como o arquiteto responsável pelo projeto e pela execução da obra. João José Ferreira Rêgo, natural da freguesia de Palmeira, nasceu a 7 de maio de 1893, filho de Manuel Joaquim Peixoto do Rêgo e de Maria da Conceição Ferreira do Rêgo, tendo como irmãs Alcina da Conceição Ferreira Rêgo e Isilda da Conceição Ferreira Rêgo. Francisca Peixoto Ferreira de Sousa, por sua vez, nasceu a 20 de agosto 1893, no Estado de São Paulo, Brasil. Era filha de Francisco Peixoto Ferreira de Sousa[3] e Antónia Soares Peixoto, esta última uma brasileira descendente de escravos. O seu pai era proprietário de uma companhia importadora de ferragens, a Peixoto & Estella (Silva, 2023, pp. 74–75).

Após a morte de seu pai, Francisca Peixoto de Sousa contrai matrimónio com o seu primo, João José Ferreira Rêgo, numa união oficializada em 15 de março de 1913, na cidade de São Paulo. Ainda no mesmo ano, o casal regressa a Portugal e instala-se na Casa da Quintanilha, situada na rua do Carregal, na freguesia de Palmeira (Silva, 2023, p. 76).

Em 1921, João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto de Sousa Rêgo divorciam-se. A ação foi movida por Dona Francisca, que alegou abandono do lar, por parte do marido, afirmando que ele «abandonou completamente o domicílio conjugal há muito mais de três, e até de quatro anos, não mais se importando com a sua esposa»[4]. Fontes orais, recolhidas através de entrevistas, sugerem que D. Francisca mantinha uma relação extraconjugal com Henrique Teixeira (Silva, 2023, pp. 208–213). Naquele período, João José Ferreira Rêgo residia no Hotel Aliança e encontrava-se fisicamente debilitado, tendo declarado não conseguir assinar a petição referente ao divórcio litigioso[5].

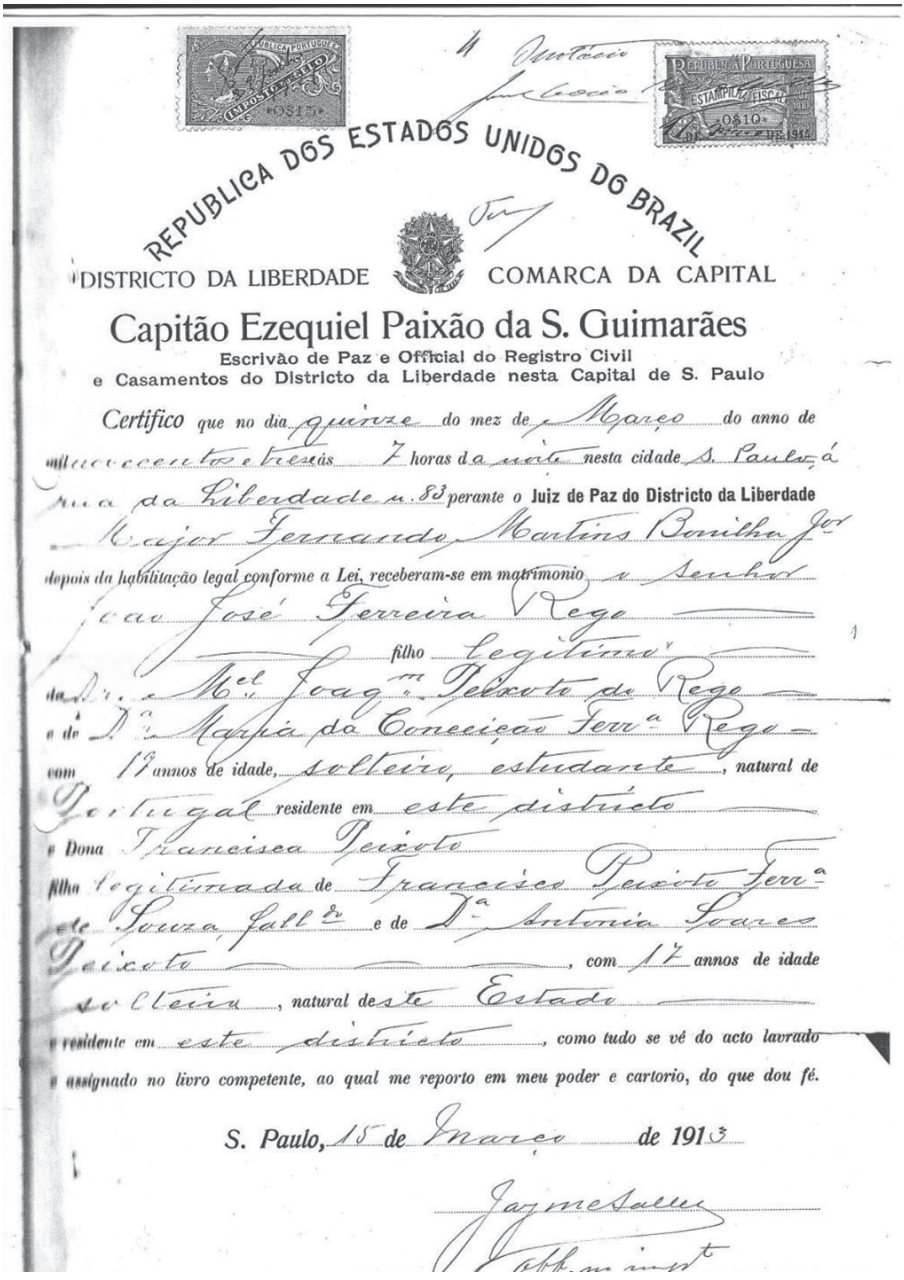
De acordo com a revista da Ordem de Advogados de 1941, Francisca Peixoto de Sousa casou-se novamente, em 10 de outubro de 1922, na cidade do Porto, com Henrique Ventura Teixeira. Desse casamento nasceu um filho, Manuel Peixoto Ventura. Segundo fontes locais, D. Chica foi viver com Henrique Teixeira para Merelim

[3] Francisco Peixoto de Sousa Rêgo era natural da cidade de Braga, mais concretamente da Vila de Prado, e havia emigrado para o Brasil, onde construiu a sua fortuna.

[4] Tribunal Judicial da Comarca do Porto (doravante TJCP), 1.ª Vara Cível, Processo de divórcio, 1922, Maço 388.

[5] *Idem*, 1.ª Vara Cível, Processo de divórcio, 1922, Maço 388.

Figura 1. Certificado de Casamento entre João José Ferreira Rêgo e Francisca Peixoto Ferreira Rêgo, República dos Estados Unidos do Brasil



REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL

DISTRICTO DA LIBERDADE — COMARCA DA CAPITAL

Capitão Ezequiel Paixão da S. Guimarães

Escrivão de Paz e Official do Registro Civil
e Casamentos do Districto da Liberdade nesta Capital de S. Paulo

Certifico que no dia quinze do mez de Março do anno de mil novecentos e treze ás 7 horas da noite nesta cidade S. Paulo, á rua da Liberdade n. 83 perante o Juiz de Paz do Districto da Liberdade Major Fernando Martins Bonilha Jor depois da habilitação legal conforme a Lei, receberam-se em matrimonio o Senhor João José Ferreira Rego filho legitimo do Dr. e Mel. Joaq.m Peixoto de Rego e de D.a Maria da Conceição Ferr.a Rego com 19 annos de idade, solteiro, estudante, natural de Portugal residente em este districto e Dona Francisca Peixoto filha legitimada de Francisco Peixoto Ferr.a de Souza fall.do e de D.a Antonia Soares Peixoto, com 17 annos de idade solteira, natural deste Estado residente em este districto, como tudo se vê do acto lavrado e assignado no livro competente, ao qual me reporto em meu poder e cartorio, do que dou fé.

S. Paulo, 15 de Março de 1913

Fonte: Arquivo Distrital de Braga.

(S. Paio). Após o pedido de divórcio, Francisca Peixoto de Sousa viajou para França com o seu filho. Foi nesse período que conheceu Atílio Giordani, seu último marido, vivendo juntos no Brasil, na cidade de Santos[6].

Com o fim do matrimónio, João José Ferreira Rêgo suspendeu as obras na propriedade. O palácio foi vendido no ano de 1934, por meio de uma procuração, pelo seu cunhado, Adolfo Ribeiro Lima da Costa[7]. Naquela época, João José Ferreira Rêgo já se encontrava num estado de saúde delicado, vindo a falecer precocemente em 15 de fevereiro de 1935, aos 42 anos de idade.

2.2. Ernesto Korrodi, um arquiteto visionário

Ernesto Korrodi, arquiteto responsável pela conceção do Palácio Dona Chica, possuía origem suíça, tendo nascido na cidade de Zurique, a 30 de janeiro de 1870. Filho de João Henrique Korrodi e Anna Muller, Korrodi ingressou na escola de artes aos quinze anos, onde se formou como professor de desenho (Viterbo, 1904, p. 46). Em 1889, Korrodi chegou a Portugal para lecionar desenho na Escola Industrial de Braga, onde permaneceu até ao ano de 1894. Posteriormente, foi transferido para a Escola Domingos Sequeira, em Leiria, cidade onde fixou residência e constituiu família. Korrodi destacou-se como um entusiasta do património e da arqueologia, áreas que influenciaram significativamente os seus trabalhos (Costa, 1997, p. 117).

Com um legado de mais de 300 obras, o trabalho de Korrodi caracterizou-se pelo estilo eclético, arquitetura etnográfica, e exaltação de estilos medievais, neomanuelinos, orientais e renascentistas, em diálogo com o movimento de *Arts and Crafts* (Pazos, 2023, p. 88). Entre os seus projetos mais notáveis, destacam-se o Paço do Concelho de Leiria (1902), a Companhia Leiriense de Moagem (1920), a filial do Banco de Portugal em Leiria (1923), o Jardim-Escola João de Deus em Leiria (1933) e o Parque Desportivo e de Recreio na margem direita do Rio Lis (1930). A sua aproximação à arte nova é evidente em projetos como a Villa Hortência, em Leiria, a Casa de Egas Moniz, em Avanca, e na Casa da Família Bouhon, na Covilhã (1915–1920)[8]. Em 1910, Korrodi foi galardoado com o Prémio Valmor pela habitação de António Macieira, localizada na Avenida Fontes Pereira de Melo, em Lisboa (Costa, 1997, p. 137).

Ernesto Korrodi era considerado um arquiteto visionário devido à sua capacidade de reinterpretar de forma criativa o passado, adaptando-o à época. Korrodi não se

[6] Ordem dos Advogados. (1941). B) Brasileira. *Revista da Ordem dos Advogados*, 2(4), Capítulo 36. https://historia.oa.pt/wp-content/uploads/2021/10/1941–Vol.-II-Ano-1-No-4-Capitulo-36.pdf

[7] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl. 18.

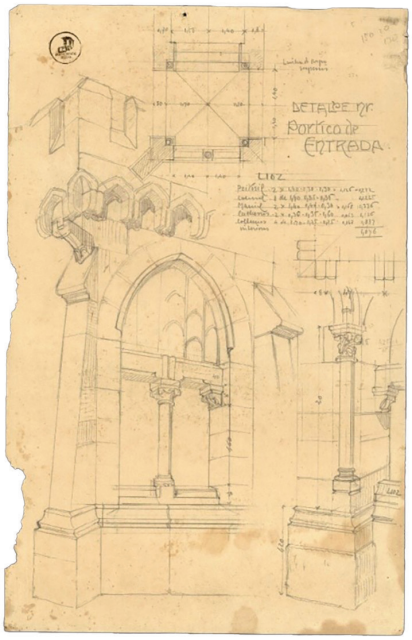
[8] A casa da Família Bouhon demonstra a notável flexibilidade de Korrodi numa linha eclética, com uma forte base neorromântica, neoclássica e renascentista, complementada com decorações em arte nova presentes nos vãos, cimalhas, mas também nas cantarias, nos painéis em azulejos, de cor pastel, não se limitando a replicar um estilo arquitetónico, mas abrindo os seus horizontes para uma estética única (Oliveira, 2009, p. 29).

apoiava num único estilo arquitetónico. Pelo contrário, através do ecletismo, criava edifícios com identidade própria, enquanto integrava a modernidade da arte nova, utilizando materiais como o ferro.

2.3. O Palácio Dona Chica: descrição da fachada e elementos decorativos

O início da construção do Palácio da Dona Chica deu-se no ano de 1915, pelo arquiteto Ernesto Korrodi. A obra apresenta uma arquitetura eclética e historicista inspirada na Idade Média. No que concerne à sua gramática decorativa externa, o edifício possui uma fachada principal voltada para o jardim, marcada pelas amplas superfícies envidraçadas, tais como janelas, portadas e *bow-window*. Do ponto de vista arquitetónico, o imóvel possui elementos de base gótica e tardo-gótica presentes na torre ameada, nos vãos redondos, nos arcos de ogiva e no acentuado jogo de volumes. Numa tentativa de integrar elementos de arte nova no seu projeto, Ernesto Korrodi adicionou uma faixa de azulejos, varandas dispostas em ângulos e corpos salientes, quase cilíndricos. Entre os elementos de influência classicista, destacam-se capitéis, mísulas, janelas serlianas e de almofadado, cartelas e cartuchos. No início do telhado, surgem um frontão e uma *bow-window* com motivos ornamentais colhidos do gótico flamejante, ao passo que no rés-do-chão presencia-se um arco, cujo estilo remete à arte nova (Costa, 1997, pp. 237–242).

Figura 2. Detalhes do Pórtico da Entrada



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Na sacada, para além da *bow-window*, observa-se um amplo janelão envidraçado e um corpo hexagonal com um friso de pequenas arcadas semelhantes às do frontão. O frontão que cobre o início do telhado encontra-se sobre uma faixa horizontal decorativa de pequenas arcaduras que se alinham com a arte românica. Na fachada lateral, localizada no lado oposto ao da entrada, é possível observar uma torre cilíndrica rasgada por janelas. As fachadas pequenas são quebradas por um grande janelão tripartido. Na entrada, é possível encontrar um pórtico saliente, entre contraforte, com os tímpanos dos arcos quebrados de franjas lobulosas no intradorso, apresentando uma ornamentação do gótico flamejante. As ja-

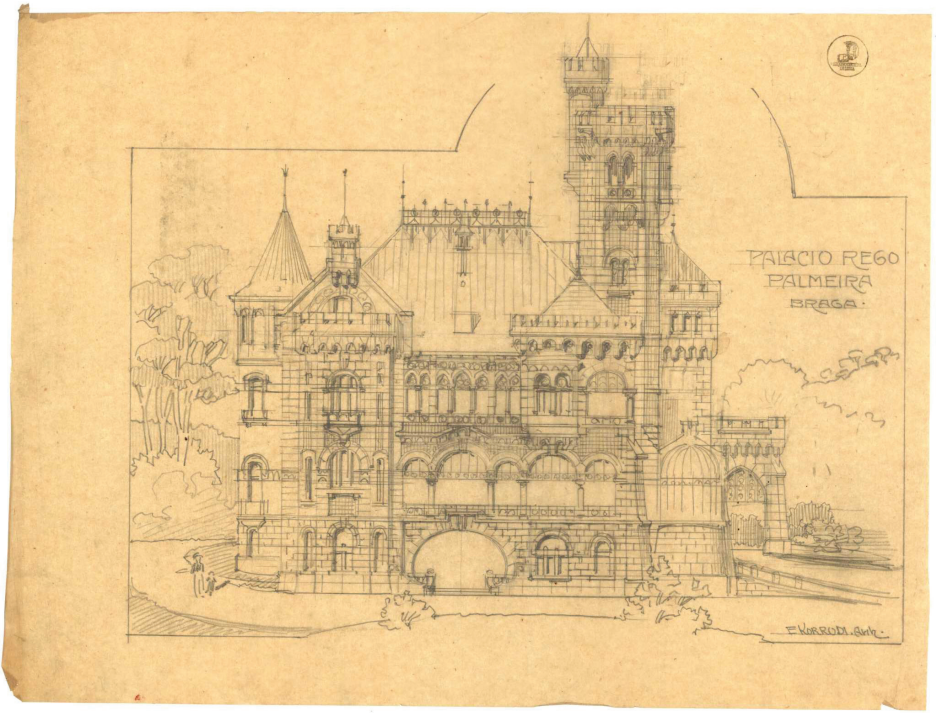
nelas apresentam um movimento ascensional de torre, sendo o último piso rasgado por galerias de arcos geminados e abóbadas de ogiva, orientadas sobre a fachada de acesso ao jardim (Costa, 1997, pp. 242–243).

Na zona central do segundo pavimento na fachada nobre, o edifício é rematado por cornijas, modilhões, arcaturas e ameias. Os alicerces, a fachada do jardim e a fachada da entrada são construídos por alvenaria, o que confere ao palácio uma aparência irregular. Nos jardins, deparamo-nos com a existência de um lago e de uma gruta artificial.

Do ponto de vista da gramática decorativa interna, os projetos iniciais do Palácio Dona Chica apresentam uma organização tripartida em três níveis distintos: rés-do-chão, andar nobre e segundo andar.

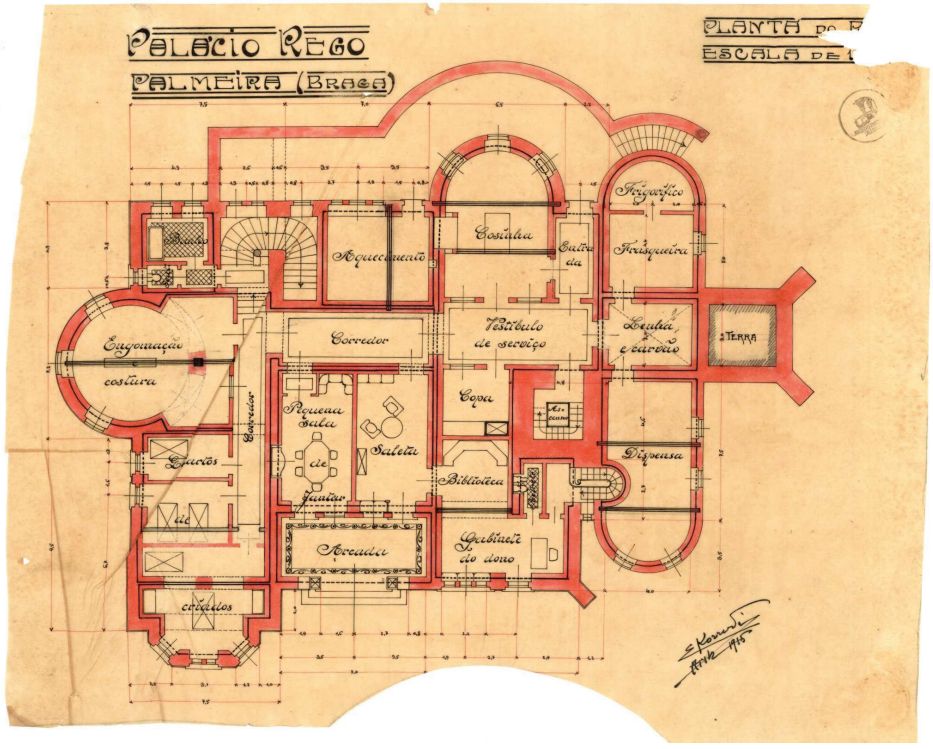
Organizado com base nas funções de apoio e logística da casa senhorial, o rés-do-chão era maioritariamente dedicado aos serviços domésticos, refletindo a organização social e funcional da época. Neste piso, destacam-se os serviços de cozinha e copa, um espaço destinado à preparação de refeições e ao apoio ao serviço de mesa, bem como uma zona de arrumos, dedicada ao armazenamento de utensílios

Figura 3. Anteprojeto Palácio Dona Chica



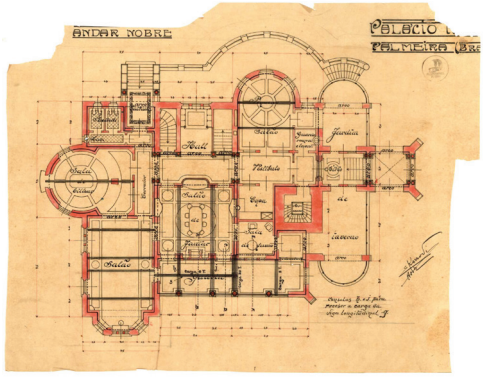
Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 4. Planta do Rés-do-Chão



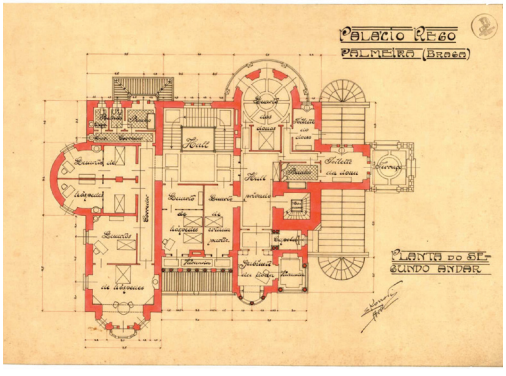
Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 5. Planta do Andar Nobre



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

Figura 6. Planta do Segundo Andar



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

domésticos e de outros bens, quarto de criados, pequena sala de jantar, uma área de refeições informal, possivelmente para uso de criados, uma copa e um vestíbulo de serviço. Incluíam-se ainda compartimentos para engomar e costurar, o gabinete do dono, uma despensa e uma casa de banho.

O andar nobre correspondia ao coração da vida social do palácio, destinado à receção de convidados e à realização de eventos. Segundo a ideia de Korrodi, após passarem pelo jardim de inverno e o átrio, os visitantes entrariam num vestíbulo. Para além desta divisão, verifica-se a existência de um pequeno salão (lado direito), um espaço de estar mais íntimo; uma copa localizada no lado esquerdo, destinada ao apoio aos serviços de bebidas e petiscos; sala de bilhar, um espaço de lazer masculino; salão de jantar, um espaço para a realização de refeições formais; copa de apoio à sala de jantar; sala de fumo, espaço de convívio comum na época; casa de banho; e hall de entrada.

O segundo andar era reservado às acomodações privadas da família e dos hóspedes, sendo constituído por três quartos de hóspedes, um quarto de criada particular, dois vestíbulos de entrada, um deles de utilização exclusiva dos donos, o quarto dos proprietários, o gabinete da dona, uma capela, dois sanitários destinados aos donos, uma sala de banho e um terraço. A distribuição dos espaços reflete a clara separação entre as áreas de serviço, sociais e privadas, característica das residências senhoriais da época.

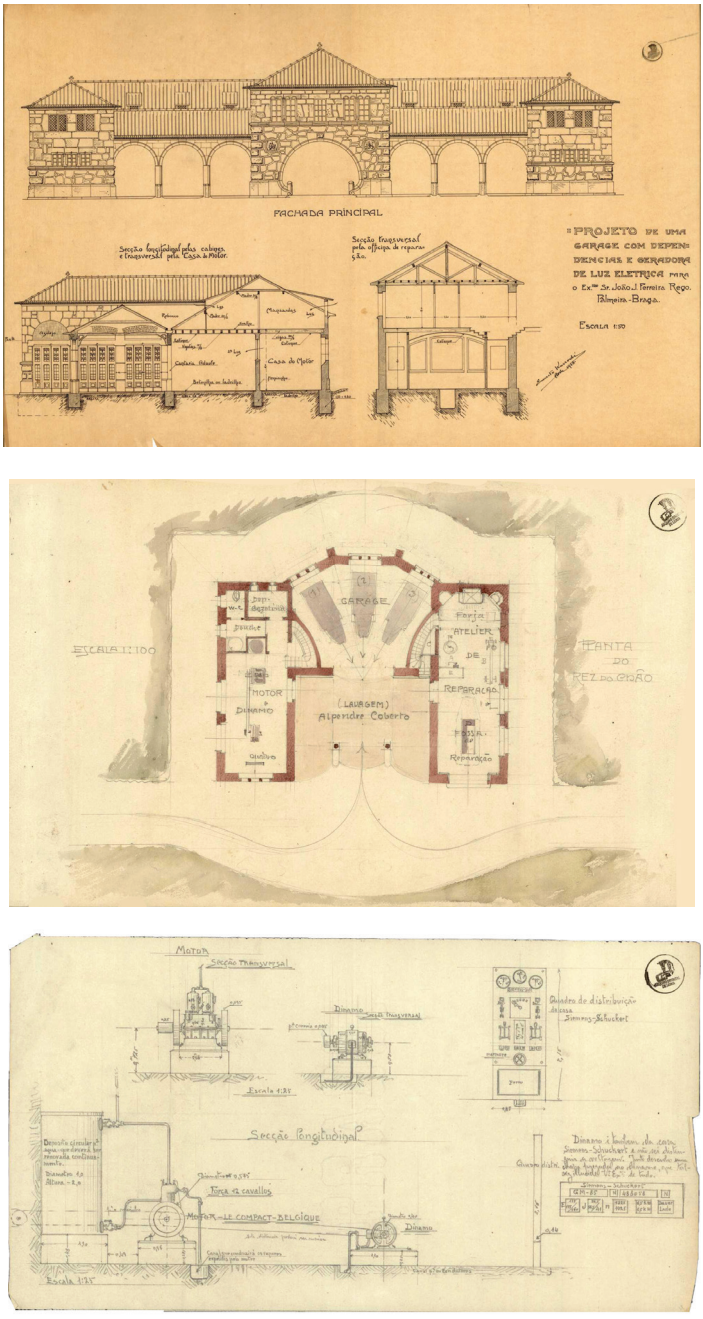
Através da documentação consultada no Arquivo Distrital de Leiria foi possível constatar a existência de um projeto para a conceção de uma garagem com dependências e gerador de eletricidade (Silva, 2023, pp. 94–100). A análise dos processos de projeto de arquitetura revela a existência de três fachadas: a fachada posterior (lado sul), a fachada lateral (lado poente) e a fachada principal[9]. Complementarmente às fachadas externas, é ainda possível consultar as plantas do interior das dependências. A planta do rés-do-chão demonstra a existência de um depósito de acumuladores, doze cabines, dois alpendres cobertos, um dínamo, um motor, um depósito de água, um quadro, um atelier de reparação, uma fossa de reparação, uma forja, uma escada para o sótão, uma instalação sanitária, um depósito de gasolina, cavalariças, um moinho e um depósito de cereais. O projeto da fachada lateral (lado nascente) e da garagem, juntamente com o gerador de eletricidade, demonstra a existência de três pisos.

No subsolo, estavam instalados um depósito de gasolina e uma fossa. No segundo piso do edifício anexo, estavam projetados quatro quartos, uma sala de jantar e uma passagem.

As obras foram interrompidas quatro anos após o início da construção, em virtude da dissolução matrimonial dos proprietários, restando apenas as estruturas fundamentais. Em 1919, João Rêgo abandonou o projeto, passando a residir na Quinta

[9] O projeto contempla uma secção transversal da oficina de reparação, a secção longitudinal das cabines e a secção transversal da casa do motor.

Figura 7. Casa das Máquinas e Garagem



Fonte: Arquivo Distrital de Leiria.

da Mata, na freguesia de Semelhe. Nesse período eram poucos os elementos externos e internos concluídos, e que chegaram até aos nossos dias, destacando-se o catavento com a datação do ano de 1917, o frontão da lareira do hall, que apresenta características góticas, e a fachada principal (Silva, 2023, pp. 74–78).

3. A propriedade muda de mãos: breves notas biográficas dos novos donos do Sollar do Rêgo

Em 26 de novembro de 1934 é celebrado um contrato de compra e venda entre João José Ferreira Rêgo, representado pelo seu cunhado Adolfo Ribeiro Lima da Costa Azevedo, e Sir Roderic Harold Dalzell Henderson. Através de um artigo desenvolvido pelo *Diário de Braga*, com o título «Na realização de um grande melhoramento», sabe-se que Sir Roderic Harold Dalzell era um capitalista britânico que se deslocou a Portugal, mais concretamente à região do Minho, com o propósito de realizar investimentos.

O ato foi formalizado pelo bacharel formado em Direito, Filipe Augusto Noronha Freire de Andrade, com testemunho do Doutor Adolfo Ribeiro Lima da Costa Azevedo, morador na casa da Barroza, em Viana do Castelo. O contrato de promessa de compra e venda descreve a propriedade como sendo composta por três prédios rústicos[10], anteriormente adquiridos por João José Ferreira Rêgo em 1914: a) a Bouça Grande e a Bouça Pequena (ou Bouça de São Sebastião); b) um prédio identificado no livro B-Sete; e c) a Bouça da Portinha. O valor da venda foi de 165.000 escudos[11]. Artigos de jornais da época indicam que o novo proprietário ambicionava converter o edifício num hotel de luxo destinado a turistas abastados, tanto portugueses como estrangeiros. Este hotel, um dos primeiros do género no país, seria circundado por parques e jardins com grutas, lagos e mirantes. Na edição de 10 de março de 1935 do *Diário do Minho* é noticiada uma visita ao imóvel por parte de Alberto Cruz, então presidente da Comissão da Iniciativa de Turismo[12].

Apesar da visão ambiciosa de Sir Roderic, o projeto do Palácio Dona Chica não iria avançar, quedando-se em mais um arranque em falso. Em 26 de outubro de 1938, a propriedade foi vendida ao Dr. Alberto Torres Figueiredo e sua esposa, Dona Maria Constança dos Passos Furtado Pais Moreira Figueiredo. Residente na rua Heróis de Chaves, nº 549, na cidade do Porto, neste período, o casal era reconhecido pela sua proeminência regional, sendo proprietários influentes e detentores do Companhia

[10] Os antigos artigos 972 e 973 foram convertidos no artigo 765.

[11] ADB, Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl. 18.

[12] «No Palácio de Palmeira foi oferecido ontem um Jantar ao Sr. Dr. Alberto Cruz». *Diário do Minho,* 1935, n.º 4718, 10 de maio de 1935, p. 1.

Figura 8. «Na realização do grande melhoramento», *Diário de Braga*



Diário de Braga

Na realisação de um grande melhoramento

Dissémos ha dias que, a nossa linda e progressiva cidade ia ter, por arrojada iniciativa de Sir Rodric Henderson, opulento capitalista britanico, um hotel de luxo quási exclusivamente destinado aos argentarios estrangeiros e aos ricos da nossa nacionalidade.

E' por assim dizer a edificação, ideal, de um precioso reducto de beleza e confôrto para todos aquêles que a fortuna bafejou e que sabem sufrir os gôsos da vida nas paragens deslumbrantes que enriquecem a linda terra portuguesa e da qual o Minho e Braga são ferteis, seduzindo, atraindo e prendendo os que uma vez as possam visitar e vêr.

O «Palacio Rêgos que foi adquirido para ser convertido no projectado hotel, levanta-se numa eminencia dominadora da um fantastico panorama e é de uma construção de beleza admirável como o são aliás as obras delineadas por êste génio artista e original de Ernesto Corrodi, o eminente arquitecto que glorificou a nossa Escola Industrial e que hoje honra e dignifica a Escola Industrial de Leiria.

E' uma formosa edificação que nos dá a ideia dum magestoso castelo medieval construido em sitio culto para residencia de grandes senhoras e de nababos opulentos e de exigencias caprichosas.

Uma vez concluidas as grandes obras de adaptação que serão operadas conforme todas as exigencias das mais recentes e luxuosas construções hoteleiras, as suas portas serão abertas á concorrencia da clientela endinheirada do estrangeiro, depois de uma intensa e bem ordenada propaganda nos centros populosos e nas camadas previlegiadas das cidades europeias e norte-americanas.

Para isso já se trabalha com desusada actividade e as noticias lançadas a lume nos jornais do nosso país, estão a ser repercutidas, como êcos sensacionais e estrondosos, nas fôlhas de tiragem colossal do estrangeiro.

Não, é como se vê, um acontecimento banal, sem interêsse nem importancia para o nosso país e, sobretudo, para a formosissima região do Minho lindo e da nossa remoçada e progressiva cidade.

Do valôr da grande e ousada iniciativa estamos nós já colhendo benéficos frutos.

Um alto funcionario inglês que no nosso país reside e que frequentes vezes visita a nossa cidade e se demora na encantadora estancia do Bom Jesus do Monte, manifestou desejos a alguem da nossa terra de possuir aqui uma propriedade onde construisse a sua residencia de verão.

O assunto vai interessando não só a população do nosso meio mas a imprensa nacional e estrangeira e os grandes homens de dinheiro e negocios de Portugal e da opulenta Inglaterra.

Estamos pois em frente de um acontecimento colossal que muito póde e há-de influir na prosperidade, valorização e riqueza local.

Fonte: Arquivo Distrital de Leiria, PT-ADLRA-PSS-EKO-B-004-00002, ADRLA.

Fabril do Cávado[13]. A família de Alberto Torres Figueiredo era natural da região do Porto e proprietária de várias quintas, entre elas destaca-se a Quinta de São José, propriedade que confronta com o Palácio Dona Chica e que aparece mencionada no contrato de compra e venda do edifício, entre João José Ferreira Rêgo e Roderic Harold Dalzell Henderson[14].

A concretização do contrato de compra e venda foi realizada pelo Notário Bacharel formado em Direito, Filipe Augusto de Noronha Freire de Andrade. Harold Dalzell Henderson foi representado por seu advogado, Albert Hungh Reynalds. Conforme a descrição do contrato de promessa de compra e venda, o «Palácio do Rêgo» era descrito como sendo uma «morada de casas ainda em construção e parque». A propriedade foi vendida pelo valor de 70 mil escudos.

Em 22 de Dezembro de 1950, com o falecimento do Dr. Alberto Torres Figueiredo, a titularidade do imóvel transitou para a sua esposa, Dona Maria Constança Figueiredo, que, à época, residia na Rua Dom João IV, nº 549, na cidade do Porto[15].

As transferências de titularidade das propriedades continuaram nas décadas seguintes. Em 13 de janeiro de 1976, António dos Pais Moreira, residente na rua de Santa Bárbara, nº 97, Vila Nova de Gaia, adquiriu o palácio por 2.100.000 escudos[16]. Oito anos depois, em 9 de agosto de 1984, a propriedade é novamente vendida, desta

[13] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB). Notarial de Braga, Freire de Andrade. Livro n.º 156 A, fl. 92.

[14] ADB, Notarial de Braga, Telles Menezes. Livro n.º 142 A, fl.18.

[15] Sexto Cartório Notarial do Porto (doravante CNP), Livro nº 48D, do notário Dr. Paulo de Brito.

[16] Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), 2º Cartório da Secretaria Notarial. Livro n.º 40 D, fl. 12.

feita a Francisco Joaquim Alves Carvalho de Macedo e sua esposa Maria Clara Castro Rocha Carvalho de Macedo, pelo valor de 900.000 escudos. O casal, que vivia sob o regime de separação de bens, residia no Hotel Mirassol, Arcozelo, Vila Nova de Gaia[17].

Uma análise da imprensa da época revelou que esta transação suscitou contestação por parte da Junta de Freguesia de Palmeira, que, à data, se encontrava em processo negocial com vista à aquisição da propriedade. De acordo com o *Correio do Minho*, na sua edição de 23 de julho de 1984, o novo proprietário do Palácio Dona Chica, Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo, que havia adquirido o imóvel nesse ano, teria iniciado obras não autorizadas, descritas como «negociatas», e cuja finalidade seria o loteamento do espaço. O projeto de Macedo implicaria a descaracterização total do imóvel e da mata envolvente. Segundo a memória descritiva elaborada por Paulo Tonet, o Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo teria realizado obras no interior do imóvel sem qualquer plano de recuperação aprovado, numa tentativa de resgatar o ideal estético concebido pelo projeto inicial de Ernesto Korrodi, uma tentativa que se revelou infrutífera. O pouco que restava dos elementos decorativos anteriores foi destruído, principalmente ao nível da cerâmica (azulejos, tijoleiras e telhas), não subsistindo quaisquer vestígios que permitam, em futuras intervenções, a preservação das características originais do edifício[18].

De acordo com o testemunho do então presidente da Junta de Freguesia de Palmeira, Manuel Vieira, encontrava-se a decorrer, nesse período, o processo de classificação do imóvel como monumento de interesse público. Face à situação, Manuel Vieira iniciou um processo de expropriação. Conforme referido no mesmo artigo, «o autarca entregou um ofício endereçado à Câmara Municipal, no qual a autarquia afirma que "mantém o propósito de levar a bom termo a aquisição do imóvel", tal como, aliás, já disso dera conhecimento em anteriores ofícios». Ainda segundo as palavras do presidente da Junta, havia um entendimento generalizado entre a população e os seus representantes autárquicos de que uma eventual transformação da zona verde envolvente em loteamento comprometeria seriamente o enquadramento paisagístico, retirando-lhe o valor estético e patrimonial. Nesse sentido, foi feito um apelo direto à Câmara Municipal para que desse seguimento ao processo de expropriação, procedendo ao contacto formal com o novo proprietário, Dr. Francisco Joaquim Alves Macedo[19].

[17] 3.º Cartório Notarial do Porto (doravante 3.º CNP), Livro nº 19 - G, fl. 63.

[18] Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga (doravante AUCMB), Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[19] «Em Palmeira, Castelo D. Chica está a ser alvo de Negociatas», *Correio do Minho*, 1984, n.º 865, 23 de julho de 1984, p. 3.

Figura 9. Fotografia do edifício antes da intervenção do IPALTUR



Fonte: Arquivo Urbanístico de Braga, Parte do Processo N.º 12287-2004 Palácio Dona Chica.

4. A compra do Palácio pela Junta de Freguesia de Palmeira e o contrato de arrendamento celebrado com a IPALTUR

Após a compra do imóvel por parte da Junta de Freguesia, liderada por Manuel Vieira, e sendo esta incapaz, por falta de recursos, de o proteger e recuperar, este órgão de poder local decidiu abrir um concurso com o intuito de atrair investimento privado. Em 15 de abril de 1988, o edifício foi arrendado à sociedade anónima IPALTUR com o propósito de o adaptar, bem como à sua envolvente, a um empreendimento de animação turística e hoteleira. A Junta de Freguesia, já na qualidade de locador, ficou responsável pela assinatura de qualquer documento necessário à realização de obras, incluindo projetos, estudos, análises económicas, entre outros elementos relevantes para a concretização do empreendimento. Com base no orçamento da obra apresentado por Paulo Tonet, estimava-se que o custo da intervenção rondaria os quinze milhões de escudos. Ainda que a empresa tenha tentado intervir sem descaracterizar o imóvel e a sua envolvente, procurando reforçar a imagem de «habitação nobre» preconizada pelos proprietários originais, a intervenção realizada acabou por introduzir elementos modernos, como foi o caso do elevador[20].

No período aqui analisado, o Palácio Dona Chica encontrava-se organizado em cinco espaços distintos: 1.º piso (cave), 2.º piso (rés-do-chão), 3.º piso, sótão e área externa. Cada um destes espaços tinha uma funcionalidade específica, adequada ao projeto de animação turística e hotelaria em desenvolvimento. O 1.º piso, cor-

[20] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

respondente à cave, compreendia um salão de baile, um bar (situado numa zona de transição entre o exterior e o interior) e uma cozinha instalada numa ala com acesso direto ao exterior, de forma a evitar o cruzamento entre convidados e trabalhadores do espaço. Nas imediações da cozinha, localizavam-se os vestiários do pessoal de serviço, a copa, a lavandaria, os sanitários destinados ao pessoal, e o armazém de taras[21]. No total, este piso possuía uma área de 563,05m^2. O 2.º piso (rés-do-chão) era reservado às funções de restauração e lazer, sendo aí servidas as refeições e realizados momentos de dança. Contava com uma entrada principal, um bar, uma sala de estar, receção e vestiários, sanitários masculinos e femininos, sala de refeições, copa, terraço e escadas de acesso ao 1.º e 3.º pisos, ocupando uma área de 579,40m^2. O 3.º piso, com uma área de 503,23m^2, funcionava como um espaço polivalente, contemplando uma sala de leitura e uma sala de conferências/congressos, ocasionalmente utilizada para pequenas apresentações musicais. Toda a zona contígua ao bar de apoio a este piso destinava-se à realização de exposições[22]. O sótão, com 370,21m^{2,} estava vocacionado para exposições permanentes de arte popular, numa evocação ao sótão tradicional onde se guardam velharias. Os restantes compartimentos ficavam reservados para o uso exclusivo dos proprietários do palácio. A área total do imóvel ascendia a 2.015,81m^2.

Em 1991, foi solicitada uma licença ao Gabinete de Salvaguarda e Revitalização do Centro Histórico de Braga para a construção de um parque de estacionamento. De acordo com a memória descritiva de Paulo Tonet, as telhas encontradas foram assinadas pelo próprio projetista Ernesto Korrodi, enquanto as janelas foram construídas em madeira e ferro, demonstrando uma dualidade de materiais. O projeto de intervenção pretendia conservar a traça original do edifício e da sua envolvente, evitando qualquer descaracterização e entre os materiais utilizados destacam-se o mármore de lioz, a pedra de ançã, madeiras, marmorite, gesso e azulejos, estes últimos aplicados em conformidade com os sanitários apresentados no projeto original[23]. O imóvel foi ainda dotado de equipamentos modernos, como foi o caso de ar condicionado em todos os compartimentos, elevador hidráulico entre o 1.º piso e o sótão, monta-travessas entre o 1.º e o 2.º piso, um sistema completo de combate a incêndios, extintores e telefone público em todos os pisos.

O exterior do palácio foi todo ele revestido a cantaria. As obras procuraram preservar a arquitetura original do edificado, evitando elementos dissonantes que acabassem por descaracterizar o imóvel. As caixilharias exteriores foram renovadas devido ao seu estado avançado de deterioração, com exceção de duas portas no 2.º piso. As portas foram pintadas a «sangue-de-boi», excetuando as da entrada. As telhas foram substituídas por outras semelhantes e os tubos de queda de águas plu-

[21] Local destinado ao armazenamento de produtos alimentícios.
[22] Este piso encontrava-se equipado com escadas e dava acesso ao sótão, torreão e terraço.
[23] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

viais e os ferros exteriores foram igualmente renovados e pintados. A mata envolvente foi preservada e limpa. Foram também recriados bancos e candeeiros em ferro forjado ao longo do percurso pedonal que circundava o lago. O lago e a gruta foram limpos, os muros de alvenaria e granito foram repostos e foi construída uma «ponte veneziana»[24]. Segundo Tonet, a norte do palácio seria edificado um auditório com capacidade para 1600 pessoas, este auditório destinar-se-ia à realização de espetáculos ao ar livre (teatro, recitais, etc.). Na base do auditório, Tonet pretendia instalar sanitários públicos acessíveis a todo o imóvel[25].

Apesar de um período promissor, o empreendimento turístico acabou por entrar em falência, desencadeando uma longa batalha judicial. A Caixa Geral de Depósitos, um dos principais credores, detinha uma hipoteca de 461 mil contos sobre o imóvel, que até então era gerido por Joaquim Costa, do IPALTUR. Notícias da época revelam que, com a falência desta sociedade anónima, Joaquim Costa, cheio de dívidas, fugiu para parte incerta. Perante este cenário, a Junta de Freguesia de Palmeira e a Associação dos Amigos do Palácio Dona Chica[26], fundada por iniciativa de Manuel Vieira, procuraram evitar a perda do imóvel através da negociação da dívida com a Caixa Geral de Depósitos[27]. De acordo com um artigo publicado pelo jornal *Comércio do Porto*, havia sido acordado um adiamento da hasta pública, mediante o pagamento inicial de seis mil contos, com vista à negociação da dívida de 150 mil contos contraída pela empresa IPALTUR, arrendatária do palácio[28]. Este processo acabou por ser agravado pelo trespasse não autorizado do imóvel, realizado por Joaquim Costa à empresa Veloso — Empreendimentos Turísticos e Residenciais, em novembro de 1992. Este trespasse acabou por ser contestado judicialmente pelos credores e pela própria empresa Veloso — Empreendimentos Turísticos e Residenciais, que alegou nunca ter recebido os 800 mil contos mencionados no contrato[29]. O caso culminou numa ação judicial no Tribunal Judicial de Braga, iniciado em 18 de novembro de 1992, estando em causa a eventual anulação do trespasse. Joaquim Costa acabou por desaparecer, sendo mais tarde localizado no Gerês, onde foi detido no ano de 1993[30]. A 13 de dezembro de 1994 é executada a penhora do imóvel. Para garantir a quantia de 228.122.697 escudos, o executante, a Caixa Geral de Depósitos, exigia o pagamento aos executados, Junta de Freguesia de Palmeira, Joaquim Gomes da Silva Costa (gestor do IPALTUR)[31], e sua esposa, Júlia Maria Ferreira Leite da Silva Costa. No

[24] O termo aqui empregue foi utilizado por Paulo Tonet, na memória descritiva do imóvel, e remete para uma ponte cujo desenho é inspirado nas pontes de Veneza.

[25] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[26] A associação Amigos do Palácio D. Chica corresponde atualmente à associação Katavus, tendo por pilares a valorização do património, a defesa do ambiente e a promoção da cultura no Vale do Cávado.

[27] J.P. «Palácio Dona Chica nas mãos da CGD». *Público*, 1993, n.º 1339, 5 de novembro de 1993, p. 26.

[28] «Adiada hasta pública do Palácio Dona Chica». O Comércio do Porto, 1996, n.º 118, 27 de setembro de 1996, p. 9.

[29] *Público*, 5 de novembro de 1993, p. 26.

[30] *O Comércio do Porto*, 27 de setembro de 1996, p. 9.

[31] 1ª Conservatória do Registo Predial de Braga (doravante 1ª C.R.P), Descrições, Averbamentos, Anotações.

ano de 1998, o imóvel deixa de pertencer à Junta de Freguesia de Palmeira e passa para a tutela da Caixa Geral de Depósitos, situação em que permaneceu até ao ano de 2005[32].

5. Uma casa senhorial no século XXI: proprietários, projetos e encruzilhadas

Após sete anos nas mãos da Caixa Geral de Depósitos, o imóvel foi vendido, no ano de 2005, à empresa P.M.A — Construções e Imobiliário, Lda., representada por João da Silva Campos, empresário residente na Póvoa de Varzim. Apesar de, numa fase inicial, haver a expectativa de que este pudesse ser um novo começo para o imóvel, as esperanças alimentadas não foram correspondidas. O processo 12287/2004, disponível para consulta no Arquivo Urbanístico da Câmara Municipal de Braga, integra alguns documentos referentes a este período. Nele podemos identificar autos de embargo, emitidos em 16 de maio de 2005, referentes à construção de um pavilhão e de anexos, ainda em estrutura metálica, isentos de paredes cobertas, praticamente concluído. Aí encontramos também uma carta dirigida pelo Instituto Português do Património Arquitetónico, datada de 1 de junho de 2005, ao então presidente da Câmara Municipal de Braga, com o intuito de alertá-lo relativamente aos edifícios que estavam a ser construídos na zona de proteção do palácio e que não possuíam qualquer tipo de licenciamento[33]. No mesmo ano, foi apresentado um pedido à Divisão de Fiscalização e Licenciamentos para construir um pavilhão no lado nascente e restaurar os anexos existentes; porém, o pedido foi recusado[34].

Após mais de 10 anos em estado de abandono, durante os quais foi protegido por vidros colocados nos muros e portas lacradas, a empresa P.M.A. – Construções e Imobiliário decidiu vender o palácio à empresa Magalhães & Rocchio, Lda., com sede na Rua Navidó, nº 766, Cossourado, Barcelos.

Figura 10. Exterior do Imóvel



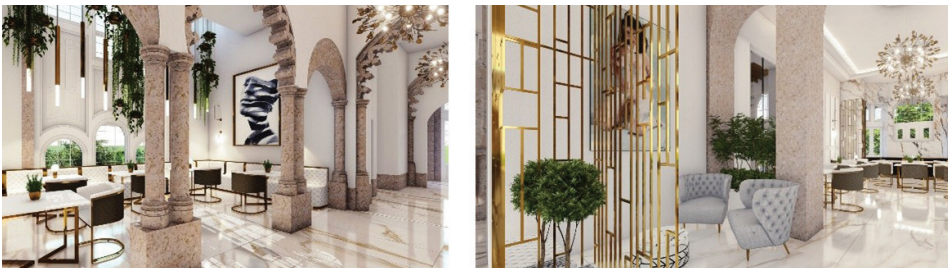
Fonte: Fotografia pessoal.

[32] «Katavus e Aspa chamam a atenção para a salvaguarda do património», *Correio do Minho*, 2015, 17 de outubro de 2015, p. 10.

[33] AUCMB, Parte do Processo 12237/2004, Memória Descritiva.

[34] *Idem*, Memória Descritiva.

Figura 11. Pormenores em 3D da reabilitação do Palácio da Dona Chica



Fonte: Atelier Arquitetura e Engenharia.

Atualmente, o edifício está a ser alvo de obras de conservação e restauro, tendo em vista a sua transformação num hotel de charme de cinco estrelas. O projeto está sob a responsabilidade do Atelier Arquitetura & Engenharia, localizado na Rua Dr. João Macedo da Cunha 10, Vila Verde, Braga. Conforme informado, o plano manterá a fachada existente, uma vez que o imóvel é classificado como Monumento de Interesse Público. No entanto, as caixilharias e as coberturas serão reconstruídas, mantendo a identidade das originais. Segundo o projeto apresentado pelo Atelier, sabe-se que o imóvel passará a estar dividido em quatro pisos. No piso 1, encontrar-se-ão a receção, um bistrô, projetado com duas salas, um espaço dedicado à experimentação gastronómica e à cozinha de autor, apoiadas por uma área exterior de *lounge*. Este andar será ainda equipado com um elevador panorâmico que permitirá o acesso ao restaurante superior e às suítes.

Já o segundo piso, por ser aquele que mantém um melhor estado de conservação, tendo em conta os elementos pré-existentes em pedra, tais como arcos, colunas, lareiras, escadas e tetos, será mais fácil de preservar e aquele que melhor irá manter a identidade original do edifício. Neste andar encontraremos um restaurante dedicado à gastronomia regional ou à-la-carte e ao serviço das refeições dos hóspedes do hotel. Esta área de estar será um espaço pensado para deslumbrar o visitante com uma arquitetura eclética de estilo romântico. O terceiro e o quarto pisos do palácio estarão destinadas a unidades de alojamento. A decoração seguirá o traçado da arquitetura original, apresentando a qualidade e o luxo do empreendimento (Atelier Arquitetura & Engenharia, n.d.).

Conclusão

À luz da investigação aqui desenvolvida, compreende-se que o objetivo principal deste estudo consistiu no delineamento da trajetória do Palácio Dona Chica, exemplar único de uma arquitetura revivalista do início do século XX, bem como da história dos seus proprietários, e dos projetistas envolvidos, desde os desenhos originais até aos sucessivos projetos de restauro ao longo dos mais de cem anos.

Embora este palácio apresente uma arquitetura de erudição e não se enquadrar plenamente na tipologia padrão das casas de brasileiros torna-viagem, partilha algumas características afins a esse tipo de edifícios. Desde logo, afirma-se pelo desejo de ostentar a ascensão social e de demonstrar uma afirmação identitária, característico nas casas de brasileiros torna-viagem, que se caracterizam pelas suas grandes dimensões, elementos decorativos exuberantes, através da arte nova, do revivalismo, e do ecletismo, presente tanto nos seus arcos, como nas suas janelas e no uso de espécies exóticas nos jardins.

À semelhança do caso da Quinta da Regaleira, cuja trajetória também foi marcada por diversas vicissitudes[35], o Palácio Dona Chica insere-se numa idealização quase mítica, onde a arquitetura serve de palco ao imaginário. Neste sentido, podemos considerar as influências neomanuelinas do Palácio Dona Chica, no contexto do revivalismo maniniano. Tal como Luigi Manini concebeu a Quinta da Regaleira enquanto obra de arte total, também Ernesto Korrodi concebeu o Palácio Dona Chica como uma composição integrada de arquitetura, artes decorativas e paisagem (Pazos, 2023, p. 88).

O edifício representa, assim, a materialização parcial de propostas anteriores de teor historicista, nomeadamente os seus projetos de «Habitação Nobre de Provincia». O desenho revela ainda as influências das correntes das Arts and Crafts e da Arte Nouveau, presentes na organização dos interiores e nos espaços ajardinados (Pazos, 2023, p. 92).

Ambos os imóveis constituem projetos de difícil concretização, uma vez que servem a exuberância e não a funcionalidade. No caso da Quinta da Regaleira, podemos observar um modelo interessante, uma vez que a aquisição por parte da Câmara Municipal de Sintra e posterior integração na principal empresa responsável pela gestão patrimonial e cultural de Sintra, a fundação CulturSintra, contribuiu para a valorização pública do edifício, garantindo a sua preservação, e devolvendo-o à comunidade[36].

Um exemplo adicional à Quinta da Regaleira, é o caso da Torre de Gomariz — um

[35] No ano de 1892, a Quinta da Regaleira havia sido vendida a António Augusto Carvalho Monteiro. Nesse período, o arquiteto responsável pela obra, Luigi Manini, interveio em quatro hectares da quinta, projetando grutas, lagos, edifícios enigmáticos e jardins luxuriantes, carregados de simbologia alquímica. Já no ano de 1942, a quinta é vendida a Waldemar D'Orey, que contratou dois importantes arquitetos, Luís Couto e António Lino, que acabaram por intervir no interior da casa, eliminando alguns elementos decorativos iniciais. Em 1988, a quinta é novamente vendida a um grupo japonês, a Aoki Corporation, que manteve o espaço encerrado, deixando apenas um caseiro a guardá-lo. É apenas no ano de 1997 que a Câmara Municipal de Sintra adquire a propriedade, passando a ser gerida pela CulturSintra.

[36] No ano de 1998, a Quinta da Regaleira ganhou o Prémio Nacional de Património Histórico.

edifício classificado como monumento de interesse público, localizada na freguesia de Cervães, que desde o ano de 2015, desempenha as funções de hotel de charme de cinco estrelas, e que apostou na combinação entre a conservação, a adaptação e a integração de novas infraestruturas, conferindo-lhe um enquadramento paisagístico ao mesmo tempo que desempenha uma função económica viável.

Embora a transformação do Palácio Dona Chica num hotel de charme não retome integralmente a natureza do projeto original, tal iniciativa pode, se bem enquadrada, assegurar a sua preservação física, a manutenção da sua memória histórica e a reintegração do espaço na comunidade de acolhimento, contribuindo para o seu desenvolvimento. Contudo, é necessário haver um equilíbrio entre a rentabilidade e a responsabilidade social. O reconhecimento das diferentes camadas históricas contribui para a identidade do imóvel. A sua originalidade não reside apenas no projeto apresentado por Ernesto Korrodi, mas pela sua acumulação de significados, que deve ser preservada.

Fontes e Bibliografia

Atelier Arquitetura & Engenharia. (n.d.). *Palácio Dona Chica*. Recuperado em 30 de março de 2025, de https://atelier.pt/portfolio-items/palacio-dona-chica/#

Correia, M. (1977). *Palmeira Antiga e Moderna. Homenagem ao seu Pároco rev. P. e José Maria Vieira da Costa nas Bodas de Ouro Paroquiais*. Oficinas Gráficas da Livraria Cruz.

Costa, L. V. (1997). *Ernesto Korrodi, 1889–1944, Arquitetura, ensino e restauro do Património*. Editorial Estampa.

KATAVUS. (2021). *Katavus - Associação Ambiental e Cultural, Valorização do Património Defesa do Ambiente e Promoção Cultural*. Recuperado de htt://katavus.blogspot.com/p/a-katavus.html

Matozzi, M. (2016). *Portugueses Torna-viagem, A representação da emigração na literatura* [Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra]. Repositório Científico da Universidade de Coimbra.

Moure Pazos, I. (2023). El Palácio de Dona Chica de Ernesto Korrodi: Majestosa Ruina cultural. *Accadere. Revista de Historia del Arte, 5,* 85–95.

Oliveira, M. G. (2009). Ernesto Korrodi, percurso de vida e a sua presença na cidade da Covilhã. *Monumentos*, (29), p. 29.

Ordem dos Advogados. (1941). B) Brasileira. *Revista da Ordem dos Advogados*, *2*(4), Capítulo 36. Recuperado de https://historia.oa.pt/wp-content/uploads/2021/10/1941-Vol.-II-Ano-1-No-4-Capitulo-36.pdf

Palácio Dona Chica. (n.d.). *Palácio Dona Chica*. Recuperado em 10 de maio de 2025, de https://www.palaciodonachica.pt/

Pereira, M. C. M. (2000). Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. Em A. M. Rodrigues (Ed.), *Os brasileiros torna-viagem no Noroeste de Portugal – Entre Portugal e o Brasil, ficções e realidades* (p. 214). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. http://hdl.handle.net/10216/53944

Raposo, I. (2013). A urbanização da paisagem rural e o papel das casas dos emigrantes. Em P. Cardoso (Ed.), *Paisagem e património: Aproximações pluridisciplinares* (pp. 167–193). Dafne Editora.

Santos, E. (2000). Os brasileiros de torna-viagem no Noroeste de Portugal. Em A. M. Rodrigues (Ed.), *Os brasileiros torna-viagem no Noroeste de Portugal – Entre Portugal e o Brasil, ficções e realidades*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53996

Silva, C. F. P. (2023). *Sollar do Rêgo: Uma viagem ao longo dos tempos de 1915 à contemporaneidade* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositoriUM. https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/85044

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (n.d.). *Castelo de D. Chica/Castelo de Palmeira/Castelo Villa Rêgo*. Recuperado em 24 de fevereiro de 2025, de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?ID=766

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. (n.d.). *Paço de Palmeira*. Recuperado em 10 de março de 2025, de http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?ID=23989

Tavares, D. (2015). *Casas de brasileiros: Erudito e popular na arquitetura dos torna-viagem*. Dafne Editora.

Teixeira, J. M. (2018). *Arquiteto Ernesto Korrodi, Vi(n)da e obra. (Vols. I–II)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Fernando Pessoa].

Viterbo, S. (1904). *Dicionário histórico e documental dos arquitetos, engenheiros e construtores portugueses* (p. 46). Imprensa Nacional.

Apontamentos para o estudo da Igreja Católica em Braga durante a Revolução de Abril (1974–1975)

Notes towards a study of the Catholic Church in Braga during the April Revolution (1974–1975)

Eduardo de Aguiar e Silva
Licenciado em História pela Universidade do Minho
eduardodeaguiaresilva@gmail.com
ORCID: 0009-0001-5836-2122

Bracara Augusta, 133 (2025), 243–261 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.40

Resumo // Este artigo explora o papel da Igreja de Braga durante o período revolucionário, iniciando-se nos anos imediatamente anteriores à revolução e terminando em Agosto de 1975. Fá-lo, sobretudo, através da análise de documentação produzida pela Igreja, bem como de alguns trabalhos realizados em torno da história da Igreja Portuguesa nesse período. Conclui que a Igreja de Braga vinha registando tensões no seu seio já antes da revolução (embora esta as tenha intensificado), que nos parecem demonstrativas do não monolitismo da instituição; que não diferiu notavelmente da Igreja Portuguesa na sua actuação política, que se caracterizou, grosso modo, pela defesa de uma democracia do tipo liberal e pluralista que garantisse os seus direitos, bem como por uma oposição fortíssima às filosofias e grupos de índole marxista.

Palavras-Chave:
arcebispo de Braga, clero, igreja católica, revolução de 25 de abril.

Abstract // This article aims to explore the role played by the Church in Braga during the revolutionary period, from the years immediately preceding the April revolution to August 1975. The study is based primarily on an analysis of documentation produced by the Church, alongside a selection of works on the history of the Portuguese Church during this period. It concludes that the Church had already experienced tensions prior to the revolution (which further intensified them), revealing the institution's internal plurality. Moreover, it argues that the Church in Braga did not differ significantly from the broader Portuguese Church in its political stance, marked by a defence of liberal and pluralist democracy that safeguarded its rights, alongside strong opposition to Marxist groups and ideologies.

Keywords:
april 25 revolution, archbishop of Braga, catholic church, clergy.

O autor não segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).
The author does not follow the Orthographic Agreement of the Portuguese Language (1990).

Introdução

Boa parte das análises levadas a cabo acerca da acção da Igreja Católica em Portugal, durante o período revolucionário de 1974–1976, tendeu a abordar o caso da Igreja Bracarense como se de uma nota de rodapé se tratasse, uma espécie de «ilha», deslocada quer dos ventos de mudança que varriam então Portugal, quer das mudanças que a própria Igreja vinha experimentando desde o Concílio Vaticano II (1962–1965). Para isto contribuiu o facto de a maioria das análises ser de âmbito nacional e ter um viés centralista ao olhar para a «província», geralmente tratada de forma simplista.

Este artigo procura concorrer para a densificação e aprofundamento do conhecimento sobre o papel político que a Igreja desempenhou na Revolução de Abril. É ainda um exercício exploratório e, como tal, pretende lançar a discussão sobre o tema, mais do que apresentar qualquer perspectiva final sobre a Igreja Bracarense no contexto revolucionário. Não se tratando de um estudo exaustivo e definitivo — nenhum o é, na verdade — procurar-se-á dar resposta às seguintes questões: de que maneira reagiu a Igreja Bracarense ao 25 de Abril e às transformações que este suscitou na sociedade portuguesa? Que atitude tomou face aos acontecimentos políticos e sociais do país? Como se desenrolou a vida interna dessa mesma Igreja?

Como referimos, são ainda inexistentes quaisquer análises voltadas para a história da Igreja em Braga durante o período revolucionário. Aquelas que existem acerca da Igreja Portuguesa, tratando o caso bracarense, em pouco mais atentam que na oposição do arcebispo a alguns grupos contestatários e à sua acção durante o Verão Quente (Cruz, 1997–1998; Matos, 2001; Medeiros & Rezola, 1994). Neste sentido, qualquer investigador que pretenda abordar este tema terá forçosamente de fazer um levantamento de documentação que permita uma análise mais matizada e problematizante. No nosso caso, as fontes utilizadas consistiram, principalmente, em boletins paroquiais, na imprensa local e regional (em especial o *Diário do Minho*), em folhetos, livros e outros documentos impressos. Sublinhamos, por fim, que, apesar do caso de estudo ser local, deve ser lido tendo em consideração o contexto mais amplo da Igreja e da sociedade portuguesas no período revolucionário, factores que, por economia de espaço, nos dispensaremos aqui de aprofundar.

1. A Igreja de Braga em vésperas do 25 de Abril

É certo que, entre 1933 e 1974, a Igreja Católica e o Estado Português mantiveram uma relação simbiótica, potenciada e reforçada por uma harmonia doutrinal que, embora não absoluta, existiu entre as duas instituições. No caso do Estado Novo, essa relação tendeu a arrefecer, sendo disso sintoma alguns casos de oposição eclesiástica

ao regime, inclusive por membros do Episcopado, como aqueles que foram protagonizados por D. António Ferreira Gomes e D. Manuel Vieira Pinto. Ainda assim, não é de crer que maioria do clero fosse afecta a esta oposição, nem em Braga, nem no resto do país. Desde 1956, Braga contava com D. Francisco Maria da Silva[1] como bispo auxiliar. Em 1963, com a morte do arcebispo D. António Bento Martins Júnior, D. Francisco foi elevado a arcebispo primaz, função que desempenhou até à sua morte, em 14 de Outubro de 1977. Qualquer análise do seu episcopado constituirá sempre tarefa complexa, visto que, se por um lado, D. Francisco foi (e é) louvado e exaltado como pastor exemplaríssimo, paladino das virtudes cristãs e defensor da Igreja contra aqueles que a vilipendiavam e pretenderiam impor, em seu prejuízo, um regime despótico de esquerda, por outro, também foi (e é) condenado como um autoritário irascível, representante paradigmático de uma Igreja ultrapassada, reaccionária e obscurantista, aliada ao poder económico-civil, alienadora do povo, simultaneamente obstáculo à implementação das reformas do Concílio Vaticano II (CVII) na Igreja e à democratização do país.

Se as opiniões pessoais de D. Francisco em relação ao anterior regime nos são impossíveis de conhecer, o que é certo é que, antes do 25 de Abril, não demonstrou publicamente qualquer sinal de oposição à ditadura. Pelo contrário, em vários dos seus discursos enquanto bispo auxiliar e depois como arcebispo, transparecia um nacional catolicismo que não se esfumou após o 25 de Abril. Em 1966, discursando nas cerimónias do quadragésimo aniversário do 28 de Maio de 1926, em Braga, na presença do Presidente da República e do Presidente do Conselho, referia-se a essas quatro décadas como um livro «composto por capítulos densos, por páginas de heroísmo, de restauração do passado glorioso, de fidelidade ao dever, de pacificação geral, de paz religiosa», no qual se havia defendido a integridade material e espiritual da Pátria (Abreu, 2018, p. 583).

Este discurso seria mais tarde apresentado como uma prova do «enfeudamento»[2] do arcebispo e da Igreja Bracarense ao regime por parte de sectores oposicionistas, críticos da actuação da hierarquia eclesiástica durante a II República. A acusação não foi apenas imputada a D. Francisco, mas também à restante hierarquia e à Igreja em geral, e seria uma das principais críticas dos movimentos cristãos contestatários que germinaram nos anos finais da ditadura ou que se formaram nos meses seguintes ao 25 de Abril, bem como das forças políticas de esquerda. A Igreja de Braga vinha dando sinais de uma crescente antipatia entre a hierarquia e alguns sectores do clero e dos leigos acerca de questões doutrinais, disciplinares e/ou políticas. Este fenómeno manifestou-se em dois casos, que, por terem sido os principais e mais mediáticos pontos de tensão e mal-estar no seio da Igreja Bracarense, passamos a apresentar.

[1] D. Francisco Maria da Silva (n. 15–3–1910, m. 14–4–1977), natural da Murtosa, doutorou-se em teologia e bacharelou-se em direito canónico na Pontifícia Universidade Gregoriana, em Roma, onde foi ordenado sacerdote, em 1932.

[2] De tal modo que se procurou defender num texto intitulado «Re-tratação» e publicado em *Acção Católica,* n.º 6–7, Junho–Julho de 1976, p. 293.

2. Os casos de Braga e Aver-o-Mar

As directrizes e documentos emanados do CVII provocaram, no mundo católico, profundas diferenças de interpretação e implementação. Esta fractura foi mais evidente em sectores desafectos aos desenvolvimentos produzidos, quer no campo mais tradicionalista, quer no mais progressista, que consideraram ora que o concílio havia produzido rupturas injustificáveis ou até heréticas, ora que o concílio havia sido, pelo contrário, demasiado conservador, fazendo falta um «avanço» ainda maior. Estes dois campos não tiveram, na Igreja Portuguesa, expressão considerável, sendo o concílio aceite pela generalidade do clero e do laicado. Quanto à interpretação a fazer dos documentos conciliares e do «espírito do Vaticano II», porém, registaram-se algumas discórdias e conflitos, antes e depois do 25 de Abril[3].

De entre estes, destacou-se um que, à época, ficou conhecido como o «caso de Braga». Envolveu sacerdotes destacados da Igreja de Braga: o então ex-director do *Diário do Minho,* Cón. Luís Vaz, o Pe. Júlio Hilarião Vaz, o Pe. Carlos Nuno Salgado Vaz, o Pe. Manuel Magalhães dos Santos e o Pe. António Manuel de Sousa Fernandes[4]. Embora não sejam totalmente claros e conhecidos todos os seus detalhes, o caso desenrolou-se, em traços gerais, da seguinte forma: os padres mencionados, e outros, fazendo parte de uma ala que, não se incluindo necessariamente no progressismo político (nem sendo, aliás, particularmente «progressista» em questões doutrinais), mas pretendendo aprofundar, em Braga, uma forma de Igreja mais alinhada com a sua visão do Vaticano II, entraram em conflito com D. Francisco. Gerou-se, entre aqueles e o arcebispo, um clima de relações tensas e desconfiança mútua, que foi

[3] Será conveniente explicitar aqui alguns conceitos como progressista, tradicionalista, conservador, etc, dentro do espectro católico. Entendem-se por progressistas os cristãos que perfilhavam uma teologia e eclesiologia profundamente influenciadas pelo marxismo, e que por isso muitas vezes se encontravam nos partidos da esquerda revolucionária. Por este nome também se designam, por vezes, os católicos que, não se identificando com o marxismo, partilhavam de uma interpretação mais «liberal» do Concílio Vaticano II, que pretendiam aplicar à Igreja Portuguesa. Ambos estes sectores, que convém distinguir, convergiram não poucas vezes na argumentação e acção dirigidas contra a hierarquia eclesiástica em Portugal. Já por tradicionalistas se entendem os católicos que rejeitavam, em parte ou em todo, as mudanças ocorridas na Igreja a partir da década de 60 e a autoridade da Roma pós-conciliar. Encontraram-se muitas vezes associados a movimentos ou figuras de extrema-direita. Por conservadores se entendem os que, aceitando o concílio e mantendo-se fiéis a Roma, dele faziam uma interpretação mais ortodoxa (embora pudessem olhar com desconfiança para algumas das suas novidades, sobretudo a nível litúrgico). A este último sector pertencia a maior parte da Igreja Portuguesa e o seu Episcopado.

[4] O Cónego António Luís Vaz (n. 30–4–1911, m. 2–8–2008), foi director do *Diário do Minho* desde 1949 até 1969, embora a sua demissão de facto só se tenha efectuado em 1970, devido a conflitos com D. Francisco. Foi irmão do Pe. Júlio Hilarião Vaz, (n. 21–10–1916, m.?), também jornalista, redactor no *Diário do Minho* e professor no Seminário de Braga. O Pe. Carlos Vaz (n. 10–10–1942) é sobrinho destes últimos — também jornalista, foi enviado-especial do *Jornal de Notícias,* ao 3.º Sínodo dos Bispos realizado em Roma em 1971. O Pe. Sousa Fernandes (n. 1936, m. 26–08–2019) foi o principal responsável pela reactivação da Igreja de Nossa Senhora-a-Branca e foi nomeado notário do Tribunal Eclesiástico de Braga por D. Francisco. O Pe. Magalhães dos Santos (n. 2–5–1927, m. 2–11–2017) era pároco na Póvoa de Lanhoso, para onde consta ter sido transferido contra a sua vontade.

sendo pautado por vários incidentes e que culminou, em 1972, na aplicação de penas canónicas aos cinco sacerdotes. A causa imediata destes castigos foi um escrito, publicado em 3 de Dezembro desse ano no jornal *A Capital*, em que se pronunciaram (negativamente) acerca da actividade administrativa e pastoral do arcebispado e da ausência de diálogo dentro da arquidiocese. Depois de procurar que os sacerdotes se retratassem do documento publicado, o arcebispo recorreu (diante da resposta negativa destes), à aplicação de penas canónicas, suspendendo e proibindo de escrever na imprensa os três primeiros. Os cinco não aceitaram a punição e interpuseram recurso à Santa Sé, cuja resposta chegou a 28 de Fevereiro do ano seguinte, confirmando as penas impostas pelo arcebispo, deplorando o comportamento dos sacerdotes, e suplicando-lhes que «com espírito de verdadeira humildade e sinceridade reconheçam o seu excesso»[5]. Entendendo que a Sagrada Congregação para o Clero não havia lido o documento contestando a «notificação» que tinham enviado juntamente com o recurso interposto, voltaram a recorrer. Nova resposta viria, a 11 de Janeiro de 1974, com sentença idêntica à anterior (Abreu, 2018, p. 438). A polémica foi divulgada pela imprensa nacional e inclusive por alguma imprensa estrangeira. Apesar de alguns grupos afectos à arquidiocese terem saído em defesa do arcebispo, a actuação da hierarquia bracarense foi vista com maus olhos e contribuiu para o fortalecimento da ideia de que D. Francisco e a Igreja de Braga não só recorriam a formas de governo autoritárias e repressivas, como haviam ficado presos a um paradigma eclesial tridentino e anacrónico.

O caso em torno de Aver-o-Mar resultou igualmente na imposição de penas canónicas a um sacerdote, o Pe. Ângelo Faria da Venda, pároco de Aver-o-Mar, na Póvoa de Varzim. Em 1969, o Pe. Ângelo fora colocado, por D. Francisco, à frente da paróquia de Aver-o-Mar[6], por motivo da existência de conflitos entre os paroquianos e o anterior pároco. Em Fevereiro de 1973, o mesmo arcebispo enviou ao Pe. Ângelo uma carta, propondo-lhe que solicitasse a sua remoção da paróquia, visto que se encontrava mais dividida que à data da sua colocação, e oferecendo-lhe um posto de docência em Guimarães (Abreu, 2018, p. 438). As narrativas contradizem-se e os factos do caso não são claros[7] — seja como for, o Pe. Ângelo não saiu da paróquia, e, em 24 de Setembro do mesmo ano, D. Francisco emitiu um decreto exonerando-o, substituindo-o em Aver-o-Mar e convidando-o para a paróquia de Cabanelas, em Vila Verde. Este decreto foi recebido com igual desobediência, tendo o Pe. Ângelo recorri-

[5] *Sacerdotes Punidos e Leigos Avisados. O Caso de Braga* (1973), p. 131.

[6] O Pe. Ângelo Faria Venda (n. 1934, m. 15–8–2008) foi ordenado em 7–10–1960, pelo então arcebispo de Braga, D. António Bento Martins Jr.

[7] O jornal *O Cávado* relata que o afastamento do Pe. Ângelo se deveu a inimizades deste com a Junta de Freguesia, por motivo de diferendos de opinião em relação à construção de uma nova igreja, pretendida por esta, mas não desejada pelo Pe. Ângelo, que preferia a construção de um salão paroquial. A inimizade gerada entre a Junta e o Pe. Ângelo terá levado aquela a pretender exonerar o padre, enviando para esse efeito várias queixas e acusações ao arcebispo D. Francisco Maria da Silva, que nessa conjuntura enviou ao Pe. Ângelo a carta propondo-lhe a transferência («O Caso de Averomar», *O Cávado,* Ano XIII, 26 de Outubro de 1973, p. 5).

do a Roma. Aos seus paroquianos não agradou a decisão do arcebispo e irromperam desacatos em Aver-o-Mar. A jornalista britânica Susan Lowndes Marques relatava, em escrito datado de 2 de Outubro de 1973, que:

> Os paroquianos estavam de tal modo enfurecidos pela remoção do padre que quatro mil homens e mulheres se reuniram em frente à igreja paroquial para demonstrar a sua raiva e para protestar. A GNR local (...) foi chamada para dispersar a multidão (...). A população do norte de Portugal (...) constantemente protesta contra a transferência ou remoção de padres de paróquia. (Vicente, 2016, p. 178)

A 8 de Dezembro chegaria a resposta da Sagrada Congregação do Clero, intimando o Pe. Ângelo a cumprir o mandato de D. Francisco. Apenas em Março do ano seguinte o sacerdote abandonaria a residência paroquial, e não por vontade própria. Apoiando-se na Concordata, o arcebispo solicitou o apoio das autoridades seculares e o governador civil do Porto intimou o Pe. Ângelo a desocupar a residência, sendo necessário recorrer à GNR para o efeito. A situação não registou desenvolvimentos significativos até Outubro de 1974, quando o Pe. Ângelo, que tinha permanecido em Aver-o-Mar, recorreu novamente da decisão de D. Francisco, desta vez ao novo governador civil do Porto, que contrariou o parecer do seu antecessor e intimou o Pe. Arlindo Torres, que exercia como pároco desde a expulsão do Pe. Ângelo, a entregar a residência paroquial a este último no prazo de dez dias, tendo este cumprido. Vendo esgotadas as suas vias de acção, D. Francisco Maria da Silva fez publicar um decreto em 15 de Novembro, declarando que o Pe. Ângelo havia incorrido em excomunhão *latae sententiae* por recorrer ao poder laical em prejuízo da jurisdição eclesiástica[8]. Tal como acontecera no caso anterior, os acontecimentos de Aver-o-Mar foram sendo divulgados pela imprensa, com maior intensidade após o fim do regime de censura prévia. Na generalidade se concluíam as mesmas coisas: que a hierarquia bracarense se fazia valer de um autoritarismo anacrónico, que era aliada da estrutura capitalista, que era obscurantista, reaccionária e totalitária e que a solução para o problema começava pelo saneamento do bispo, se necessário com a intervenção do governo[9].

Neste ambiente, o Cabido Bracarense, em reunião extraordinária realizada em 28 de Novembro, deliberou publicar um comunicado «em face da gravíssima agressão de que está sendo vítima a Igreja Bracarense por obra do surto de mentiras, calúnias, insultos e difamações movidas por certos meios de comunicação social, influenciados, em parte, por alguns sacerdotes e leigos», no qual saía em defesa do seu bispo, reiterando «firmíssimo acto de fé na estrutura hierárquica da Igreja», denunciando «cavilosas ofensas ao povo minhoto e à sua fé», indignando-se pela «campanha (...)

[8] *Acção Católica,* n.º 2, Fevereiro de 1975, p. 110. Face ao enorme mediatismo do caso, publicou-se nesta revista um conjunto de documentos de modo a contrariar a narrativa geralmente apresentada pela comunicação social. Cf. «Caso de Averomar», *Ib.,* pp. 68–120.

[9] «A hierarquia eclesiástica aliada da estrutura capitalista», *Diário de Lisboa*, n.º 18616, 18 de Novembro de 1974, p. 19.

injusta contra o clero» e contra o seu arcebispo, apelando à união dos cristãos e denunciando as «falsas interpretações dos documentos da Igreja, nomeadamente os do Concílio Vaticano II», bem como a «falsa representatividade» dos grupos de cristãos contestatários[10]. O documento foi assinado por todos os cónegos em funções, à excepção do Cón. António Vaz, que veio a publicar, no jornal *O Cávado* de 14–12–1974, um escrito intitulado «Porque não assinei documento do Cabido». Dizia ter este uma «deficiente, mutilada, pouco segura» fundamentação teológica, sobretudo no que dizia respeito à definição da Igreja e ao papel do bispo, que considerava oposta ao Vaticano II, e defendia os direitos e os deveres da imprensa, considerando vital a existência de uma opinião pública para o progresso da Igreja[11].

3. A contestação no interior da Igreja — A reunião de cristãos na FNAT em 12 de Julho de 1974

Referimos já o fenómeno, iniciado antes de 1974, de uma crescente tensão entre a hierarquia e alguns sectores do clero e dos leigos. Este teve nos grupos de cristãos contestatários uma das suas mais notáveis materializações no pós-25 de Abril. Surgiram um pouco por todo o país, não constituindo um movimento global e organizado, mas sim pequenos grupos espalhados, predominantemente, pelos centros urbanos. Eram compostos, na sua maioria, por leigos, mas também foram frequentados por elementos do clero diocesano e religioso, que se identificavam com correntes de pensamento político mais progressistas ou que, pelo menos, se integravam numa ala que visava a renovação da Igreja e defendia a necessidade de aprofundar as orientações conciliares no «espírito do Vaticano II».

Em Braga desenvolveram a sua actividade publicando textos e organizando reuniões, conferências e sessões de debate. Em Maio de 1974 publicava-se um documento intitulado *O Clero e a Situação Actual da Diocese de Braga,* sem o nome dos autores e sob a referência: «colaboração do grupo de Braga»[12]. O texto era uma condenação contundente da estrutura eclesial bracarense, acusada de se ter comprometido com o Estado Novo e de ter ela própria seguido um modelo de funcionamento autoritário e repressivo, sobretudo na figura do seu arcebispo, acusado também de faltar aos seus deveres cristãos, por não ter sido solidário com Paulo VI, aquando da sua visita à Índia ou da recepção dos representantes dos movimentos nacionalistas africanos, e com «os católicos que denunciaram os crimes do regime deposto»[13], preferindo tomar o lado do Estado Português. Acusava a hierarquia, ainda, de «manobras (...) para

[10] *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo*, pp. 36–38.
[11] *Ib.,* pp. 39–45.
[12] *Textos cristãos: 25 Abril Novembro 25,* p. 83.
[13] *Ib.,* p. 88.

esconder ao seu povo e ao seu clero»[14] os aspectos novos saídos do CVII. Responsabilizavam-na também por ter eliminado as iniciativas e experiências de base para dar lugar a «instituições prescritas do alto», por ter utilizado métodos de repressão característicos do regime deposto e por se ter dedicado a «construções de discutível alcance apostólico»[15]. Por fim, imputavam-lhe a promoção de uma religiosidade folclórica e supersticiosa, «indiferente perante as realidades terrenas em que se desenrola a vida das populações»[16]. Concluíam na necessidade urgente de afastar D. Francisco da cátedra e os seus «mais próximos colaboradores» do governo arquiepiscopal[17]. Um opúsculo, publicado em finais de 1974, com o título *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo,* expunha a questão nestes termos:

> o Prelado da Diocese é irrecuperável e carece de credibilidade junto dos fiéis mais conscientes e sobretudo junto das forças laicas empenhadas na tarefa de democratização do País». Dizia ainda: «não queremos destruir a pessoa do senhor Arcebispo, mas ajudá-lo a libertar-se a si mesmo e a salvar a própria alma[18].

Da mesma forma, a Associação Cristã de Braga, composta por cerca de uma centena de padres da arquidiocese, «fortemente empenhados em renovar a Igreja local à imagem do Vaticano II» e «motivados por uma situação caótica e deveras alienante»[19], publicou um outro texto, datado de 18 de Junho. Criticava, por tópicos, uma série de erros que entendia terem pesado na vida religiosa da arquidiocese e propunha, entre outras coisas, «uma tomada de posição forte para, em atitude construtiva, desmascarar tudo quanto não cabe no espírito do Vaticano II», especialmente em relação a D. Francisco e seus «colaboradores imediatos»[20].

Um dos episódios mais notáveis do conflito entre estes grupos e as estruturas hierárquicas da Igreja desenrolou-se em Braga, nas instalações da FNAT, em 12 de Julho de 1974. Para esse dia, a Assembleia de Cristãos de Braga havia convocado uma reunião destinada a «reflectir sobre vários aspectos da vida religiosa da arquidiocese»[21]. Tendo isso em conta, o Conselho Arquidiocesano de Leigos decidiu que seria conveniente a presença nessa reunião de membros dos movimentos arquidiocesanos, especialmente a dos Cursos de Cristandade. O resultado foi o espoletar de desacatos e altercações, durante a reunião, entre os membros da mesa organizadora (composta, entre outros, pelo Pe. Carlos Vaz, um dos visados pelas penas do «Caso de Braga») e os seus apoiantes na assistência, e elementos dos cursistas, que acorreram

[14] *Ib.,* p. 89.
[15] *Ib.,* p. 91.
[16] *Ib., p*p. 83–93.
[17] *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo,* p. 15.
[18] *Ib.,* p. 21.
[19] *Textos cristãos: 25 Abril Novembro 25,* p. 115.
[20] *Ib.,* p. 117.
[21] *A Igreja de Braga em crise, cinco comunicações boicotadas por cursistas*, p. 7.

à reunião às centenas. Desde logo, a imprensa local e nacional deu grande cobertura ao caso, denunciando o «boicote» que teria sido planeado de antemão e realizado sob a chefia do Cón. Eduardo Melo[22]. O Secretariado dos Cursos de Cristandade respondeu com um comunicado no qual, defendendo-se, justificava a presença dos cursistas numa reunião aberta de cristãos e retorquia que os desacatos se deveram à atitude intolerante e ditatorial da mesa, ao não permitir o diálogo, bem como à «má-fé» dos seus componentes, que pretenderiam exibir «uma deturpada imagem do ambiente cristão da arquidiocese»[23]. Os promotores da reunião publicariam, ainda nesse ano, um outro opúsculo intitulado *A Igreja de Braga em crise: cinco comunicações boicotadas por cursistas*, no qual, entre outras coisas, apresentavam por escrito as comunicações que não puderam ser apresentadas no encontro devido ao boicote de que diziam ter sido vítimas por parte dos membros dos Cursos de Cristandade. *A Capital* comentava a situação nos seguintes termos:

> Em Braga há duas igrejas: uma oficial, alimentada por carneiradas e com o fornecimento de um enorme contingente de motivos alienantes, e outra, livre, evangélica (...), crente de que o Espírito de Deus está mais presente num que se diz ateu, mas sabe ao menos ser educado e respeitar o próximo, do que no que se diz «católico» e se porta como um desvairado sem nome. Que o Governo saiba onde está o perigo para a democracia![24]

Por seu lado, o periódico oficial dos Cursos de Cristandade de Braga, *Mais Além,* respondia que

> Foi mais um caso de Braga que se poderia ter evitado se na realidade não houvesse em Braga duas igrejas, uma raivosa e contestatária que a título do Concílio é dissidente e contra o bispo, que se diz livre e evangelista e se supõe democrata, mas que nem por isso deixa de ser odiosa e mal-educada quando apelida de «carneirada» os que não lêem pela sua cartilha; que afirma que «o Espírito de Deus está mais num ateu educado do que num católico» quando este reage porque o pretendem ludibriar; que inclusivamente denuncia como perigo para a democracia, a coerência, o respeito pela disciplina e o uso do direito de rejeitar aquilo com que não se concorda e outra igreja, que sabe da verdadeira Igreja e do Evangelho um pouco mais do que aquilo que o «prior» (...) lhes revela ao domingo[25].

Formara-se, em Braga, um ambiente de profunda malquerença entre essas «duas igrejas»: uma «oficial», chefiada pelo arcebispo, apoiada no cabido (à excepção do Cón. Vaz), no suporte da maior parte dos sacerdotes e dos órgãos e movimen-

[22] O Cón. Eduardo Peixoto Melo (n. 30–10–1927, m. 19–4–2008) era director dos Cursos da Cristandade e Vigário Episcopal para o Apostolado dos Leigos.

[23] «Comunicado do secretariado dos Cursos da Cristandade», *Mais Além,* n.º 84, Setembro de 1974, p. 4.

[24] *A Igreja de Braga em crise, cinco comunicações boicotadas por cursistas,* p. 9.

[25] «O que se passou?», *Mais Além,* Ano VII, n.º 84, Setembro de 1974, pp. 4–5.

tos arquidiocesanos (bem como da maioria dos fiéis), e tendo nos seus órgãos de comunicação, sobretudo no *Diário do Minho,* o seu principal meio de difusão; uma outra, contestatária e minoritária, formada por grupos de leigos e sacerdotes, que, não sendo ideologicamente homogénea (indo do campo da esquerda revolucionária até ao dos que aspiravam apenas a uma renovação da Igreja seguindo os moldes do CVII), ainda assim tendia a convergir nos argumentos e nas críticas à Igreja «oficial», encontrando apoios na generalidade dos órgãos de comunicação nacionais que se posicionavam politicamente à esquerda, bem como na imprensa local, como foi o caso do *Correio do Minho.*

Estes apoios devem ser entendidos no contexto de uma «campanha contra a Igreja», como era descrita pela imprensa católica e que seria movida pela maioria dos meios de comunicação, através de declarações, *cartoons* e programas hostis aos bispos e à Igreja (Santos, 2005, p. 104). Simultaneamente, era feita uma valorização positiva do exemplo dos cristãos contestatários, numa espécie de dicotomia entre uma «boa» e uma «má» Igreja. Numa carta aberta destinada ao clero da arquidiocese, D. Francisco escreveu que

> A princípio a campanha era (...) eclesial, i.e. partia do interior da nossa Igreja e exornava-a o sinete clerical. Desenvolveu-se, ganhou corpo, alargou-se a outros órgãos publicitários, alguns criados adrede, e comprometeu leigos e até «horribile dictu» religiosos. (...) Mais tarde, com base nesta de origem clerical, aparece a campanha contra o Arcebispo nos órgãos nacionais de informação (...). Já era assim (...) antes da primavera dos cravos vermelhos; depois, incompreensivelmente, aumentou. Porquê? Qual a filosofia dessa campanha? (...) a razão, a filosofia do caso foi dada e feita por um deles: não é Averomar que nos interessa (...); o que nos interessa é arrasar o Arcebispo, que é um «facista» [sic]! (...) A esta luz deveria ser interpretada toda a literatura anti-Arcebispo Primaz[26].

Numa homilia que proferiu em 21 de Junho de 1974, no santuário de Santa Luzia, Viana do Castelo, por ocasião da festa do Sagrado Coração de Jesus, apontou o dedo aos «grupos subversivos» no interior da Igreja:

> Jesus combateu todos os erros. (...) erros de doutrina, erros de moral, todas as falsas interpretações das Escrituras, todos os desvios da lei, todas as vãs discussões sobre as observâncias legais, tudo o que vai contra a recta razão esclarecida pela fé (...). Mas que acontece? Reúne-se o Sinédrio – sei lá se impelido pelos Escribas do tempo – vai lá um discípulo traidor, e o Mestre é condenado! (...) Discípulos traidores, depois de beneficiados, onde os não há? A história moderna é rica de exemplos do género, infelizmente. (...) Deturpam os factos, caluniam as pessoas, distorcem as intenções, apresentam moções sob a capa de zelo, mas contra a autoridade constituída a que desobedecem, exercem influência nos simples e bem-intencionados, e

[26] *Mensagem ao Clero e Fiéis,* p. 174.

> são capazes de levar estes, que vêem o rebanho agitado, a lançar pedras, não aos lobos que aliás estão bem marcados (...), mas ao pastor[27].

Semanas antes, de 7 a 13 de Junho, realizara-se em Braga o II Congresso Eucarístico Nacional, convocado em comemoração do cinquentenário do primeiro, também realizado em Braga, e que vinha sendo, desde 1972, empenhadamente preparado pela Igreja Bracarense, envolvendo os movimentos da arquidiocese e de fora dela — Escuteiros, Cruzada Eucarística, Cursos de Cristandade, Legião de Maria, Acção Católica, Apostolado da Oração — e que contou com a participação activa do episcopado e de dezenas de milhares de católicos do Minho e do Norte do país (Vicente, 2016, p. 185). A mudança de regime não afectou a sua realização, e este não se deparou com problemas de maior. Valeu à Igreja, no entanto, críticas de triunfalismo vão e de práticas religiosas alienantes, folclóricas e pré-conciliares[28].

4. A Igreja de Braga e a política — a manifestação de 10 de Agosto de 1975

Sobre a conduta política da Igreja Bracarense deve dizer-se ainda que esta não diferiu notavelmente daquela adoptada pela generalidade da Igreja Portuguesa. Esta foi manifestada várias vezes, pela Conferência Episcopal (CEP), através de comunicados e notas pastorais, cuja leitura é indispensável para quem procure compreender a história da Igreja no período revolucionário. Os documentos emanados deste órgão devem ser entendidos como representativos da posição «oficial» da Igreja Portuguesa, dada a sua natureza colegial e magisterial. Foram por isso amplamente divulgados pela imprensa, e a sua leitura vivamente recomendada aos fiéis pelo clero.

Numa primeira fase após o 25 de Abril, a Igreja preferiu a prudência, na espera da consolidação das novas forças políticas, que não seria conveniente hostilizar. A 9 de Maio de 1974, a Secretaria Arquiepiscopal bracarense emitia uma pequena nota, recomendando «orações (...) para que o processo iniciado em 25 de Abril evolua em ordem ao verdadeiro bem da nossa Pátria e de todos os portugueses», aconselhando a leitura de alguns «documentos essenciais e imprescindíveis» para conhecer a doutrina social da Igreja[29]. Se bem que o novo regime foi acolhido com expectativa e benevolência, alguns dos seus desenvolvimentos provocaram apreensão no clero. Em *A Família de S. Vítor,* o pároco Joaquim Morais da Costa escrevia, em Maio de 1974, sobre o «actual momento político»:

---

[27] *Ib., pp. 19–20.*
[28] «O anti-congresso», *Acção Católica,* n.º 10–11, Outubro - Novembro de 1975, pp. 494–506.
[29] «Uma palavra de orientação», *Acção Católica*, n.º 5, Maio de 1974, pp. 235–236.

> Uns, vivem-no euforicamente, outros com uma certa reserva e desconfiança. Para nós, deverá ser de alegria na paz, na tranquilidade e na ordem. Somos contra a violência injusta, o egoísmo, (o) ódio, a mentira e todas as injustiças. O nosso salvador lutou contra estas situações: nós lutaremos também. O maior decreto que Ele nos deixou foi que nos amássemos uns aos outros; amássemos não só os do nosso partido, mas todos, até os inimigos. Metralhar os erros, e todo o mal, mas amar as pessoas! (...). Mas não esqueçamos que esta nossa liberdade tem limites (...). Ser livre é ter na mão o poder de escolha entre o bem e o mal[30].

À semelhança do que se fez no resto do país, e seguindo as orientações dos documentos da CEP, a Igreja em Braga exortou os católicos, através da sua imprensa e dos párocos, a cumprirem o dever do voto. Advertindo sempre dos limites das suas opções: «do "socialismo-não marxista" para a direita» era lícito ao cristão votar ou alistar-se no partido mais do seu agrado; «do "socialismo marxista" e daí para a esquerda» fosse em que partido fosse, não era lícito[31]. A Igreja não apoiou, oficialmente, nenhum partido, e reprovou a ideia de que algum partido reivindicasse para si, exclusivamente, a sua autoridade (embora muitos se tenham pronunciado em favor da criação de um partido cristão). Recordou, também, aos sacerdotes, a proibição de militarem activamente em partidos políticos. D. Francisco Maria da Silva, em texto intitulado «é dever gravíssimo votar e votar bem», expunha:

> Não me compete dizer-vos qual o partido melhor. Mas, se é pecado de omissão não votar, é pecado maior votar mal. E há partidos em que o cristão não pode, não deve votar. Seria votar mal. Quais? – a doutrina foi exposta muitas vezes. Creio bem que, a esta hora, nenhum cristão consciente desconhecerá a doutrina da Igreja o propósito. Resta SER FIEL. Precisamos de estar unidos para refazer a Pátria, que outros, de doutrina diferente da nossa, arruinaram[32].

A imprensa católica em Braga[33] procurava responder às críticas que eram movidas contra a Igreja e foi publicando textos, ora condenando o marxismo e o comunismo, ora denunciando a «perseguição descarada contra a Igreja» e o «combate cerrado contra o Clero» que viam na imprensa diária, na rádio e na televisão[34.] Em *Vida e Luz,* boletim da paróquia de S. Vicente, afirmava-se que

[30] «Liberdade!», *A Família de S. Vítor,* Ano II, n.º 7, 5 de Maio de 1974, p. 8.

[31] «Em que Partido votar?» *Acção Católica*, n.º 3, Março de 1976, p. 151.

[32] «É dever gravíssimo votar e votar bem». *Acção Católica,* n.º 5, Maio de 1976, p. 247.

[33] Por imprensa católica entendam-se os órgãos de comunicação associados à Igreja Católica – em termos mais específicos, os boletins de paróquia, os periódicos dos movimentos católicos, e, sobretudo, o *Diário do Minho*.

[34] «Não é combatendo a Igreja que se constrói a democracia», *Maximinos*, n.º 24, Novembro-Dezembro de 1974, p. 7.

> A besta arrogante pelos triunfos da impiedade e do comunismo, alimentada por uma série de heresias agora refinadas pelas subtilezas do modernismo, enfeitada pelos guizos duma sonora propaganda; esporeada por uma comprometedora pseudorreforma conciliar; desenfreada por uma traiçoeira mania de diálogo – a besta, dizíamos, ganhou fumos de senhora absoluta do mundo. Só lhe faltava o assalto final à rocha da Igreja.[35]

E ainda:

> É com certa apreensão e algumas reservas que vamos deparando com afirmações e atitudes que não respeitam o programa das Forças Armadas e até o contrariam. **(...)** Precisamos de nos esclarecer muito a sério para que amanhã, em época de eleições, saibamos escolher acertadamente o partido político em quem havemos de votar. (...) *Vida e Luz* irá esclarecendo os seus leitores sem se enfeudar a qualquer partido, ou movimento político. E, desde já, adianta que nenhum católico, ou protestante pode aderir ao Comunismo, pois isso equivaleria a renegar a sua fé. E certamente que nós não queremos ser apóstatas. Preferimos o martírio, se necessário.[36]

Compreende-se que a Igreja desejava um processo que se assemelhasse a uma transição serena e pacífica, que construísse um regime pluralista «na verdadeira liberdade e no respeito devido às pessoas e às instituições», na ordem e no respeito pela autoridade (inclusive a sua). A viragem política à esquerda que se foi efectuando no país, acentuada pelos acontecimentos de 28 de Setembro de 1974 e de 11 de Março 1975, contrariou este modelo. Isto, mais o intensificar do clima anticatólico, ou pelo menos, anticlerical, as campanhas de dinamização cultural levadas a cabo pelo MFA, nalgumas das quais foi feita propaganda anti-religiosa (Cruz, 1997, pp. 519–536), e, sobretudo, o caso da Rádio Renascença (RR), foram motivo para que se gerasse um ambiente de profunda intranquilidade entre as massas católicas do centro e do norte do país, que culminou nos meses de Julho e Agosto de 1975, nos quais a Igreja desenvolveria uma mobilização sem precedentes e que teve a sua expressão mais significativa nas manifestações de católicos, convocadas e realizadas em seu apoio e aos bispos e com vista à restituição da RR.

A emissora fora palco de greves e as suas instalações estavam ocupadas por trabalhadores que, apoiados nos meios de comunicação social, na Intersindical e em grupos da esquerda revolucionária, exigiam um modelo de autogestão e o direito de serem eles a determinar o conteúdo político-ideológico da emissora, em detrimento da entidade patronal, i.e., a Igreja. A questão, no início de foro interno, tornou-se política, graças, em boa parte, ao mediatismo que lhe foi conferido pela comunica-

[35] «Uma arma secreta», *Vida e Luz*, Ano XII, Maio–Junho de 1974, p. 2.

[36] «Uma palavra do pároco sobre o actual momento político», *Vida e Luz, Ano XII,* Julho–Agosto de 1974, p. 1.

ção social. Transformar-se-ia numa das *causes célèbres do período revolucionário*[37]. A Igreja viu esta situação, não só como um esbulho da sua legítima propriedade, mas sobretudo como uma tentativa de a silenciar, privando-a do seu principal meio de comunicação e intervenção a nível nacional e os ataques dirigidos ao conselho de gerência da RR, ao Cardeal-Patriarca ou à generalidade da hierarquia serviram para convencer ainda mais a maioria dos católicos da existência de uma campanha contra a Igreja. O Cón. Avelino de Jesus da Costa descrevia a situação, a 23 de Setembro de 1975, no *Diário do Minho:*

> O episcopado português tem sido violentamente atacado por certos organismos e meios de comunicação social (sobretudo pelos dependentes do Estado), em particular por ter corajosamente proclamado a verdadeira doutrina na carta pastoral publicada a 16 de Julho de 1974, e pela intransigente defesa dos seus incontestáveis direitos a possuir e dirigir a emissora católica Rádio Renascença. Além destes ataques gerais, outros tem havido a determinadas figuras do Episcopado. (...) O Sr. Arcebispo de Braga tem sido a principal vítima desta campanha infame, que procura todos os meios para o desautorizar, cumulando agora com os vexames de que foi vítima no aeroporto de Lisboa quando seguia para o Congresso Eucarístico, em Manaus, Brasil.[38]

Os vexames mencionados referem-se a um episódio que se tornou célebre e que contribuiu para excitar a indignação na opinião católica. Em 11 de Julho de 1975, estando D. Francisco Maria da Silva no aeroporto de Lisboa, de partida para um Congresso Eucarístico que se realizava no Brasil, uma denúncia anónima — que o acusava de ser portador de divisas — levou a que fosse revistado e obrigado a despir-se por agentes de segurança. A humilhação serviu para muitos como prova da hostilidade que vitimava a Igreja, e motivou a solidariedade de muitos católicos com o arcebispo[39]. Uma carta, dirigida por um leigo, datada de 4–8–1975, não apenas se solidarizava, como pedia que se realizasse, à semelhança do que se tinha vindo a fazer noutras dioceses, uma manifestação de apoio à Igreja e «de união ao seu hierarca»[40]. Com efeito, já em diversos pontos do país se haviam convocado e realizado manifestações em apoio à Igreja, que chegavam a congregar dezenas de milhares de católicos. Para além da devolução da RR, pretendiam demonstrar que o povo estava com a Igreja, numa altura em que a sua legitimidade era posta em causa. A «Manifestação dos Cristãos da Arquidiocese de Braga» ficou marcada para o dia 10 de Agosto de 1975. No dia 3, a Vigararia Episcopal para o Apostolado dos Leigos tinha enviado a todas as paróquias instruções para os dias seguintes: os párocos deviam avisar nas Missas os seus objectivos, («chamar a atenção para os Direitos Fundamentais do Homem, que

[37] Para uma compreensão mais aprofundada deste caso, cf. Santos, 2018.
[38] *D. Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 135–136.
[39] Cf. *ib.,* pp.146–148.
[40] *Ib.,* p. 147.

foram lesados; de desagravo aos Bispos Portugueses; reclamação do direito à informação livre e objectiva através da RÁDIO RENASCENÇA — roubada à Igreja»[41]), e as equipas de leigos deviam por sua vez contactar e movimentar toda a população das paróquias para que tomassem parte na manifestação. Eram instruídas a fazer cartazes e a distribuir propaganda. A imprensa católica (especialmente o *Diário do Minho*) também se empenhou fortemente na sua divulgação.

A convocação da manifestação provocou apreensão em alguns sectores. As comissões administrativas municipais de Braga pediram, em reunião com o governador civil, que fosse adiada. Igualmente, alguns partidos pediram, em reunião com a comissão organizadora, que fosse cancelada[42]. Um grupo de católicos contestatários respondeu à convocação, fazendo publicar um texto, dirigido «aos Cristãos da Arquidiocese de Braga»:

> integrada na escalada reaccionária em curso no nosso País, está marcada para o próximo domingo (...), uma manifestação que se diz de Apoio ao Episcopado Português e de desagravo pelas prepotências de que a Igreja estaria a ser vítima. (...) pois bem, Irmãos Amigos, se, apesar de tudo, vos puxar o coração para participar (...), olhai as fivelas de ouro das sandálias do vosso Bispo, o seu anel precioso, o orgulho do seu porte, e comparai-o a Cristo. Reparai se não é esse ouro que vós estareis a defender, se não será esse orgulho que o move e pensai se Cristo não estará no Céu, onde mora, a dizer-vos não, não e não. (...) DIZEI COM ELE NÃO À MANIFESTAÇÃO [...] DIZEI COM ELE, VIVA A LIBERTAÇÃO DOS EXPLORADOS (...), VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE QUE ELE FOI, CRISTO FEITO HOMEM, UM AUTÊNTICO ARAUTO.[43]

Apesar destas iniciativas, a manifestação não encontrou obstáculos de maior à sua realização, e, no dia 10, a partir das 16 horas, os manifestantes começaram a reunir-se na Avenida Central, trazidos por autocarros de vários pontos da arquidiocese, perfazendo cerca de cem mil almas. Avançaram em direcção à Sé, organizados por paróquias e empunhando bandeiras nacionais e cartazes, com dizeres tais como: «não queremos saneamentos selvagens», «liberdade para a Igreja», «os cristãos são povo na construção do Portugal novo», e outros clamando pela restituição da Rádio Renascença. Algumas imagens captadas em filme[44] registaram como as ruas estreitas da cidade dificilmente acomodavam o caudal de manifestantes que, seguindo uma carrinha de som, ia cantando músicas de carácter religioso e nacional e repetindo palavras de ordem. Erguera-se, em frente da Sé, um estrado, no qual iriam discursar alguns fiéis, e, no fim, D. Francisco, que, juntamente com mais alguns elementos do clero e dignatários, como o bispo auxiliar, D. Manuel Ferreira Cabral e o Cón. Melo, esperava os manifestantes.

---

[41] *Ib.,* pp. 150–151.

[42] Nesta reunião estiveram presentes os seguintes partidos: CDS, MRPP, MES, FSP, PPM, PCP e MDP/CDE. Estes dois últimos procuraram dissuadir a comissão organizadora de realizar a manifestação.

[43] *D. Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 152–153.

[44] O filme está disponível no *website da RTP Arquivos.*

No seu discurso, afirmou que «quem nos governa há-de tomar consciência do que o povo quer» — autoridades mandatadas pelo povo como representantes e não tutores, a liberdade de ensino, a moralidade pública e o respeito pelos valores morais, a liberdade religiosa inteira, uma sociedade livre — «e do que o povo não quer»[45]. Por fim, apontava:

> O problema português é este (...) dum lado, uma minoria, contra a vontade do Povo, está a impor à Nação o comunismo (...) Doutro lado, uma esmagadora maioria a dizer «NÃO» a tal comunismo. (...) Não está em jogo o programa do 25 de Abril; (mas sim os desvios posteriores!) (...). Será o comunismo nosso inimigo, inimigo da Religião? Sem dúvida! É inimigo figadal; e não há que acreditar nos seus chefes, mesmo quando verbalmente declaram querer respeitar a religião (...) quer pela doutrina, quer pela acção, em toda a parte (...) mostram ser hostis a Deus, à verdadeira religião e à Igreja de Cristo. Fazemos anticomunismo? Denunciamos apenas o erro, democraticamente, sem rodeios (...). Quem erra, porém, deve ser tratado sempre com sentimentos cristãos e atitudes democráticas.[46]

Depois de vivas à «Braga católica», a «Santa Maria, padroeira de Portugal» e a «Cristo Rei», que foram aclamados com entusiasmadíssimos aplausos, os manifestantes dispersaram pacificamente, dirigindo-se ao Campo da Vinha, onde os esperavam as muitas camionetas que, ali estacionadas, os levariam para as suas terras. Alguns milhares de manifestantes, porém, dirigiram-se à sede do PCP, que ficava num edifício no topo da praça. Provocações e insultos, vindos dos manifestantes ou dos militantes debruçados sobre a varanda (conforme as versões), foram atraindo gente ao local e deram lugar a várias tentativas de assalto ao edifício, cujos ocupantes tentavam repelir com tiros de caçadeira. As forças de segurança presentes nada fizeram, e as que, entretanto, iam chegando, foram manifestamente insuficientes para deter a multidão — que durante toda a noite não abandonou o local, prosseguindo o cerco até à manhã seguinte. Foi então lançado fogo ao edifício — que os bombeiros, entretanto chamados, foram impedidos de apagar pelos sitiantes. Pela tarde, forças do COPCON, chegadas do Porto, conseguiram retirar os 21 militantes comunistas de dentro do edifício depois de dispersarem temporariamente a multidão, que, terminada a sua obra neste local, se dirigiu à sede do MDP/CDE, que foi assaltada e teve o seu recheio queimado. Seguiu-se a sede da Intersindical, também assaltada, e, por fim, o Mercado do Povo, erguido pela Intersindical no parque de S. João da Ponte, que foi destruído.

O ataque à sede do PCP em Braga talvez tenha sido o mais célebre, mas acções semelhantes houve-as em várias terras do Minho — V.N. de Famalicão, Póvoa de Lanhoso, Ponte de Lima — e em todo o centro e norte do país. As reacções da imprensa foram diversas e variaram consoante a respectiva orientação ideológica. A condenação

[45] *Francisco Maria da Silva, razões de uma luta e perfil de um lutador,* pp. 176–182. Neste livro, bem com no *Diário do Minho*, foram publicados os discursos na íntegra.

[46] *Ib.,* p. 183.

da violência foi geral, embora alguns a procurassem justificar, e outros ainda a ligassem à Igreja ou às palavras de D. Francisco. Dos partidos houve reacções semelhantes. No *Diário do Minho* publicaram-se comunicados, da autoria das secções de Braga do PS e do PPD: condenavam a violência, mas atribuíam as responsabilidades, em última instância ao Partido Comunista, que acusavam de «assalto demagógico e selvagem aos postos de poder», tal como de violentar e injuriar a vontade do povo[47].

Conclusão

Da exposição que vimos apresentando, concluímos que a Igreja de Braga, longe de ser uma entidade monolítica, desde antes do 25 de Abril de 1974 verificava a existência de tensões entre a hierarquia e alguns sectores do clero. Para estas convergiram vários factores, entre eles as mudanças provocadas pelo CVII, bem como a forma de governo que D. Francisco Maria da Silva exerceu na arquidiocese. A revolução exacerbou essas tensões. Deve notar-se, porém, que estes sectores eram minoritários e heterogéneos, indo desde aqueles que desejavam avançar no sentido de uma renovação da Igreja à imagem do Vaticano II, até aos que, coligados com a esquerda revolucionária, perfilhavam concepções teológicas e eclesiais de influência marxista.

Concluímos ainda que o pensamento político da generalidade da Igreja de Braga, como expressado pela hierarquia e pela maior parte do clero diocesano, não divergiu notavelmente daquele da Igreja Portuguesa, pugnando por um modelo de sociedade política democrática e pluralista, à semelhança dos regimes «ocidentais», para a qual se deveria transitar no respeito pela ordem e pelas instituições, e, sobretudo, no qual fossem garantidos os direitos da Igreja. Nesse sentido, exortou múltiplas vezes os fiéis a participarem na vida política do país, através do voto e da sua integração nos partidos. Tampouco diferiu na oposição doutrinária às ideologias marxistas, repetidamente avisando os católicos da incompatibilidade dos princípios da sua fé com aqueles do comunismo.

Concluímos, por fim, que a Igreja de Braga não deixou, apesar da mudança de regime, de se manifestar pública e expressivamente. O II Congresso Eucarístico, que se realizou em Junho de 1974, foi exemplo da sua contínua capacidade de mobilização popular (não restringida pelos novos poderes, apesar da hostilidade por parte da comunicação social). De índole mais política foram algumas acções como as que ocorreram nas instalações da FNAT, a 12 de Julho de 1974, ou a manifestação do 10 de Agosto de 1975. Ambas vieram a demonstrar na prática aquilo que já se verificava no papel: a oposição da Igreja Bracarense tanto aos sectores «dissidentes» no seu interior, como à gradual viragem à esquerda que se ia materializando na sociedade portuguesa.

[47] «Comunicado do PS», *Diário do Minho*, n.º 18027, 13 de Agosto de 1975, p. 3.

Fontes e Bibliografia

Abreu, P. (2018). *Fastos Episcopaes da Igreja Primacial de Braga (Tomo V).* Empresa do Diário do Minho.

Cruz, M. B. (1996–1997). A Igreja na transição democrática portuguesa. *Lusitania Sacra*, 2.ª série, 8/9, 519–536.

Ferreira, J. M., & Rezola, M. I. (1994). Igreja, Política e Religião. Em Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, vol. 8 (pp. 260–271). Editorial Estampa.

Grupos Cristãos de Base (1974). *Braga: A «Igreja» de D. Francisco Arcebispo: Natal – 1974 Ano Novo – 1975*. Edição dos Grupos Cristãos de Base.

Matos, L. S. (2001). *A Igreja na Revolução em Portugal (1974–1982).* Em J. M. Brandão de Brito (Coord.)*, O país em revolução* (pp. 63–131). Editorial Notícias.

Santos, P. B. (2005). *Igreja Católica, estado e sociedade, 1968–1975: o caso Rádio Renascença.* Imprensa de Ciências Sociais.

Vicente, A. (2016). *Catolicismo em Portugal: Crónicas de Susan Lowndes,* Centro de Estudos de História Religiosa.

Um jornal na revolução: o *Correio do Minho* nas encruzilhadas da democratização do país e da região (1974–1975)

A newspaper in the revolution: *Correio do Minho* at the crossroads of democratisation in Portugal and in the region (1974–1975)

Bruno Madeira
Professor auxiliar convidado
Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Investigador integrado Lab2PT – Universidade do Minho / IN2PAST
bruno.j.madeira@gmail.com
ORCID: 0000-0003-1555-3786

Bracara Augusta, 133 (2025), 263–281 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.41

Resumo // O estudo da revolução iniciada em 25 de Abril tem privilegiado uma abordagem que coloca quase à margem dos acontecimentos a província e o mundo rural portugueses e quando os menciona tende a representá-los como espaços e populações monolíticos, obscurantistas, anticomunistas e reacionários. Neste artigo propõe-se, a partir da análise da visão sobre o processo revolucionário de um importante diário local bracarense, *Correio do Minho*, refletir sobre o modo como os diferentes agentes políticos se apresentaram, organizaram e intervieram no concelho e no distrito e sobre as diferentes fases e características dos diversos acontecimentos do processo na região. A partir da leitura integral de *Correio do Minho* entre 3 de maio de 1974 e 30 de novembro de 1975, procura-se fazer uma análise qualitativa do discurso, das ideias, das estratégias e das representações que os diferentes agentes políticos quiseram promover de si próprios, mapeando criticamente as mudanças de posições políticas e os confrontos que essas alterações começaram a causar entre os partidos que marcaram a fundação da democracia portuguesa.

Palavras-Chave:
25 de abril de 1974, anticomunismo, comunismo, democracia, período revolucionário em curso, revolução.

Abstract // Research on the revolution that began on 25 April has largely marginalised the Portuguese provinces and rural areas from the events. When they are mentioned, they tend to be portrayed as monolithic, obscurantist, anti-communist, and reactionary spaces and populations. Based on an analysis of how the revolutionary process was portrayed by an important local newspaper in Braga, *Correio do Minho*, this article reflects on how the different political actors presented themselves, organised and intervened in the municipality and district, as well as on the different phases and characteristics of the various events of the process in the region. Based on a complete review of *Correio do Minho* between 3 May 1974 and 30 November 1975, this study undertakes a qualitative analysis of the discourse, ideas, strategies and self-representations promoted by different political actors. It critically maps the shifts in political positions and the confrontations that these shifts generated among the parties that shaped the foundation of Portuguese democracy.

Keywords:
april 25 1974, anti-communism, communism, democracy, ongoing revolutionary period, revolution.

Introdução

O 50.º aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974 suscita uma ampla produção que tem procurado cobrir diferentes dimensões da vida portuguesa que ajudam a compreender os antecedentes da revolução e a complexidade do processo sociopolítico que se lhe seguiu e que só encerrou no ciclo eleitoral de 1976. Os primeiros estudos sistemáticos acerca da revolução e dos seus antecedentes privilegiaram a dinâmica político-militar e os principais agentes políticos e militares deste período, vendo a revolução como um processo que se decidiu, essencialmente, nas cúpulas do poder (Rosas, 1999; Rezola, 2006); Castaño & Rezola, 2021; Rosas, 2022; Ferreira, 2023; Rosas, 2023; Pimentel, 2024). Seguiram-se as investigações que se centraram nas grandes organizações e mobilizações de massas, nomeadamente o movimento operário e sindical e o movimento de moradores — essencialmente urbanos — e Reforma Agrária, que tiveram a sua principal expressão no Porto, na Área Metropolitana de Lisboa e no Alentejo. Mais recentemente, a memória sobre os acontecimentos revolucionários e o modo como o poder político e a história foram construindo, moldando e consolidando a memória pública têm também sido objeto de um interesse crescente (Cardina, 2023; Loff & Cardina, 2024).

Ainda no campo dos temas que têm granjeado cada vez maior atenção e que mais relação têm com este estudo, estão o anticomunismo e a violência e o terrorismo políticos (Carvalho, 2017; Dâmaso, 1997; Freitas, 2025; Palacios Cerezales, 2003; Sánchez Cervelló, 1995; Sarabando, 2015; Tíscar, 2014). É aí que encontramos retratada a província durante a Revolução[1]. Tirando as experiências revolucionárias em Coimbra e, sobretudo, no grande Porto, o território a norte da área metropolitana de Lisboa foi sendo sistematicamente descurado pelas investigações existentes. Deste modo, a província assoma essencialmente nos trabalhos centrados no Verão Quente de 1975 como epítome de um Portugal reacionário — até contrarrevolucionário — que tentou, por todos os meios, travar a vitalidade revolucionária das grandes urbes nacionais. A Igreja e partidos como o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS) foram os maiores protagonistas dessa reação do povo do norte do país, que teria sido manobrado por essas forças que tentavam lançar a contrarrevolução a partir da província. Porém, um estudo mais atento das realidades locais permite identificar dinâmicas que revelam um processo político que, dado o ponto de partida e a correlação de forças existente, se revestiu de características, de formas e estilos discursivos, de aspirações e objetivos e de realizações que não deixaram de representar avanços muito significativos. Configuram ainda um importante

[1] Neste artigo entende-se por província o Minho e o interior centro e norte do país, reconhecendo a diferente situação dos meios rurais da região do latifúndio em Santarém e no Alentejo, muito mais estudados em função da maior dinâmica reivindicativa, associativa e política dos camponeses desses territórios.

terreno de batalha pela conservação e pela conquista, consoante o lado da barricada, da hegemonia política e a permanência — com maiores ou menores alterações — de estruturas, de relações de poder, de quadros mentais e de práticas públicas e privadas do Estado Novo.

A partir desta constatação, entende-se que a realização de estudos sobre as dinâmicas e as feições assumidas pela revolução na província é da maior pertinência. Aprofundando um trabalho que já vem sendo feito acerca de Braga (Ferreira e Madeira, 2024), neste artigo propõe-se uma reflexão sobre o modo como o *Correio do Minho* (*CM*) noticiou, comentou e representou a revolução[2]. O exercício comparativo tem particular interesse se tivermos em conta que este periódico esteve ao serviço de diferentes grupos sociopolíticos ao longo da revolução. Fundado em 1926, o *CM* foi tomado pela União Nacional em 1934, condição em que se manteve até ao 25 de Abril de 1974. Tal como todas as publicações ligadas à União Nacional, o *CM* foi imediatamente suspenso e, logo nos primeiros dias de maio, retomado pelo Movimento Democrático de Braga (MDB). Com o abandono dos quadros do Movimento da direção do jornal, a partir de fevereiro de 1975, e a designação de um diretor ligado ao Partido Popular Monárquico (PPM), o periódico passou a alinhar-se mais claramente com o Partido Popular Democrático (PPD), o Partido Socialista (PS), o Centro Democrático Social (CDS) e o PPM.

Não dispondo do espaço para uma análise exaustiva de todos os temas tratados no *CM*, privilegiar-se-á uma abordagem voltada para a reflexão acerca dos temas que maior atenção lhe mereceu. Mais do que procurar encontrar posições extremadas e binómicas, visa-se produzir um olhar matizado sobre a pluralidade de perspetivas que assomam entre campos político-ideológicos que tendem a ser reduzidos ao unanimismo e ao monolitismo. Com efeito, a «igreja» e o «comunismo» só existem enquanto metonímias que obnubilam ou distorcem a pluralidade existente em cada uma das realidades nomeadas dessa forma. Nessa conformidade, procedeu-se à análise de todos os números do *CM* publicados entre 3 de maio de 1974 e 30 de novembro de 1975 para compreender as visões acerca do Estado Novo, o modo como noticiam e comentam os principais acontecimentos políticos de âmbito nacional e regional e a forma como visibilizou e invisibilizou, em cada uma das suas fases editoriais, determinados partidos políticos.

[2] A par do *Correio do Minho*, o diário político da cidade desde o tempo do Estado Novo, circulava o *Diário do Minho*, jornal que era propriedade da Igreja e que durante a revolução se ocupou, em grande medida, também de questões políticas, veiculando a posição da Igreja local em relação à situação política.

1. Quando o clima era de unidade: os partidos políticos no dealbar da democracia

A visão sobre o regime deposto em 25 de Abril de 1974 e a preferência por determinados partidos políticos resultam particularmente claras desde as primeiras edições do jornal. Longe de se pretender aqui aventar uma eventual manipulação do jornal por determinados conjuntos político-ideológicos, o que se procura é compreender o modo como procurou intervir junto dos seus leitores e contribuir para a sua doutrinação política, procurando recrutá-los e mobilizá-los para a construção de uma sociedade nova. Tendo em conta a sua ligação aos Democratas de Braga (Capela et al., 2015; Tengarrinha, 2015), não resulta surpreendente que, logo em 3 de maio (data em que o *CM*, dirigido por Victor de Sá e com o subtítulo «Órgão do Movimento Democrático do Distrito de Braga», reiniciou a sua publicação), o jornal tenha declarado não ser «já o reduto do obscurantismo, o baluarte de uma era de trevas, ao longo de 48 anos inundando o leitor de falsidades, nauseando-o com proclamações doutrinárias do mais feroz reacionarismo»[3]. Nesta primeira edição afirmou-se também que a publicação deixaria de ser subsidiada «pelo *saco azul* do governo civil, e passa a ser exclusivamente pago pelos seus leitores e anunciantes»[4]. Nesse sentido, anunciava-se igualmente o aumento da tiragem de 1.170 para 3.000 exemplares.

Além destas decisões, poucos dias depois declarou-se que apenas seriam remunerados «os trabalhadores que executam o serviço técnico». Deste modo, a direção, administração e redação do jornal passariam a ser asseguradas por voluntários. Não queriam também que o jornal desse visibilidade «a notícias equívocas, suspeitas de honestidade ou outras que nos cheguem por via anónima ou de origem mal definida» e também rejeitavam que voltasse a ser a montra de anúncios e convites para inaugurações, de programas detalhados das festas e romarias locais ou de acidentes pessoais e outro tipo de minudências. O tempo era de vigilância, de defesa e de ação revolucionária, mas não menos o era também de responsabilidade — nem laxismo nem aventureirismo. Clamando que o *CM* não tinha repórteres, apelava-se a «todos os democratas e trabalhadores» que enviassem os comunicados e as notícias relativas à atividade dos seus movimentos[5].

Quanto ao Estado Novo, dizia-se ter suscitado «48 anos de esperanças clandestinas. O homem português teria setas no sangue e nos nervos, setas apontando ao futuro, atravessando o coração da tirania. O Futuro que se argamassou com o sangue dos que tombaram no antemanhã da vitória»[6]. Duros, sangrentos e longos, esses 48 anos de resistência e heroísmo individual e coletivo saldaram-se na derrota da

[3] «Uma vitória do povo». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 1.
[4] «Correio do Minho». *Correio do Minho*, 3 de maio de 1974, p. 1.
[5] «*Correio do Minho* é notícia». *Correio do Minho*, 7 de maio de 1974, p. 1.
[6] «A vitória da resistência». *Correio do Minho*, 7 de maio de 1974, p. 1.

«ditadura burguesa saída de traição nacional do 28 de Maio» e da «violência cobarde do nazismo salazarento ou caetanista». O texto fala sempre desse triunfo como resultado de uma obra coletiva e histórica ininterrupta, um «combate sem tréguas por um viver de todos para todos». A primeira grande demonstração desse sentir e ação coletivos foi dada nas comemorações do 1.º de Maio, «uma jornada festiva sem ser alienante», que, além da mobilização da população e dos trabalhadores da cidade, operou ainda uma alteração na nomenclatura local, alterando o nome do Estádio 28 de Maio para Estádio 1.º de Maio, «como que lembrando que quem faz as grandes obras, e as pequenas, é o povo trabalhador»[7]. A respeito das alterações toponímicas introduzidas pela Comissão Administrativa (CA) da Câmara Municipal de Braga (CMB), destacam-se a Avenida Marechal Gomes da Costa, que voltaria a ser Avenida da Liberdade –, a Avenida Salazar que recupera o nome Avenida 31 de Janeiro, as ruas Eng. Arantes de Oliveira e 28 de Maio que passam a denominar-se, respetivamente, Rua 25 de Abril e Rua 5 de Outubro, a rua Frederico Ulrich que passa a Rua Eça de Queirós, o Bairro Duarte Pacheco que recupera o nome original — Bairro Económico — e a Rotunda General Carmona, que passa a ser a Rotunda Humberto Delgado[8]. A este respeito, verifica-se a preferência pela reposição dos nomes que possuíam originalmente. De resto, os únicos dois casos em que se atribui o nome de indivíduos às vias existentes recorre-se a figuras consensuais.

A ligação histórica e umbilical de Braga ao golpe que haveria de instaurar a Ditadura Militar em 1926 e às celebrações oficiais do décimo aniversário da «Revolução Nacional», começava a ser condenada e apagada do espaço público pelos democratas locais, rejeitando que a cidade continuasse a ser vista como baluarte do reacionarismo civil, militar e religioso do país. Desde a primeira hora, não cessarão os apelos a um saneamento dos quadros ligados ao antigo regime e as denúncias da obstaculização que o processo conhecia quer a nível local, quer a nível central. De resto, o saneamento progressivo das câmaras municipais (CM) e das juntas de freguesia (JF) do distrito vai sendo reivindicado insistentemente e noticiado entusiasticamente até à nomeação de José Sampaio para Governador Civil, processo longo e altamente dificultado em Lisboa e que só se resolveria no rescaldo do 28 de setembro de 1974.

Para concretizar o objetivo de construção de uma cidade e de um Estado democráticos e socialistas, o *CM* não se cansou de apelar à «unidade da esquerda», aqui entendida como o PCP e o PS. O MDP/CDE — que não se tinha ainda constituído em partido — entraria na equação enquanto plataforma unitária de intervenção política de todos aqueles que ainda não haviam decidido ou não pretendiam uma militância partidária e espaço de concertação da atividade e das posições dos diferentes partidos que a integravam (PCP, PS e PPD)[9]. A unidade — a par da vigilância e da res-

[7] Sá, Victor de. «O 1.º de Maio – Um plebiscito popular». *Correio do Minho*, 4 de maio de 1974, p. 1.
[8] «Reunião da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga em 5 de junho de 1974». *Correio do Minho*, 7 de junho de 1974, p. 1.
[9] «Unidade». *Correio do Minho*, 5 de maio de 1974.

ponsabilidade — foi um dos principais motes até às eleições para Assembleia Constituinte e, mesmo no quadro da violência política do verão desse ano, continuou a ser sempre o horizonte para onde apontavam os comunistas e o MDP. A vigilância e a responsabilidade revolucionárias passavam também pela conscienciosidade dos trabalhadores. Ao contrário do que muitas vezes lhe foi apontado pelos adversários, o PCP e o MDP não se cansaram de afirmar que, «passada a fase eufórica da queda do fascismo, a hora é cada vez mais de trabalho»[10]. Longe de incitar à realização de greves ou de reivindicações que entendia irresponsáveis e de difícil resolução no imediato, pugnava pela progressiva concretização dessas exigências e, sobretudo, pelo combate à abstinência laboral e pelo aumento da produtividade. A batalha da produção surge reiteradamente como uma das principais armas contra uma eventual contrarrevolução, que a reação estaria preparando na clandestinidade ou no exílio. Como Carlos Figueira — membro da Direção da Organização Regional Norte (DORN) e suplente do Comité Central do PCP — faria questão de sublinhar na sua intervenção no primeiro comício do MDP realizado em Braga que «a greve é (...) uma importante arma que deve ser usada com a responsabilidade que implica. No momento atual ela pode ser até uma perigosa arma (...) que (...) se pode voltar contra os próprios trabalhadores». Nessa conformidade, insistia, a arma da greve só deveria ser empregue em último recurso e denunciava as greves que haviam sido realizadas com voluntarismo e aventureirismo e as «utópicas reivindicações» de alguns setores laborais. No fundo, «o uso indiscriminado e anárquico do direito à greve (...) [vem] dar ao patronato e à reação armas importantes que estes subtilmente utilizam a fim de criarem o caos económico» e para fomentarem «a desconfiança dos trabalhadores no Governo Provisório»[11].

Em termos partidários, o jornal privilegiava os partidos de esquerda. À cabeça surgiam o MDP, o PCP e o PS. De acordo com o *CM*, a primeira grande iniciativa no concelho foi levada a cabo pelo MDB que, em 31 de maio, no salão da FNAT, realizou um plenário ao qual terão acorrido cerca de mil pessoas. As grandes prioridades aí apresentadas prendiam-se com «o rápido saneamento das autoridades fascistas», a urgência da nomeação do novo Governador Civil, a ação e organização sindical, «o problema das Juntas de Freguesia, onde assenta toda a máquina de votos do fascismo» e «o justo princípio segundo o qual não se pode fazer tudo num dia nem precipitadamente, dado que tais urgências irresponsáveis apenas conduzem à derrocada da democracia»[12]. Tanto o MDP como o PCP demonstraram sempre conhecer bem as características particulares da região e esforçaram-se por não fazer declarações nem propor medidas que, pela sua radicalidade ou oposição ao espírito local, pudessem alarmar a população ou suscitar uma rutura social entre esses partidos e as massas populares de que pretendiam ser a vanguarda política.

[10] «É tempo de trabalho». *Correio do Minho*, 8 de maio de 1974, p. 1.
[11] «O Movimento Democrático não pode acabar». *Correio do Minho*, 6 de julho de 1974, pp. 1, 4.
[12] «O Plenário Concelhio de Braga». *Correio do Minho*, 2 de junho de 1974, p. 1.

O primeiro comício realizado na cidade foi organizado pelo PCP no Teatro Circo, que se converteu no principal recinto político. Nesse 21 de junho de 1974, a principal sala de espetáculos bracarense foi palco de «um comício político (...) em que não havia bilhetes nem convites, não havia polícias, não havia controle de entradas». A esse «acontecimento verdadeiramente histórico» assistiu uma «casa repleta» de «gente ordeira» e respeitosa[13]. Procurou-se ainda dar a entender que o partido não excluía ninguém nem fechava as suas iniciativas apenas aos militantes e simpatizantes, estando aberto a todos quantos pretendam inteirar-se do programa, das propostas e dos objetivos do PCP. A propósito das diversas intervenções políticas que tiveram lugar neste comício, o *CM* destacou as de Carlos Costa e Margarida Tengarrinha. A exposição de Tengarrinha, pelas matérias cobertas — família, religião e propriedade agrícola —, parece-nos ter sido a mais significativa em termos da definição do discurso comunista na região. A este respeito, Tengarrinha parte de uma acusação permanente de que a «reação» — que aqui serve de signo linguístico que representa os derrotados de 25 de Abril de 1974 e daqueles que enjeitavam o projeto de construção de uma sociedade socialista — estaria a atuar no sentido de distorcer os princípios defendidos pelo PCP. Tengarrinha inquire ainda a assistência sobre «quem, na realidade, destruía as famílias? Quem manda para a guerra, onde tantos morreram, os homens que eram maridos e os pais, os filhos? Os fascistas e os seus aliados». Quanto à questão religiosa, deu a conhecer várias passagens de textos do PCP para demonstrar que sempre se batera pela consagração da liberdade religiosa, dando vários exemplos de lutas travadas durante o Estado Novo em que católicos e comunistas estiveram lado a lado. Sublinhou ainda que muitos militantes comunistas eram católicos, pelo que não existiria qualquer incompatibilidade entre ambas as filiações. Por fim, a respeito do problema da propriedade agrícola, numa região marcada pela pequena propriedade, frisou que o «PC não pretende tirar terras aos pequenos e médios camponeses, mas sim àqueles — os grandes agrários — que exploram o povo trabalhador e espoliam o país duma grande parte da sua riqueza»[14]. Como demonstrarão os esforços de organização e politização dos camponeses do norte levados a cabo pelo PCP, a propriedade privada dos pequenos e médios terrenos agrícolas nunca foi posta em causa. Também neste particular o PCP e o MDP souberam ler e compreender a sociedade minhota e calibraram as suas propostas com distensão.

O segundo comício político realizado na cidade, no Teatro Circo, foi organizado pelo MDP em 5 de julho, consistindo numa «confirmação da [sua] extraordinária força mobilizadora». Tal como em relação ao comício do PCP, destaca-se que a sala «estava cheia de uma assistência entusiástica e participante» e que «as intervenções dos oradores não foram apenas meros discursos mas sobretudo objetivação da palavra militante e interveniente, a análise clara de uma consciência que se coletiviza

[13] «O primeiro comício do Partido Comunista Português foi um notável acontecimento político em Braga». *Correio do Minho*, 22 de junho de 1974, p. 1.

[14] «O Comício do Partido Comunista em Braga». *Correio do Minho*, 23 de junho de 1974, p. 4.

paulatinamente, (...) agora, numa súbita e invencível força criadora»[15]. Na mesa do comício estiveram presentes, além de vários quadros do MDP, representantes do PCP e do PS.

O terceiro comício a ocorrer no concelho e o primeiro a contar com a participação de um líder partidário, foi organizado, em 20 de julho, pelo PS. A narração do sucedido nas páginas do *CM* foi bem mais comedida do que a apresentada a propósito dos comícios do PCP e do MDP. Sublinhando-se que o Teatro Circo se enchera para assistir a este evento político e que «as pessoas estiveram presentes, atentas, interessadas», não se fazem o mesmo tipo de leituras sobre o seu grau de preparação, mobilização e fervor revolucionários. Procurando manter o espírito de unidade entre os partidos democráticos, na mesa do comício estiveram presentes, além de vários dirigentes e quadros locais socialistas, representantes do PCP, do MDP e do PPD, tendo os três usado da palavra na sessão. No campo das intervenções, o jornal destaca Alfredo Pinto, que afirmou que «no anticomunismo começa a antidemocracia» e Cunha Coelho que sintetizou assim o programa dos socialistas: «O PS tem por objetivo a conquista duma sociedade sem classes e de advogar uma via pacífica para a edificação do Socialismo». Por fim, diz-se que o secretário-geral socialista «preconizou a criação dum tipo de Programa Comum, à semelhança do que se verifica em França»[16]. O posicionamento e o discurso do PS são muito distintos daqueles que adotará a partir do final de 1974 e, sobretudo, após as eleições constituintes. O discurso mais radical e unitário do PS pode ser explicado por alguma fragilidade organizacional — que rapidamente resolverá —, por o socialismo aparentar ser um importante ativo político e por se desconhecer ainda a representatividade real do PCP e do MDP, que só seria aferida nas eleições para a Constituinte.

2. A unidade rompe-se: a formação de blocos político-militares adversários

Após a nomeação e entrada em funções do novo Governador Civil de Braga, José Sampaio, os quadros do MDP que integravam a direção do *CM* pedem a sua substituição. Em 15 de outubro, declararam estar «preenchida a situação conveniente para cessarmos, nós, a direção, assumida deliberadamente a título provisório»[17], pondo o jornal à disposição do Governador Civil. Um mês depois o tema é retomado. Em primeiro lugar, tendo em conta a conversão em partido político do MDP, afirmam que

[15] «O Comício do Movimento Democrático de Braga foi uma jornada da democracia». *Correio do Minho*, 6 de julho de 1974, p. 1.

[16] «Comício do Partido Socialista sob o signo do socialismo em liberdade». *Correio do Minho*, 21 de julho de 1974, p. 1.

[17] «Declaração da Direção do *Correio do Minho*». *Correio do Minho*, 15 de outubro de 1974, p. 1.

o *CM* não pode estar ao serviço de um partido. Em segundo lugar, reitera-se que o jornal deve manter uma «função importante na defesa da Revolução de 25 de Abril e dos ideais da Democracia». Nesse sentido, defendia-se que o jornal fosse entregue ao Governador Civil e que para que Braga não se visse privada do seu órgão de informação democrático e os trabalhadores do seu sustento e para que os seus assinantes, anunciantes e fornecedores não fossem prejudicados financeiramente pela suspensão do jornal, propunha-se que este deixasse de se apresentar como órgão do MDP. Tendo concretizado a intenção anteriormente expressa, apontam à criação de um «órgão colegial presidido por personalidade de confiança do Governo» e assessorado por representantes de MDP, PCP, PS, PPD e PPM, ficando o presidente com a prerrogativa do voto de qualidade. Por fim, o MDP apelava a que o órgão colegial proposto não permitisse que o jornal tomasse posição nos conflitos partidários e que garantisse a publicação de todos os comunicados dos cinco partidos que o integravam[18].

Em 30 de novembro, o PCP dá o pontapé de saída a uma nova vaga de comícios em Braga. Desta feita, Álvaro Cunhal seria o grande destaque do evento comunista no Teatro Circo. Segundo o *CM*, o encontro ficou marcado pela «presença de largos milhares de pessoas, num número nunca visto em Braga»[19]. Na mesa do comício contaram-se representantes de várias organizações do PCP. Em representação dos comunistas estiveram ainda, Fernando Pessoa, António Lopes — responsável pela organização comunista em Braga — Virgínia Moura, Carlos Costa e Álvaro Cunhal. Fizeram ainda parte da mesa do comício representantes de MDP, PS e PPD. No que diz respeito às intervenções apresentadas no comício comunista, o jornal destacou, além da de Álvaro Cunhal, a de António Lopes. Lopes fez uma intervenção de fundo que traduziu o programa do partido para a realidade local. Começando por declarar que a melhor resposta ao anticomunismo, tão latente em Braga, era a enorme afluência àquele comício do PCP, fez uma interessante análise política da região ao dizer que

> não é por os operários do Barreiro ou os camponeses do Alentejo serem mais explorados que os operários e camponeses do Minho que, aqueles, mais decididamente se lançam na luta política. O obscurantismo político e cultural a que foram conduzidas as populações rurais nortenhas pelo fascismo, a perseguição política imposta à menor suspeita, (...) o terror do comunismo imposto às populações rurais pelos caciques reacionários locais e (...) por um clero enfeudado ao fascismo foram (...) fatores de despolitização, que hoje se refletem duramente na vida política das populações do Minho.[20]

[18] «O Movimento Democrático e o *Correio da Manhã*». *Correio do Minho*, 15 de novembro de 1974, p. 1.
[19] «Comício do Partido Comunista Português». *Correio do Minho*, 1 de dezembro de 1974, p. 1.
[20] «Muito mais forte do que as manobras reacionárias é a certeza de estarmos na frente da defesa dos interesses do nosso povo – declarou António Lopes, da DORN do PCP». *Correio do Minho*, 4 de dezembro de 1974, p. 1.

Daí decorre a radiografia que faz da realidade e das prioridades de ação a nível local. Em primeiro lugar, frisou que a reação se estaria aproveitando desta conjuntura política própria da região minhota. Porém, reforçou esta ideia afirmando que também «alguns partidos ditos democráticos» vinham aproveitando o anticomunismo que fora inculcado nas populações para acicatar «a hostilidade e a desconfiança» das massas em relação ao partido. Proclamou que, se não foram os «48 anos de perseguição fascista» a vergar o PCP, o anticomunismo também não conseguiria impedir os comunistas de se organizarem e intervirem na região e no país. Demonstrava ainda a convicção em que o PCP conseguiria atrair para a sua esfera de influência parte significativa dos que ainda estavam tolhidos pelo alarmismo e temor anticomunista. Por fim, considerou que eram medidas urgentes, para defesa da democracia, o rápido e total saneamento das Juntas de Freguesia e o empenho no recenseamento eleitoral[21].

O segundo comício desta vaga foi realizado pelo MDP no Teatro Circo. Anunciava-se a presença de importantes figuras como José Manuel Tengarrinha, Orlando de Carvalho e Ruy Luís Gomes. Quem também esteve representado foram PCP, PS, PPD, o PPM e MES — a inclusão do PPM demonstra a vontade do MDP em ser uma plataforma de convergência de todas as forças democráticas, mesmo daquelas que mais longe se encontravam da sua linha política. No comício considerou-se que a numerosa assistência demonstrava «que o Movimento Democrático tem uma força de expressão popular que não pode ser mais desbaratada»[22] e que era o «grande partido da unidade popular»[23]. Tal como as eleições constituintes acabarão por expor, eram manifestamente excessivas as expectativas que os quadros e dirigentes do MDP — eventualmente até de outros partidos políticos — tinham em relação à representatividade do movimento.

O problema relativo à direção do jornal conheceria novidades no início de fevereiro de 1975. No dia 2, o *CM* publica a carta de demissão de Victor de Sá dirigida ao Governador Civil de Braga. Assim, em 4 de fevereiro, José Manuel Mendes surge como diretor interino da publicação. O texto com que se apresenta aos leitores do jornal é indicativo da vontade que o próprio e o seu partido tinham de se libertarem da responsabilidade pelo diário bracarense. Nesta conformidade, Mendes começa por afirmar que, em virtude da ausência de resposta aos seus apelos, os membros do MDP que integravam a direção do jornal sentiram a necessidade de tomar medidas extremas, a começar por Victor de Sá, que ali «perdeu muitas das suas horas de labor, numa prova de dedicação e honestidade intelectual». De resto, Mendes só admitia assumir as funções interinas durante um brevíssimo período, até porque, «malgrado

[21] «Muito mais forte do que as manobras reacionárias é a certeza de estarmos na frente da defesa dos interesses do nosso povo — declarou António Lopes, da DORN do PCP». *Correio do Minho*, 4 de dezembro de 1974, p. 1.

[22] «Grande Comício do MDP/CDE – O Movimento Democrático Português está seguro de representar o partido da força do povo». *Correio do Minho*, 14 de dezembro de 1974, p. 1.

[23] «O Comício do MDP/CDE foi uma inesquecível jornada democrática e a apresentação do grande partido da unidade popular». *Correio do Minho*, 15 de dezembro de 1974, p. 1.

a juventude, não precisava nem preciso dum jornal de província para afirmar o que já provei como escritor e homem de ação». Transparece das palavras de Mendes a urgência em libertar-se da responsabilidade por um mero «jornal de província», apesar de ser «a única grande voz da democracia neste Distrito de caciques da mediocridade e de politiqueiros de intrigas, verborreias e nula atividade»[24].

3. Das eleições ao terrorismo político: realinhamento político de *Correio do Minho*

Em 22 de fevereiro, e com o subtítulo alterado para «Ao Serviço da Democracia», foi anunciado que Samuel Cunha — com ligações ao PPM — passaria a assumir as funções de diretor. Cunha apelou à «ajuda de todos, sem distinção às classes, que nos ajudem nesta ingrata tarefa para bem servir uma democracia pura e sã»[25]. Quer na alteração do subtítulo, quer no discurso e no público visado, o *CM* entra numa nova fase da sua existência, disponibilizando as suas páginas a mais formações políticas e passando a dar-lhes uma atenção superior à que consagrava ao MDP e ao PCP.

A este respeito, destacam-se a publicação quase diária de declarações políticas e da agenda do PPM. Também o CDS passa a ter um maior acesso ao *CM*. Além do PPM, o PPD foi o grande beneficiado das mudanças no jornal. Com efeito, o *CM* passou a ser um ativo divulgador de comunicados e tomadas de posição políticas do PPD. Em 2 de março, o PPD alerta as autoridades e o Governo «para o estado de insegurança que já começou a verificar-se, que tenderá a degradar-se com o decorrer dos tempos e que pode, eventualmente, transformar a campanha eleitoral num corpo a corpo, absolutamente indesejável». Mais do que identificar um clima que viesse sendo relatado pelo jornal ou apontado por outros partidos, o PPD optou por uma posição alarmista que faz pender a ameaça da violência política sobre os dirigentes políticos e militares. Assim, parece evidente que o partido apostara numa estratégia de criação de um ambiente propício à radicalização da vida política portuguesa e da perceção popular a respeito da tensão e da eminência do espoletar da violência. Vitimizando-se de «tentativas de marginalização» do partido, o comunicado estabelece que, para debelar a crise, havia que devolver «o prestígio da Autoridade às forças militares e paramilitares»; só dessa forma é que poderia «ser difundida a liberdade contra a anarquia, a justiça contra o despotismo, a democracia contra a ditadura. Só assim será possível a serenidade, a lealdade, a verdade e a transparência na campanha eleitoral»[26].

[24] Mendes, José Manuel. *Correio do Minho*, 4 de fevereiro de 1975, p. 1.
[25] Cunha, Samuel. *Correio do Minho*, 22 de fevereiro de 1975, p. 1.
[26] «PPD – Campanha eleitoral». *Correio do Minho*, 2 de março de 1975, p. 1.

Relativamente aos acontecimentos do 11 de março em Braga, refere-se que as estradas foram vigiadas por «grupos populares» constituídos por elementos do PS, do PCP, do MDP, do PUP, da LCI e do MES — regista-se a ausência de PPD, CDS e PPM. No que concerne às reações partidárias ao golpe, o PS incitou «todos os seus militantes, todos os trabalhadores, todos os estudantes e população em geral a manter a máxima vigilância em defesa da Democracia, do Socialismo e da Liberdade»[27]. O PPD afirmou que «as Forças Democráticas acabam de sofrer mais um ataque (...) por parte de um grupo minoritário de desordeiros que alimenta a infantil esperança de um regresso ao passado vergonhoso e torturante». Embora não tenha estado entre aqueles que ocuparam as ruas, considerou que «mais uma vez esteve em evidência o papel preponderante dos trabalhadores que (...) vieram para a rua (...) secundar a ação do MFA». Por fim, apelou para «que o dia histórico hoje vivido consciencialize os Partidos Progressistas de que estes não devem guerrear-se, pois só unidos podem cilindrar a reação»[28].

A propósito do golpe, das alterações introduzidas na vida político-militar após o seu rescaldo e da proximidade do ato eleitoral fundador da democracia portuguesa, os partidos vão multiplicar-se em comícios, sessões de esclarecimento e conferências de imprensa. O primeiro sinal de que a unidade suscitada pelo 11 de março se estava a quebrar é dado pelo PPD, que acusava «falsos democratas» de andarem a arrancar cartazes do partido e a desfazer os seus símbolos[29]. Poucos dias depois, o partido clamava que «liberdade, igualdade e solidariedade são os grandes ideais do socialismo e realizam-se em democracia». Estes ideais seriam resultado dos contributos do humanismo, do cristianismo e da filosofia ocidental e «das lutas das classes trabalhadoras, da análise das formas de contradição e opressão da sociedade capitalista e do combate contra o fascismo, os imperialismos e os totalitarismos»[30].

O crescente afastamento entre os partidos é também visível aquando da convocação de uma manifestação de apoio ao Conselho da Revolução, em 18 de abril. Entre os organizadores contavam-se MDP, PCP, FSP, MES, LCI e USB[31]. Apesar da sua ausência, o PS emitiu um comunicado em que dizia rejubilar «com as nacionalizações decretadas pelo Conselho da Revolução que desde sempre o nosso partido exigiu como condição fundamental para a implantação do socialismo»[32].

No dia seguinte, o PPD lança um dos principais tópicos de disputa política depois das constituintes: a composição das CA das CM e das JF saneadas. A uma semana das eleições, o PPD manifesta ter no poder local uma prioridade para o curto prazo. Procurando desconstruir a posição daqueles que afirmavam não estar o povo

[27] «Partido Socialista – Secção de Braga». *Correio do Minho*, 12 de março de 1975, p. 4.
[28] «A união faz a força». *Correio do Minho*, 12 de março de 1975, p. 3.
[29] «Partido Popular Democrático (Núcleo de Braga) – Comunicado». *Correio do Minho*, 3 de abril de 1975, p. 1.
[30] «PPD (Núcleo de Braga) – Comunicado». *Correio do Minho*, 5 de abril de 1975, p. 1.
[31] «Ao Povo de Braga». *Correio do Minho*, 18 de abril de 1975, p. 1.
[32] «O Partido Socialista e as Nacionalizações – Comunicado». *Correio do Minho*, 18 de abril de 1975, p. 1.

português — e ainda menos o minhoto — preparado para votar, estabeleceu que «a democracia só pela prática se aprende. (...) Só votando a todos os níveis (...) se irá votando cada vez melhor». De resto, e cunhando já como «nomeações vindas de cima ou verdeiros assaltos» os processos de eleição das comissões administrativas, atribui as responsabilidades àqueles «que não acreditam na democracia (embora até se intitulem Movimento Democrático) e que (...) tomaram, sem o consentimento popular, as juntas e as Câmaras». O comunicado encerra com um apelo à realização de eleições para as CM e JF logo a seguir às eleições constituintes[33], sendo bem evidente a urgência que o PPD sentia em tomar o poder local e em expulsar o MDP e o PCP do Centro e do Norte do país.

O jornal divulgou as listas de todos os partidos que se apresentaram às eleições constituintes pelo distrito[34]. Tendo cada partido publicitado as suas listas com níveis diferentes de descrição não é possível fazer uma análise comparativa completa. Daqueles que anunciaram a idade dos seus concorrentes (MDP, PCP e PPM), o MDP apresentava o candidato mais novo (23 anos) e o mais velho (65 anos), tendo também a média mais baixa de idades (39,7), seguindo-se o PPM (41,7) e o PCP (46,75). No que concerne à ocupação dos candidatos e à sua origem geográfica, nas listas do MDP predominavam os intelectuais e a maioria dos candidatos provinha de Guimarães, Braga e Famalicão, sendo aquele que demonstrou maior abrangência. Nas listas do PPM, em que predominavam os quadros técnicos e os gestores e regentes, a maioria dos candidatos era de Braga (8) e Guimarães (3). As listas do PCP apresentaram um claro predomínio de operários e, em número substancialmente inferior, de intelectuais e quadros técnicos. Demonstrando claramente uma maior implantação no eixo industrial Braga–Guimarães–Fafe–Famalicão (12 dos candidatos provinham destes concelhos), o PCP revela as suas dificuldades nos meios rurais. Por fim, na lista do PS — que não apresentou candidatos de 8 dos 13 concelhos — predominavam os advogados (7), os professores e quadros técnicos e existia um único operário. Os 12 dos candidatos eram originários dos concelhos de Braga (5), Famalicão (4) e Guimarães (3), o que é revelador das dificuldades que o PS sentia nos concelhos rurais.

Em 25 de abril realizaram-se as primeiras eleições em liberdade. O mapa dos resultados confirma a predominância do PPD a norte de Coimbra, só não sendo o partido mais votado no distrito do Porto, e do PS a sul Coimbra, à exceção de Leiria, em que o PPD foi o vencedor, e de Beja, em que o PCP foi o partido mais votado. No que concerne ao CDS, confirma-se que a sua principal base de implantação era centro e o norte do país. No que se refere ao distrito de Braga, o PPD recolheu 37,7% dos votos do eleitorado e conquistou 7 dos 15 deputados que a região elegeria para a Assembleia Constituinte. Em segundo lugar, com 27,4% dos votos, o PS elegeu 5

[33] «PPD – Eleições livres para as Juntas de Freguesia e para as Câmaras Municipais». *Correio do Minho*, 19 de abril de 1975, p. 1.

[34] MDP, PPM, PCP, PS, PPD, CDS, PUP, MES, FSP e FEC (m-l).

deputados. Em terceiro, o CDS obteve um expressivo resultado de 18% e a eleição de 3 deputados. Se a prestação eleitoral do PCP no distrito confirma as dificuldades de implantação do partido no Minho (3,7%), o do MDP (2,9%), dispondo de meios — imprensa e poder local — muito significativos, ficou muito aquém das expectativas. Em termos concelhios, a vitória do PPD foi ainda mais expressiva, vencendo em 10 dos 13 concelhos do distrito, o PS ganhou em Fafe e Guimarães e o CDS em Celorico da Beira.

Em 29 de abril, o PPD afirmou que «os resultados das eleições demonstram (...) que o Povo Português escolheu, na sua esmagadora maioria, o socialismo em liberdade e em democracia pluralista». Estando o PS a ser assediado pelo PCP e pelo MDP para formar uma maioria de esquerda, o PPD fez exatamente o mesmo, apelando à união entre «todas as forças verdadeiramente democráticas representativas do Povo Português»[35]. A este respeito, o CDS declarou que «os resultados das eleições provaram (...) que a enorme maioria do Povo português deseja, para o nosso País, um modelo de democracia política pluralista». À semelhança do PPD, o CDS apelou a uma aliança das forças políticas «democráticas» e queixou-se de não ter integrado os governos provisórios, de não ter acesso aos meios de comunicação social e reivindicou ter sido o partido que menos meios mobilizou e o que foi alvo de «maiores calúnias e difamações». Nesse sentido, reclamavam «que os resultados eleitorais estão longe de corresponder ao seu efetivo peso e representatividade junto do eleitorado». Não querendo ficar atrás de todos os que se reclamavam do socialismo, o CDS declarou que não tinha «qualquer dificuldade em se reclamar do *novo socialismo*»[36]. Em meados de maio, o PPD sublinhou que os cerca de 1.500.000 de eleitores que nele votaram, se haviam pronunciado a favor do seu modelo social democrata (e já não socialista). Nessa conformidade, os partidos deveriam redigir uma Constituição que traduzisse «as opções políticas do Povo que os elegeu apenas com a limitação moderada do Pacto assinado com o MFA»[37]. Fica clara a estratégia de PS, PPD e CDS de jogarem a sua legitimidade eleitoral contra a legitimidade revolucionária das forças comprometidas com a via revolucionária para o socialismo.

No que respeita à violência política, a guerra de comunicados e de trocas de acusações teve início com o comunicado do PCP que denuncia o ataque à granada à sua sede em Fafe. De resto, «esta ação não constitui de modo algum ato isolado, inserindo-se numa vasta e já bastante percetível escalada reacionária que se vem desenvolvendo no Norte do País»[38]. A campanha de ataques ao MFA, ao PCP e ao MDP e a utilização da Constituinte como um palco privilegiado para «as manobras contrarrevolucionárias» seriam responsáveis pela criação de um ambiente político

[35] «PPD – Comunicado». *Correio do Minho*, 29 de abril de 1975, p. 4.
[36] «CDS – Comunicado». *Correio do Minho*, 30 de abril de 1975, p. 4.
[37] «PPD – Roma e Pavia não se fizeram num só dia». *Correio do Minho*, 16 de maio de 1975, p. 1.
[38] «À escalada da reação responder com o reforço da vigilância revolucionária». *Correio do Minho*, 15 de junho de 1975, p. 4.

que estimulava e legitimava a realização de «atos violentos de organizações terroristas e contrarrevolucionárias»[39].

Depois da publicação do projeto de institucionalização do poder popular pelo MFA, o PS convoca imediatamente uma reunião dos militantes de todo o distrito e o PPD e PPM lançaram um comunicado em que condenavam o referido plano de institucionalização. Na reunião do PS ratificou-se a saída do partido do Governo Provisório e, logo no dia seguinte, 17 de julho, Mário Soares deslocou-se a Braga para iniciar uma série de comícios que realizaria em todo o país. Segundo o *CM*, o comício no Teatro Circo foi de tal forma participado «que aquela sala de espetáculos não comportava mais gente levando à decisão (...) de prosseguir o comício no exterior»[40]. À imagem do PS, após abandonar o Governo, o PPD realizou uma manifestação-comício em 25 de julho na Avenida Central. Tal como dissera acerca do comício dos socialistas, a reportagem do *CM* destacou o facto de a Avenida ter sido pequena para acomodar tanta gente[41], com o que pretendia significar que a larga maioria do povo apoiava a decisão de ambos os partidos e as suas propostas para a resolução da crise.

Agosto iniciou com um assalto à sede do PCP em Famalicão e aos escritórios de indivíduos ligados ao PCP e ao MDP. Este ataque terrorista e outros que vinham ocorrendo noutros distritos e as reações dos partidos a esses acontecimentos demonstraram claramente a rutura e a estratégia de confrontação em relação ao PCP e ao MDP do PS, do PPD e do CDS. No comunicado que emitiu a propósito dos acontecimentos em Famalicão, o PPD começou logo por afirmar que «o clima de demagogia política e de incitamento ao ódio e à violência que de há muito vem sendo desencadeado por elementos do PCP, tem motivado a indignação de todo o povo de Vila Nova de Famalicão». Doravante, a estratégia de PPD, PS e CDS será responsabilizar o PCP e o MDP pela violência de que eram alvo. Em 8 de agosto, um comunicado do CDS atribui a vaga de violência contra o PCP e o MDP ao desrespeito que estes e as correntes gonçalvista e otelista vinham demonstrando pela «vontade popular expressa nas eleições» e ao clima de descontentamento que existiria nas populações locais, acusando ainda os comunistas de terem «em muitas das suas sedes armas de vária natureza, o que é um sintoma alarmante das suas disposições ou dos seus propósitos e uma prova da sua falta de autoridade moral»[42].

Na sequência de várias manifestações de «apoio ao Episcopado» a propósito do caso Rádio Renascença, uma comissão organizadora convocou um protesto semelhante para 10 de agosto em Braga. Preocupadas com o desfecho de tal manifestação, as CA das CM do distrito de Braga, solicitaram ao Governador Civil que tomasse as medidas necessárias para o adiamento da manifestação, que, «dado o clima explo-

[39] «Com as massas populares pelo triunfo da Revolução». *Correio do Minho*, 20 de junho de 1975, p. 1 e 4.

[40] «Grandiosa apoteose em Braga a Mário Soares». *Correio do Minho*, 18 de julho de 1975, p. 1.

[41] «Grande comício do Partido Popular Democrático realizado ontem à noite na Avenida Central». *Correio do Minho*, 26 de julho de 1975, p. 1.

[42] «Os recentes acontecimentos». *Correio do Minho*, 8 de agosto de 1975, p. 1.

sivo que se vive, conduzirá (...) a atitudes descontroladas». Apesar das preocupações manifestadas pelas CA, a comissão organizadora publicou um comunicado em que rejeitava qualquer adiamento. Fundamentando a sua decisão e advogando a ausência de perigosidade da manifestação, diz que se trata uma ação dos cristãos em apoio à hierarquia da Igreja e que, portanto, apenas a estes dizia respeito. Em favor da sua decisão, destaca ainda que as manifestações que se haviam já realizado noutras dioceses, tinham «decorrido de modo ordeiro e absolutamente pacífico»[43]. Pelo contrário, as manifestações anteriores noutras capitais de distrito redundaram sempre em ataques e assaltos às sedes do PCP, do MDP, de partidos da esquerda revolucionária e da Intersindical (Carvalho, 2017; Sarabando, 2015). Sem surpresa, a manifestação redundou no assalto e incêndio da sede do PCP — que ficou totalmente destruída pelo fogo —, e no assalto e destruição das sedes do MDP e da USB e do Mercado do Povo. A este propósito, o PS afirmou que a maioria dos católicos não era reacionária e não se teria comportado da forma que se comportou «se não houvesse anteriormente um clima de violência e abuso por parte do PCP». Desta forma, conclui-se: «O Povo não é nem pode ser reacionário. (...) E a vontade do Povo foi de tal forma esquecida, violentada, injuriada e enxovalhada pelo PCP e seus satélites que obrigaram esse Povo, numa declaração inequívoca de que não quer o PCP, a participar numa manifestação a um bispo que o Povo igualmente não deseja»[44].

A crise continuou a agravar-se e as últimas instituições que ainda seguiam a linha da esquerda revolucionária civil e militar foram, uma a uma, caindo. Em 30 de agosto, Pinheiro de Azevedo é indigitado Primeiro-Ministro e invoca-se a necessidade de reestruturar e reformar o MFA. Na Região Militar Norte, depois do afastamento de Eurico Corvacho no final de agosto, em meados de setembro é nomeado para o seu lugar Pires Veloso. No que a Braga diz respeito, no final de outubro, José Sampaio — Governador Civil e militante do MDP/CDE — demite-se do seu cargo depois de ataques sistemáticos de CDS, PPM e PPD. Para o seu lugar, o VI Governo Provisório nomeou Eurico Teixeira de Melo, militante do PPD e candidato não-eleito à Constituinte. Por fim, em 14 de novembro tem início, em Famalicão, um processo que se irá prolongar até ao 25 de novembro, e que se intensificará a partir daí, de demissão das CA de CM afetas ao MDP. A partir da tomada de posse do VI Governo Provisório, ao contrário do que se verificou em distritos urbanos, em Braga os ânimos serenaram. Relativamente ao 25 de novembro de 1975, o jornal caracteriza-o como tendo constituído um «clima de tensão vivido em todo o País»[45], sendo particularmente parco em considerações sobre os acontecimentos e suas consequências — o que pode ser lido como uma desvalorização da sua importância. Na verdade, desde as eleições constituintes que não

[43] «Manifestação de apoio ao Episcopado Português – Comunicado». *Correio do Minho*, 8 de agosto de 1975, p. 1.

[44] «Partido Socialista – Secção de Braga – Comunicado». *Correio do Minho*, 13 de agosto de 1975, p. 1. O comunicado refere-se ao elogio que o arcebispo Francisco Maria da Silva fez em homenagem a Salazar e à sua obra nas comemorações do 40.º aniversário do 28 de Maio de 1926.

[45] Sem título. *Correio do Minho*, 26 de novembro de 1975, p. 1.

cessou de diminuir o poder e a capacidade de manobra da esquerda revolucionária. Desde o final de agosto verificou-se um processo de afastamento progressivo de representantes da esquerda revolucionária dos lugares de poder militar e civil, pelo que o 25 de novembro — longe da reescrita histórica que o PS e, sobretudo, a direita foi fazendo em relação ao seu caráter salvífico e de garante da salvaguarda da liberdade e da democracia face a uma conspiração comunista para tomar o poder — se saldou no término dessa dinâmica que vinha do verão e pela consagração institucional e militar definitiva da relação de forças saída das eleições de 25 de Abril de 1975.

Conclusão

Demonstrando a importância do trabalho com fontes hemerográficas locais, a análise do *CM* permitiu-nos aceder e caracterizar uma visão sobre a revolução em Braga pouco turvada por perspetivas centralistas. O extenso rol de sessões de esclarecimento, plenários, comícios e manifestações possibilitou à população — tão marcada pelo obscurantismo estadonovista — vivenciar um período de rápida e intensa politização. Se é certo que as características e as estruturas políticas e sociais no distrito possam ter dado azo a aproveitamentos vários de diversas forças partidárias e da Igreja, não deixa de ser notável a mobilização e a participação de importantes setores da sociedade minhota. O estudo do jornal proporcionou também a elaboração de uma fita do tempo em que o movimento e a ação vão evoluindo de acordo com a perceção que os agentes políticos têm da correlação de forças existente a nível local e nacional. Se num primeiro momento, é natural que se julgasse que o PCP — pela heroica atividade clandestina na resistência ao fascismo — e o MDP — por ser o ponto de chegada de estruturas semilegais de oposição ao Estado Novo — eram os partidos com maior capacidade de influência e determinação do rumo dos acontecimentos, rapidamente se vai percebendo que o PS, o PPD e até, em menor grau, o CDS têm um potencial organizacional e eleitoral significativo e que em nada fica a dever ao do PCP e do MDP. As eleições constituintes foram o momento definidor do rumo que a revolução adotaria. PS, PPD e CDS não pararão de tomar posições que exigem que os resultados eleitorais se reflitam a nível do poder civil e militar e serão capazes de ir fazendo com que essas transformações ocorressem, o que marca a rutura definitiva entre os partidos da coligação governamental com os setores mais radicalizados do MFA e o espoletar de um clima de violência e de terrorismo políticos que visou, essencialmente, o PCP e o MDP no verão de 1975. O acompanhamento dos sucessivos afastamentos de figuras ligadas à via revolucionária para o socialismo de cargos de poder militar e civil ao longo do outono de 1975, demonstra que o 25 de novembro foi o culminar desse processo e não o momento fundamental da inversão do curso e do sentido da revolução.

Bibliografia

Carvalho, M. (2017). *Quando Portugal ardeu: Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril.* Oficina do Livro.

Castaño, D., & Rezola, M. I. (2021). *Conselho da Revolução (1975–1982). Uma biografia*. Edições 70.

Dâmaso, E. (1997). *A Invasão Spinolista*. Fenda.

Ferreira, F. M., & Madeira, B. (2024). "Que a vida é para todos": A Revolução de Abril em Braga. Em J. C. Cadima, M. Martins, & E. Rodrigues (Orgs.), *Nos 50 anos do 25 de Abril: Memórias e reflexões sobre as mudanças da sociedade portuguesa* (pp. 365–396). UMinho Editora.

Capela, J. V., Nunes, H. B., & Costa, H. S. (Orgs.). (2015*). Os democratas de Braga: Testemunhos e evocações.* Edições Húmus.

Cardina, M. (2023). *O Atrito da Memória. Colonialismo, guerra e descolonização no Portugal contemporâneo*. Tinta da China.

Palacios Cerezales, D. (2003). Um caso de violência política: O "Verão Quente" de 1975. *Análise Social*, 37(165), 1127–1157.

Ferreira, J. M. (2023). *A Revolução do 25 de Abril. Ensaio histórico*. Shantarin.

Freitas, P. (2025). "*Que nenhum cristão se deixe cair na armadilha do medo": O anti-comunismo católico no PREC* [Dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/167313/2/730735.pdf

Loff, M., & Cardina, M. (Org.) (2024). *25 de Abril. Revolução e Mudança em 50 Anos de Memória*. Tinta da China.

Pimentel, I. F. (2024). *Do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975 – Episódios menos conhecidos*. Temas e Debates.

Rezola, M. I. (2006). *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal*. Campo da Comunicação.

Rosas, F. (Coord.) (1999). *Portugal e a transição para a democracia (1974–1976)*. Edições Colibri.

Rosas, F. (Coord.) (2022). *Revolução Portuguesa, 1974–1975*. Tinta da China.

Rosas, F. (2023). *Ensaios de Abril*. Tinta da China.

Sánchez Cervelló, J. (1995). A contra-revolução no PREC (1974–1975). Em J. Medina (Dir.), *História de Portugal* (Vol. XIV). Clube Internacional do Livro.

Sarabando, J. (2015). *O 25 de Novembro a Norte*. AJHLP.

Tengarrinha, J. (2015). Os democratas de Braga na luta contra o Estado Novo. *Forum*, 49–50, 209–221.

Tíscar, M. J. (2014). *A contra-revolução no 25 de Abril: Os "Relatórios António Graça" sobre o ELP e AGINTER PRESS*. Edições Colibri.

Resgatar ecos: estratégias para a salvaguarda do património sineiro em Portugal

Recovering echoes: strategies for the preservation of Portugal's bell heritage

Ângela Maria Rodrigues Calisto
Investigadora
Universidade do Minho
angela_mrc@hotmail.com
ORCID: 0009-0007-4094-067X

Bracara Augusta, 133 (2025), 283–302 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.39

Resumo // O presente estudo incide sobre o estado do património sineiro português na atualidade, com particular destaque para a cidade de Braga. Procurou-se, assim, compreender os principais desafios de salvaguarda que este património enfrenta e as iniciativas desenvolvidas no sentido de o salvaguardar, valorizar e promover. É, ainda, lançada uma proposta de registo, salvaguarda, valorização e promoção do património sineiro, a partir do filme documentário, com vista a sensibilizar as gerações atuais para este património.
Os principais resultados alcançados evidenciam que a salvaguarda do património sineiro português depende da inventariação dos seus elementos materiais e imateriais, face à escassez de registos e perda de peças históricas. Para tal, urge mobilizar instituições e reverter a falta de sineiros, impulsionada pela automação e pelo desinteresse jovem. Propõe-se, ainda, a recuperação de toques, a valorização do ofício, a inovação cultural, a criação de um Museu do Sino e a sua candidatura a património mundial. Conclui-se, também, que o filme documentário se apresenta como um aliado fundamental.
Evidencia-se como necessário o estudo do percurso do sino, procedendo ao levantamento e registo etnográfico — de sinos, fundições, toques e respetivos significados —, à ressignificação do ofício de sineiro e à inventariação deste património histórico em risco de desaparecer.

Palavras-Chave:
filme documentário, paisagem cultural e sonora, património material e imaterial, práticas sineiras.

Abstract // This study examines the current state of Portugal's bell-ringing heritage, with particular emphasis on the city of Braga. Therefore, we sought to understand the main challenges in safeguarding this heritage, as well as the initiatives developed to protect, enhance, and promote it. We also put forward a proposal for the registration, safeguarding, enhancement, and promotion of bell-ringing heritage, based on the documentary film, with the aim of raising awareness among current generations.
The main findings indicate that safeguarding Portugal's bell-ringing heritage depends on compiling an inventory of its tangible and intangible elements, given the scarcity of records and the loss of historical pieces. To this end, it is urgent to mobilise institutions and address the shortage of bell-ringers, driven by automation and declining interest among younger generations. We also propose the restoration of bell-ringing, the appreciation of the craft, the promotion of cultural innovation, the establishment of a Bell Museum, and its nomination for World Heritage status. It also concludes that documentary film proves to be a fundamental ally.
It is evident that studying the history of the bell is necessary, alongside conducting an ethnographic survey and recording of bells, castings, ringings, and their respective meanings; redefining the bellringer's profession, and inventorying this historical heritage at risk of disappearing.

Keywords:
documentary film, cultural and sound landscape, tangible and intangible heritage, bell-ringing practices.

Introdução

O património sineiro português, com a sua riqueza e singularidade, enfrenta desafios prementes no que concerne à salvaguarda e valorização. As práticas sineiras, em particular na cidade de Braga, representam um legado cultural de grande importância, cuja continuidade e reconhecimento se vêem ameaçados por diversos fatores. Perante este cenário, surgiu a necessidade de compreender as ações que têm sido desenvolvidas para proteger este património e de que forma o filme documentário pode emergir como um contributo relevante para este esforço.

Do ponto de vista dos objetivos, o presente estudo propõe-se a aprofundar o conhecimento sobre iniciativas de salvaguarda, valorização e promoção do património sineiro em Portugal; apreender as preocupações manifestadas pelos especialistas da área relativamente a este património, bem como ações de salvaguarda, valorização e promoção propostas; compreender o papel que o filme documentário pode desempenhar no registo, salvaguarda, valorização e promoção do património sineiro português.

De natureza básica, esta pesquisa qualitativa de carácter exploratório pretende gerar novos conhecimentos, contribuindo para uma maior familiaridade com a problemática em questão. A metodologia adotada assenta na pesquisa bibliográfica, recorrendo a livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, conteúdos audiovisuais e notícias, sendo estas as principais fontes consultadas.

Posto isto, as primeiras menções à utilização de sinos de bronze datam do culto ao deus Osíris, no Egito faraónico, por volta do segundo milénio antes de Cristo, e referem-se ao uso de pequenas sinetas manuais com motivos decorativos. (Sebastian, 2008, pp. 35–36). É, ainda, possível que a fundição de sinos na China remonte a meados do terceiro milénio a.C. (Sebastian, 2008, p. 36).

Compreende-se, assim, que os sinos não se tratam de um fenómeno exclusivamente europeu ou cristão. Na Europa, as referências aos primeiros sinos datam de cerca de 1.000 a.C., com a introdução de campainhas de bronze trazidas pela migração de povos indo-europeus. Por volta de 500 a.C., desenvolveu-se uma forte tradição de fundição de pequenos sinos de bronze na região de Nola (Campânia, Nápoles), com raízes numa tradição norte africana (Sebastian, 2021).

No que respeita às civilizações grega e romana, acredita-se que os sinos eram utilizados em diversos âmbitos, nomeadamente, ao nível da organização quotidiana, da organização judicial e da organização política. A utilização dos sinos encontrava-se, ainda, associada à grande tradição na crença profilática e no conceito simbólico do som do metal, ao uso sagrado e profano de campainhas e aos cultos sagrados (por exemplo, rituais fúnebres) (Sebastian, 2008, p. 36). Inclusive, é possível observar que o cristianismo poderá ter assimilado e adaptado algumas das

práticas às quais o sino esteve associado na Antiguidade, como é o caso da simbologia aos esconjuros de trovoadas, pragas e entidades sobrenaturais[1] (Vieira, 2022, p. 49).

A introdução do sino nos rituais cristãos ocidentais é frequentemente atribuída a São Paulino de Nola (353–431) (Sebastian, 2008, p. 36). Nos anos 529 a 543, a Regra de São Bento instituiu o sino para regular o quotidiano monástico, sendo, também, neste período e através da expansão do movimento monástico pela Europa que se dá a disseminação do uso do sino, tornando-o um elemento distintivo da paisagem e do ambiente sonoro (Sebastian, 2008, pp. 37–38).

No que respeita à região da Península Ibérica, as referências ao uso de sinos datam de cerca de 400, estando a sua utilização associada ao rito visigótico. No caso concreto de Portugal, a mais antiga referência documental ao uso de sinos data de 870 (Sebastian, 2008, pp. 37–38). Do ponto de vista da terminologia, evidenciou-se um predomínio do termo *signum* (símbolo ou sinal) até cerca de 600–700, verificando-se, posteriormente, a diversificação da designação atribuída, excetuando na língua portuguesa, sendo a única a manter o termo *signum* (sino).

1. O património sineiro português. A sua riqueza e singularidade

Os sinos são parte integrante da paisagem cultural e sonora portuguesa, atuando como um valioso património sonoro e artístico. Desde tempos longínquos, os seus toques tiveram um papel fundamental na organização do quotidiano das comunidades, ordenando o tempo, alertando para perigos, comunicando notícias, regulando o trabalho, animando festividades, oferecendo proteção espiritual, lamentando os mortos e auxiliando partos complicados. Estes toques encontravam-se organizados a partir de um sistema de códigos sofisticado e complexo, reconhecido pelas comunidades.

Segundo Jerónimo (2021), na sua intervenção no webinário *O Património Sineiro Português*, em Portugal, a diversidade e a riqueza dos toques de sino variam ao nível local e regional, contribuindo para a formação de uma marca identitária que distingue cada comunidade. A vida dos cristãos é profundamente marcada pelos sinos, que se encontram presentes desde o nascimento até à morte, permanecendo inscritos na vida e no quotidiano desses indivíduos (Jerónimo, 2021). O som dos sinos esteve, desde tempos longínquos, muito presente nos hábitos e costumes da cultura

[1] Os sinos funcionavam como intermediários na comunicação com forças sobrenaturais, acreditando-se serem capazes de afastar ameaças, entidades sobrenaturais — bruxas ou espíritos malignos —, pragas agrícolas e fenómenos meteorológicos adversos. O seu caráter profilático e protetor estendia-se, também, à saúde, já que os sons dos toques encontravam-se associados ao alívio de dores intensas, à facilitação de partos difíceis, à garantia de uma passagem tranquila na morte e ao combate a pestes e epidemias (Vieira, 2022, pp. 44-45).

portuguesa. Ao nível da memória coletiva, o sino funciona como voz da comunidade, símbolo da sua identidade, proporcionando um sentimento de pertença (Sebastian, 2008, p. 88).

> Como elementos centrais das comunidades, os sinos frequentemente atuam na mobilização de identidades. (...) No campo da memória coletiva, a sonoridade dos sinos associa-se à construção de memórias de localidades às quais as pessoas se sentem pertencentes, de eventos comunitários importantes a nível local ou em âmbito mais alargado. (Vieira, 2022, pp. 45–46)

As formas de tocar os sinos e os termos utilizados para cada toque são variados. Popularmente, considera-se que os sinos repicam em situações festivas, dobram em casos de dor e tocam a rebate em situações de perigo. Cada tipo de toque possui significados próprios e desempenha um papel único na função social e na identidade de cada comunidade (Vieira, 2022, pp. 39–40).

> Num tempo em que o relógio era ainda um luxo, a vida das populações era pautada pelos seus toques que obedeciam a um regulamento próprio assinado em 1888 pelo governador Civil Visconde de Pindela. Com o advento da República a paisagem sonora das vozes de bronze alterou-se significativamente, sendo apenas autorizados em 1911 toques de 3 minutos a partir das 5 da madrugada e de hora em hora. (Lessa, 2019)

Historicamente, é possível identificar diversos papéis desempenhados pelos sinos na vida social e comunitária, entre os quais, a satisfação de necessidades, a transmissão de conteúdos simbólicos e a afirmação de identidades. Um dos usos mais notáveis, difundidos e duradouros, diz respeito à função de demarcar o tempo, estando esta enraizada na religiosidade cristã. Inicialmente, os sinos atuavam enquanto anunciadores do tempo de oração, organizando a vida em mosteiros e igrejas, convocando a comunidade para as orações e indicando as horas canónicas. Mais tarde, através da combinação entre sinos e relógios de torre foi possível a transmissão sonora do tempo secular, que acontecia de dia e de noite e a grandes distâncias, com o objetivo de regular os períodos de trabalho e de descanso (Vieira, 2022, pp. 44–45).

Mas a utilização dos sinos foi muito mais além, comunicando diversas situações e eventos, como a necessidade de socorrer incêndios ou outras emergências, de auxiliar partos difíceis ou de convocar orações por alguém que falecera. Inclusive, a forma como os sinos eram tocados refletia a estrutura da organização social, na medida em que os códigos utilizados para comunicar possuíam diferenças que permitiam distinguir género, posição social, idade, entre outros aspetos. É a partir desta multidisciplinaridade que os sinos foram adquirindo que se vão confundindo os seus diversos papéis, nomeadamente o utilitário e o simbólico, o secular e o ritual, o

comunicativo e o celebrativo (Vieira, 2022, pp. 44–45). De acordo com Paula (2021), «todas essas funcionalidades associadas aos sinos terão um impacto longevo nas práticas sociais coletivas, desde os tempos remotos.» (Paula, 2021, p. 23).

Lessa afirmou no webinário *O Património Sineiro Português* (2021):

> Cada sino representa um património vivo de tradição sobre um lugar histórico, social e cultural. O abandono, a remoção e a destruição dos sinos são realidades tão antigas como os próprios instrumentos: em tempo de guerras, de convulsões sociais e políticas, foram muitos os sinos derretidos e usados para construir armas, para a indústria do armamento. Atualmente, quando já não há motivo para subir à torre, torna-se difícil o seu acesso. Cada vez menos há quem saiba tocar os sinos e estes são abandonados à sua sorte, permanecendo em silêncio. (Lessa, 2021)

É, ainda, importante destacar a presença de elementos gráficos decorativos e simbólicos nos sinos. Enquanto elementos gráficos decorativos de caráter profano encontram-se bandas rendilhadas, folhas, répteis ou moedas. Quanto aos elementos simbólicos de carácter esconjurador, identificam-se a cruz, o pentagrama e, ao nível da hagiografia, verifica-se uma predominância da figura de Santa Bárbara (Sebastian, 2021), podendo, no entanto, evocar outras figuras religiosas. Eram, também, comuns inscrições de frases piedosas, fragmentos de salmos, versículos evangélicos, invocações marianas mas, também, a identificação do fundidor[2] (Gonçalves et al., 2017, pp. 2–3). Ainda no universo dos elementos gráficos é possível identificar o Escudo de Armas, enquanto identificador de propriedade.

No artigo *Os lugares e a música*, Lessa (2019) refere que Braga possui um património histórico, artístico e religioso único, notável pela abundância de templos católicos e torres sineiras, concentrados numa área relativamente pequena, sendo estes os elementos que constituíam traços identitários de uma paisagem sonora marcada pelo som dos sinos (Lessa, 2019). Na sua intervenção no webinário *O Património Sineiro Português*, a referida autora afirma, ainda, que no passado, a catedral de Braga, a primeira a ser construída, desempenhou um papel fundamental num ritual sonoro brônzeo de grande significado (Lessa, 2021). Destaca-se, ainda, o facto de a sua diocese ser uma das mais antigas da Península Ibérica, com origens no século III (Vieira, 2022, p. 61).

[2] As inscrições eram escassas nos primeiros exemplares, porém, mais frequentes a partir do século XIII. A identificação do fundidor só se torna uma prática frequente a partir do século XVIII, encontrando-se seguida de *ME FECIT* (Sebastian, 2021).

2. A importância da salvaguarda e valorização das práticas sineiras em Portugal

Segundo a intervenção de Carvalho (2021) no webinário *O Património Sineiro Português*, os sinos desempenham um papel crucial na estrutura social devido às suas características sonoras. Graças à grande capacidade de propagação sonora, os sinos detêm um elevado potencial de integração social, fazendo com que todos se tornem ouvintes, criando um sentido de coletividade e colocando o seu som no cerne de experiências e momentos sociais coletivos importantes. A consciência coletiva, no que respeita à partilha cultural do som dos sinos, tem o poder de formar e manter signos que, por sua vez, garantem e mantêm a comunidade. Antes da eletricidade, o sino era um elemento crucial da comunicação (Carvalho, 2021).

O uso dos sinos, porém, foi alvo de conflitos, estando a história repleta de exemplos desta natureza. Destacam-se a invasão pelos franceses, em 1808, a extinção das ordens religiosas, em 1834, a lei de Separação do Estado das Igrejas, publicada a 20 de abril de 1911, que deu origem à disputa pelo controlo do tempo, da organização e da comunicação social por parte destas entidades, levando à criação de torres campanárias administrativas separadas das igrejas e até à limitação do número de sinos que as igrejas podiam ter, e a eletrificação dos toques. Neste contexto, refira-se a «crise dos sinos», desencadeada em 1929, por causa da regulamentação do uso dos sinos em Évora, que provocaria a demissão do governo (Araújo, 2010). Outro acontecimento a considerar, segundo Paula (2021), no artigo *Vozes «brônzeas» na paisagem sonora eborense*, é a epidemia de cólera que assolou Portugal e que, em 1833, levou o rei D. Pedro IV a publicar um decreto real que proibia os toques para o viático e para funerais, devido às perturbações psicológicas que os excessivos toques fúnebres causavam à população, sendo permitido apenas o anúncio diário para as saudações angélicas e para a missa (Paula, 2021).

Também as guerras e os conflitos tiveram um impacto significativo para os sinos, já que estes eram frequentemente destruídos para evitar que servissem de alarme e para reutilizar o seu metal em armamentos. Atualmente, os conflitos ligados ao uso dos sinos referem-se, nomeadamente, às preocupações ambientais e à multiculturalidade das cidades que limitam o uso de instrumentos sonoros através de ações de regulação das emissões sonoras, determinadas pelo exposto no Regulamento Geral de Ruído (Vieira, 2022, pp. 45–46).

Com o final da Segunda Guerra Mundial dá-se início a um profundo processo de industrialização na Europa, provocando a perda do cunho artesanal da fundição de sinos. Nos últimos anos, a indústria sineira passou por uma rápida renovação técnica, resultando na substituição dos métodos tradicionais por novos processos industriais, levando à destruição dos exemplares históricos desses equipamentos (Sebastian, 2008, pp. 17–22).

Segundo Jerónimo (2021), na sua intervenção no webinário *O Património Sineiro Português*, em Portugal, a introdução e o início da expansão da automatização do toque dos sinos por meios eletromecânicos acontece a partir dos anos 60, em virtude da crescente dificuldade em encontrar pessoas com disponibilidade para tocar os sinos manualmente (Jerónimo, 2021).

O mesmo autor refere que a introdução do primeiro sistema de toques simples aconteceu em 1964, representando um ponto de viragem para o toque manual dos sinos, já que várias igrejas adquiriram estes sistemas. Se por um lado, muitas dessas igrejas preservaram os seus toques específicos em pauta, permitindo a sua reprodução de forma semelhante à manual, por outro lado, algumas igrejas, ao perderem os seus sineiros, perderam, também, os seus toques de sino (Jerónimo, 2021).

A crescente mecanização dos sinos resultou na perda da expressividade do toque manual, pelo que essa prática é agora considerada parte do Património Cultural Imaterial. Trata-se, no entanto, de um património frágil que necessita de registo, salvaguarda e promoção (Jerónimo, 2021). Com efeito, o cunho artesanal nas técnicas tradicionais de fundição e no toque manual dos sinos encontra-se parcamente preservado, o que, aliado à perda de expressão destas práticas, representa um elevado risco de desaparecimento (Gonçalves et al., 2017, p. 1).

Quanto ao declínio do número de sineiros e, consequentemente, do toque manual dos sinos, segundo Vieira (2022), trata-se de um desafio crescente em muitas localidades portuguesas. As causas incluem a emigração, responsável pelo despovoamento do interior do país, o envelhecimento da população e a falta de interesse dos jovens pela prática sineira (Vieira, 2022, p. 114).

> Apesar dos diversos fatores que contribuíram para o desaparecimento dos toques manuais, ainda hoje é possível identificar, em algumas cidades e aldeias portuguesas a importância e o impacto, no seu quotidiano, dos toques dos sinos. Identifica-se também, infelizmente em número bastante reduzido, a presença de alguns sineiros, indivíduos detentores de um saber único e que têm através de várias gerações, apesar de inúmeras dificuldades, garantido a preservação, mas nem sempre a transmissão desse saber. Soma-se a tudo isso a materialidade desses instrumentos e a sua relevância para o património português, através dos diversos instrumentos centenários que registam em seus bronzes parte da história das localidades, das fundições e fundidores, das tradições locais e que, ainda hoje, emitem seus altissonantes sons, mesmo que adicionados por dispositivos eletrónicos e dispersos na paisagem sonora dos centros urbanos. (Paula, 2021, p. 23)

O toque manual dos sinos assenta numa aprendizagem não formal, transmitida de geração em geração, pelo que, uma das propostas lançadas por Neves (2021) no *Encontro Ibero-americano de sineiros. Juventude e Sinos*, com vista a dar continuidade a esta prática, passa por promover experiências de práticas sineiras com as crian-

ças que frequentam a catequese e ajudam na igreja, tirando proveito da ligação das famílias à instituição religiosa. Por outro lado, considera importante e necessário que os sineiros valorizem o seu ofício, transportando as suas experiências para o contexto social e comunitário, divulgando e valorizando a atividade. (Neves, 2021).

São enumerados, também, alguns desafios associados à questão do toque manual dos sinos, nomeadamente, a pouca representatividade feminina no ofício, a necessidade de salvaguardar os toques, a importância da manutenção dos sinos, garantindo a boa qualidade dos sons e das condições de trabalho dos sineiros, e a importância da articulação e das relações com os poderes locais, no sentido de aumentar a valorização do património sineiro (Neves, 2021).

Na perspetiva de Vieira (2022), existem fatores a ter em consideração, associados ao ofício de sineiro, nomeadamente o facto de se tratar de um trabalho voluntário, ao qual está associado um grande esforço físico, a exposição a condições climatéricas adversas, o conhecimento dos toques e da liturgia, o domínio técnico para execução dos toques e uma dedicação regular. O autor aponta, ainda, algumas questões simbólicas associadas ao ofício, designadamente, a identificação com o mesmo, o sentimento de pertença face à comunidade, a sua função utilitária e, ainda, a profissão de fé do indivíduo. Somam-se, ainda, as condições do conjunto campanário que, muitas vezes, se encontram em estado de degradação. Conclui-se, assim, que diante do elevado conjunto de requisitos e desafios, encontrar potenciais interessados para desenvolver a atividade se revele uma tarefa bastante complexa (Vieira, 2022, p. 115).

Além dos pontos mencionados, destacam-se o fator económico e o desejo de modernizar como razões significativas para a falta de sineiros. Tendo a automação e a diminuição de sineiros ocorrido em paralelo e sendo estas impulsionadas por diversos fatores, conclui-se que, se em determinados casos, a instalação de sistemas automatizados, veio substituir sineiros que ainda estavam ativos, noutros, a automação serviu, apenas, como uma solução para a falta de interesse na profissão (Vieira, 2022, pp. 119–120).

> Diante dos debates atuais sobre as transformações recentes da prática sineira e a sua relação com o desenvolvimento tecnológico, num cenário em que ainda prevalece um certo ethos preservacionista no âmbito das políticas patrimoniais, a abordagem da cultura como elemento essencialmente cambiante e adaptativo é fundamental (...) Para ir além, há que se assumir a contemporaneidade, considerar as possibilidades de validação de outros usos do passado e perceber de que maneira a prática sineira atua na sociedade do presente, e nisto a etnomusicologia tem muito a oferecer. (Vieira, 2022, p. 127)

3. Alguns exemplos de ações de salvaguarda na atualidade em Portugal

É consensual a necessidade de se desenvolverem ações de salvaguarda, valorização e promoção das práticas sineiras. Neste sentido, várias ações têm sido desenvolvidas com vista a contribuir para sensibilizar para este património. Além das investigações desenvolvidas no âmbito do património sineiro, cujos autores têm vindo a ser citados, destacam-se para o presente estudo o filme documentário *Os sons dos sineiros*[3], apresentado em 2018, da autoria de Vanessa Cortez e Isabella Masiero, o webinário *O Património Sineiro Português*[4], realizado pelo projeto PASEV – *Patrimonialização da Paisagem Sonora de Évora*, da Universidade de Évora em 2021, o Encontro Virtual: *Encontro Ibero-americano de sineiros. Juventude e Sinos.*[5], realizado no âmbito das Jornadas Europeias do Património em 2021, a exposição virtual *Tradição Sineira: entre o tangível e o intangível*, realizado no âmbito da Licenciatura em História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2014/2015), o projeto *Novos Ecos de uma Paisagem Sonora: a exploração do património sonoro de Braga*, desenvolvido pel' A Fundição de Sinos de Braga, integrado na Braga25 – Capital Portuguesa da Cultura, e uma possível candidatura da arte sineira bracarense a património mundial.

Tendo por base a análise detalhada das ações descritas, procedeu-se à seleção de informações de carácter relevante, que constituíssem um contributo substantivo enquanto possíveis estratégias de salvaguarda, valorização e promoção das práticas sineiras. O principal objetivo é gerar conhecimento e espoletar a reflexão acerca das sugestões apresentadas e das possibilidades existentes de intervenção neste património.

O filme documentário *O Som dos Sineiros* retrata a arte do toque manual dos sinos que, apesar de estar quase extinta, ainda encontra resistência às mudanças provocadas pela passagem do tempo. Para além da troca de experiências e da construção de conhecimento acerca deste património, o filme documentário realça a relevância do toque manual dos sinos enquanto meio comunicacional, transmissor de informações importantes, no seio de uma comunidade.

Esta produção audiovisual enfatiza, ainda, o papel dos sineiros, alertando para a urgência de garantir a continuidade do toque manual dos sinos, com vista a preservar este património e as suas paisagens sonoras. São, também, partilhados aspetos

[3] O filme documentário retrata a realidade das práticas sineiras em Braga, tratando-se de um trabalho de investigação que contou com a colaboração do Mosteiro de São Martinho de Tibães, sineiros, empresas de produção de sinos, técnicos de restauro, músicos e investigadores.

[4] Evento integrado nas comemorações do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2021: *Passados Diversos, Futuros Complexos*.

[5] Evento realizado por: Suonarte Associação Cultural; Tagus Atlanticus Associação Cultural; Fundição de Sinos de Braga Serafim da Silva Jerónimos & Filhos Lda; Departamento de Música – ELACH – Universidade do Minho; Junta de Freguesia de São Victor; Paróquia de São Victor; Projeto Património Musical do Concelho de Braga e Câmara Municipal de Braga.

relacionados com o toque manual dos sinos e a sua importância, dando a conhecer a realidade vivida pelos sineiros, as dúvidas quanto às incertezas do futuro do ofício e as preocupações vividas sobre a viabilidade de continuar esta atividade.

Os testemunhos de alguns sineiros indicam que a aprendizagem desta arte aconteceu por intermédio de outros sineiros e da sua experiência e sabedoria. No entanto, o filme documentário *O Som dos Sineiros* dá-nos a conhecer o testemunho de Hélder Pinto (2018), sineiro da igreja paroquial de Arentim, em Braga, que revela uma via mais autodidata. A sua paixão pelos sinos levou-o a recuperar toques antigos, usando cassetes de vídeo de batizados para replicar a performance do anterior sineiro, já falecido (Cortez & Masiero, 2018). Este exemplo realça o potencial do audiovisual como ferramenta crucial para o registo e salvaguarda dos toques manuais, contribuindo significativamente para a valorização e promoção do património sineiro português.

Apesar da sua riqueza cultural, o toque manual dos sinos enfrenta desafios crescentes. Giovani Goulart (2018) menciona, no referido filme documentário, que as paróquias têm cada vez mais dificuldade em encontrar pessoas interessadas no ofício de sineiro e que as novas gerações não reconhecem as melodias tradicionais. No mesmo registo, o sineiro Hélder Pinto (2018) acrescenta que quem se dedicava ao ofício eram as pessoas mais idosas que, muitas vezes, acumulavam a função com outras tarefas paroquiais e que, devido à idade, foram desaparecendo. Giovani Goulart (2018) conclui que a natureza voluntária deste trabalho dificulta a captação de jovens, pois falta uma motivação inicial para abraçar o ofício (Cortez & Masiero, 2018).

O webinário *O Património Sineiro Português* constitui um contributo significativo para a partilha de conhecimentos associados ao património sineiro, promovendo uma maior consciencialização para o mesmo. Assim, partindo da participação de especialistas convidados, foram tratados temas como a salvaguarda do património sineiro português, a preservação dos saberes relacionados à prática de fundição, a relevância da recuperação e preservação dos toques manuais, o impacto da mecanização, a valorização do ofício de sineiro(a) e o debate sobre a cultura sineira portuguesa como património material e imaterial (CATEDRAUNESCO, 2021).

De acordo com a intervenção de Sebastian (2021), no referido webinário, verifica-se a necessidade do desenvolvimento de um projeto de inventariação, conservação, divulgação e consciencialização do sino enquanto património. O autor alerta para a necessidade de existir uma base de dados direcionada para o património sineiro, enaltecendo a importância de se refletir e compreender quais os campos e os dados a ser registados e como deve ser realizado esse registo. Outra questão elencada pelo autor diz respeito à importância da envolvência de várias áreas do saber neste processo (Sebastian, 2021).

Sebastian (2008) considera, ainda, que o estudo científico do sino em Portugal tem sido marcado por iniciativas isoladas e descontínuas, impedindo que se torne uma fonte consistente de conhecimento histórico. Esta lacuna, responsável pelo atra-

so no reconhecimento do sino como um valioso elemento patrimonial, contribui, não apenas para o empobrecimento do património histórico do país, mas também para o comprometimento efetivo do seu futuro reconhecimento de forma irreversível, dada a constante e progressiva refundição de sinos danificados (Sebastian, 2008, p. 30). A perspetiva partilhada pelo autor no webinário *O Património Sineiro Português* refere que, ao contrário da generalidade dos países europeus, em Portugal são poucos os registos efetuados, apesar dos esforços realizados por alguns autores (Sebastian, 2021).

No que respeita à preservação dos toques característicos de cada localidade, também mencionada no referido webinário, Jerónimo (2021) afirma que A Fundição de Sinos de Braga ajuda a perpetuar os toques que iriam ser esquecidos, recuperando-os através de cassetes de vídeo de casamentos. Por outro lado, o autor constatou que nem sempre existia interesse por parte do cliente em investir no ensino dos toques manuais, uma vez que também não existia, inicialmente, uma consciência do valor do património imaterial do toque dos sinos (Jerónimo, 2021).

O Encontro Virtual: *Encontro Ibero-americano de sineiros. Juventude e Sinos* tratou-se de uma iniciativa que reuniu representantes de Portugal, Brasil e Espanha, com vista ao diálogo e reflexão acerca de tradições e práticas sineiras antigas e atuais, mas também sobre conservação, preservação e salvaguarda deste património material e imaterial. No âmbito desta iniciativa foram realizadas ações culturais e educativas, nomeadamente, rodas de conversas, oficinas, exibição de um filme documentário, encontro virtual, exposição e concerto. Pretendeu-se, assim, promover, sobretudo, a valorização e a dignificação dos sineiros e sineiras que ainda exerciam o ofício.

O tema *Juventude e Sinos* foi abordado no I Encontro Ibero-americano de Sineiros, realizado em Braga, em 2021, no âmbito do projeto *Património Musical do Concelho de Braga*. Tratou-se de um evento significativo que abordou a temática em questão de forma inovadora e criativa, promovendo a educação, a cultura e o conhecimento sobre o património musical do concelho de Braga. O encontro foi organizado pel' A Fundição de Sinos de Braga e pela Universidade do Minho, com o objetivo de promover o conhecimento e a cultura afetos aos sinos, dando particular destaque à sua importância para a juventude.

Houve, assim, espaço para a reflexão e o debate acerca da relevância dos sinos para os jovens e a partilha de possíveis ações de salvaguarda das práticas sineiras. Destaca-se o contributo de Neves (2021) neste webinário, por elencar o inventário e a monitorização de sinos, a criação de associações de classe, a mobilização dos poderes locais, o resgate dos toques e as ações de capacitação. O autor referiu, ainda, a importância da valorização do ofício e dos toques e da preservação e controlo do estado dos sinos (Neves, 2021).

A exposição virtual *Tradição Sineira: entre o tangível e o intangível*, realizada através do *Google Arts & Culture*, destaca a importância dos sinos como património cultural imaterial, bem como, da arte de fundição.

A exposição teve como objetivo a criação de um

> (...) registo dos valores intangíveis da tradição sineira em Portugal através de uma visita guiada pelas técnicas de fundição de sinos, muitas vezes passadas de geração em geração, e pelo toque manual, aqui memorado. Não se descura o carácter sagrado e apotropaico que o sino adquiriu na mentalidade popular enquanto regulador de costumes e do imaginário. (Gonçalves et al., 2015)

Esta exposição virtual é um exemplo claro de como as tecnologias digitais podem contribuir para o registo, a salvaguarda, a valorização e a promoção do Património Cultural, tornando o conhecimento acessível a um considerável número de utilizadores. De acordo com os autores da exposição, «as ações de salvaguarda no âmbito da tradição sineira podem passar pelo recurso a meios tecnológicos» (Gonçalves et al., 2017). É, ainda, recomendado o uso de novas tecnologias no âmbito da comunicação patrimonial pela doutrina internacional, na medida em que as ferramentas digitais proporcionam um novo dinamismo e tornam esta comunicação mais apelativa e contributiva (Gonçalves et al., 2017).

O projeto *Novos Ecos de uma Paisagem Sonora: a exploração do património sonoro de Braga* é a mais recente iniciativa desenvolvida no âmbito da salvaguarda e da consciencialização para o património sineiro e representou um apelo à preservação dos saberes e práticas sineiras, tendo como motivação o facto de o toque manual dos sinos estar a entrar em extinção.

De acordo com informação obtida da página de Facebook d' A Fundição de Sinos de Braga, a ideia do projeto passou pela criação de uma plataforma, juntamente com a classe de percussão da Universidade do Minho, que envolvesse a aprendizagem acerca do culto em torno do sino, sobre o que é o instrumento, qual a sua origem e tudo o que o engloba. Foi, também, considerada a possibilidade de recuperar o toque manual, para que, em ocasiões especiais e festivas seja possível tocar os sinos manualmente (A Fundição de Sinos de Braga, 2025).

A curadoria do projeto foi assumida pela empresa A Fundição de Sinos de Braga. Inserido na programação da Braga25 – Capital Portuguesa da Cultura, no âmbito do programa Todo-o-Terreno[6]. O projeto visa enaltecer o legado musical e cultural dos sinos em Braga, integrando-os na música contemporânea e envolvendo a viola braguesa e o cavaquinho.

Neste sentido, e segundo notícia do jornal *Correio do Minho*, a investigadora Elisa Lessa propôs uma reflexão em torno dos sinos como património sonoro da região ao apresentar *Sete desafios para Braga e os sinos*, designadamente: a criação do Museu do Sino, a partir do espólio d' A Fundição de Sinos de Braga; a certificação das técnicas

[6] «(...) o programa Todo-o-Terreno tem como objetivo apoiar projetos que prevejam uma proposta de programação artística regular em espaços do concelho de Braga, ao longo do ano de 2025» (BRAGA25, 2025).

e práticas da arte sineira; a criação de um instrumento de trabalho para o processo de inventário dos sinos, do registo do toque dos sinos e do ofício do sineiro; a preservação da prática da fundição; a recuperação e preservação dos toques manuais; a valorização do ofício de sineiro; e o debate da cultura sineira como património material e imaterial (Silva, 2025).

A partir de uma nova abordagem à valorização do património sonoro de Braga, foi discutido o impacto cultural e musical dos sinos na atualidade e foi lançada uma reflexão em torno dos mesmos, enquanto património sonoro da região e potencial e importante contributo em composições contemporâneas, podendo ser integrados na música atual.

Uma das ações dinamizadas no âmbito deste projeto consistiu num ciclo de concertos, destacando a interseção dos sinos, da viola braguesa e do cavaquinho, enquanto elementos constituintes do património sonoro de Braga e que o projeto pretende explorar. Foi, ainda, realizada uma visita à A Fundição de Sinos de Braga, após a realização dos referidos concertos.

Na página do site oficial da BRAGA25 (Capital Portuguesa da Cultura 2025) dedicada a este projeto é referido que se pretende desvincular os referidos instrumentos dos seus usos tradicionais e envolver músicos e estudantes em momentos de exploração sonora e composição musical (BRAGA25, 2025). A Fundição de Sinos de Braga mostrou vontade de que o toque dos sinos possa adquirir uma nova vida com maior participação humana.

Por fim, considera-se importante referir a possibilidade de uma candidatura da arte sineira bracarense a património mundial, face à qual a Câmara Municipal de Braga parece demonstrar vontade institucional, de acordo com notícia do jornal *Correio do Minho*. Neste sentido, Carlos Jerónimo, responsável pel' A Fundição de Sinos de Braga, terá desafiado investigadores a contribuírem com argumentação científica para a candidatura, afirmando ter sido contactado pelo Município de Braga para este propósito (Silva, 2025).

4. Caminhos a seguir para a salvaguarda das práticas sineiras. O filme documentário ao serviço do património sineiro português

O surgimento da tecnologia transformou a sociedade, levando à predominância das Tecnologias da Informação e Comunicação e criando uma relação de influência mútua entre tecnologia e sociedade. O advento da internet e das tecnologias associadas facilitaram não só a partilha e o acesso à informação, mas também a sua digitalização e disponibilização online, constituindo uma oportunidade no sentido de assegurar que o Património Cultural seja arquivado, preservado e valorizado. Desta

forma, o acesso ao conhecimento é democratizado, contribuindo para uma memória coletiva mais abrangente.

Interessa-nos explorar de que forma os recursos digitais podem impulsionar a transformação social e cultural, com enfoque na sua capacidade de promover a consciencialização para o Património Cultural. As Tecnologias de Informação e Comunicação, quando utilizadas de forma eficiente, eficaz e efetiva, constituem meios de comunicação privilegiados para alcançar as camadas mais jovens da população, permitindo a criação de conteúdos educativos e informativos adaptados aos seus interesses e dinâmicas. Esta abordagem poderá contribuir para o desenvolvimento da consciência patrimonial nos jovens, incentivando-os a valorizar e a preservar o Património Cultural.

Na atual sociedade da informação e do conhecimento, os produtos audiovisuais revelam-se ferramentas pedagógicas, capazes de transmitir informações e conhecimentos de forma atraente e acessível, especialmente para jovens, na medida em que estes se encontram familiarizados e interessados por estes recursos. A utilização estratégica de conteúdos audiovisuais acerca do Património Cultural contribui para a valorização e preservação da nossa herança cultural.

A respeito desta questão, Carvalho (2013) afirma que:

> os jovens de hoje crescem rodeados de tecnologias e lidam com elas de uma forma natural (...) vêem-nas como algo lúdico, algo fácil de perceber, animado e diferente [pelo que] (...) temos à partida uma excelente forma de aguçar a curiosidade e de transmitir mensagens que de outra forma não seriam tão aliciantes. (Carvalho, 2013, p. 5)

O material audiovisual revela-se potencialmente eficaz na promoção da investigação, do conhecimento, da compreensão, da consciencialização, da preservação e da divulgação do Património Cultural. O filme documentário, em particular, é uma ferramenta de registo de determinadas realidades, através da qual é possível conhecer o Património Cultural, bem como, compreender o contexto histórico, político, social, cultural e económico em que o mesmo, tal como se conhece atualmente, teve origem. Ficaria, assim, facilitada a compreensão de conceitos e processos históricos e culturais.

Além de captar a atenção dos mais jovens, o formato audiovisual permite que estes entrem em contacto com realidades passadas, o que possibilita uma compreensão mais profunda da história e, consequentemente, uma relação mais estreita com a mesma. Essa relação revela-se ainda mais eficaz quando os conteúdos audiovisuais incluem testemunhos de pessoas que vivenciaram determinada(s) realidade(s) ou, ainda, registos fílmicos de arquivo, originários da época que representam (Carvalho, 2013, pp. 8–9).

> (...) é fundamental que a informação a respeito do patrimônio ocorra de maneira interativa e dinâmica, fazendo do audiovisual uma alternativa que pode contribuir tanto na propagação de um determinado tema para a população em geral — como uma ferramenta atrativa —, quanto em favorecer um sentimento de pertencimento a quem o assista e participa. A exemplo, o vídeo é uma ferramenta que pode agregar à preservação do patrimônio, pois além de atraente ao público, demonstra-se útil e versátil, capaz de proporcionar tanto o registro patrimonial quanto a preservação da memória. (Costa et al., 2019, p. 5)

Segundo Nichols (2010), os filmes podem constituir uma fonte de memória popular, proporcionando aos espectadores a sensação vívida de como algo aconteceu em determinado momento e lugar. No seu entendimento, o vínculo entre o filme documentário e a história é tão forte e profundo que o primeiro acrescenta uma nova dimensão à memória popular e à história social. O autor aponta, ainda, para a experiência sensorial que este tipo de filmes proporciona, através «de sons e imagens organizados de tal forma que passam a representar algo mais do que meras impressões passageiras: passam a representar qualidades e conceitos de natureza mais abstrata» (Nichols, 2010, p. 98).

De acordo com Penafria (2003), o filme documentário é passível de constituir uma ferramenta, no que respeita à preservação cultural. A autora debate acerca da possibilidade de o filme documentário se afirmar enquanto mecanismo e estratégia de preservação da memória, bem como de transmissão de conhecimento às gerações vindouras. Na sua perspetiva, a compreensão de determinada cultura passa pelo conhecimento das regras da mesma, bem como, dos elementos culturais que mantêm a aproximação entre as pessoas dessa cultura. Neste sentido, o ato de documentar torna-se essencial do ponto de vista da humanidade, uma vez que lhe poderá estar implícito um conjunto de diversas intenções, nomeadamente, a vontade de preservar memórias, a tomada de consciência da diversidade humana e cultural ou, ainda, a simples necessidade de manifestação (Penafria, 2003, pp. 10–11).

De acordo com Andrade (2020), o documentário constitui um instrumento de registo de memórias, sendo estas últimas percecionadas como um meio. Neste sentido, os documentaristas procuram, nos elementos do Património Cultural, memórias enquanto fontes de informação, utilizando o documentário como um forte articulador de memórias, tendo em conta a sua capacidade de resgatar recordações ocultas que atribuem novos significados à história e que reconfiguram antigas narrativas dominantes sobre o passado. O autor acrescenta que o documentarista procede ao registo direto de memórias e depoimentos sobre determinado assunto, filmando pessoas e objetos dotados de valores simbólicos, estes passíveis de se perderem com o tempo, resultando, por fim, num registo de memória (Andrade, 2020, p. 51).

Os produtos audiovisuais, com destaque para o filme documentário, têm-se revelado ferramentas colaborativas importantes para a investigação e a produção de conhecimento ao nível das ciências sociais. A capacidade de registo, análise e comunicação

que os caracteriza, permite a compreensão de fenómenos sociais e culturais e contribui para disseminar o conhecimento científico. Na área do Património Cultural, estes recursos são cruciais para a documentação, preservação e divulgação de bens culturais, promovendo a valorização da herança cultural, incentivando o diálogo intercultural e simplificando os processos de pesquisa e aprendizagem sobre diversos temas.

O filme documentário trata-se, assim, de um elemento decisivo para a preservação da identidade cultural das comunidades, representando um veículo de impulsão para o desenvolvimento cultural. Além de registar narrativas orais, o filme documentário capta elementos visuais e sonoros com valor simbólico e cultural. Através desta abordagem abrangente e multifacetada, é criada uma narrativa mais completa e envolvente.

Neste sentido, e tendo em conta o contexto atual, revela-se essencial tirar o máximo proveito do potencial do universo digital, com vista a preservar e disseminar o património sineiro português. Esta abordagem vai muito além de um simples arquivo digital, atuando como uma ferramenta de transmissão de conhecimento e contribuindo para valorizar, divulgar e perpetuar o património sineiro português. Assim, o filme documentário surge como o meio de comunicação privilegiado para a transmissão do valor simbólico e intangível deste património.

Conclusão

O património sineiro português, enquanto parte integrante das paisagens sonora e cultural, exige uma responsabilidade coletiva no seu estudo, registo, salvaguarda, valorização e promoção. Embora existam iniciativas para sensibilizar a comunidade científica e o público, este estudo revelou que tais esforços têm sido pontuais e carecem de continuidade e sistematização.

A análise de diversas iniciativas — nomeadamente, o filme documentário *Os sons dos sineiros*, o webinário *O Património Sineiro Português*, o Encontro Virtual: *Encontro Ibero-americano de sineiros. Juventude e Sinos*, a exposição virtual *Tradição Sineira: entre o tangível e o intangível* e o projeto *Novos Ecos de uma Paisagem Sonora: a exploração do património sonoro de Braga* — demonstrou que as principais preocupações dos especialistas convergem na urgente necessidade de inventariação dos elementos materiais — sinos e técnicas de fundição — e imateriais — toques manuais e simbologia associada, na escassez de registos sistemáticos, e na perda irreversível de peças históricas por refundição.

São, ainda, levantadas questões relacionadas com a dificuldade em encontrar novos sineiros devido à natureza voluntária do ofício, ao desinteresse dos jovens e ao impacto da automatização. A perda de saberes tradicionais de fundição e a importância da dimensão simbólica dos sinos para a identidade comunitária são igualmente destacadas como áreas de preocupação.

Para abordar estas problemáticas, os especialistas propõem um conjunto de ações de salvaguarda, valorização e promoção, nomeadamente a inventariação e a monitorização, a mobilização e a colaboração institucional entre poderes e entidades locais, a recuperação e preservação dos toques manuais, a valorização do ofício de sineiro, a inovação e integração cultural dos sinos em contextos musicais contemporâneos, a criação de infraestruturas de memória, nomeadamente um Museu do Sino e, por último, a candidatura da arte sineira bracarense a património mundial, com vista ao seu reconhecimento e proteção internacional.

Percebe-se, portanto, a urgência de explorar novas estratégias para garantir a continuidade desta tradição, onde o conteúdo audiovisual, em particular o filme documentário, se apresenta como um aliado fundamental. Neste contexto, o estudo conclui que o filme documentário se assume como uma estratégia inovadora, pertinente e viável para o registo, salvaguarda e promoção do património sineiro português. A sua capacidade de registar memórias e elementos visuais e sonoros com valor simbólico, disseminando-os de forma apelativa, é crucial para sensibilizar e consciencializar as gerações mais jovens sobre a riqueza e a urgência de preservar esta herança. Em última análise, uma abordagem multifacetada é indispensável para garantir a continuidade do património sineiro português.

Bibliografia

A Fundição de Sinos de Braga. (2025, 26 de abril). *A Fundição de Sinos de Braga – Serafim da Silva Jerónimo & Filhos, Lda.* Facebook. https://www.facebook.com/watch/?v=3857254301088056

Andrade, M. (2020). *O documentário cinematográfico como um instrumento de registro memorial: ritos de um passado imperfeito.* Em M. R. Brasil, De Luz & Sombra (1.ª ed., Vol. 1, pp. 51–67). São Luís: EDIFMA.

Araújo, A. (2010). *Sons de sinos. Estado e Igreja no advento do salazarismo*. Tenacitas.

BRAGA25. (2025). *Novos Ecos de uma Paisagem Sonora.* BRAGA25: https://braga25.pt/proj/novos-ecos-de-uma-paisagem-sonora/

BRAGA25. (2025). *Todo-o-terreno.* https://braga25.pt/proj/todo-o-terreno/

Carvalho, A. M. (2013). *A importância do documentário na aula de História e da reportagem na aula de Geografia no ensino básico e secundário* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. Repositório Científico da Universidade do Minho. https://hdl.handle.net/1822/29156

Carvalho, J. S. (2021, 26 de abril). *O património sineiro português. Da torre para a terra: A cultura no som dos sinos* [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=bQgO5D7Xp0Y

CATEDRAUNESCO. (2021, 7 de abril). *Webinário: Património sineiro português*. Cátedra Unesco - Universidade de Évora. https://www.catedraunesco.uevora.pt/2021/04/07/webinario-patrimonio-sineiro-portugues/

Cortez, V., & Masiero, I. (Realizadores). (2018). *O som dos sineiros* [Filme]. Youtube. https://www.youtube.com/watch?v=2zwEcyOy9xQ

Costa, P., Modesto, É. A., Fontes, A. B., Almeida, C. C., & Galvão, C. M. (2019). *Éramos Palace: O documentário como registo do património*. 13.º Seminário DOCOMOMO. Faculdade de Arquitetura da UFBA.

Gonçalves, A. P., Diogo, A., Duarte, J., & Santos, M. (2015). *Tradição sineira: Entre o tangível e o tangível*. Google Arts & Culture. https://artsandculture.google.com/story/xwWBYEjpvgliLA?hl=pt-PT

Gonçalves, A. P., Diogo, A., Duarte, J., & Santos, M. (2017). *Tradição Sineira: entre o tangível e o intangível.* Revista MEMORIAMEDIA. https://review.memoriamedia.net/index.php/bell-traditions

Jerónimo, C. (2021, 26 de abril). *O património sineiro português. A Fundição de Sinos de Braga Serafim da Silva Jerónimo & Filhos: A visão de quatro gerações de fundidores*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=MfscgqCFIFM&t=1s

Lessa, E. (2019). Os lugares e a música. Braga, uma cidade de província na segunda metade do século XIX e princípios do século XX. Em V. Sá, & A. F. Conde (Edits.), *Paisagens sonoras urbanas: História, Memória e Património.* (pp. 94–118). Évora: Publicações do CIDEHUS. Obtido de https://doi.org/10.4000/books.cidehus.8791

Lessa, E. (2021, 26 de abril). *O património sineiro português. Sob o soar dos sinos: Braga, entre o passado e o presente*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=hT_-uCR8FiA

Neves, T. V. (2021, 1 de outubro). *Jornadas Europeias do Património. Encontro Ibero-americano de sineiros: Juventude e sinos*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=hRowBIP4wak

Paula, R. T. (janeiro–dezembro de 2021). Por uma educação sonoro-musical e patrimonial através dos sinos. *Revista Portuguesa de Educação Musical* (147), pp. 16–31.

Paula, R. T. (2021). Vozes «brônzeas» na paisagem sonora eborense. História, inventariação e revitalização patrimonial dos sinos intramuros de Évora. Em A. F. Conde, V. Sá, & R. T. Paula (Eds.), *Paisagens sonoras históricas – Anatomia dos Sons nas Cidades.* Publicações do CIDEHUS. Obtido de https://doi.org/10.4000/books.cidehus.17455

Penafria, M. (2003). *O documentarismo do cinema*. Comunicação. https://www.bocc.ubi.pt/pag/penafria_manuela_documentarismo_cinema.pdf

Sebastian, L. (2008). *Subsídios para a história da fundição sineira em Portugal: Do sino medieval da Igreja de São Pedro de Coruche à actualidade*. Câmara Municipal de Coruche; Museu Municipal de Coruche.

Sebastian, L. (2021, 26 de abril). *O património sineiro português. O sino enquanto objeto de investigação histórica e bem patrimonial*. [Vídeo]. YouTube. https://www.youtube.com/watch?v=qSplx5whxes&t=2s

Silva, J. P. (2025, 4 de abril). Arte sineira dá primeiros toques para chegar a património mundial. *Correio do Minho*. https://www.correiodominho.pt/noticias/arte-sineira-da-primeiros-toques-para-chegar-a-patrimonio-mundial/160050

Vieira, Y. H. (2022). *«Ring them bells»: Instrumentos musicais e tecnologia numa fábrica de sinos e relógios de torre em Portugal.* [Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Científico da UNL. http://hdl.handle.net/10362/155868

RECENSÕES

Khalidi, R. (2023). *Palestina: Uma biografia. Cem anos de guerra e resistência.* Ideias de Ler. ISBN: 978-989-740-158-9

Alexandra Esteves
Departamento de História, Lab2PT/IN2PAST, Universidade do Minho
estevesalexandra@gmail.com
ORCID: 0000-0003-0660-9485

Bracara Augusta, 133 (2025), 305–306 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.42

Rashid Khalidi é um dos mais conceituados especialistas em assuntos do Médio Oriente, em particular na questão israelo-palestiniana, que é tratada na sua obra intitulada *Palestina-Uma biografia. Cem anos de guerra e resistência*, na qual o leitor é guiado, numa viagem imersiva, pela história de um povo, o povo palestiniano, que também é o seu, que decorre entre 1917 e os inícios do século XXI. A emotividade está presente na sua escrita, mas sem prejudicar a objetividade, o rigor e a seriedade que o assunto requer e que o autor conseguiu salvaguardar através de um aturado trabalho de pesquisa e levantamento de fontes em arquivos e bibliotecas privadas, a que juntou documentos familiares, bem como as suas próprias memórias, feitas de momentos e de acontecimentos que presenciou e vivenciou.

É uma obra que tem a marca do autor, das suas raízes e dos seus familiares, que Khalidi assume, mas que interpela e convida o leitor à reflexão sobre um território colonizado, que não estava vazio nem despovoado ou ocupado por um povo errante, como tantas vezes, falseando a realidade, se procurou fazer crer e, desse modo, justificar um projeto nacionalista e colonialista. Recorrendo à dureza das palavras, Khalidi descreve o sofrimento e as privações de um povo, o povo palestiniano, espoliado e martirizado, além de alertar o leitor para a espessura histórica dos acontecimentos que o afetam, que não poderão ser ignorados para se compreender a situação que atualmente se vive.

Trata-se, afinal, de uma história que também tem as suas raízes no século XIX, quando o antissemitismo tende a instalar-se na Europa. Reagindo a esse movimento, a Organização Sionista, liderada pelo jornalista Theodore Herzl, adquiriu terras na Palestina, onde foram instalados colonatos judaicos. Os sionistas acreditavam que a diáspora judaica devia regressar à Terra Prometida e reclamavam a criação de um estado judaico. Foram, então, organizadas migrações em massa para a Palestina, tendo sido criados, inclusive, fundos para auxiliar os judeus mais pobres ou perseguidos. Em 1917, preocupados com a vulnerabilidade dos colonatos perante a força do Império Otomano, os sionistas votam pela ocupação britânica da Palestina.

Em 1917, Chaim Weizmann, líder do movimento sionista na Grã-Bretanha, consegue persuadir o ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, Arthur Balfour, a apoiar a criação de uma pátria judaica na Palestina. Todavia, a *Declaração Balfour*, como ficou conhecida, também colocava como condição a salvaguarda dos direitos

civis e religiosos dos demais habitantes. Nesse ano, como refere Rashid Khalidi, o povo judeu correspondia a apenas 6% dos residentes do território.

No rescaldo da Primeira Guerra Mundial, os palestinianos começaram a organizar-se politicamente, em oposição ao domínio britânico e à consolidação do movimento sionista, e a reivindicar a independência da Palestina árabe. Nesse sentido, entre outras diligências, dirigiram petições aos britânicos, à Conferência de Paz de Paris e à recém-formada Sociedade das Nações, que, em 1922, emitiu o *Mandato para a Palestina*, que colocava este território sob a administração britânica, de forma transitória, até que se tornasse totalmente independente.

Em 1937, a Comissão Peel, encarregada de investigar os tumultos que ocorriam na Palestina, sugeriu a sua divisão, criando, assim, um pequeno estado judaico, que ocuparia cerca de 17 por cento do território e do qual seriam retirados mais de 200 mil árabes. Os sionistas aceitaram a proposta, mas os árabes rejeitaram-na. Naquele mesmo ano, eclodiu a insurreição armada, que só foi controlada dois anos depois, com recurso à força. Após o fracasso de uma conferência realizada em Londres, na primavera de 1939, foi publicado pelo governo britânico de Neville Chamberlain o *Livro Branco de 1939*. Este documento impunha, entre outras deliberações, limites rígidos à imigração judaica e à compra de terras por judeus.

Em 1947, perante o agravamento do clima de tensão no território, os britânicos pediram a intervenção da ONU, que enviou uma comissão especial à Palestina, que, após analisar a situação, elaborou o *Plano de Partilha da Palestina*, um plano mais favorável aos judeus do que o de 1937, que foi aprovado em Assembleia-Geral das Nações Unidas em 29 de novembro de 1947.

O plano foi aceite pelos líderes judaicos, mas rejeitado pelos dirigentes do mundo árabe. Seguiu-se uma escalada de ataques árabes, que foi respondida com mais violência pela força paramilitar judaica Haganah. As tropas britânicas abandonaram a região em abril de 1948; no dia 14 de maio desse ano, David Ben-Gurion, presidente da Agência Judaica para a Palestina, proclamou o Estado independente de Israel. A partir daqui, inicia-se uma série de conflitos que marcarão toda a segunda metade do século XX e os primeiros anos do século XXI, que o autor descreve de forma minuciosa.

Rashid Khalidi coloca à disposição do leitor uma obra que poderá ajudar a compreender o sucedido em 7 de outubro de 2023, tomando como pressuposto que este acontecimento não constituiu um ponto de partida, mas sim um ponto de chegada para um conflito que, entretanto, assumiu proporções catastróficas, exacerbado pelos contínuos ataques a civis palestinianos em Gaza, na Cisjordânia, em Jerusalém Oriental e em Israel, bem como pelas subsequentes retaliações.

No tempo presente, milhares de civis, nomeadamente mulheres e crianças, continuam a morrer perante a inação e a indiferença de muitos e a hipocrisia e a conivência de outros tantos, reflexo de uma sociedade rendida à superficialidade da espuma dos dias e que ignora e desconsidera as raízes, as circunstâncias históricas e as atribulações do povo palestiniano. Recorrendo às palavras de Yusuf Diya, citadas na obra de Rashid Khalidi, justifica-se, certamente hoje mais do que nunca, o apelo «Em nome de Deus, deixem a Palestina em paz».

Bolufer Peruga, M., Guinot-Ferri, L., & Blutrach, C. (Eds.). (2024). *Gender and cultural mediation in the long eighteenth century.* Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-031-46941-1

Ana M. Sixto Barcia
Universidad de León
asixb@unileon.es
ORCID: 0000-0002-6217-3973

Bracara Augusta, 133 (2025), 307–308 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.43

Gender and Cultural Mediation in the Long Eighteenth Century, libro editado por Mónica Bolufer Peruga, Laura Guinot-Ferri y Carolina Blutrach, es una obra que analiza las diferentes encrucijadas de los estudios de género en un amplio sentido, aunque con un especial enfoque cultural, en el largo siglo XVIII. Las transformaciones políticas, filosóficas y socioeconómicas de la época también influyeron en la construcción y representación de las identidades de género. El trabajo contiene una cuidada selección interdisciplinar donde las relaciones de poder, así como las luchas, las representaciones estamentales, primero, y de clase después, las identidades, los modelos de conducta y las formas de expresión cultural se desarrollan en un contexto de metamorfosis.

El libro que comentamos se compone de catorce capítulos organizados en cuatro grandes bloques. El primer capítulo, firmado por las editoras, funciona como una presentación que aúna todas las propuestas, aportando un sugerente y actualizado estado de la cuestión, y presentando, además, las principales líneas de investigación de este. En el segundo capítulo, Mónica Bolufer reflexiona sobre los ecos de la producción del Padre Feijoo más allá de las fronteras peninsulares, insinuando las distintas percepciones en los diferentes contextos trasnacionales. Silvia Sebastiani se ocupa de la interesante ilustración escocesa de la que surgieron grandes intelectuales y, sobre todo, presenta el papel que esta le asignó a las mujeres. Si bien es un contexto dinámico que ofreció recursos a las mujeres, enfatizando su papel civilizador, también frenó su participación y su activismo social, poniendo de manifiesto las propias contradicciones del siglo XVIII. Mariselle Meléndez, por su parte, nos ofrece un interesante ensayo sobre el impacto de algunas publicaciones periódicas en la América española. La investigadora teoriza sobre el papel divulgativo de algunas publicaciones en temas tan fundamentales como la educación femenina, contrastando conservadurismo frente a innovación a través la prensa.

Por otra parte, Lieke van Deinsen inaugura el segundo bloque examinando los retratos impresos de eruditas que contribuyeron al movimiento intelectual ilustrado. A través de los retratos de Luise Gottsched, Émilie Du Châtelet, Laura Bassi y Magdalena Sibylla Rieger se pone de manifiesto cómo sus representaciones contribuyeron a su reconocimiento intelectual, en un momento de debate entre la reivindicación eru-

dita y la contención femenina. Louise d'Épinay es estudiada por Anthony J. La Vopa, quien destaca el papel de la *salonière* en la circulación de ideas ilustradas entre Suiza y Francia. Por su parte, Amélie Jaques y Beatrijs Vanacker observan la correspondencia de Isabelle de Charrière, reivindicando su categoría intelectual y su defensa de la identidad femenina en el debate sobre el género europeo.

En las traducciones de obras realizadas por mujeres podemos encontrar sus propias ideas y reivindicaciones. La tercera parte del libro comienza con el trabajo de Luisa Simonutti, quien estudia el papel que jugaron las mujeres traductoras en el siglo XVIII, reivindicando sus esfuerzos para integrar diferentes tradiciones culturales europeas, para difundir costumbres y para facilitar el intercambio de ideas. Siguiendo con la temática, Elizabeth Franklin Lewis aborda un caso excepcional: el de una traductora que adaptó diferentes obras para su consumo en Madrid. En sus adaptaciones se perciben las costumbres, las barreras culturales, los anhelos y las normas sociales de su época. Mirella Agorni se ocupa brillantemente de las traductoras italianas y de cómo éstas contribuyeron a la construcción de la identidad nacional italiana gracias a su despierta erudición y a la sutil pericia que manifestaron para hacerse oír. Cerrando el tercer bloque, Elisavet Papalexopoulou nos muestra el impacto que tuvieron las traducciones de la aristócrata Maria Petrettini. La traducción al italiano de *Turkish Embassy Letters*, de la notoria Lady Mary Wortley Montagu, se inscribe en un amplio marco de mediaciones culturales entre Oriente y Occidente a principios del siglo XIX. La aristócrata italiana supo adaptar las proclamas de la inglesa al contexto mediterráneo, más tradicional, promoviendo la creación de una comunidad intelectual.

En último lugar, nos encontramos con contribuciones que analizan la producción y difusión literaria. Alicia C. Montoya se propone abordar una cuestión clásica, pero capital: las bibliotecas femeninas y la presencia de "libros para mujeres" en ellas. Estas obras, pensadas para moldear a las mujeres en atención a las expectativas sociales y horizontes culturales del momento, tuvieron una gran difusión en los siglos XVIII y XIX. Con todo, sabemos que las mujeres también pudieron acceder a los libros de sus hogares, independientemente de que estos fuesen consignados al cabeza de familia. A continuación, Laura Guinot-Ferri desentraña los aportes de la literatura dirigida a mujeres que circuló entre Europa y América, subrayando las dinámicas de poder expresadas en ellas. Patrizia Delpiano concluye el bloque con un trabajo enfocado en las novelas de consumo femenino, estudiando el papel que aquellas jugaron en la educación, así como en la conformación de una opinión pública femenina en el largo siglo de la Ilustración.

En suma, estamos ante una excelente obra compilatoria que sigue un enfoque transnacional y que proporciona una rica y crítica visión del papel que desempeñaron las mujeres como dinamizadoras culturales, traductoras, mecenas y consumidoras de cultura letrada. La mediación cultural no es una simple transmisión de saberes, sino que es un proceso transformativo y adaptativo que implica distintas narrativas culturales y de género, dependientes, además, de espacios, de estamentos y de umbrales culturales, donde encontramos avances y retrocesos. En definitiva, las normas de género no solo se construyeron en la historia, sino que también se lucharon y negociaron.

Araújo, M. M. L. (2025). *O Visconde de São Lázaro e o Palácio do Raio: Modernidade e progresso em Braga na segunda metade do século XIX.* Edições Colibri. ISBN: 978-989-566-489-4

Paula Sofia Costa Fernandes
Diretora do Arquivo Municipal de Penafiel, Câmara Municipal de Penafiel
paula.sofia@cm-penafiel.pt
ORCID: 0000-0003-1636-9702

Bracara Augusta, 133 (2025), 309–310 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.44

Marta Lobo é uma das mais relevantes investigadoras da História das Misericórdias com investigação determinante na História Social e na História Religiosa da Época Moderna. São inúmeros os trabalhos publicados em Portugal e no estrangeiro, muitos deles premiados, tendo uma atividade científica reconhecida internacionalmente. Esta obra da autora, como a mesma refere na sua Introdução «debruça-se sobre a emigração portuguesa para o Brasil no século XIX, tomando como figura principal Miguel José Raio».

A historiografia tem trabalhado a emigração de Portugueses para o Brasil, sobretudo do Norte de Portugal, no séc. XIX, sendo já conhecidos e estudados alguns protagonistas que regressaram ricos e usaram os seus bens para melhorar as condições de vida da sua região, deixando obra na sua localidade berço. Estes estudos contribuem para o aprofundamento deste fenómeno migratório, mas, também, da forma como estes homens atuaram nas suas terras natais e influenciaram e interagiram com os seus conterrâneos.

A relevância da obra aqui em apreço assenta, fundamentalmente, na forma como a autora valorizou o diálogo constante entre a micro-história e a macro-história. A vida de Miguel José Raio é sempre, nesta obra, apresentada numa perspetiva crítica, contextualizando com a época, para que, através do indivíduo, se conheça a sociedade bracarense, o seu quotidiano, a modernização da capital do Minho e, também, a instabilidade económica e social que se sentia. Ao longo do livro e à medida que vamos conhecendo o Homem Público (Miguel Raio como investidor, comerciante, político, dirigente) e o Homem Privado (como filho, pai, irmão, amigo), a autora nos vai brindando com as suas ações, mas, também, consegue demonstrar a sua personalidade, sentimentos, emoções e quotidianos. Vai contextualizando e integrando o leitor, de forma a conhecermos e visualizarmos o Brasil que Miguel conheceu e o Portugal que Miguel José Raio encontrou, quando comprou o seu Palácio. Esta obra permite-nos, assim, a partir do estudo de caso deste «brasileiro» conhecer a vida, a economia e sociedade do Pará e de Braga, na segunda metade do séc. XIX, ao mesmo tempo que, a autora, nos revela o Palácio do Raio, como centro da vida particular e pública e símbolo da riqueza e poder alcançado. Sendo a autora uma relevante estudiosa da história da saúde, não deixou de nos mostrar os problemas epidemiológicos

e as questões higienistas da época e, de que forma os mesmos influenciaram e marcaram o biografado e a sua habitação principal.

Os investimentos e a atividade comercial das empresas deste homem são-nos apresentados, ao mesmo tempo que Marta Lobo explicita as atividades comerciais do Pará, as rotas de comércio para o Amazonas, o incremento do comércio fluvial naquela região, a vida económica daquele estado, na segunda centúria de 800, o comércio de escravos e os movimentos abolicionistas que ganhavam terreno. Mais do que uma biografia do Visconde de São Lázaro, «brasileiro» e «minhoto», a autora introduz-nos o Pará e Braga numa época de grandes mudanças. Desta forma, esta obra assume especial relevância como fonte bibliográfica para todos que tenham como objeto estas localidades, nesta centúria. A cidade de Braga que Miguel encontrou estava em mudança e em renovação, no sentido de um maior desenvolvimento, e este «brasileiro» teve um papel considerável nesses projetos progressistas a par com outros homens com quem mantinha relações estreitas, como nos comprovou Marta Lobo. Para além disto, o vasto conhecimento da autora sobre as confrarias e irmandades, para as quais tem vastíssima obra, levou a que a investigação efetuada sobre a vida confraternal de Miguel José Raio resultasse num subcapítulo desta obra de interesse acrescido. A autora, seguindo as novas tendências historiográficas, não se limita só a uma história de vida, de factos e acontecimentos. Traça-nos um perfil da personalidade deste Homem, de forma a conhecermos os sentimentos, caracter e emoções de Miguel Raio. Mas, para além disto, Marta Lobo procura saber como este «brasileiro» foi entendido e visto pelos seus contemporâneos. A vida dele foi «esmiuçada» pela investigadora, até aos mais ínfimos pormenores, que as fontes, largamente conhecidas da autora, permitissem. As viagens, as festas que organizou e em que participou, o empreendedorismo, as sociabilidades, os costumes, entre muitos outros.

O Palácio do Raio, um dos ex-libris de Braga, edifício singular da arquitetura barroca, moradia escolhida por Miguel Raio para se instalar na cidade é, também, um dos principais objetos de estudo de Marta Lobo na obra aqui em consideração. Permitindo-nos conhecer o mesmo como espaço íntimo familiar, como local agregador das elites sociais, como espaço de lazer, de representação social, local onde se realizaram empreendimentos financeiros de monta, mas, também, espaço usado para decisões e propósitos de benemerência. A autora recuou na história deste edifício, até ao período anterior à construção do mesmo, muito antes da sua aquisição por parte do Visconde de São Lázaro, permitindo o enquadramento do espaço. Não existindo um arquivo pessoal do Visconde ou não havendo conhecimento do arquivo da família, Marta Lobo usou de forma magistral o inventário orfanológico para nos permitir visualizarmos o dia-a-dia do palácio, desde o mobiliário, as carruagens, até aos mais básicos objetos e utensílios de uso diário, de forma a chegar aos hábitos de higiene, à alimentação, aos jardins e plantas, entre outros.

Para além de tudo, o cuidado exaustivo na recolha de fontes primárias e secundárias, a figura ímpar escolhida para o estudo, a relevância deste Palácio, a metodologia usada e a informação avançada sobre a sociedade e os quotidianos de uma elite bracarense, tornam esta obra, referencial para estudos similares.

Macleod, C., Shepard, A., & Ågren, M. (Eds.). (2023). *The whole economy: Work and gender in early modern Europe.* Cambridge University Press. ISBN: 9781009359368

Mikel Larrinaga Ortiz
Investigador posdoctoral UPV/EHU
mikel.larrinaga@ehu.eus
ORCID: 0000-0002-3941-8389

Bracara Augusta, 133 (2025), 311–312 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.45

La obra reseñada se constituye en un trabajo colectivo que, sin embargo, posee un evidente espíritu monográfico. No ha sido concebida, por tanto, como un conglomerado de estudios específicos en torno a una temática común, sino como un ejercicio de síntesis cuidadosamente coordinado que aspira a ofrecer una visión historiográfica amplia y actualizada. El propósito del libro es reunir en un volumen accesible los resultados de décadas de investigación sobre la mujer y el trabajo, que aún no han quedado integrados en la historiografía general con la solidez que deberían, y contribuir a desterrar algunos tópicos ya hace tiempo refutados. Tal y como afirman Margaret R. Hunt y Alexandra Shepard en la introducción «it may only be in the realm of women's history that prominent economic historians can still publish articles in prestigious journals endorsing assumptions about women and their work that have been refuted scores, sometimes hundreds of times, in a literature they apparently do not feel called upon to read» (pp. 16–17).

El título escogido, *The Whole economy*, es igualmente significativo de la principal reivindicación presentada por las autoras: el trabajo de las mujeres fue una parte integral de los grandes procesos de cambio económico y social de la Edad Moderna, consecuentemente, si omitimos su participación las interpretaciones resultantes nos llevan indefectiblemente a equívocos. Para no caer en ese error, el volumen cuenta con un amplio plantel de historiadoras que protagonizan los siete ejes temáticos en los que se divide esta contribución. El capítulo de María Agren «Households» reflexiona respecto a la relevancia de la pluriactividad y destaca lo esencial de las aportaciones femeninas para los ingresos de las unidades domésticas, formando no un elemento complementario sino constitutivo de sus economías. El de Alexandra Shepard «Care» pone en valor el impacto económico del cuidado y explora cómo se distribuía, mostrando que no necesariamente recaía en las mujeres casadas y que los hombres también jugaban un papel.

Los tres siguientes capítulos ofrecen visiones acerca de la dimensión del empleo femenino en la agricultura (Jane Whittle y Hilde Sandvik), en las manufacturas rurales (Carmen Sarasúa) y en el espacio urbano (Anna Bellavitis). Se trata de aproximaciones complementarias, dado que los tres ámbitos interactúan entre sí, de manera que una

misma mujer podía transitar entre ellos de forma temporal o estacional. Desde luego, sobran las evidencias sobre el alcance, vitalidad y flexibilidad del trabajo femenino, cuya presencia es determinante en ciertos sectores, pero que trasciende los marcos tradicionalmente definidos, siendo posible identificar a mujeres en una gran diversidad de ocupaciones. Finalmente, los apartados «Migration» de Amy Louise Erickson y Ariadne Schmidt, y «War» de Margaret Hunt, critican la infrarrepresentación que ha sufrido la mujer en el tratamiento de estos fenómenos, tanto como agente activa en las dinámicas de desplazamiento y en los conflictos bélicos, como por el rol desempeñado en aquellas zonas afectadas por dichas circunstancias.

Aunque no se dedica un bloque específico a indagar en las limitaciones y posibilidades de la documentación en relación con la temática señalada, lo cierto es que esta cuestión recorre las distintas secciones que componen la obra. De un modo u otro, todas destacan la importancia de considerar una amplia variedad de fuentes a la hora de acercarse con mayor precisión a la realidad, dada la ya ampliamente reconocida invisibilización que provocan algunos documentos, especialmente los registros fiscales. Otro punto a recalcar, que evidencia el conjunto de aportaciones indicadas, es que existe una enorme variabilidad regional que supera la dicotomía mundo rural-urbano y a la que se debe prestar atención. Esta se ve condicionada por el carácter de las explotaciones agroganaderas, la difusión de la industria rural, el impacto de la guerra, los procesos migratorios, etc.

Las virtudes de este libro son también sus defectos, ya que su extensión, de poco más de 200 páginas, la convierte en una lectura muy accesible y especialmente adecuada para estudiantes en formación, pero obliga a tratar de manera superficial muchas cuestiones acerca de las cuales apenas puede ofrecer unos trazos iniciales. Eso sí, el amplio respaldo bibliográfico que sustenta cada uno de los capítulos proporciona la oportunidad de profundizar en los distintos aspectos estudiados. Cabe señalar que se percibe un esfuerzo consciente por integrar, junto con la historiografía anglosajona y escandinava, las investigaciones del espacio mediterráneo y, en mucha menor medida, del Este europeo. Pese a ello, el hecho de que incluso cuando se abordan estas otras regiones la inmensa mayoría de publicaciones referenciadas estén escritas en inglés supone una barrera que empaña levemente el resultado final, dejando de lado obras de gran relevancia de las historiografías nacionales.

Hechas estas matizaciones, es importante señalar que la obra cumple sobradamente los objetivos propuestos por sus autoras, puesto que la amplitud con la que se ha abordado la temática y la nutrida recopilación bibliográfica la convierten en una magnífica puerta de entrada a los estudios de género y trabajo. Dado que la siempre abundante producción historiográfica resulta en ocasiones inabarcable, la redacción de síntesis generales que permitan hacer un balance sobre el esfuerzo colectivo de los historiadores adquieren un papel primordial. Esta ayudará a combatir algunas ideas que deben ser superadas y respalda con firmeza las afirmaciones recogidas entre sus páginas: no se puede alcanzar una visión completa sobre la economía en la Edad Moderna si se excluyen de los análisis el trabajo femenino.

López Díaz, M., & Saavedra, M. del C. (Eds.). (2023). *Gobernar reformando. Los primeros Borbones en la España del siglo XVIII*. Comares Historia. ISBN: 9788413694696

Rubén Castro Redondo
Universidade de Santiago de Compostela
ruben.castro@usc.gal
ORCID: 0000-0002-5197-9920

Bracara Augusta, 133 (2025), 313–314 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.46

En octubre de 2021 se celebró en el Campus de Ourense de la Universidade de Vigo el congreso *Los primeros Borbones. Poder y dinámica política,* de cuyas reflexiones se derivó el libro que ahora reseñamos: *Gobernar reformando. Los primeros Borbones en la España del siglo XVIII*. De entre todos ellos, sin duda es Felipe V el que más atención ocupa, por motivos obvios, pero también son muchas las referencias a los Habsburgo, por las comparaciones y los análisis de cambio-continuidad habituales y siempre útiles en este tipo de obras. Internamente, dichos capítulos se dividen en dos bloques, coordinados en cada caso por las propias editoras: justicia y gobierno (María López Díaz), y Guerra y Hacienda (Mª Carmen Saavedra Vázquez).

Los textos se aproximan a las problemáticas enunciadas a partir de territorios variados, tanto por su condición jurídica como por su escala administrativa, desde las dos coronas a la planta municipal, con especial atención a los viejos reinos.

Precisamente la primera aportación se encuadra en la clásica disputa entre la monarquía compuesta de los Habsburgo y la centralización borbónica. Jon Arrieta Alberdi (EHU), se propone contrastar la convocatoria de cortes en Cataluña que hizo cada contendiente de la Guerra de Sucesión en los primeros años del conflicto. Es muy ilustrativa la crítica al significado antagónico que la historiografía tradicional hizo de tales convocatorias, de interpretación mucho más compleja. Manuel Mª de Artaza Montero (USC) condensa de manera muy instructiva el largo y proceloso camino para el establecimiento de un diputado general estable en Madrid que representase al reino de Galicia (1697), tras las continuas desavenencias entre sus siete ciudades por los gastos de tal representación y las divergencias entre el interés del reino y de los propios diputados. Por su parte, María López Díaz (UVigo) desciende al plano municipal para reflexionar desde A Coruña sobre la difícil relación entre la vieja Audiencia y la nueva Intendencia, pero también sobre la intrincada tarea de esta última a la hora de conjugar a un tiempo la búsqueda del bien común y el respeto a los privilegios propios de ciertos colectivos como los militares y la oligarquía urbana de dicha localidad.

Los tres capítulos que siguen profundizan en los conflictos competenciales entre las viejas y nuevas instituciones. Eduardo Cebreiros Álvarez (UdC) repite escenario y cronología con su predecesora, analizando en su caso la relación entre el consistorio herculino y Rodrigo Caballero, Intendente de Galicia y a la vez Corregidor de A Coruña,

por residir allí dicha institución. Marta Friera Álvarez (UniOvi) presenta el impacto judicial que la implantación de la Real Audiencia de Asturias tuvo para los concejos y el anterior Corregimiento de dicho territorio, así como los problemas que generó al arrebatarles a sus respectivas comunidades los derechos locales y provincial. Finalmente, desde un prisma hacendístico, Javier Guillamón (UM) incide en los problemas legales y judiciales que tuvo la pretendida reforma de reincorporación de rentas, oficios y servicios por parte de la Corona desde Felipe V, sobre todo con la administración señorial.

Si la estructura del primer bloque tiene un claro sesgo territorial, el segundo lo tiene sectorial, en el ámbito de la Hacienda y la Guerra. Así, María Baudot Monroy (UNED) sistematiza el período de reconstrucción del poder naval de la nueva monarquía, entre el desastre de Rande (1702) y la política de neutralidad de Fernando VI, donde destacan como hitos intermedios la recuperación de Italia y la creación de la Real Armada por Patiño. Mª Dolores Herrero Fernández-Quesada (UCM) centra su análisis en la reorganización de la artillería del ejército tras 1718, en lo que se refiere a la homologación de calibres y el abastecimiento desde las fábricas, con un marchamo decididamente unificador. Y Mª Carmen Saavedra Vázquez estudia la conversión de los viejos tercios en los nuevos regimientos a partir del caso gallego – muy tardío: 1715 – , incidiendo en los nuevos enfoques que el análisis de la composición de sus integrantes, procedencia, inercia y oficialidad abren al estudio clásico de la norma y de la forma de los regimientos borbónicos.

El capítulo de Julio D. Muñoz Rodríguez (UM) recopila una serie de medidas extraordinarias que tuvieron como objetivo imponer el orden borbónico tras 1706 en la frontera murciana, un espacio sensible por su frontera con el reino de Valencia. Entre las represiones más destacadas contra austracistas destacaron las confiscaciones, las condenas inquisitoriales y las ejecuciones públicas de prisioneros de guerra.

En el penúltimo texto, Pegerto Saavedra Fernández (USC) examina con su exhaustividad habitual la novedad que la monarquía de Felipe V provocó al sustituir a los concejos locales por las máximas instancias de justicia y gobierno para el reconocimiento de la hidalguía de cualquier individuo, pues a medida que este colectivo aumentaba, lo hacían también las exenciones ficales y militares, en detrimento de la hacienda real. El trabajo pasa revista a los padrones de hidalguía de la antigua provincia de Lugo a lo largo del siglo XVIII.

Finalmente, Joaquim Albareda Salvadó (UPF) arremete contra el mito del catastro moderno e ilustrado de Patiño en Cataluña, supuestamente por materializar un servicio fiscal único, moderado y equitativo. Al mantenerse otros servicios previos, no fue único, y como la presión fiscal en su conjunto aumentó, tampoco se puede deducir moderación; y sobre la equidad, si es que alguna vez se contempló, quedó descartada por un sistema de repartos con pocas garantías y menor transparencia, a juzgar por las corruptelas de los responsables locales y las quejas de los pecheros.

La variedad y calidad de las aproximaciones, la inmejorable nómina de autores y la relevancia del tema de investigación deberían ser argumentos suficientes para la lectura de este libro, a los que sumo humildemente esta invitación en forma de reseña.

Amorim, M. N. (2023). Raízes de uma vila industrial. *As gentes de Ronfe (Guimarães) entre os séculos XVI e XX.* Casa de Sarmento. ISBN: 978-989-54723-3-8

Antero Ferreira
Diretor da Casa de Sarmento, Universidade do Minho
aferreira@csarmento.uminho.pt
0000-0001-7931-9265

Bracara Augusta, 133 (2025), 315–317 | ISSN 0006-8640
DOI: 10.82564/revistabracaraaugusta.v73i133.47

Maria Norberta Amorim, Professora Catedrática aposentada da Universidade do Minho, continua a surpreender-nos com uma produção científica intensa, apesar de se ter retirado há vários anos das lides académicas. Cinquenta anos passados após a sua primeira publicação, *Rebordãos e a sua população nos séculos XVII e XVIII: estudo demográfico*, publicado em 1973, apresenta-nos a obra monumental *Raízes de uma vila industrial. As gentes de Ronfe (Guimarães) entre os séculos XVI e XX*. Trata-se, na realidade, de um regresso a um espaço que já tinha estudado em 1997, numa análise comparativa de quatro paróquias rurais portuguesas[1]. Percebe-se que a motivação para este regresso foi o fascínio de estudar uma comunidade na longa duração, procurando analisar a forma como evoluem as variáveis demográficas, num projeto que vem acalentando há vários anos de acompanhar o modo como a diversidade dos comportamentos demográficos das populações do passado culminou na convergência que se verifica no presente.

Partindo de uma base de dados demográfica criada a partir dos registos de batismo, casamento e óbito, organizada de acordo com a metodologia que desenvolveu para a exploração de registos paroquiais portugueses, Maria Norberta Amorim integrou informações de uma diversidade de fontes que lhe permitiram traçar o perfil do espaço e da população de Ronfe ao longo de quatro séculos.

Começa por nos apresentar a evolução da população de Ronfe, com um crescimento modesto até meados do século XIX, intensificando-se a partir das últimas décadas do século XIX. Já em trabalhos anteriores, observando a evolução dos batizados na paróquia, tinha constatado que a população de Ronfe, tal como a de muitas outras paróquias do território continental, apresentava uma grande estabilidade desde o século XVII até à 2ª metade do século XIX. As populações procuravam conservar um equilíbrio que lhes permitisse sobreviver, impedindo um crescimento desordenado. Em Ronfe, com uma mortalidade suave e uma fecundidade relativamente elevada, poderia verificar-se um crescimento incontrolável da população. Contudo, outras va-

[1] Amorim, M. N. (1997). A diversidade de comportamentos demográficos no Portugal de Antigo Regime. *População e Sociedade - 3*, 137–149.

riáveis funcionaram como travão do crescimento, nomeadamente, a elevada idade média ao casamento (sempre a rondar os 27 anos) e o frequente celibato definitivo (15,1% para os homens e 27,6% para as mulheres), a que se associava uma elevada saída de jovens que não chegavam a casar-se na comunidade — 42% dos rapazes e 26% das raparigas, na sua maior parte entre os 10 e os 14 anos.

Ao mesmo tempo, concluiu que, entre 1730 e o início do século XX, a percentagem de residentes que não eram naturais de Ronfe oscilou entre os 26% e os 32%, situando-se os valores mais elevados no final da observação, entre 1880 e 1913, o que se poderá explicar pela atração provocada pelo desenvolvimento industrial. A partir de 1930, verifica-se um crescimento intensivo: a população duplica, atingindo cerca de 2.500 indivíduos em 1960, alcançando em 2001 o ponto mais elevado, com mais de 4.000 indivíduos, o que se pode explicar pela conjugação de diversos fatores: a descida da idade média ao casamento das mulheres, a suavidade da mortalidade infantil, enquanto que o controlo da natalidade só é evidente a partir da década de 1950.

Analisa ainda a organização do espaço na paróquia, concluindo que, ao longo do tempo, manteve uma grande estabilidade, repartindo-se em quintas e casais, espaços de exploração agrícola com capacidade para cobrir as necessidades básicas de habitação, alimentação e vestuário de trabalhadores e fornecer excedentes a proprietários. Através dos testamentos e dos inventários orfanológicos apresenta-nos as antigas quintas de Ronfe e os seus recursos. No espaço construído, encontramos a casa principal e a casa ou casas dos caseiros, cortes para os animais estabulados, particularmente gado bovino, cortelhos para o gado miúdo, telheiros para guardar lenhas, lagares para a preparação do vinho, eventualmente moinhos ou azenhas para moer o grão, a par de interiores domésticos parcamente preenchidos. O alimento básico era o milho graúdo, depois o vinho, mas o milho alvo, o centeio o feijão e as couves, são referência frequente e, em alguns casos, o azeite e as castanhas.

De particular interesse para a comunidade local são os capítulos intitulados *Visita a Ronfe em 1771* e *Visita a Ronfe em 1890* em que a autora, partindo dos róis de confessados, apresenta todos os residentes, identificando os seus dados vitais e as relações de parentesco com outros residentes, incluindo ainda informações de outras fontes históricas que dão um panorama da propriedade e situação económica dos indivíduos e agregados domésticos. Estas listagens constituem o núcleo central desta obra. Para os atuais habitantes de Ronfe, será uma sólida base para identificarem os seus antepassados, aventura que poderá ser completada através da consulta do Repositório Genealógico, na página da Internet da Casa de Sarmento[2].

A dimensão do livro transmite-nos, desde logo, o enorme esforço que foi necessário para se concretizar este projeto. Tendo consciência da dificuldade e da exigência que envolve a investigação científica, dos milhares de páginas de documentos que

[2] Repositório Genealógico Nacional - https://porgener.csarmento.uminho.pt/.

é necessário descobrir, ler e organizar, do tempo necessário para escrever as 703 páginas deste livro, pensamos que esta obra seria um projeto de uma década, resultado de um esforço sobre-humano. Mas não! Foi concluída em cerca de dois anos! Esta é a dimensão da capacidade de trabalho, dedicação e exigência de Maria Norberta Amorim, que nunca nos deixa de surpreender pela sua energia e vontade de aprofundar cada vez mais o conhecimento na área científica que sempre a apaixonou: o estudo das populações do passado.

Trata-se de uma obra monumental, que muito contribui para o conhecimento da evolução da população portuguesa, mas que, ao mesmo tempo, cumpre uma missão de aproximação da ciência à comunidade, sendo um valioso contributo para que as pessoas conheçam e compreendam o seu passado.

Avaliadores externos / Outside Reviewers:
Alberto Corada Alonso · Alexandra Esteves · Alfredo Gracía Martin · Alfredo Teixeira
António Camões Gouveia · António Ruggiero · Cláudia Rodrigues · Conceição Meireles
Daniel Muñoz · Domingo Lopo · Elisa Lessa · Francisco Mendes · João Cabeleira · João Duarte
Jorge Fernandes Alves · Maria de Fátima Reis · Maria Manuela Machado · Mário Farelo
Mikel Larrinaga Ortiz · Saúl António Gomes · Sofia Costa Fernandes · Tiago Ferraz · Victor Pereira

Impressão / Printing: .....
Tiragem / Print Run: 400 exemplares
dezembro de 2025

//2025
133

BRAGA
SOR A FVTVRO.

revistabracaraaugusta.cm-braga.pt